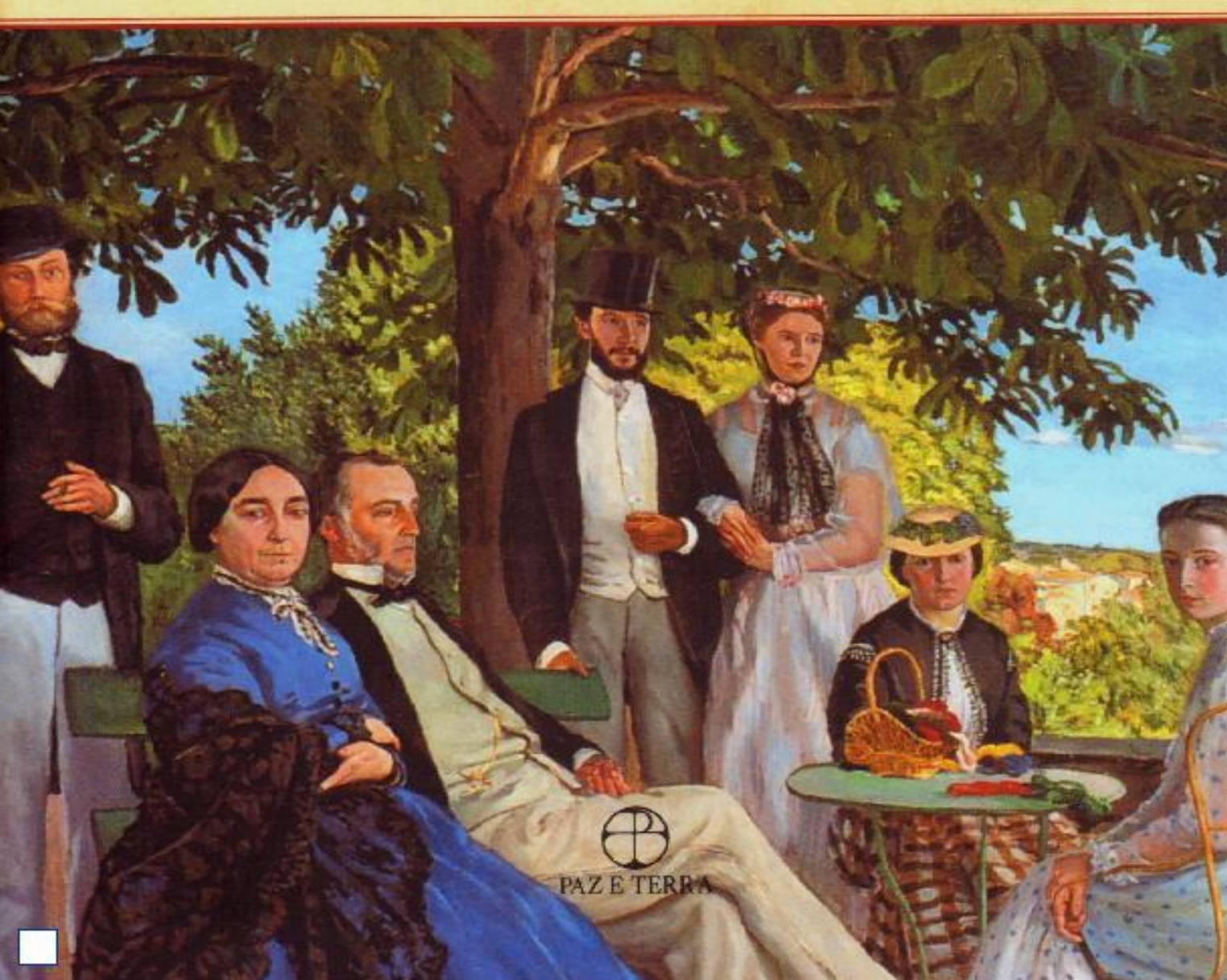
ERIC J. HOBSBAWM

A ERA DO CAPITAL

1848-1875



PAZ E TERRA

ERIC J. HOBSBAWM

A ERA DO CAPITAL

1848-1875

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.site*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

A ERA DO CAPITAL 1848–1875

Eric J. Hobsbawm

Tradução de
LUCIANO COSTA NETO

Editora PAZ E TERRA

Ebook em formato .epub feito por fãs – ***Quarta Capa***

Digitalização do texto por: **Argo**

Esta série é composta por:

A Era das Revoluções (1789 — 1848) (Quarta Capa)
A Era do Capital (1848 — 1875) (Quarta Capa)
A Era dos Impérios (1875 — 1914)
A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 — 1991)

Sumário

Nota do Tradutor
Prefácio
Introdução

PRIMEIRA PARTE: PRELÚDIO REVOLUCIONÁRIO
1. "A Primavera dos Povos"

SEGUNDA PARTE: DESENVOLVIMENTO
2. A Grande Expansão
3. O Mundo Unificado
4. Conflitos e Guerra
5. A Construção das Nações
6. As Forças da Democracia
7. Perdedores
8. Vencedores
9. A Sociedade em Processo de Mudança

TERCEIRA PARTE: RESULTADOS
10. A Terra
11. Os Homens se Põem a Caminho
12. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora
13. O Mundo Burguês
14. Ciência, Religião, Ideologia
15. As Artes
16. Conclusão

Leitura Complementar

Nota do Tradutor

De acordo com a orientação do autor definida no prefácio de não sobrecarregar a obra, procuramos reduzir as notas de tradução a um mínimo indispensável, como por exemplo em relação ao *Chartist Movement* ou as *Com Laws*, que o autor se refere por inúmeras vezes através do texto. Mantivemos as palavras em outras línguas européias no seu original, mas fornecemos tradução entre parênteses àquelas em alemão. Mantivemos igualmente o original quando se trata de expressões dentro de um contexto cultural americano (ex., *cowboy*). A liberdade com que o autor emprega palavras e expressões em outros idiomas que não o inglês autorizou-nos a agir de forma equivalente na tradução (ex., *expert*).

Expressamos nosso reconhecimento ao Prof. Hobsbawm que, por correspondência, elucidou algumas dúvidas sobre o texto original para efeitos de tradução.

L. C. N.
Stanford, março de 1977

PREFÁCIO

Este livro pretende existir de forma autônoma, assim como os demais volumes da *História da Civilização*[*] da qual ele é apenas uma parte. Ocorre, porém, que o volume que cronologicamente o precede na série foi escrito pelo mesmo autor. Entretanto, *A Era do Capital* pode vir a ser lido por pessoas que conhecem *A Era das Revoluções 1789-1848,* assim como por pessoas que não o conhecem. Aos primeiros, apr-esento as minhas excusas por incluir, aqui e ali, material que já lhes é familiar, com o objetivo de proporcionar a necessária informação prévia para os últimos. Tentei reduzir tal duplicação a um mínimo e fazê-la tolerável pela sua distribuição através do texto. Ó livro pode, espero, ser lido independentemente. Mesmo assim, ele não deveria pedir do leitor nada além de uma instrução geral adequada, pois é delibe-radamente dirigido ao leitor não-especializado. No entanto, um conhecimento elementar da história européia será sempre uma vantagem. Parto do pressuposto que, num caso de emergência, os leitores possam entender e continuar a leitura sem nenhum conhecimento prévio sobre a Queda da Bastilha ou as Guerras Napoleônicas, mas um tal conhecimento certamente ajudará.

O período que o livro abarca é relativamente curto, mas sua dimensão geográfica é extensa. Escrever sobre o mundo de 1789 a 1848 em termos de Europa – em outras palavras, quase que sobre a Inglaterra e França – não é irreal. Porém, já que o tema mais importante do período após 1848 é a expansão da economia capitalista a todo o planeta, a conseqüência inevitável é a impossibilidade de escrever uma história puramente européia, e seria absurdo escrever esta história sem dar uma atenção especial aos outros continentes. O tratamento que concedo divide-se em três partes. As revoluções de 1848 formam um prelúdio a uma seção sobre os principais desenvolvimentos do período. Estes últimos, eu os discuto numa perspectiva duplamente continental e, onde necessário, global, ao invés de tentar apreendê-lo através de séries de histórias "nacionais" fechadas. Os capítulos estão divididos por temas e não cronologicamente, mas os principais subperíodos – a década de 1850, calma mas expansionista, os anos mais turbulentos de 1860, a ascensão e o colapso do início de 1870 – são porém claramente discerníveis. A terceira parte consiste em uma série de cortes diacrônicos sobre a economia, sociedade e cultura desta época do século XIX sob estudo.

Não posso considerar-me um *expert* sobre todo o imenso material deste livro, mas apenas de minúsculas parcelas – e precisei confiar quase que inteiramente em material de informações de segunda ou mesmo de terceira mão. Mas isso seria impossível de evitar. Uma enormidade já foi escrita sobre o

século XIX, e a cada ano que passa acrescenta-se ao pico da montanha uma massa de publicações especializadas que escurecem o céu da história. Como o campo dos historiadores amplia-se para incluir praticamente todos os aspectos da vida pelos quais nós, do final do século XX, temos interesse, a quantidade de informação que precisa ser absorvida é demasiado grande, mesmo para o mais enciclopédico e erudito dos *scholars.* Ainda que se tome todas as precauções, torna-se freqüentemente necessário, no contexto de uma vasta síntese, reduzir passagens a um ou dois parágrafos, a uma linha, a apenas uma menção ou mesmo lamentavelmente omiti-las. E é necessário basear-se, cada vez mais, no trabalho de outros.

Infelizmente, foi impossível seguir a admirável convenção que determina que os estudiosos identifiquem criteriosamente suas fontes, e especialmente suas dívidas a outros. Em primeiro lugar, duvido que pudesse identificar todas as sugestões e idéias que tomei emprestado de forma tão livre de algum artigo ou livro, conversação ou discussão. Posso apenas pedir, àqueles que pilhei, conscientemente ou não, que perdoem minha falta de cortesia. Em segundo lugar, a tentativa de fazê-lo teria sobrecarregado o livro com um pouco recomendável aparato de conhecimento. Pois já que o objeto desta obra não é fazer um sumário dos fatos conhecidos (o que implicaria em um guia para leitores indicando-lhes leitura mais detalhada, para os diversos tópicos), mas sim traçar uma síntese histórica geral, fornecer o sentido dos anos 1848-75 e descobrir ali as raízes de nosso mundo contemporâneo, creio que foi bastante razoável agir desta maneira. Entretanto, há um guia geral de leitura suplementar ao fim do volume, que inclui algumas das obras que achei mais úteis e às quais gostaria de reconhecer meu débito.

As referências foram quase que inteiramente reduzidas a algumas fontes de citações, quadros estatísticos e alguns outros números, assim como algumas declarações que gerassem controvérsias ou fossem surpreendentes. Muitos dos números esparsos de fontes primárias ou do valiosíssimo compêndio *Dictionary of Statistics* de Mulhall não foram identificados. Referências a obras literárias – por exemplo, novelas russas – que existem em várias edições, estão apenas intituladas: referências aos escritos de Marx e Engels, que são importantes estudiosos deste período, estão identificadas pelo título mais conhecido da obra ou pela data da carta, volume e página da edição *standard* existente (Karl Marx e Friederich Engels, *Werke,* East Berlin 1956-71, de agora em diante, *Werke).*

Sigurd Zienau e Francis Haskell gentilmente corrigiram meus capítulos sobre as ciências e as artes e reviram alguns de meus erros; Charles Curwen respondeu minhas perguntas sobre a China. Assumo, porém, total responsabilidade por minhas omissões ou enganos. W.R. Rodgers, Carmem Claudin e Maria Moisá ajudaram-me enormemente como assistentes de pesquisa por inúmeras vezes. Andrew Hobsbawm e Julia Hobsbawm ajudaram-me a

selecionar as ilustrações, assim como Julia Brown. Reconheço também minha dívida a meu editor de texto, Susan Loden. .

E. J. H.

---

[*] Coleção publicada pela Weidenfeld & Nicolson, Inglaterra.

INTRODUÇÃO

Por volta de 1860, uma nova palavra entrou no vocabulário econômico e político do mundo: "capitalismo" [*]. Portanto, parece apropriado chamar o presente volume *A Era do Capital,* um título que também faz lembrar a todos nós que a mais importante obra "do mais formidável crítico do capitalismo, *O Capital* de Karl Marx (1867), foi publicada nesta época. O triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevou-os a tal posição, deveria – assim se acreditava – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral. Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam levados de roldão. As instituições do mundo, ou mais precisamente daquelas partes do mundo ainda não desembaraçadas da tiraríia das tradições e superstições, ou do fato ínfeiíz de não possuírem peie branca (preferivelmente originária da Europa Central ou do Norte), gradualmente se aproximariam do modelo internacional de uma "nação-estado" definida territorialmente, com uma constituição garantindo a propriedade e os direitos civis, assembléias representativas e governos eleitos responsáveis por elas e, onde possível, uma participação do povo comum na política dentro de limites tais que garantissem a ordem social burguesa e evitassem o risco de ser derrubada.

Traçar o desenvolvimento inicial desta sociedade não é a tarefa deste livro. É suficiente lembrar que esta sociedade já havia completado seu aparecimento histórico tanto na frente econômica como na frente política-ideológica sessenta anos antes de 1848. Os anos de 1789 a 1848 (os quais já discuti num volume prévio – *A Era das Revoluções,* ver prefácio –, livro o qual os leitores terão referências uma ou outra vez) foram dominados por uma dupla revolução: a Revolução Industrial, iniciada e largamente confinada à Inglaterra, e a transformação política associada e largamente confinada à França. Ambas implicaram o triunfo de uma nova sociedade, mas se ela deveria ser a sociedade do capitalismo liberal triunfante, ou aquilo que um historiador francês chamou "os burgueses conquistadores", pareceu sempre mais incerto para os contemporâneos do que para nós. Atrás dos ideólogos políticos burgueses

estavam as massas, prontas para transformar revoluções moderadamente liberais em revoluções sociais. Por baixo e em volta dos empresários capitalistas, os "pobres proletários", descontentes e sem lugar, que agitavam e se insurgiam. Os anos de 1830 e 1840 foram uma era de crises, cuja saída apenas os otimistas ousavam predizer.

Portanto o dualismo da revolução de 1789 a 1848 dá à história deste período unidade e simetria. É fácil, num certo sentido, ler e escrever sobre este assunto, pois parece possuir tema e forma claros, assim como seus limites cronológicos parecem tão precisamente definidos quanto é possível no que diz respeito a assuntos humanos. Com a revolução de 1848, que abre este volume, a antiga simetria quebrou-se, a forma modificou-se. A revolução política recuou, a revolução industrial avançou. Mil novecentos e quarenta e oito, a famosa "primavera dos povos", foi a primeira e última revolução européia no sentido (quase) literal, a realização momentânea dos sonhos da esquerda, os pesadelos da direita, a derrubada virtualmente simultânea de velhos regimes da Europa continental a oeste dos impérios russo e turco, de Copenhague a Palermo, de Brasov a Barcelona. Foi esperada e prevista. Pareceu ser a conseqüência e o produto lógico da era das duas revoluções.

Tudo falhou, universalmente, rapidamente e – apesar de isto não ter sido reconhecido por muitos anos pelos refugiados políticos – de forma definitiva. Desde então, não iria mais ocorrer nenhuma revolução social geral do tipo buscado antes de 1848 nos países "avançados" do mundo. O centro de gravidade destes movimentos revolucionários sociais, e depois dos regimes socialistas e comunistas do século XX, iria ter seu lugar em regiões marginais e atrasadas, enquanto que no período que este livro lida, movimentos deste tipo iriam permanecer episódicos, arcaicos e "subdesenvolvidos". A súbita, vasta e aparentemente inesgotável expansão da economia capitalista mundial forneceu alternativas políticas aos países "avançados". A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa).

A história de nosso período é portanto desequilibrada. Ela é primariamente a do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que o representa, das idéias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo. E a era da burguesia triunfante, mesmo que a burguesia européia ainda hesitasse em assumir um papel político público. Para isso – e talvez apenas para isso – a era das revoluções ainda não havia terminado. As classes médias da Europa ficaram assustadas e permaneceram assustadas com o povo: "democracia" ainda era vista como sendo o prelúdio rápido e certeiro para ò "socialismo". Os homens que oficialmente presidiam os interesses da vitoriosa ordem burguesa no seu momento de triunfo eram nobres do campo prussianos, profundamente reacionários, uma imitação de imperador na França e uma sucessão de

proprietários aristocráticos na Inglaterra. O medo da revolução era real, a insegurança básica estava entranhada. Bem para o fim de nosso período, o único exemplo de revolução num país avançado, uma insurreição em Paris quase que localizada e de vida curta, produziu um grande banho de sangue incomparavelmente superior a 1848 e uma enxurrada de nervosas trocas de informações diplomáticas. Já nesse tempo, os dirigentes dos estados avançados da Europa, com maior ou menor relutância, começaram a reconhecer não apenas que "democracia", isto é, uma constituição parlamentar baseada em sufrágio universal, era inevitável, como também viria a ser provavelmente um aborrecimento inofensivo politicamente. Esta descoberta já havia sido feita de há muito pelos dirigentes dos Estados Unidos.

Os anos de 1848 até meados da década de 1870 não foram portanto um período que inspire leitores que apreciam o espetáculo de um drama com heróis no sentido comum. Suas guerras – e este período viu consideravelmente mais guerras que os 30 precedentes e os 40 subseqüentes – eram ou pequenas operações decididas por superioridade organizacional ou tecnológica, como a maioria das campanhas européias fora da Europa, e as guerras rápidas e decisivas através das quais o Império Alemão estabeleceu-se entre 1864 e 1871; ou então massacres mal conduzidos como a Guerra da Criméia, entre 1854 e 1856. A maior das guerras deste período, a Guerra Civil Americana, foi ganha em última análise pelo peso do poder econômico e dos recursos superiores. O Sul, derrotado, possuía o melhor exército e os melhores generais. Os exemplos ocasionais de heroísmo romântico e colorido apareceram, como Garibaldi com suas madeixas ao vento e sua camisa vermelha, mas eram exceção. Não havia também muita dramaturgia na política, onde o critério de sucesso veio a ser definido por Walter Bagehot como o fato de se possuir "opiniões comuns e habilidades incomuns". Napoleão III considerou, visivelmente, o manto de seu grande tio, o primeiro Napoleão, inconfortável para usar. Lincoln e Bismarck, cujas imagens públicas beneficiaram-se pela dureza de suas faces e pela beleza de suas prosas, foram indiscutivelmente grandes homens, mas suas realizações foram conseguidas pelos seus dons de políticos e diplomatas, como as de Cavour na Itália, baseados inteiramente naquilo que agora consideramos os seus carismas.

O drama mais óbvio deste período foi econômico e tecnológico: o ferro derramando-se em milhões de toneladas pelo mundo, estradas de ferro cortando continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades como Chicago surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios. Era o drama do poder europeu e norte-americano, com o mundo a seus pés. Mas aqueles que exploraram este mundo conquistado eram, se excluirmos o pequeno número de aventureiros e pioneiros, homens sóbrios em roupas sóbrias, espalhando respeitabilidade e um

sentimento de superioridade racial juntamente com fábricas de gás, estradas de ferro e empréstimos.

Era o drama do *progresso,* a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito mas, acima de tudo, inevitável. Quase nenhum dos homens com poder e influência em todos os acontecimentos no mundo ocidental desejou pôr-lhe um freio. Apenas alguns pensadores e talvez um maior número de críticos intuitivos tenham previsto que este avanço inevitável iria produzir um mundo bem diferente daquele que se esperava: talvez exatamente o seu oposto. Nenhum deles – nem Marx que havia imaginado uma revolução social em 1848 e para uma década depois – esperou uma mudança súbita. Mesmo em meados de 1860, suas expectativas eram para longo prazo.

O "drama do progresso" é uma metáfora. Mas, para duas espécies de pessoas era uma realidade literal. Para milhões de pobres, transportados para um novo mundo freqüentemente através de fronteiras e oceanos, isto significou uma mudança de vida cataclísmica. Para os indivíduos do mundo fora do capitalismo, que eram agora atingidos e sacudidos por ele, significou a escolha entre uma resistência passiva em termos de suas antigas tradições e formas de ser ou então um traumático processo de tomada das armas do Ocidente para voltá-las contra os conquistadores: a compreensão e a manipulação do progresso por eles mesmos. O mundo deste período da história foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas primariamente dos últimos.

O historiador não pode ser objetivo sobre o período que é seu tema. Nisto, ele difere (para sua vantagem intelectual) dos ideólogos mais típicos, que acreditam que o progresso da tecnologia, "ciências positiva" e sociedade faz com que seja possível ver seu presente com a indiscutível imparcialidade do cientista natural, cujos métodos eles acreditam (erroneamente) compreender. O autor deste livro não pode ocultar uma certa aversão, talvez uma certa reserva, em relação à era a qual se refere, mesmo que diminuída pela admiração por suas titânicas realizações materiais e pelo esforço para compreender mesmo aquilo que não o agrada. Ele não compartilha da nostálgica busca pela certeza, da autoconfiança dos burgueses de meados do século XIX que atrai a muitos dos que buscam explicações para a crise do mundo ocidental um século depois. Suas simpatias dirigem-se àqueles que poucos deram ouvidos há um século. Em nenhum caso a certeza e a autoconfiança estavam erradas. O triunfo burguês foi breve e temporário. No momento que pareceu completo, provou não ser monolítico mas pleno de fissuras. No início da década de 1870, a expansão econômica e o liberalismo pareciam irresistíveis. No fim da mesma década, já não o eram mais.

Este marco divisório define o fim da era que este livro retrata. Diferente da revolução de 1848, que forma um ponto de partida, este final não é marcado

por nenhuma data universal. Se alguma data fosse escolhida, esta data seria 1873, o equivalente vitoriano à *débâcle* de Wall Street em 1929. Daí em diante começou o que um observador contemporâneo chamou "uma curiosa perturbação e depressão sem precedentes do comércio e indústria" que os contemporâneos chamaram "A Grande Depressão" e que usualmente é datada 1873-96.

> "Sua mais notável peculiaridade (escreveu o mesmo observador) tem sido sua universalidade; atingindo nações que tinham estado envolvidas em guerras da mesma forma que as que se abstiveram; as que tinham uma moeda estável... e aquelas que tinham uma moeda instável...; as que viviam sob um sistema de livre troca e aquelas cujas trocas sofriam alguma forma de restrição. Tem sido doloroso em antigas comunidades como a Inglaterra e a Alemanha, e igualmente na Austrália, África do Sul e Califórnia que representam as novas; tem sido uma calamidade demasiado pesada para os habitantes de Newfoundland e Labrador e das ensolaradas plantações de açúcar do Caribe; e não tem enriquecido aqueles dos centros do comércio mundial, que geralmente ganham mais quando os negócios flutuam e são mais incertos"

Assim escreveu um eminente norte-americano no mesmo ano em que, sob a inspiração de Karl Marx, a Internacional Trabalhista e Socialista foi fundada. A Depressão iniciou uma nova era, e pode portanto fornecer uma data conclusiva para a antiga.

---

[*] Sua origem talvez preceda 1848, como foi sugerido em A Era das Revoluções (Introdução), mas uma pesquisa mais detalhada sugere que raramente tenha ocorrido antes de 1849 ou tenha ganho amplo uso antes da década de 1860.

Primeira parte

PRELÚDIO REVOLUCIONÁRIO

1

"A PRIMAVERA DOS POVOS"

Por favor leia os jornais com bastante atenção - agora eles valem a pena ser lidos... Esta Revolução mudará a forma do planeta - assim deve e precisa! – Vive la Republique!

— O poeta George Weerth à sua mãe, 11 de março de 1848

Realmente, se eu fosse mais jovem e tivesse mais dinheiro, o que infelizmente não sou e não tenho, imigraria para a América hoje. Não por covardia – pois pessoalmente sou tão pouco atingido quanto posso atingi-los – mas por causa do desgosto pela podridão moral que, usando as palavras de Shakespeare, eleva o mau cheiro ao céu.

— O poeta Joseph von Eichendorff a um correspondente, 1º de agosto de 1849

I

No início de 1848, o eminente pensador político francês Alexis de Tocqueville tomou a tribuna na Câmara dos Deputados para expressar sentimentos que muitos europeus partilhavam: "Nós. dormimos sobre um vulcão ... Os senhores não percebem que a terra treme mais uma vez? Sopra o vento das revoluções, a tempestade está no horizonte". Mais ou menos no mesmo momento, dois exilados alemães, Karl Marx com trinta anos e Friedrich Engels com vinte e oito, divulgavam os princípios da revolução proletária para provocar aquilo que Tocqueville estava alertando seus colegas, no programa que ambos tinham traçado algumas semanas antes para a Liga Comunista Alemã e que tinha sido publicado anonimamente em Londres, por volta de 24 de fevereiro de 1848, sob o título (alemão) de Manifesto do Partido Comunista, "para ser publicado em inglês, francês, alemão, italiano, flamengo e dinamarquês".[1] Em poucas semanas, ou, no caso do Manifesto, em poucas horas, as esperanças e temores dos profetas pareceram estar na iminência da realização. A monarquia francesa tinha sido derrubada por uma insurreição, a república proclamada e a revolução européia tinha iniciado.

Tem havido um bom número de grandes revoluções na história do mundo moderno, e certamente a maioria bem sucedidas. Mas nunca houve uma que tivesse se espalhado tão rápida e amplamente, se alastrando como fogo na palha por sobre fronteiras, países e mesmo oceanos. Na França, o centro natural e detonador das revoluções européias (Ver *A Era das Revoluções,* capítulo 6), a

república foi proclamada em 24 de fevereiro. Por volta de 2 de março, a revolução havia ganho o sudoeste alemão; em 6 de março a Bavária, 11 de março Berlim, 13 de março Viena, e quase imediatamente a Hungria; em 18 de março Milão e, em seguida, a Itália (onde uma revolta independente havia tomado a Sicília). Nesta época, o mais rápido serviço de informação acessível a *qualquer pessoa* (os serviços do banco Rothschild) não podia trazer notícias de Paris a Viena em menos de cinco dias. Em poucas semanas nenhum governo ficou de pé numa área da Europa que hoje é ocupada completa ou parcialmente por dez estados[2], sem contar as repercussões em um bom número de outros. Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) e poucos anos depois na remota Colômbia. Num certo sentido, foi o paradigma de um tipo de "revolução mundial" com o qual, dali em diante, rebeldes poderiam sonhar e que, em raros momentos como no após-guerra das duas conflagrações mundiais, eles pensaram poder reconhecer. De fato, explosões simultâneas continentais ou mundiais são extremamente raras. 1848 na Europa foi a única a afetar tanto as partes "desenvolvidas" quando as atrasadas do continente. Foi ao mesmo tempo a mais ampla e a menos bem sucedida deste tipo de revoluções. No breve período de seis meses de sua explosão, sua derrota universal era seguramente previsível; dezoito meses depois, todos os regimes que derrubara foram restaurados, com a exceção da República Francesa que, por seu lado, estava mantendo todas as distâncias possíveis em relação à revolução à qual devia sua própria existência.

As revoluções de 1848, portanto, possuem uma curiosa relação com o conteúdo deste livro. Mas pela sua ocorrência, e pelo medo de sua recorrência, a história da Europa nos 25 anos seguintes seria muito diferente. 1848 estava bem longe de ser "o ponto crítico quando a Europa falhou em mudar". O que a Europa falhou foi em mudar de uma forma revolucionária. Já que tal não ocorreu, o ano da revolução permanece sozinho, uma abertura mas não a ópera principal, uma entra da cujo estilo arquitetônico não leva exatamente ao que se espera quando se passa através do portão.

II

A revolução triunfou através de todo o centro, do continente europeu, mas não na sua periferia. Isto inclui países demasiadamente remotos ou isolados em sua história para serem diretamente atingidos de alguma maneira (por exemplo, a Península Ibérica, Suécia e Grécia), demasiadamente atrasados para possuir a estratificação social politicamente explosiva da zona revolucionária (por exemplo Rússia e o Império Otomano), mas também os únicos países já

industrializados, cujo jogo político já estava sendo feito de acordo com regras diferentes como a Inglaterra e a Bélgica. Mesmo assim, a zona revolucionária, consistindo essencialmente da França e da Confederação Alemã, do Império Austríaco com seus limites no sudeste europeu e da Itália era suficientemente heterogênea para incluir regiões tão atrasadas e diferentes como Calábria e Transilvânia, tão desenvolvidas como a Uhr e a Saxônia, tão alfabetizadas como a Prússia e iletradas como a Sicília, tão remotas uma para a outra como Kiel e Palermo, Perpignan e Bucarest. A maioria destes lugares era dirigida por aquilo que podemos chamar de monarcas ou príncipes absolutos, mas a França já era um reino constitucional e burguês, e a única república significativa do continente, a Confederação Helvética, já havia iniciado o ano da revolução com uma breve guerra civil, no final de 1847. Os estados atingidos pela revolução variam em tamanho dos 35 milhões da França para os poucos milhares em principados de ópera bufa da Alemanha central; em *status* de poderosos estados do mundo a províncias ou satélites dirigidos por estrangeiros; em estrutura de estados uniformemente centralizados a conglomerados perdidos.

Acima de tudo, a história – estrutura econômica e social – e a política dividiram a zona revolucionária em duas partes, cujos extremos pareciam ter pouco em comum. Suas estruturas sociais diferiam fundamentalmente, exceto por aquela prevalência substancial e praticamente universal dos homens do campo sobre os homens da cidade,, das pequenas cidades sobre as grandes; um fato facilmente verificável, pois a população urbana e especialmente as grandes cidades eram desproporcionalmente proeminentes em política. [3] No oeste, camponeses eram legalmente livres e grandes estados, relativamente pouco importantes; no Leste, eles eram ainda servos e a propriedade da terra continuava largamente concentrada nas mãos da nobreza rural (ver capítulo 10 mais adiante). No Oeste, a "classe média" significava banqueiros locais, comerciantes, empresários capitalistas, "profissionais liberais" e oficiais mais velhos (incluindo professores), se bem que alguns destes tenderiam a se sentir membros de um estrato mais alto *(haute bourgeoisie),* prontos para competir com a nobreza proprietária, pelo menos nos gastos. A leste, o estrato urbano equivalente consistia largamente de grupos nacionais distintos da população nativa, tais como os alemães e os judeus. O equivalente real da "classe média" era o setor do país de nobres inferiores educados e/ou preocupados com negócios, um estrato que era surpreendentemente grande em algumas áreas. A zona central, da Prússia ao Norte até a Itália (central e do norte) ao Sul, que era num sentido o coração da zona revolucionária, combinou, de várias formas, as características das regiões relativamente "desenvolvidas" e atrasadas.

Politicamente, a zona revolucionária era igualmente heterogênea. Excetuando-se a França, o que estava em jogo não era meramente o conteúdo político e social destes estados, mas sua forma ou mesmo existência. Os alemães

tomaram o caminho de construir uma "Alemanha" – deveria ser unitária ou federal? – de um punhado de principados germânicos de vários tamanhos e características. Os italianos tentaram fazer o que o chanceler austríaco Metternich arrogantemente,, mas não inacuradamente, descreveu como sendo uma "mera expressão geográfica" – uma Itália unida. Ambos, com a visão limitada dos nacionalistas, incluíram em seus projetos povos que não se sentiam alemães ou italianos, como os tchecos. Os alemães, italianos e praticamente todos os movimentos nacionais envolvidos na revolução, exceto os franceses, viram-se lutando contra o grande império multinacional dos Habsburgos, que espalhava-se pela Alemanha e Itália, também incluindo os tchecos, húngaros, uma parte substancial de poloneses, romenos, iugoslavos e outros povos eslavos. Alguns destes, ou pelo menos seus porta-vozes, viam o Império como uma solução menos ruim do que serem absorvidos por algum nacionalismo expansionista, como o dos alemães ou o dos húngaros. "Se a Áustria não existisse", parece ter dito o professor Palacki, porta-voz dos tchecos, "seria preciso inventá-la". Através da zona revolucionária, diversas dimensões operavam simultaneamente.

Os radicais confessadamente tinham uma simples solução: uma república democrática unitária e centralizada da Alemanha, Itália, Hungria ou o país que ocorresse ser, constituído de acordo com os princípios da Revolução Francesa sobre as ruínas de todos os reis e príncipes, e que empunhasse sua versão da bandeira tricolor que, usada no modelo francês, era o modelo básico de uma bandeira nacional. Os moderados, por seu turno, estavam emaranhados numa teia de cálculos complexos baseados essencialmente no medo à democracia, que eles acreditavam ser equivalente à revolução social. Aonde as massas ainda não houvessem desalojado os príncipes, seria pouco esperto encorajá-las a minar a ordem social, e onde o tivessem feito, seria desejável retirá-las das ruas e desmantelar as barricadas, que eram os símbolos essenciais de 1848. Portanto a questão era quais os príncipes, paralisados mas não depostos pela revolução, que poderiam ser persuadidos a apoiar a boa causa. Como deveria exatamente ser criada uma Alemanha ou Itália liberais, sob que forma constitucional e sob os auspícios de quem? Poderia este plano conter igualmente o rei da Prússia e o imperador da Áustria (como os "grandes-alemães" moderados pensavam – não confundir com os democratas radicais que eram, por definição, "grandes-alemães" de um tipo diferente), ou precisaria ser "pequeno-alemão", i. e, excluir a Áustria? Moderados do mesmo tipo no Império dos Habsburgos praticaram o jogo de maquinar constituições federais e multinacionais, o que só viria a cessar com o desaparecimento do império em 1918. Onde ação ou guerra revolucionária irrompessem, não havia muito tempo para especulações constitucionais. Onde não irrompessem, como na maior parte da Alemanha, dava-se-lhes a maior importância. Visto que a maior proporção de moderados

liberais ali consistiam de professores e funcionários civis – 68% dos deputados na assembléia de Frankfurt eram funcionários públicos, 12% pertenciam às "profissões livres" –, os debates deste parlamento de vida curta transformaram-se num paradigma de inteligente futilidade.

As revoluções de 1848, portanto, requerem um detalhado estudo por estado, povo, região, para o que este livro hão é o lugar. No entanto, elas tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também por que seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar, para o que os franceses inventaram a palavra *quarente-huitard.* Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas" as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a "primavera dos povos" – e, como a primavera, não durou. Precisamos agora olhar brevemente suas características comuns.

Em primeiro lugar, todas foram vitoriosas e derrotadas rapidamente, e na maioria dos casos totalmente. Nos primeiros poucos meses todos os governos na zona revolucionária foram derrubados ou reduzidos à impotência. Todos entraram em colapso ou recuaram virtualmente sem resistência. Portanto, num período relativamente curto, a revolução tinha perdido a iniciativa quase que em todos os lugares: na França, pelo fim de abril; no resto da Europa revolucionária, durante o verão, apesar de que o movimento guardou alguma capacidade, para contra-atacar em Viena, Hungria e Itália. Na França, o primeiro marco da contra-ofensiva conservadora foi a eleição de abril com sufrágio universal. Esta, apesar de eleger apenas uma minoria de monarquistas, enviou para Paris uma grande quantidade de conservadores, eleitos pelos votos de um campesinato politicamente mais inexperiente do que reacionário, e para o qual a esquerda de mentalidade urbana ainda não tinha um apelo. (Aliás, por volta de 1849, as regiões "republicanas" e esquerdistas do campo na França, familiares para os estudantes da política francesa, já tinham surgido – por exemplo a região provençal – e ali a mais amarga resistência à abolição da república, em 1851, teve lugar.) O segundo marco foi o isolamento e derrota dos trabalhadores revolucionários em Paris, batidos na insurreição de junho (ver mais adiante).

Na Huropa central o ponto decisivo veio quando o exército dos Habsburgos, com sua liberdade de manobra aumentada pela fuga do imperador em maio, conseguiu reagrupar-se, derrotar, em junho, uma insurreição radical em Praga – não sem o apoio da classe média moderada da Tchecoslováquia e Alemanha – e em seguida reconquistar as terras da Bohemia, que eram o coração econômico do império, e logo após recuperar o controle da Itália do norte. Uma tardia e rápida revolução nos principados do Danúbio foi esmagada pela intervenção russa e turca.

Entre o verão e o fim do ano, os velhos regimes retomaram o poder na Alemanha e na Áustria, embora tenha sido necessário recuperar a cidade de Viena, cada vez mais revolucionária, pela força das armas em outubro, com um custo de mais de 4 mil vidas. Depois disso, o rei da Prússia teve suficiente coragem para restabelecer sua autoridade por sobre os berlinenses sem maior problema, e o resto da Alemanha (exceto por alguma oposição no sudoeste) rapidamente entrou na linha, deixando o Parlamento alemão, ou melhor, a Assembléia Constitucional eleita nos esperançosos dias da primavera, assim como a Assembléia prussiana radical e outras entregues a suas discussões, esperando por seu fechamento. Por volta do inverno, apenas duas regiões ainda estavam nas mãos da revolução – partes da Itália e a Hungria. Terminaram por ser reconquistadas, em seguida a uma retomada mais modesta da ação revolucionária na primavera de 1849, em meados daquele ano.

Depois da capitulação dos húngaros e dos venezianos em agosto... de 1849, a revolução estava morta. Com a única exceção na França, todos os antigos comandos foram restaurados no poder – em alguns casos, como no Império dos Habsburgos, inclusive com mais força do que antes – e os revolucionários espalharam-se no exílio. Mais uma vez, com a exceção da França, virtualmente todas as mudanças institucionais, todos os sonhos políticos e sociais da primavera de 1848 foram varridos, e mesmo na França a república teria apenas mais dois anos e meio de vida. Ocorrera uma, e apenas uma modificação irreversível importante: a abolição da escravatura no Império dos Habsburgos. Excetuando-se esta última, apesar de ser visivelmente uma importante realização, 1848 aparece como a revolução da moderna história da Europa que combinou a maior promessa, a maior extensão, o maior sucesso inicial imediato e o mais rápido e retumbante fracasso. Num certo sentido, lembra outro fenômeno de massa da década de 1840, o movimento cartista[4] na Inglaterra. Os objetivos específicos do Cartismo foram eventualmente atingidos – mas não revolucionariamente ou num contexto revolucionário. Suas grandes aspirações não chegaram a ser perdidas, mas a ação que deveria tê-las levado à frente era completamente diferente da de 1848. Não é um acidente que o documento daquele ano, que viria a ter o mais duradouro e significativo efeito na história mundial, tenha sido o *Manifesto Comunista.*

Todas estas revoluções têm algo mais em comum, que contribuiu largamente para o seu fracasso. Elas foram, de fato ou enquanto antecipação imediata, revoluções sociais dos trabalhadores pobres. Portanto, elas assustaram os moderados liberais a quem elas mesmas deram poder e proeminência – e mesmo alguns dos políticos mais radicais –, pelo menos tanto quanto os conservadores que apoiavam os antigos regimes. O conde Cavour de Piedmont, futuro arquiteto da Itália Unida, pôs seu dedo nesta fraqueza alguns anos antes (1846):

"Se a ordem social chegar a ser genuinamente ameaçada, se os grandes princípios sobre os quais ela repousa vierem a estar diante de um sério risco, então muitos dos mais decididos oposicionistas, os mais entusiásticos republicanos, serão, temos certeza, os primeiros a aliarem-se aos flancos do partido conservador."

Portanto, aqueles que fizeram a revolução eram inquestionavelmente os trabalhadores pobres. Foram eles que morreram nas barricadas urbanas: em Berlim, havia apenas 15 representantes das classes educadas e 30 mestres-artesãos entre os 300 mortos das lutas de março; em Milão, apenas 12 estudantes, trabalhadores de colarinho branco ou proprietários entre os 350 mortos na insurreição. Foi sua fome que alimentou as demonstrações que se transformaram em revoluções. O campo nas regiões ocidentais da revolução estava relativamente calmo, enquanto que o sudoeste alemão viu muito mais a insurreição campesina do que é comumente lembrado, mas em outros lugares o medo da revolta no campo era suficientemente agudo para transformar-se em realidade, apesar de que ninguém precisaria usar muita imaginação em áreas como a Itália do sul, onde os camponeses por todos os lados marcharam espontaneamente com bandeiras e tambores por sobre os grandes estados. Mas o medo por si só era suficiente para concentrar totalmente as mentes dos proprietários da terra. Aterrorizados pelos falsos rumores de uma grande insurreição escrava sob a liderança do poeta Sándor Petöfi (1823-49), a Dieta Húngara – uma Assembléia constituída esmagadoramente por proprietários – votou a imediata abolição da escravatura logo em 15 de março, mas mesmo alguns dias antes o governo imperial, procurando isolar os revolucionários de uma base rural, já havia decretado a imediata abolição da escravatura na Galícia, a abolição do trabalho forçado e outras obrigações feudais nas terras tchecas. Não havia dúvida que a "ordem social" estava em perigo.

O perigo não era igualmente agudo em todos os lugares. Camponeses poderiam ser – e eram – comprados pelos governos conservadores. É improvável que a classe média alemã, incluindo os confiantes homens de negócios da Uhr, estivessem desesperadamente assustados por uma perspectiva de comunismo proletário, ou mesmo poder proletário, que tinha pouca importância exceto em Colônia (onde Marx tinha instalado seu quartel-general) e em Berlim, onde um tipógrafo comunista, Stefan Born, organizara um movimento operário de razoável importância. Porém, da mesma forma como as- classes médias européias dos anos 1840 julgaram ter reconhecido a forma de seus problemas sociais futuros na chuva e fumaça de Lancashire, assim também pensaram ter reconhecido uma outra forma do futuro atrás das barricadas de

Paris, o grande antecipador e exportador de revoluções. E a revolução de fevereiro não tinha sido feita apenas pelo "proletariado", mas era uma revolução social consciente. Seu objetivo não era meramente uma república, mas a "república social e democrática". Seus líderes eram socialistas e comunistas. Seu governo provisório incluiu um trabalhador genuíno, – um mecânico conhecido por Alberto. Por alguns dias houve dúvidas se sua bandeira seria a tricolor ou a bandeira vermelha da revolta social.

Exceto onde questões tais corno autonomia nacional ou independência estavam em jogo, a oposição moderada dos anos de 1840 não desejou nem se dedicou seriamente à revolução, e mesmo na questão nacional os moderados preferiram negociação e diplomacia ao invés de confrontação. Eles teriam preferido mais, sem dúvida, mas estavam preparados para negociar concessões que, poder-se-ia razoavelmente argumentar, mesmo o mais estúpido dos absolutistas como o tzar mais cedo ou mais tarde seria forçado a conceder, ou mudanças internacionais que, mais cedo ou mais tarde viriam certamente a ser aceitas pela oligarquia dos "superpoderes" que decidiam nestas questões. Arrastados para a revolução pela força dos pobres e/ou pelo exemplo de Paris, eles naturalmente tentaram transformar uma inesperadamente boa situação para extrair a maior vantagem. Portanto, em última análise, eles estavam certamente, e desde o começo, muito mais assustados pelo perigo de sua própria esquerda do que pelos velhos regimes. Quando as barricadas subiram em Paris, todos os liberais moderados (e, como observou Cavour, uma razoável proporção de radicais) passaram a ser conservadores em potencial. Como a opinião moderada mais ou menos rapidamente mudava de lado ou desertava, os trabalhadores e os intransigentes entre os radicais democratas ficavam isolados, ou, o que era mais fatal, ficavam diante de uma união de conservadores e ex-moderados aliados ao velho regime: o "partido da ordem", como os franceses chamaram. 1848 fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as "forças do progresso" unidas, mas entre "ordem" e "revolução social". Sua confrontação crucial não foi a de fevereiro em Paris, mas a de junho em Paris, quando os trabalhadores manobrados para uma insurreição isolada foram derrotados e massacrados. Eles lutaram e morreram bravamente. Cerca de 1500 caíram na luta das ruas – dois terços dos mortos do lado do governo. É característica da ferocidade do ódio que os ricos nutrem pelos pobres o fato de que uns 3 mil foram trucidados depois da derrota, enquanto outros 12 mil foram aprisionados, a maioria deportada para campos de trabalho na Argélia. Por seu turno, a revolução de fevereiro em Paris custara apenas 370 vidas.

Portanto, a revolução manteve seu ímpeto somente onde os radicais eram suficientemente fortes e suficientemente ligados com o movimento popular para empurrar os moderados para frente, ou fazê-la sem eles. Isto era mais

provável de ocorrer em países onde a questão crucial era a libertação nacional, um objetivo que requer a contínua mobilização das massas. Eis por que a revolução durou mais na Itália e sobretudo na Hungria. Na França a unidade nacional e a independência não estavam em questão. O nacionalismo alemão estava preocupado com a unificação de numerosos estados separados, o que era, porém, impedido não pela dominação alienígena mas – exceto por alguns interesses particularistas – pela atitude de dois superpoderes que se consideravam a si próprios alemães, Prússia e Áustria. As aspirações nacionais eslavas entraram em conflito logo de início com as das nações "revolucionárias" como as dos alemães e magiares, e calaram-se dali em diante, se não chegaram mesmo a apoiar a contra-revolução. Mesmo a esquerda tcheca olhou o Império dos Habsburgos como uma proteção à absorção por uma Alemanha nacional. Os poloneses não tomaram nenhuma parte importante nesta revolução.

Na Itália, os moderados, unidos na retaguarda do antiaustríaco rei de Piedmont e com as fileiras engrossadas depois da insurreição de Milão pelos principados menores, tomaram a dianteira na luta contra o opressor, enquanto não perdiam de vista os republicanos e a revolução social. Graças â fraqueza militar dos estados italianos, à hesitação de Piedmont e, talvez acima de tudo, à recusa de apelar aos franceses (que dariam apoio, acreditava-se, à causa republicana), eles foram duramente derrotados pelo exército austríaco em Custozza, no mês de julho. (Pode ser notado, de passagem, que o grande republicano G. Mazzini (1805-72), com seu infalível instinto para o que era politicamente fútil, opôg-se a um pedido de ajuda aos franceses.) A derrota desacreditou os moderados e passou a liderança da libertação nacional aos radicais, que tomaram o poder em diversos estados italianos durante o outono, para finalmente conseguir instalar uma república romana em 1849, dando a Mazzini ampla oportunidade para retórica. (Veneza, sob o governo de um advogado sensível, Daniele Manin (1804-57), já havia se tornado uma república independente, ficando fora dos distúrbios até que foi inevitavelmente reconquistada pelos austríacos – mais tarde até do que os húngaros – no final de agosto de 1849.) Os radicais não foram uma ameaça militar para a Áustria: quando eles fizeram com que Piedmont declarasse guerra novamente em 1849, os austríacos os venceram facilmente em Novara, no mês de março. Além disso, apesar de mais determinados a expulsar os austríacos e unificar a Itália, eles partilhavam, de modo geral, do medo dos moderados pela revolução social. Mesmo Mazzini, com todo o seu zelo pelo homem comum, preferia que este confinasse seus interesses a questões espirituais, detestava socialismo e opunha-se a qualquer interferência com a propriedade privada. Depois deste fracasso inicial, a revolução italiana viveu do tempo dos outros. Ironicamente, entre aqueles que suprimiram-na, estavam os exércitos da França, que reconquistou Roma em junho. A expedição romana era uma tentativa de assegurar a

influência diplomática francesa mais uma vez na península contra a Áustria. Também teve a vantagem extra de ser popular entre os católicos, apoio este que o regime pós-revolucionário confiava receber.

Diferentemente da Itália, a Hungria já era uma entidade política mais ou menos unificada ("as terras da coroa de Santo Estevão"), com uma constituição eficiente, um não-negligenciável grau de autonomia, e quase todos os elementos de um estado soberano exceto independência. Sua fraqueza era que a aristocracia magiar, que governava esta vasta e esmagadora área, governava não somente o campesinato da grande planície, mas também uma população da qual talvez uns 60% consistisse de croatas, sérvios, eslovacos, romenos e ucranianos, sem mencionar uma substancial minoria alemã. Estes povos camponeses não eram antipáticos a uma revolução que libertasse os escravos, mas sentiam antagonismo pela recusa demonstrada inclusive por alguns radicais de Budapest em fazer qualquer concessão no sentido de reconhecer suas diferenças nacionais em relação aos magiares. Os representantes destas minorias eram hostilizados por uma feroz política de magiarização que objetivava incorporar algumas regiões fronteiriças, ainda de alguma forma autônomas, num estado magiar centralizado e unitário. A Corte em Viena, seguindo a habitual máxima imperialista 'divide e impera', ofereceu-lhes apoio. Viria a ser o exército croata, sob o comando do barão de Jellacic (um amigo de Gaj, o pioneiro do nacionalismo iugoslavo), quem comandaria o assalto a Viena e a Hungria revolucionárias.

Apesar disso, na área que hoje aproximadamente contém a Hungria, a revolução conseguiu manter o apoio de massa do povo (magiar) por razões nacionais e sociais. Os camponeses consideravam ter recebido sua liberdade não do imperador mas da revolucionária Dieta Húngara. Esta foi a única parte da Europa onde a derrota da revolução foi seguida de algo parecido a uma guerrilha rural, que o famoso bandido Sándor Rósza manteve por vários anos. Quando a revolução estourou, a Dieta, consistindo de uma Câmara alta de moderados magnatas comprometidos e de uma Câmara baixa dominada por nobres rurais e advogados radicais, teve apenas que trocar protestos exigindo ação. Tal veio rapidamente a ocorrer, sob a liderança de um hábil advogado, jornalista e orador, Louis Kossuth (1802-94), que viria a se tornar a personalidade revolucionária internacionalmente mais famosa de 1848. Por razões práticas a Hungria, sob um governo de coalizão moderado-radical relutantemente autorizado por Viena, era um estado autônomo, pelo menos até que os Habsburgos estivessem em condições de reconquistá-la. Depois da batalha de Custozza eles pensaram que já estavam e, cancelando as leis da reforma húngara de março e invadindo em seguida o país, colocaram os húngaros diante da alternativa de capitulação ou radicalização. Conseqüentemente, sob a liderança de Kossuth, a Hungria virou a mesa, depondo o imperador (apesar de

formalmente não proclamar a república) em abril de 1849. O apoio popular e a liderança militar de Görgei permitiu aos húngaros fazer face ao exército austríaco. Eles só vieram a ser derrotados quando Viena, em desespero, apelou para a derradeira arma da reação, as forças russas. Isso foi decisivo. Em 13 de agosto, a parcela remanescente do exército húngaro capitulou – não para o comando austríaco, mas para o russo. Sozinha entre as revoluções de 1848, a húngara não caiu e nem de longe pareceu cair devido a sua fraqueza interna, mas pela esmagadora intervenção externa. É evidente que as chances do país em evitar a conquista eram nulas depois que todo o resto ruíra.

Havia alguma alternativa para esta *débâcle* geral? Quase que certamente não. Dos principais grupos sociais envolvidos na revolução, a burguesia, como já vimos, descobriu que preferia a ordem à chance de pôr em prática todo o seu programa, quando diante da ameaça à propriedade. Diante do confronto com a revolução "vermelha", os moderados liberais e os conservadores marchavam ombro a ombro. Os "notáveis" na França, quer dizer, as pessoas de respeito, influentes e ricas"" que dirigiam as questões políticas daquela nação, deram fim a sua longa e antiga luta entre os partidários dos Bourbons, dos Orleans, mesmo dos que apoiavam a república e adquiriram uma consciência de classe nacional através de um emergente e novo "partido da ordem"; As figuras-chave na monarquia restaurada dos Habsburgos viriam a ser o ministro do Interior Alexander Bach (1806-67), um antigo moderado liberal oposicionista e o magnata do comércio e navios K. von Bruck (1798-1860), figura-chave no porto de Trieste. Os banqueiros e comerciantes da região da Uhr, que falavam pelo liberalismo burguês prussiano teriam preferido uma monarquia constitucional limitada, desde que confortavelmente estabelecida como os pilares de uma Prússia restaurada, onde todos os eventos viessem a prescindir de um sufrágio democrático. De volta, os regimes conservadores restaurados estavam bem preparados para fazer concessões ao liberalismo econômico, legal e até cultural dos homens de negócios, desde que isto não significasse um recuo político. Como veremos mais tarde, os anos reacionários de 1850 viriam a ser, em termos econômicos, um período de sistemática liberalização. Em 1848-49, os moderados liberais fizeram então duas importantes descobertas na Europa ocidental: que revoluções eram perigosas e que algumas de suas mais substanciais exigências (especialmente nos assuntos econômicos) poderiam vir a ser atingidas sem elas. A burguesia cessara então de ser uma força revolucionária.

O grande corpo de radicais da baixa classe média, artesãos descontentes, pequenos proprietários etc, e mesmo agricultores, cujos porta-vozes e líderes eram intelectuais, especialmente jovens e marginais, formavam uma força revolucionária significativa, mas dificilmente uma alternativa política. Eles alinhavam-se, em geral, com a esquerda democrática. A esquerda alemã

pedia novas eleições, pois seu radicalismo fizera grande estardalhaço em muitas áreas no final de 1848 e início de 1849, apesar de então já não mais dominar as grandes cidades, que haviam sido reconquistadas pela reação. Na França, os democratas radicais conseguiram 2 milhões de votos em 1849, contra 3 milhões para os monarquistas e 800 mil para os moderados. Os intelectuais forneceram seus ativistas, mas apenas em Viena a "Legião Acadêmica" de estudantes chegou a formar efetivamente tropas de choque para combate. Chamar 1848 de "a revolução dos intelectuais" é um erro. Eles não eram mais importantes nesta revolução que em quaisquer das outras que ocorreram, assim como esta, em países relativamente atrasados, onde o melhor do estrato médio consistia de pessoas caracterizadas por sua escolarização e comando da palavra escrita: graduados de todos os tipos, jornalistas, professores, funcionários. Mas não havia dúvida de que os intelectuais eram proeminentes: poetas tais como Petöfi na Hungria, Herwegh e Freiligrath na Alemanha (que pertencia ao corpo editorial da *Neue Rheinische Zeitung),* Victor Hugo e o consistente moderado Lamartine na França (os professores franceses, ainda que suspeitos para os governos, permaneceram quietos sob a monarquia de julho e supõe-se terem feito frente com a "ordem" em 1848); acadêmicos em grande número na Alemanha (a maioria no lado moderado); médicos como C. G. Jacoby (1804-51) na Prússia, Adolf Fischhof (1816-93) na Áustria; cientistas como F. V. Raspail (1794-1878) na França; e uma vasta quantidade de jornalistas e publicistas dos quais Kossuth era entre todos o mais celebrado e Marx provava ser o mais formidável.

Como indivíduos, tais homens podiam exercer um papel decisivo; como membros de um estado social específico ou como membros de uma pequena-burguesia radical, não o podiam. O radicalismo dos "pequenos", que tinha expressão na exigência de "uma constituição democrática de estado, fosse constitucional ou republicana, fornecendo-lhes a maioria para si e seus aliados camponeses, assim como um governo democrático local que lhes desse controle sob a propriedade municipal e sobre uma série de funções atualmente exercidas pelos burocratas", era suficientemente genuíno, mesmo com uma crise secular numa das mãos e uma depressão econômica temporária na outra, "proporcionando um gosto um pouco amargo. O radicalismo dos intelectuais possuía raízes um pouco menos profundas. Tinha sua base largamente (como descobriu-se depois) na inabilidade da nova sociedade burguesa, de antes de 1848, em produzir suficiente número de postos de *status* adequado para os educados, que produzia em quantidade sem precedentes, e cuja recompensa salarial era bem mais modesta que suas ambições. O que aconteceu com todos aqueles estudantes radicais de 1848 nos anos prósperos de 1850 e 1860? Eles continuaram a herança da tradição familiar e finalmente se acomodaram. E havia inúmeras possibilidades de acomodar-se, especialmente depois da retirada da velha nobreza e da diversificação das formas de fazer dinheiro que a

burguesia ligada ao comércio produzia para aqueles cujas qualificações eram primariamente escolaridade. Em 1842, 10% dos professores de liceus franceses originavam-se dos "notáveis", mas por volta de 1877, nenhum. Em 1868 a França produziu poucos graduados secundários *(bacheliers)* a mais que nos anos de 1830, mas um número muito maior podia seguir carreira nos bancos, comércio, no bem-sucedido jornalismo e, depois de 1870, na política profissional.

Além disso, quando diante da revolução vermelha, mesmo os radicais democratas tendiam a cair na retórica, dilacerados entre sua genuína simpatia pelo "povo" e seu sentido de propriedade e dinheiro. Diferentes da burguesia liberal, eles não mudaram de lado. Apenas vacilaram, mas nunca muito distantes da direita.

No que diz respeito aos trabalhadores pobres, faltava-lhes organização, liderança, e, talvez acima de tudo, a conjuntura histórica para fornecer uma alternativa política. Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram porém demasiadamente fracos para fazer algo mais do que ameaçar seus inimigos.Suas forças eram desproporcionalmente efetivas, pois estavam concentrados em massas famintas nos lugares mais sensíveis, ou seja, as cidades maiores, especialmente as capitais.

Tudo isto trazia certa fraqueza encoberta: em primeiro lugar, sua deficiência numérica – eles não eram sempre maioria nas cidades, geralmente considerando-se mesmo uma modesta minoria da população – e em segundo lugar, sua imaturidade política e ideológica. Entre eles, os estratos mais ativistas e politicamente conscientes consistiam de artesãos pré-industriais (usando o termo na forma que os ingleses contemporâneos o entendem, referindo-se a trabalhadores tais como artífices, artesãos, trabalhadores manuais especializados em oficinas não-mecânicas, etc). Atirados na revolução social, seus alvos enquanto massa eram distintamente mais modestos na Alemanha, como o impressor comunista Stefan Born descobriu em Berlim. Os pobres e os trabalhadores não-especializados das cidades e, fora da Inglaterra, o proletariado industrial e mineiro como um todo não haviam ainda desenvolvido uma ideologia política para si. Na zona industrial do norte da França, mesmo o republicanismo teve dificuldades em impor-se até quase o final da segunda república. 1848 viu Lille e Roubaix exclusivamente preocupadas com seus problemas econômicos, dirigindo seus tumultos não contra reis ou burgueses, mas contra os ainda mais famintos trabalhadores belgas imigrantes.

Onde os plebeus urbanos, ou mais raramente os novos proletários, encontravam-se sob a influência da ideologia jacobinista, socialista ou democrático-republicana ou – como em Viena – de estudantes ativistas, tornavam-se uma força política, pelo menos como geradores de motins. (Sua participação em eleições ainda era baixa e imprevisível, diferente daqueles

trabalhadores rurais pauperizados que, na Saxônia ou Inglaterra, eram altamente radicalizados.) Paradoxalmente, fora de Paris isto era raro na França jacobina, enquanto que na Alemanha a Liga Comunista de Marx fornecia os elementos de uma rede nacional para a extrema-esquerda. Fora deste raio de influência, os trabalhadores pobres eram politicamente insignificantes.

Evidentemente, não deveríamos subestimar o potencial do "proletariado" de 1848, mesmo que jovem e imaturo como força social, começando, como estava, a ter sua consciência enquanto classe. Em certo sentido, aliás, seu potencial revolucionário era maior do que seria subseqüentemente. O duro conhecimento do pauperismo e da crise antes de 1848 havia encorajado poucos a acreditar que o capitalismo poderia ou iria trazer condições decentes de vida ou, se trouxesse, se elas iriam durar. A juventude e a fraqueza da classe trabalhadora, ainda emergindo da massa dos trabalhadores pobres, mestres artesãos independentes e pequenos comerciantes, evitou porém uma concentração exclusiva em reivindicações econômicas, o que só ocorria entre os mais ignorantes e isolados. As reivindicações *políticas,* sem as quais nenhuma revolução é feita, nem mesmo a mais puramente social delas, foram feitas no contexto da situação. O objetivo popular em 1848, a "república democrática e social", era simultaneamente social e político. Mas mesmo a experiência trabalhista, acrescentada de novos elementos institucionais baseados na prática de sindicatos e da ação cooperativa, não foi suficiente para criar elementos novos e poderosos como os *sovietes* da revolução russa.

Além disso, organização, ideologia e liderança eram lamentavelmente pouco desenvolvidas. Mesmo a mais elementar das formas, o sindicato, era restrito a umas poucas centenas ou, no melhor dos ca-sos, uns poucos milhares de membros. Freqüentemente, mesmo as sociedades dos trabalhadores especializados, pioneiros em sindicalismo, apareceram pela primeira vez durante a revolução – os impressores na Alemanha, os chapeleiros na França. Os socialistas e comunistas organizados eram ainda mais limitados em número: umas poucas dúzias, no máximo umas poucas centenas. Portanto, 1848 foi a primeira revolução na qual socialistas ou mais precisamente comunistas – pois socialismo pré-1848 era um movimento largamente apolítico para construir utopias cooperativas – apareceram na frente da cena desde o inicio. Era o ano não apenas de Kossuth, A. Ledru-Rollin (1807-74) e Mazzini, mas de Karl Marx (1818-83), Louis Blanc (1811-82) e L. A. Blanqui (1805-81) (o severo rebelde que saiu de uma vida na prisão apenas quando libertado pelas revoluções), de Bakunine e mesmo de Proudhon. Mas o que significava socialismo para os seus seguidores além de um nome para uma classe trabalhadora autoconsciente, com suas próprias aspirações a uma sociedade diferente do capitalismo e baseada na sua derrubada? Mesmo seu inimigo não estava claramente definido. Falava-se muito de "classe trabalhadora" e mesmo de "proletariado", mas, durante a

revolução, nada sobre "capitalismo".

De fato, quais eram as perspectivas políticas de uma classe trabalhadora mesmo que socialista? O próprio Karl Marx não acreditou que a revolução estivesse na agenda. Mesmo na França, "o proletariado de Paris ainda era incapaz de ir além da república burguesa de outra forma que não fosse na *idéia,* na *imaginação".* "Suas necessidades imediatas e confessadas desviava-os da vontade de derrubar a burguesia, e nem eles possuíam os instrumentos para tal efetuar." O máximo que poderia ser atingido seria uma república burguesa que trouxesse à luz a verdadeira natureza da futura luta – a confrontação entre a burguesia e o proletariado – e fixasse na lembrança dos trabalhadores que "sua posição como classe ficara mais insuportável e que seu antagonismo com a burguesia tornara-se mais agudo". Seria numa primeira instância uma república democrática, numa segunda uma transição de uma revolução burguesa incompleta para uma revolução proletária-popular, e finalmente uma ditadura do proletariado ou, como na frase que talvez tenha derivado de Blanqui, é que refletiu a temporária proximidade dos dois grandes revolucionários no imediato pós-1848, a "revolução permanente". Mas, diferente de Lênin em 1917, Marx não concebeu a substituição da revolução burguesa por uma proletária até depois da derrota de 1848; e então, quando formulou uma perspectiva comparável a de Lênin, não a manteve por muito tempo. Não haveria uma segunda edição de 1848 na Europa central e do norte. A classe operária, como ele cedo reconheceu, teria de seguir um caminho diferente.

Portanto, as revoluções de 1848 surgiram e quebraram-se como uma grande onda, deixando pouco, exceto mito e promessa. Elas "deveriam ter sido" revoluções burguesas, mas a burguesia fugiu delas. Elas poderiam ter-se reforçado umas às outras sob a liderança da França, prevenindo ou adiando a restauração dos velhos governos, e mantendo à distância o tzar. Mas a burguesia francesa preferiu a estabilidade social em casa aos prêmios e perigos de ser, uma vez mais, *la grande nation* e, por razões análogas, os líderes moderados da revolução hesitaram em pedir a intervenção francesa. Nenhuma outra força social poderia ter sido forte suficientemente para dar-lhes coerência e ímpeto, exceto nos casos especiais onde havia luta pela independência contra um poder politicamente dominante, e mesmo isso falhou, já que as lutas nacionais ficaram isoladas e, em todos os casos, fracas demais para fazer frente aos poderosos de antes. Os grandes e característicos personagens de 1848 representaram seus papéis de heróis no palco da Europa por poucos meses, para depois desaparecerem para sempre – com a exceção de Garibaldi que viria a ter um momento ainda mais glorioso doze anos mais tarde. Kossuth e Mazzini viveram o resto de suas vidas no exílio, pouco contribuindo diretamente para a conquista por seus países da autonomia e unificação, apesar de terem um lugar garantido nos seus panteões nacionais. Ledru-Rollin e Raspail nunca mais vieram a ter um

outro momento de celebridade como na segunda república, e os eloqüentes professores do parlamento de Frankfurt retiraram-se para seus gabinetes. Dos passionais exilados de 1850, formando grandes planos e governos rivais no exílio do *fog* de Londres, nada sobreviveu, salvo a obra dos mais isolados e atípicos, Marx e Engels.

Ainda assim, 1848 não foi meramente um breve episódio histórico sem conseqüências. Se as mudanças que 1848 realizou não foram nem as que os revolucionários intentaram, nem mesmo facilmente definíveis em termos de regimes políticos, leis e instituições, elas foram pelo menos bem profundas. Marcaram o fim, pelo menos na Europa ocidental, da política da tradição, das monarquias que acreditavam que seus povos (exceto os descontentes da classe média) aceitavam, acolhiam mesmo com prazer, a regra do direito divino que apontava dinastias para presidir sobre sociedades hierarquicamente estratificadas, tudo sancionado pela tradição religiosa, na crença dos direitos e deveres patriarcais dos que eram superiores social e economicamente. Como o poeta Grillparzer, ele mesmo de forma alguma um revolucionário, escreveu ironicamente sobre, presumivelmente, Metternich:

> Aqui jaz, sua celebridade esquecida,
> O legítimo famoso Dom Quixote
> Quem, revirando a verdade e o fato, julgou-se esperto
> E acabou acreditando nas suas próprias mentiras;
> Um velho louco, que deve ter sido um patife na juventude:
> Não podia mais reconhecer a verdade.

Dali em diante, as forças do conservadorismo, privilégio e riqueza teriam que defender-se de outras formas. Mesmo os pesados e ignorantes camponeses da Itália do sul, na grande primavera de 1848, cessaram de patrocinar o absolutismo, como haviam feito 50 anos antes. Quando eles marcharam para ocupar a terra, raramente expressaram hostilidade à "constituição".

Os defensores da ordem social precisaram aprender a política do povo. Esta foi a maior inovação trazida pelas revoluções de 1848. Mesmo os mais arqui-reacionários dos *junkers*[5] prussianos descobriram, naquele ano, que precisavam de um jornal que pudesse influenciar a "opinião pública" – conceito em si próprio ligado ao liberalismo e incompatível com a hierarquia tradicional. O mais inteligente dos arqui-reacionários prussianos de 1848, Otto von Bismarck (1815-98), mais tarde demonstraria sua lúcida compreensão da natureza da

política na sociedade burguesa e seu magistral domínio das suas técnicas. Porém, as inovações políticas mais significativas deste tipo ocorreram na França.

Ali, a derrota da insurreição da classe trabalhadora em junho havia deixado um poderoso "partido da ordem", capaz de derrotar a revolução social mas não de conseguir o apoio das massas, ou mesmo daqueles conservadores que não desejavam que, em função da defesa de sua "ordem", necessitassem se comprometer com aquele preciso tipo de moderado republicanismo que estava então no poder. O povo estava ainda demasiado mobilizado para permitir uma limitação nas eleições: somente após 1850, uma substancial parte da "vil multidão" – quer dizer, um terço da França, dois terços de Paris – foi excluída do voto. Entretanto, em dezembro de 1848, os franceses não elegeram um moderado para a nova presidência da república, mas também não elegeram um radical. (Não havia candidato monarquista.) O vencedor, por maioria esmagadora – 5,5 milhões em 7,4 milhões de votos – foi Luís Napoleão, sobrinho do grande imperador. Apesar de ter demonstrado mais tarde ser um político notavelmente astuto, Napoleão deu a impressão, quando assumiu o governo no final de setembro, nada mais ter qae um nome prestigiado e o apoio de uma devotada amante inglesa. Evidentemente ele não era um revolucionário no sentido social, mas também não era um conservador; seus seguidores chegaram mesmo a fazer algumas brincadeiras com seu interesse na juventude pelo Saintsimonismo (Ver Cap. 3 parte II mais adiante) e alegaram ter ele alguma simpatia pelos pobres. Mas basicamente ele venceu porque os camponeses votaram solidamente no *slogan:* "Abaixo as taxas, abaixo os ricos, abaixo a república, viva o imperador"; em outras palavras, como Marx analisou, os trabalhadores votaram nele contra a república dos ricos, pois na percepção deles Luís Napoleão significava "a deposição de Cavaignac (que havia derrotado a insurreição de junho*),* a demissão do republicanismo burguês, a recuperação da vitória de junho", e a pequena-burguesia, porque ele parecia não alinhar-se com a grande burguesia.

A eleição de Luís Napoleão significou que mesmo a democracia do sufrágio universal, aquela instituição identificada com a revolução, era compatível com a manutenção da ordem social. Mesmo uma massa esmagadora de descontentes não estava destinada a eleger governantes dedicados a "derrubar a sociedade". As grandes lições desta experiência não foram imediatamente apreendidas, pois Luís Napoleão cedo aboliu a república e proclamou-se imperador, apesar de nunca esquecer as vantagens políticas de um bem-conduzido sufrágio universal, que veio a reintroduzir. Ele viria a ser o primeiro dos chefes de estado modernos que governaria não apenas baseado na força das armas, mas também com aquela espécie de demagogia e de relações públicas tão mais facilmente operadas do alto do estado do que de qualquer outro lugar. Sua experiência demonstra não apenas que a "ordem social" podia aparecer

como uma força capaz de atrair a "esquerda", mas também uma era ou um país onde os cidadãos tinham sido mobilizados para participar na política. As revoluções de 1848 deixaram claro que a classe média, liberalismo, democracia política, nacionalismo e mesmo as classes trabalhadoras eram, daquele momento em diante, presenças permanentes no panorama político. A derrota das revoluções poderia temporariamente tirá-los do cenário, mas quando reapareciam, determinavam as ações mesmo daqueles estadistas que tinham menos simpatias por eles.

---

[1] Foi também traduzido em polonês e sueco no mesmo ano, mas é justo dizer que suas reverberações políticas fora dos pequenos grupos de revolucionários alemães foram insignificantes até que foi republicado no início da década de 1870.

[2] França. Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Áustria, Itália, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria, parte da Polônia e Romênia. Os efeitos políticos da revolução também podem ser vistos como sérios na Bélgica, Suíça e Dinamarca.

[3] Dos delegados ao "pré-parlamento" alemão da região de Uhr, 45% representavam grandes cidades, 24% pequenas cidades e apenas 10% o campo, onde 73% da população vivia.

[4] Movimento trabalhista inglês peta reforma parlamentar, teve seu nome baseado na Carta do Povo, um programa elaborado pelo radical londrino William Lovett em maio de 1838. Continha seis reivindicações: sufrágio universal, igualdade dos distritos eleitorais, voto secreto, eleição anual do Parlamento, pagamentos aos parlamentares e abolição da qualificação de proprietário para os candidatos. Foi o primeiro movimento nacional trabalhista que nasceu do protesto contra as injustiças sociais.da nova ordem industrial na Inglaterra. O movimento foi abalado com o esmagamento de uma revolta em Newport e o banimento de seus líderes para a Austrália. Quando a economia saiu da depressão o movimento perdeu sua força. Mais tarde, todas as reivindicações foram transformadas em leis, com a exceção da eleição anual do Parlamento. (N. T.)

[5]Morgado, membro da classe dominante na Prússia. (N. T.).

Segunda parte

DESENVOLVIMENTO

2

A GRANDE EXPANSÃO [1]

Aqui, aquele que é poderoso nas armas da paz, capital e maquinaria, usa-as para proporcionar conforto e alegria para o público, do qual ele é um servidor, tornando-se portanto rico enquanto enriquece a outros com suas mercadorias.

— William Whewell, 1852.

Um povo pode atingir bem-estar material sem táticas subversivas se ele for dócil, trabalhador e se esforçar sempre para melhorar.

— Dos estatutos da *Société contre L'Ignorance* de Clermont-Ferrand, 1869

A área inabitada do mundo expande-se rapidamente. Novas comunidades, isto é, novos mercados, diariamente surgem nas outrora desertas regiões no Novo Mundo no Oeste, e nas terras tradicionalmente férteis do Velho Mundo no Leste.

— "Philoponos", 1850.

I

Poucos observadores, em 1849, poderiam ter predito que 1848 iria ser a última revolução geral no ocidente. As reivindicações políticas do liberalismo, radicalismo democrático e nacionalismo, apesar de excluírem a "república social", viriam a ser gradualmente realizadas nos 70 anos seguintes na maioria dos países desenvolvidos, sem maiores distúrbios internos, e a estrutura social da parte desenvolvida do continente iria provar a si mesma ser capaz de resistir às explosões catastróficas do século XX, pelo menos até o presente (1974). A razão principal para isso reside na transformação e expansão econômica extraordinárias dos anos entre 1848 e o início da década de 1870, que é o assunto principal deste capítulo. Foi o período no qual o mundo tornou-se capitalista e uma minoria significativa de países "desenvolvidos" transformou-se em economias industriais.

Esta era de desmedido avanço econômico começou com um *boom* que viria a ser o mais espetacular ocorrido até então, e sobretudo por ter sido temporariamente impedido pelos eventos de 1848. As revoluções haviam sido precipitadas pela última e talvez maior das crises econômicas do tipo antigo. O novo mundo do "ciclo do comércio" que apenas os socialistas haviam reconhecido como o ritmo básico e modo de operação da economia capitalista,

tinha seu tipo próprio de flutuações econômicas e suas próprias dificuldades. Porém, em meados da década de 1840, embora a difusa e incerta era do desenvolvimento capitalista desse a impressão de estar chegando a um fim, ao contrário, o grande salto para a frente estava apenas por começar. 1847-48 viu um severo tropeço do ciclo do comércio, provavelmente agravado por problemas remanescentes mais antigos. De qualquer modo, de um ponto de vista puramente capitalista, era apenas uma depressão aguda naquilo que já parecia uma tumultuada economia de negócios. James de Rothschild, que olhava a situação econômica de 1848 com bastante complacência, era um homem de negócios sensível, mas profeta político bem pobre. O pior do "pânico" parecia ter passado e as perspectivas a longo prazo eram mais róseas. Porém, embora a produção industrial tivesse se recuperado bem rapidamente, mesmo depois da virtual paralisia dos meses revolucionários, a atmosfera geral permanecia incerta.

O que seguiu foi tão extraordinário que não foi possível detectar um precedente. Nunca, por exemplo, as exportações inglesas cresceram tão rapidamente do que nos primeiros sete anos de 1850. O algodão inglês aumentou sua taxa de crescimento sobre as décadas anteriores. Entre 1850 e 1860 a taxa duplicou. Em números absolutos, a *performance* é ainda mais impressionante: entre 1820 e 1850, estas exportações cresceram em 1. 100 milhões de jardas, mas na década entre 1850 e 1860 elas cresceram consideravelmente mais que 1. 300 milhões. O número das máquinas de algodão cresceu de 100 mil entre 1819-21 e 1844-46, e dobrou daí até 1850. E estamos aqui lidando com uma grande indústria de há muito estabelecida e, mais do que isso, que acabava de perder terreno nos mercados europeus nesta década, devido à rapidez do desenvolvimento das indústrias locais. Para onde olharmos, evidências similares da grande expansão podem ser encontradas. A exportação de ferro da Bélgica mais que duplicou entre 1851 e 1857. Na Prússia, um quarto de século antes de 1850,67 companhias tinham sido fundadas com um capital total de 45 milhões de táleres, mas em 1851-57, 115 companhias similares tinham-se estabelecido – *excluindo* companhias de estradas de ferro - com um capital total de 114,5 milhões, quase todas elas, nos anos eufóricos entre 1853 e 1857 . Não é mais necessário continuar a reproduzir estas estatísticas, mas os homens de negócios da época divulgavam-nas com avidez.

O que fez este *boom* tão satisfatório para os homens de negócios famintos de lucros foi a combinação de capital barato e um rápido aumento nos preços. Depressões (do tipo de ciclo de comércio) sempre significaram preços baixos, em todos os acontecimentos do século XIX. Expansões eram inflacionárias. Mesmo assim, o aumento de cerca de um terço dos níveis de preços ingleses entre 1848-50 e 1857 foi notavelmente grande. Os lucros aparentemente à espera de produtores e comerciantes apresentavam-se

irresistíveis. Num certo momento deste período inacreditável, a taxa de lucro do capital do *credit mobilier* de Paris, a companhia financeira que era o símbolo da expansão capitalista no período (ver capítulo 12 mais adiante), chegou a 50%. E os homens de negócios não eram os únicos a lucrar. Como já foi sugerido o emprego cresceu aos saltos, tanto na Europa como no resto do mundo, para onde homens e mulheres migravam então em quantidades enormes (ver capítulo 11 mais adiante). Não sabemos atualmente muito sobre taxas de desemprego, mas mesmo na Europa um exemplo de evidência é decisivo. O grande aumento no custo dos cereais (isto é, o principal elemento no custo de vida) entre 1853 e 1855 não precipitou mais tumultos em parte alguma, salvo em regiões atrasadas como o norte da Itália (Piedmont) e Espanha, onde talvez tenha contribuído para a revolução de 1854. A alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagaram o descontentamento popular. Mas para os capitalistas, as amplas provisões de trabalho então chegando ao mercado eram relativamente baratas.

A conseqüência política deste *boom* era de longo alcance. Proporcionou aos governos sacudidos pela revolução um espaço para respirar de valor inestimável e, por outro lado, destroçou os ânimos dos revolucionários. Numa palavra, a política estava em estado de hibernação. Na Inglaterra, o cartismo passou à história, e o fato de que sua morte tenha sido mais prolongada do que historiadores normalmente supõem, não a fez menos definitiva. Mesmo Ernest Jones (1819-69), seu líder mais persistente, desistiu de reviver um movimento independente das classes trabalhadoras no final da década de 1850. A reforma parlamentar cessou de preocupar os políticos ingleses por algum tempo, deixando-os livres para dançar seus complicados passos de bale parlamentar. Mesmo os radicais de classe média, Cobden e Bright, eram agora uma minoria isolada na política.

Para as monarquias restauradas do continente e para o filho indesejado da Revolução Francesa, o Segundo Império de Napoleão III, o espaço para respirar era ainda mais vital. Para Napoleão este espaço proporcionou maiorias eleitorais genuínas e comoventes que deram colorido à sua aspiração de ser um imperador "democrático". Para as velhas monarquias e principados, deu tempo para a recuperação política e a legitimação da estabilidade e prosperidade, que era então politicamente mais relevante que a legitimidade de suas dinastias. Também proporcionou-lhes lucros sem a necessidade de consultar assembléias representativas, e deixou os exilados políticos a roerem suas unhas e a se atacarem mutuamente com selvageria num exílio sem esperanças. Por todo aquele tempo, deixou-os fracos nos assuntos internacionais, mas fortes internamente. Mesmo o Império dos Habsburgos, que já havia sido restaurado em 1849 graças à intervenção do exército russo, era agora capaz de, pela primeira e única vez na história, administrar todos os seus territórios – incluindo

os húngaros recalcitrantes – num único regime absolutista centralizado e burocrático. Este período de calma chegou ao fim com a depressão de 1857. Economicamente falando, tratava-se apenas de uma interrupção da era de ouro do crescimento capitalista, que continuou numa escala até maior na década de 1860 e atingiu seu clímax em 1871-73. Politicamente, transformou a situação. Confessadamente, desapontou as esperanças dos revolucionários que esperavam um novo 1848, apesar de admitirem que "as massas haviam-se tornado letárgicas em resultado desta prolongada prosperidade". Mas a política reanimou-se. Em pouco tempo, todas as velhas questões da política liberal voltaram à agenda – a unificação nacional da Alemanha e da Itália, a reforma, constitucional, liberdades civis e o resto. Onde a expansão econômica de 1851-57 havia tomado lugar num vácuo político, prolongando a derrota e a exaustão de 1848-49, depois de 1859 ela coincidiu com uma intensa e crescente atividade política. Por outro lado, apesar de interrompida por diversos fatores externos como a Guerra Civil Americana de 1861-65, a década de 1860 foi, do ponto de vista econômico, relativamente estável. A depressão de ciclo de comércio seguinte (que ocorreu, de acordo com o gosto e a região, em algum período entre 1866 e 1868) não chegou a ser tão concentrada, global ou dramática como a de 1857-58. Em resumo, a política ganhou novo ânimo num período de expansão, mas não era mais a política da revolução.

II

Se a Europa estivesse vivendo a era dos príncipes barrocos, teria então sido soterrada por máscaras espetaculares, procissões e óperas distribuindo representações alegóricas do triunfo econômico e progresso industrial aos pés de seus governantes. De fato, o mundo triunfante do capitalismo teve seu equivalente. A era de sua vitória global foi iniciada e pontilhada pelos gigantescos rituais de autocongratulação, as grandes exibições internacionais, cada uma delas encaixada num principesco monumento à riqueza e ao progresso técnico – o Palácio de Cristal em Londres (1851), a Rotonda ("maior que São Pedro em Roma") em Viena, cada qual exibindo o número crescente e variado de manufaturas, cada uma delas atraindo turistas nacionais e estrangeiros em quantidades astronômicas. Quatorze mil firmas exibiram em Londres em 1851 – a moda tinha sido condignamente inaugurada no lar do capitalismo – 24 mil em Paris, em 1855; 29 mil em Londres, em 1862; 50 mil em Paris, em 1867. Justiça seja feita, a maior delas todas foi a Feira do Centenário de Filadélfia, em 1876, nos Estados Unidos, com a presença do Imperador e da Imperatriz do Brasil – cabeças coroadas da época, curvadas diante dos produtos da indústria – e de 130 mil cidadãos. Eles eram os primeiros dos dez milhões que pagaram tributo

naquela ocasião ao "progresso da época".

Quais eram as razões para este progresso? Por que a expansão econômica foi tão acelerada neste período? A pergunta precisaria realmente ser feita inversamente. O que nos choca retrospectivamente sobre a primeira metade do século XIX é o contraste entre o enorme e crescente potencial produtivo da industrialização capitalista e sua inabilidade, bem patente, em aumentar sua base. Poderia crescer dramaticamente, mas parecia incapaz de expandir o mercado para seus produtos, proporcionar saídas lucrativas para seu capital acumulado, ter por si só a capacidade de gerar emprego a uma taxa comparável ou com salários adequados. É instrutivo lembrar que, mesmo no final da década de 1840, observadores inteligentes e bem-informados na Alemanha – no clímax da explosão industrial naquele país – admitiam, como o fazem atualmente nos países subdesenvolvidos, que nenhuma industrialização poderia fornecer emprego para a vasta e crescente "população em excesso" dos pobres. Revolucionários tinham tido a esperança de que isso viesse a ser definitivo, mas mesmo homens de negócios temeram que isso pudesse vir a estrangular seu sistema industrial (Ver .4 *Era das Revoluções,* capítulo 16).

Por duas razões estas esperanças ou medos provaram ser infundados. Em primeiro lugar, a economia industrial nos seus primórdios descobriu – graças largamente à pressão da busca de lucro da acumulação do capital – o que Marx chamou sua "suprema realização"; a estrada de ferro. Em segundo lugar – e parcialmente devido à estrada de ferro, o vapor e o telégrafo "que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção" – o espaço geográfico da economia capitalista poderia repentinamente multiplicar-se, na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse. O mundo inteiro tornou-se parte desta economia. Esta criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período (ver capítulo 3 adiante). Olhando retrospectivamente meio século depois, H. M. Hyndman, simultaneamente um homem de negócios vitoriano e um marxista (apesar de atípico em ambos os papéis), corretamente comparou os dez anos de 1847 a 1857 com a era das grandes descobertas geográficas e as conquistas de Colombo, Vasco da Gama, Cortez e Pizarro. Apesar de nenhuma descoberta dramática ter tido lugar e (com exceções relativamente menores) poucas conquistas formais terem sido realizadas por conquistadores militares, por razões práticas um mundo econômico inteiramente novo somou-se ao antigo e integrou-se nele.

Isto era particularmente crucial para o desenvolvimento econômico e forneceu a base para a gigantesca expansão nas exportações –em mercadorias, capital e homens – que teve um papel tão importante na expansão daquele que era ainda o maior país capitalista, a Inglaterra. A economia de consumo de massa ainda repousava no futuro, exceto talvez nos Estados Unidos. O mercado

doméstico dos pobres, ainda não engrossado por camponeses e pequenos artesãos, era desdenhado como base para qualquer avanço econômico espetacular que fosse. O capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor, e a expansão simultânea do comércio e dos investimentos internacionais dá bem a medida do entusiasmo que teve em capturá-lo. O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a duplicar. Entre 1850 e 1870, cresceu de 260%. Qualquer coisa vendável era negociada, mesmo aquelas que sofriam direta resistência do país comprador, como o caso do ópio da Índia britânica exportado para a China, que dobrou em quantidade e triplicou de preço. (O número médio de caixas de ópio de Bengala exportadas anualmente em 1844-49 era de 43 mil, e, em 1869-74, 87 mil.) * Por volta de 1875, um bilhão de libras esterlinas tinham sido investidas no exterior pela Inglaterra – três quartas partes deste montante desde 1850 – enquanto o investimento externo francês decuplicava entre 1850 e 1880.

Observadores da época, com seus olhos fixos em aspectos menos fundamentais da economia, certamente apontariam um outro fator: as grandes descobertas de ouro na Califórnia, Austrália e outros lugares depois de 1848 (ver capítulo 3 mais adiante). Estas descobertas multiplicaram os meios de pagamento disponíveis para a economia mundial e removeram o que muitos homens de negócios acharam ser uma escassez (de meios de pagamento) paralisante, abaixaram a taxa de juros e encorajaram a expansão do crédito. Em sete anos a disponibilidade mundial de ouro aumentou de seis a sete vezes, assim como a quantidade de impressões de moedas de ouro emitidas pela Inglaterra, França e Estados Unidos cresceu de uma média anual de 4,9 milhões de libras em 1848-49 para 28,1 milhões de libras por ano entre 1850 e 1856. O papel da barra de ouro na economia mundial continua a ser até hoje um assunto de discussão apaixonada, debate este que não devemos abordar. Sua ausência, entretanto, não deve ter trazido tantos inconvenientes quanto foi imaginado pelos observadores da época: outros meios de pagamento como cheques – uma grande novidade – faturas, etc, estavam em expansão e a uma taxa considerável. Porém, três aspectos da nova disponibilidade de ouro praticamente não levantavam controvérsias.

Em primeiro lugar, ajudaram, talvez de forma decisiva, a produzir aquela situação relativamente rara, entre cerca de 1810 e o fim do século XIX, uma era de aumento de preços ou de inflação moderada, porém flutuante. Basicamente, a maior parte deste século foi deflacionária, devido grandemente à persistente tendência da tecnologia em baratear produtos manufaturados, e das recém-abertas fontes de matérias-primas e alimentos que barateavam (mesmo que mais intermitentemente) os produtos primários. Deflação a longo termo – isto é, pressão nas margens de lucro – não fizeram muito mal aos homens de negócios, porque estes fabricaram e venderam uma quantidade muito mais

vasta. Porém, até pouco depois do fim de nosso período, não fez aos trabalhadores muito bem, já que ou o custo de vida não caía na mesma razão ou seus salários eram demasiado magros para permitir-lhes algum benefício. De outro lado, a inflação indiscutivelmente aumentou as margens de lucro e, assim fazendo, encorajou os negócios. Nosso período foi basicamente um interlúdio inflacionário num século deflacionário.

Segundo, a disponibilidade de barras de ouro em largas quantidades ajudou a estabelecer aquele *standard* monetário estável e seguro baseado na libra esterlina (fixada com paridade no ouro), sem o qual, como a experiência das décadas de 1930 e 1970 viria demonstrar, o comércio mundial torna-se mais difícil, complexo e imprevisível. Terceiro, os caçadores de ouro abriram eles mesmos novas áreas, sobretudo no Pacífico, para intensa atividade econômica. Assim fazendo, eles "criaram mercados a partir do nada", como Engels tristemente colocou para Marx. E em meados da década de 1870, Califórnia, Austrália e outras zonas auríferas já não eram nada negligenciáveis. Elas continham para mais de três milhões de habitantes com mais dinheiro na mão que qualquer outra população comparável em tamanho.

Observadores da época também teriam dado ênfase à contribuição de um outro fator: a liberação da iniciativa privada, engenho com o qual, todos concordam, o progresso da indústria ganhou força. Nunca houve um consenso mais esmagador entre economistas ou políticos e administradores inteligentes no que toca à receita para o crescimento de sua época: o liberalismo econômico.

As barreiras institucionais sobreviventes ao livre movimento dos fatores de produção, à livre iniciativa ou a qualquer coisa que concebivelmente pudesse vir a tolher sua operacionalidade lucrativa caíram diante de uma ofensiva mundial. O que torna esta suspensão geral de barreiras tão extraordinária é que ela não estava limitada aos estados onde o liberalismo político era triunfante ou mesmo influente. Se tinha sido mais drástica nas monarquias absolutas restauradas e principados da Europa que na Inglaterra, França ou Países Baixos, era porque ali muito mais havia a ser levado de roldão. O controle das corporações sobre a produção artesanal, que tinha permanecido forte na Alemanha, deu lugar a *Gewerbefreiheit* – liberdade para iniciar e praticar qualquer forma de comércio – na Áustria em 1859, e na maior parte da Alemanha na primeira metade da década de 1860. Foi finalmente estabelecida de forma completa na Federação do Norte da Alemanha (1869) e no Império alemão; para o descontentamento de numerosos artesãos que deveriam conseqüentemente tornar-se de forma crescente hostis ao liberalismo, chegando a proporcionar uma base política para movimentos de extrema-direita a partir de 1870. A Suécia, que havia abolido as taxas em 1846, estabeleceu completa liberdade em 1864; a Dinamarca aboliu a velha legislação de taxas em 1849 e 1857; a Rússia, que na sua maior parte não havia conhecido um sistema de taxas,

removeu os últimos vestígios do que havia em uma das cidades (alemães) da sua província báltica (1866), apesar de ter continuado por razões políticas, a restringir o direito dos judeus de praticar comércio e negócios a uma área específica.

Esta liquidação legal dos períodos medieval e mercantilista não. foi limitada a uma legislação profissional. As leis contra a usura caíram por terra na Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha, entre 1854 e 1867. O controle severo que o governo exercia sobre a mineração – incluindo a operação de minas – foi virtualmente suspenso, como por exemplo, na Prússia entre 1851 e 1865, e portanto (sujeito à permissão governamental) qualquer empresário poderia então reclamar os direitos para explorar qualquer mineral que viesse a achar, e conduzir as explorações da forma que melhor lhe aprouvesse. Similarmente, a formação de companhias de negócios de então ficou muito mais livre do controle burocrático. A Inglaterra e a França conduziram estas modificações, enquanto a Alemanha só veio a estabelecer medidas similares por volta da década de 1870. A lei comercial foi então adaptada à atmosfera que prevalecia de florescente expansão comercial.

Mas, de alguma forma, a tendência mais impressionante era o movimento em direção à total liberdade de comércio. Abertamente, apenas a Inglaterra havia abandonado o protecionismo de forma total, mantendo taxas alfandegárias – pelo menos teoricamente – apenas por razões fiscais. Portanto, exceto pela eliminação ou redução de restrições etc, nas vias navegáveis internacionais como o Danúbio (1857) e o tráfico entre a Dinamarca e a Suécia, além da simplificação do sistema monetário internacional pela criação de grandes zonas monetárias (por exemplo, a União Monetária Latina da França, Bélgica, Suíça e Itália em 1865), uma série de "tratados de. livre comércio" cortaram substancialmente as barreiras de tarifas entre as nações industriais líderes na década de 1860. Mesmo a Rússia (1863) e a Espanha (1868) ligaram-se de certa forma ao movimento. Apenas os Estados Unidos, cuja indústria apoiava-se grandemente num mercado interno protegido e era pobre em exportações, permaneceu um bastião do protecionismo, mas mesmo assim mostrou alguma modificação no começo da década de 1870.

Podemos mesmo dar mais um passo. Até aquele momento, mesmo as mais audaciosas e seguras economias capitalistas haviam hesitado em repousar inteiramente no livre mercado com o qual estavam teoricamente comprometidas, principalmente no que diz respeito à relação entre patrões e empregados. Mesmo neste campo sensível, motivações não-econômicas foram evitadas. Na Inglaterra a lei do "Senhor e do Empregado" foi modificada, estabelecendo-se igualdade de tratamento no que toca ao rompimento de contrato entre ambas as partes. O que a primeira vista é mais surpreendente, entre 1867 e 1875, todos os significativos obstáculos legais aos sindicatos trabalhistas e ao direito de greve foram abolidos com um impressionante pouco

estardalhaço (ver capítulo 6 mais adiante). Muitos outros países ainda hesitaram em conceder tal liberdade à organização trabalhista, apesar do que Napoleão III relaxou a proibição legal sobre os sindicatos de forma bastante significativa. Mesmo assim, a situação geral nos países desenvolvidos tendia então para transformar-se naquilo que havia sido descrito no *Gewerbeordnunq* alemão de 1869: "As relações entre aqueles que independentemente praticam um negócio e seus trabalhadores, assistentes ou aprendizes, são determinadas por contrato livre". Apenas o mercado regulava a compra e venda da força de trabalho, como para qualquer outra coisa.

Indiscutivelmente, este vasto processo de liberalização encorajou a iniciativa privada, assim como a liberalização do comércio ajudou a expansão econômica, mas não devemos esquecer que muito da liberalização formal não era realmente necessária. Algumas formas de livre movimento internacional que hoje são controladas, sobretudo as do capital e trabalho, isto é, migração, eram em 1848 tomadas como dadas no mundo desenvolvido, de forma que não eram sequer discutidas (ver capítulo II mais adiante). Por outro lado, a questão do lugar que as mudanças institucionais ou legais tomam no desenvolvimento é demasiadamente complexa para a fórmula simplista do século XIX: "liberalização cria progresso econômico". A era de expansão já tinha começado antes mesmo que as *corn laws*[2] tivessem sido revogadas na Inglaterra, em 1846. Não há dúvida que a liberalização trouxe todo o tipo de resultados especificamente positivos. Tanto que Copenhague começou a desenvolver-se mais rapidamente como cidade depois da abolição das leis que desencorajavam os navios mercantes de entrar no Báltico (1857). Mas até onde o movimento global para liberalizar era uma causa, concomitante ou conseqüência da expansão econômica, fica aberto para discussão. A única coisa certa é que, quando outras bases para o desenvolvimento capitalista faziam sentir sua falta, a liberalização não resolvia tudo por si mesma. Nenhum lugar liberalizou mais do que a República de Nova Granada (Colômbia) entre 1848 e 1854, mas quem afirmaria que as grandes esperanças de prosperidade de seus chefes de estado foram realizadas imediatamente, se é que foram realizadas?

Todavia, na Europa estas mudanças indicaram uma profunda e grande confiança no liberalismo econômico, que parecia ser justificado por uma geração. Dentro de cada país isto não era tão surpreendente, já que a iniciativa capitalista privada florescia tão claramente. Enfim, mesmo a liberdade de contrato para os trabalhadores, incluindo a tolerância de sindicatos suficientemente fortes para se estabelecerem pelo poder de barganha de seus associados, pouco parecia ameaçar os lucros, já que o "exército industrial de reserva" (como Marx o chamou), consistindo basicamente de massas de camponeses, ex-artesãos e outros habitantes das cidades e regiões industriais, mantinha os salários a um nível satisfatoriamente modesto (ver os capítulos 11 e

12 mais adiante). O entusiasmo pelo comércio livre internacional é à primeira vista mais surpreendente, exceto entre os ingleses para os quais significou, acima de tudo, que lhes era livremente permitido encorajar países subdesenvolvidos a vender seus próprios produtos – basicamente alimentos e matérias-primas – barato e em grande quantidade, de forma a conseguir as divisas necessárias para comprar as manufaturas inglesas.

Mas por que os rivais da Inglaterra (com a exceção dos Estados Unidos) aceitaram este arranjo aparentemente desfavorável? (Para os países subdesenvolvidos, que não procuravam competir industrialmente, isto era evidentemente atraente: os estados do sul dos Estados Unidos, por exemplo, estavam bastantes contentes de ter um mercado ilimitado para seu algodão na Inglaterra, e portanto ficaram fortemente ligados ao comércio livre até serem conquistados pelo norte.) É um exagero dizer que o comércio livre internacional progrediu porque, neste breve momento, a utopia liberal genuinamente empolgou até governos – mesmo que somente com a força daquilo que acreditavam ser uma inevitabilidade histórica –, mas não há dúvida que eles estavam muito influenciados pelos argumentos econômicos que pareciam ter a força de leis naturais. Porém, convicção intelectual é raramente mais forte que o interesse próprio. Mas o fato é que a maior parte das economias em vias de industrialização podiam ver neste período duas vantagens no livre comércio. Em primeiro lugar, a expansão geral do comércio mundial, que era realmente muito espetacular comparada ao período de antes de 1840, beneficiou a todos, mesmo que beneficiasse desproporcionalmente à Inglaterra. Tanto um comércio de exportação grande e sem impedimentos, quanto uma fonte de alimentos e matérias-primas igualmente grande e sem impedimentos eram evidentemente desejáveis. Se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava. Em segundo lugar, qual fosse a futura rivalidade entre as economias capitalistas, nesta etapa de industrialização a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o *know-how* da Inglaterra era bastante útil. Para tomar apenas um exemplo, ilustrado pelo quadro seguinte, o ferro para estradas de ferro e maquinaria, cujas exportações aumentaram na Inglaterra, não inibiu a industrialização de outros países mas, pelo contrário, facilitou-a.

EXPORTAÇÃO DE FERRO E AÇO PARA
ESTRADAS DE FERRO E MAQUINARIA
(total quinquenal em milhares de toneladas)

	ferro e aço p/ estradas de ferro	maquinaria
1845-49	1.291	4,9(1846-50)
1850-54	2.846	8,6
1856-60	2.333	17,7
1861-65	2.067	22,7
1866-70	3.809	24,9
1870-75	4.040	44,1

Fonte: B. R. Mitchell & P. Leane, *Abstract of Históricol Statistics*, Cambridge, 1962, pp. 146-7.

III

A economia capitalista recebeu, portanto, simultaneamente (o que não quer dizer acidentalmente) um número de estímulos extremamente poderosos. Qual foi o resultado? Expansão econômica é mais convenientemente medida em estatística, e a sua mais característica medida do século XIX era a força a vapor (já que a força a vapor era a típica forma de força) e seus produtos associados, carvão e ferro. Meados do século XIX eram fundamentalmente a era da fumaça e do vapor. A produção de carvão já era de longa data medida em milhões de toneladas, mas agora chegava a ser medida em dezenas de milhões para países individualmente, e em centenas de milhões para o mundo. Cerca de metade deste carvão – um pouco mais no início de nosso período – vinha do produtor incomparavelmente maior, a Inglaterra. A produção de ferro ali havia atingido a ordem da magnitude de milhões na década de 1830 (era de 2,5 milhões de toneladas em 1850). Por volta de 1870, a França, Alemanha e os Estados Unidos produziam cada um entre um e dois milhões de toneladas, enquanto a Inglaterra, ainda a "oficina do mundo", permanecia bem na frente com 6 milhões, ou seja metade da produção mundial. Naqueles 20 anos, a produção mundial de carvão multiplicou-se por duas vezes e meia, a produção de ferro multiplicou-se por quatro vezes. A força total de vapor, porém, multiplicou-se por quatro vezes e meia, subindo de uma estimativa de 4 milhões HP em 1850 para cerca de 18,5 milhões de HP em 1870.

Estes números brutais indicam um pouco mais além de que a industrialização estava em processo. O fato significativo era que o progresso estava agora geograficamente muito mais espalhado, apesar de muito desigual. A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos os continentes e em países não-industrializados. A chegada da estrada de ferro (ver capítulo 3 mais adiante) era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização. Mas a "máquina fixa", por si própria, fez progressos dramáticos na fábrica e na mina. Na Suíça foram instaladas 34 máquinas em 1850, mas em 1870 havia quase mil; na Áustria o número subiu de 671 (1852) para 9.160 (1875), aumentando de mais de 15 vezes os HP. (Para comparação, um país europeu realmente atrasado como Portugal ainda tinha umas poucas 70 máquinas totalizando 1.200 HP em 1873.) O total da força a vapor da Holanda multiplicou-se por trinta vezes.

Havia algumas regiões industriais menores, e algumas economias industriais européias como a Suécia haviam começado de pouco o processo de industrialização em forma ampla. Mas o fato mais significativo era o desenvolvimento desigual dos centros mais importantes. No começo de nosso período, a Inglaterra e a Bélgica eram os únicos países onde a indústria tinha se desenvolvido de forma intensiva, e ambos permaneceram os mais altamente industrializados *per capita.* O consumo de aço destes países por habitante em 1850 era respectivamente, de 170 libras e 90 libras, comparadas às 56 libras dos Estados Unidos, 37 na França e 27 na Alemanha. A Bélgica era uma economia pequena, mas relativamente importante: em 1873 já produzia uma vez e meia mais ferro que seu vizinho muito maior, a França. A Inglaterra, evidentemente, era o país industrial *par excellence* e, como já vimos, conseguiu manter sua posição relativa, apesar de que sua capacidade produtiva de força a vapor havia começado a declinar seriamente. Em 1850, a Inglaterra possuía bem mais de um terço de toda a força a vapor, mas já na década de 1870 possuía apenas uma quarta parte ou menos: 900 mil HP de um total de 4,1 milhões de HP. Em números absolutos, os Estados Unidos já estavam um pouco mais na frente por volta de 1850, e deixaram a Inglaterra bem atrás em 1870, com mais do dobro da força a vapor que a velha Inglaterra, mas mesmo assim a expansão industrial americana, apesar de extraordinária, era menos sensacional que a da Alemanha. A força a vapor fixa desta última era extremamente modesta em 1850 – talvez 40 mil HP no todo, muito menos que 10% das dos ingleses – e em 1870 era de 900 mil HP, o mesmo que a Inglaterra e muito superior à francesa.

A industrialização da Alemanha era um fato histórico de importância maior. Bem distintas de sua importância econômica, suas implicações políticas eram de longo alcance. Em 1850 a federação alemã tinha tantos habitantes

quanto a França, mas sua capacidade industrial era incomparavelmente menor. Em 1871, um império alemão unido já era mais populoso que a França e muito mais poderoso economicamente. E, desde que o poder político e militar passou a se basear de forma crescente no potencial industrial, capacidade tecnológica e *know-how,* as conseqüências políticas do desenvolvimento industrial tornaram-se bem mais sérias do que antes. As guerras de 1860 demonstraram isto (ver capítulo 4 mais adiante). Daquele momento em diante, nenhum estado poderia manter seu lugar no clube dos "super-poderes" sem aquelas bases.

Os produtos característicos da era vieram a ser o ferro e o carvão, e seu símbolo mais espetacular, a estrada de ferro, que os combinava. Têxteis, o mais típico produto da primeira fase de industrialização, cresceu comparativamente menos. O consumo de algodão na década de 1850 era cerca de 60% maior do que na década de 1840, mas permaneceu estático na década de 1860 (porque a indústria tinha sido paralisada pela Guerra Civil Americana) e cresceu por volta de 50% na década seguinte, de 1870. A produção de lã em 1870 era o dobro da de l840. Mas a produção de carvão e ferro havia quintuplicado, enquanto pela primeira vez tornava-se possível a produção em massa de aço. Durante este período, as inovações tecnológicas na indústria do ferro e do aço tiveram um papel análogo ao das inovações na indústria têxtil da era precedente. No continente europeu (exceto na Bélgica onde sempre prevaleceu), o carvão mineral substituiu o carvão de lenha como principal combustível na década de 1850. Por toda parte, novos processos – o conversor de Bessemer (1856), o alto forno Siemens-Martin (1864) – tornaram possível a manufatura de aço barato, que vinha quase que substituir o ferro forjado. Porém, sua importância estava no futuro. Em 1870 apenas 15% do ferro acabado produzido na Alemanha, menos do produzido 10% na Inglaterra, terminava por se transformar em aço. Nosso período ainda não era a idade do aço, nem mesmo ainda a era dos armamentos que deram ao novo material um ímpeto significativo. Era a idade do ferro.

Porém, mesmo tendo tornado possível a tecnologia revolucionária do futuro, a nova "indústria pesada" não era particularmente revolucionária senão em escala. Em termos globais, a Revolução Industrial da década de 1870 ainda estava impulsionada pelo ímpeto gerado pelas inovações técnicas de 1760-1840. Mesmo assim, as décadas do meado do século desenvolveram duas formas de indústria baseada numa tecnologia ainda mais revolucionária: a química e (na medida em que dizia respeito a comunicações) a elétrica.

Com pequenas exceções, as principais invenções técnicas da primeira fase industrial não exigiram conhecimento científico muito avançado. Felizmente para a Inglaterra, elas estavam dentro da possibilidade de compreensão de homens práticos, experientes e com bom senso como George Stephenson, o grande construtor de estradas de ferro. A partir da metade o século, as coisas se modificaram. O telégrafo estava ligado bem de perto à ciência acadêmica,

através de homens como C. Wheatstone (1802-75) de Londres e William Thompson (Lord Kelvin) (1824-1907) de Glasgow. As tintas artificiais da indústria, um triunfo de síntese de massa química, apesar de seu primeiro produto (a cor violeta claro) não ser aclamado mundialmente por suas qualidades estéticas, nasceu de um laboratório dentro de uma fábrica.

Assim também ocorreu com os explosivos e a fotografia. Pelo menos uma das inovações cruciais na produção de aço, o processo Gilchrist-Thomas "básico", veio através da educação universitária. Como testemunham as novelas de Júlio Verne (1828-1905), o professor tornou-se uma figura industrial mais importante do que nunca: não foi ao grande L. Pasteur (1822-95) que os produtores de vinho na França foram procurar para resolver um difícil problema? Acima de tudo, o laboratório de pesquisa tornou-se parte integrante do desenvolvimento industrial. Na Europa, ele permaneceu ligado a universidades ou instituições similares – a de Ernst Abbe em Iena desenvolveu as famosas peças de fabricação Zeiss – mas nos Estados Unidos o laboratório puramente comercial já havia aparecido no limiar das companhias telegráficas. Cedo, seriam famosas através de Thomas Alva Edison (1847-1931).

Uma conseqüência significativa desta penetração da indústria pela ciência era que dali em diante, o sistema educacional tornara-se crucial para o desenvolvimento da indústria. Os pioneiros da primeira fase industrial, Inglaterra e Bélgica, não estavam entre os povos mais alfabetizados, e seus sistemas de educação avançada ou tecnológica (se excetuarmos o escocês) estavam longe de serem bons. Daquele momento em diante, era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições de educação avançada viesse a se tornar uma economia "moderna"; e vice-versa, países pobres e retrógrados que contavam com um bom sistema educacional, encontraram facilidade para iniciar o desenvolvimento, como por exemplo, a Suécia.

O valor prático de uma boa educação primária para uma tecnologia científica, econômica e militar é evidente. Não foi outra a razão da facilidade com que a Prússia derrotou os franceses em 1870-71 senão a alfabetização muito superior de seus soldados. Por outro lado, o que o desenvolvimento econômico precisava em nível mais elevado não era tanto originalidade científica e sofisticação – estas poderiam ser emprestadas – mas a capacidade de compreender e manipular ciência: "desenvolvimento" mais do que pesquisa. As universidades e academias técnicas americanas, que ombreavam com o nível de Cambridge ou a *Polvtechnique,* eram economicamente superiores às britânicas porque proporcionavam uma educação sistemática para engenheiros como ainda não se pensava fazer na Inglaterra. (Até 1898 a única forma de tornar-se um engenheiro profissional na Inglaterra era por aprendizagem.) Os americanos eram também superiores aos franceses, porque produziam em massa engenheiros de nível adequado ao invés de produzir uns poucos superiormente

inteligentes e de grande cultura, como na França. Os alemães, neste aspecto, confiavam nas suas excelentes escolas secundárias em lugar de suas universidades, e pela década de 1850 iniciou-se como pioneira a *Realschule,* uma escola secundária não-clássica, de orientação técnica. Quando, em 1867, os notoriamente industriais "educados" da região da Uhr receberam convite para contribuir para o qüinquagésimo aniversário da universidade de Bonn, todos os industriais com uma única exceção recusaram, alegando que "os eminentes industriais locais não tiveram uma alta educação *(wissenschaftlich)* acadêmica e não iriam dar coisa semelhante a seus filhos".

Apesar disso, a tecnologia tinha uma base científica, e é surpreendente como as inovações de um punhado de pioneiros científicos, desde que concebidas em termos facilmente conversíveis em maquinaria, fossem tão rápida e amplamente adotados. Novas matérias-primas, freqüentemente encontráveis apenas fora da Europa, atingiram a partir daí uma significação que só viria a se tornar evidente no período subseqüente do imperialismo. Desse modo, petróleo já havia atraído a atenção dos engenhosos ianques como um combustível conveniente para lâmpadas, mas rapidamente encontrou novos usos através do processamento químico. Em 1859, apenas dois mil barris haviam sido produzidos, mas por volta de 1874 quase 11 milhões de barris (a maioria proveniente de Pensilvânia e Nova York) já davam meios a John D. Rockfeller (1839-1937) para estabelecer um cerco à nova indústria pelo controle de seu transporte através de sua Standard Oil Company.

Apesar disso tudo, estas inovações parecem mais significativas quando vistas em retrospecto do que no seu próprio tempo. Pelo final da década de 1860, um *expert* ainda pensava que os únicos metais que tinham um futuro econômico importante eram aqueles conhecidos dos antigos: ferro, cobre, estanho, chumbo, mercúrio, ouro e prata. Man ganes, níquel, cobalto e alumínio, ele concluía, "não parecem inclinados a ter um papel tão importante quanto seus antecessores"." O crescimento das importações de borracha pela Inglaterra - de 7.600 cwt[3] em 1850 para 159 mil cwt em 1876 - era realmente notável, mas as quantidades viriam a ser desprezíveis pelos padrões de vinte anos mais tarde. Os usos mais comuns deste material – ainda quase que totalmente coletado em forma bruta na América do Sul – ainda eram em coisas tais como roupas a prova d'água e elástico. Em 1876, havia exatamente 200 telefones trabalhando na Europa e 380 nos Estados Unidos, e na Exposição Internacional de Viena a operação de uma bomba d'água movida a eletricidade ainda era uma grande novidade. Olhando para trás, podemos observar que a ruptura estava bem próxima: o mundo estava prestes a entrar na era da luz e força elétricas, do aço e ligas de aço, do telefone e fonógrafo, das turbinas e máquinas a explosão. Mas tudo isso ainda não havia acontecido em meados da década de 1870.

A maior inovação industrial, excetuando-se os campos científicos acima

mencionados, foi provavelmente a produção em massa de maquinaria, que tinha sido construída virtualmente à mão, como as locomotivas e os navios o são até hoje. A maior parte do avanço.na engenharia de produção de massa veio dos Estados Unidos, pioneiro do revólver Colt, rifle Winchester, relógios produzidos em massa, máquina de costura e (através dos matadouros de Cincinatti e Chicago na década de 1860) as modernas linhas de montagem, isto é, o transporte mecânico do objeto de produção de uma operação à seguinte. A essência da máquina produzida pela máquina (que implicava no desenvolvimento de máquinas-operatrizes automáticas ou semi-automáticas) era que vinha a ser demandada em quantidades estandartizadas muito superiores a qualquer outra máquina – isto é, por indivíduos e não por firmas ou instituições. O mundo inteiro em 1875 tinha talvez 62 mil locomotivas, mas o que era esta demanda comparada aos 400 mil relógios de pulso produzidos nos Estados Unidos em um único ano (1855) ou os rifles demandados pelos 3 milhões de soldados Federais e Confederados, entre 1861 e 1865, na Guerra Civil Americana? Conseqüentemente, os produtos mais claramente tendentes a seguir a linha de produção em massa eram aqueles que pudessem ser usados por um número muito grande de pequenos produtores, como fazendeiros e costureiras (as máquinas de costura), em escritórios (a máquina de escrever), bens de consumo como relógios, mas, acima de tudo, as pequenas armas e munição de guerra. Estes produtos eram de alguma forma especializados e atípicos. Tudo isto assustava os europeus, que já percebiam, por volta de 1860, a superioridade tecnológica dos Estados Unidos na produção em massa, mas que ainda não tinham percebido o "homem prático", pois pensavam que os americanos não iriam se preocupar em inventar máquinas para produzir artigos inferiores se havia na Europa uma fonte de artesãos preparados e versáteis. Sobretudo, não foi uma autoridade francesa que disse, já em 1900, que a França poderia talvez não ser capaz de ombrear com outros países na indústria de produção de massa, mas poderia manter facilmente sua posição na indústria onde habilidade, talento e destreza fossem decisivos: a manufatura de automóveis?

IV

Os homens de negócios, olhando à sua volta para o mundo no começo de 1870, podiam transpirar confiança, para não dizer complacência. Mas seria tal fato justificado? Mesmo que a gigantesca expansão da economia mundial, agora firmemente sustentada na industrialização de numerosos países e com um denso e genuinamente global dilúvio de mercadorias, capital e homens, continuasse ou mesmo fosse acelerada, o efeito das injeções específicas de energia que havia recebido na década de 1840 não iria durar muito. O novo mundo aberto à

empresa capitalista continuaria a crescer – mas não seria mais absolutamente *novo*. (Realmente, logo que os seus produtos, como trigo e outros cereais dos campos americanos e das estepes russas, começaram a ser derramados no velho mundo, como ocorreu nas décadas de 1870 e 1880, tal fato iria romper e colocar fora do lugar a agricultura tanto dos velhos como dos novos países.) Por uma geração inteira, a construção das ferrovias pelo mundo foi em frente. Mas o que aconteceria quando as ferrovias se tornassem menos universais, devido a que a maior parte delas já havia sido construída? O potencial tecnológico da primeira Revolução Industrial, a inglesa do algodão, carvão, ferro e máquinas a vapor, parecia suficientemente vasto. Uma geração que começasse a explorar este potencial mais adequadamente poderia ser perdoada por julgá-lo inexaurível. Mas isso não ocorreu, e já em 1870 os limites deste tipo de tecnologia eram visíveis. O que iria ocorrer se viesse a ser exaurido?

Com o mundo entrando na década de 1870, estas sombrias reflexões pareciam absurdas. Mas, na verdade, o processo de expansão era, como todos agora reconhecem, curiosamente catastrófico. Violentas quedas, algumas vezes dramáticas e globais, sucediam *booms* estratosféricos, até que os preços descessem suficientemente para dissipar os mercados retraídos e limpar o campo de empresas falidas, para que então os homens de negócios recomeçassem o investimento e a expansão, renovando desta forma o ciclo. Foi em 1860, depois da primeira destas quedas mundiais, que os economistas acadêmicos na pessoa de um brilhante doutor francês, Clement Juglar (1819-1905), reconheceram e mediram a periodicidade deste "ciclo do comércio" até então considerado apenas por socialistas e outros elementos heterodoxos. Portanto, por mais dramáticas que fossem estas interrupções na expansão, elas eram temporárias. Nunca foi tão alta a euforia entre estes homens de negócios quanto no começo da década de 1870, durante o famoso *Gründerjahre* (anos da promoção comercial) na Alemanha, período no qual os projetos mais absurdos e evidentemente fraudulentos de companhias encontraram dinheiro fácil para seus objetivos. Eram os dias, como um jornalista vienense descreveu, em que "companhias existiam para transportar a aurora boreal em oleodutos para a Praça de Santo Estevão e para vender produção em massa de botas para os nativos das ilhas dos mares do sul".

Então veio a derrocada. Mesmo para o gosto de um período que apreciava *booms* brilhantes e coloridos, foi bastante dramática: 21.000 milhas de estradas de ferro americanas entraram em colapso e falência, as ações na bolsa alemã caíram em 60% entre a alta e 1877 e – mais característico – quase metade dos altos fornos nos grandes produtores de ferro pararam. O dilúvio de imigrantes para o Novo Mundo foi reduzido para um modesto rio. Entre 1865 e 1873, anualmente, mais de 200 mil chegavam no porto de Nova York, mas em 1877 apenas 63 mil o fizeram. Mas, diferente das outras quedas durante o século,

esta não parecia chegar a um fim. Já tarde em 1889, um estudo alemão, descrevendo-se a si mesmo como "uma introdução aos estudos econômicos para dirigentes e homens de negócios", observava que "desde a queda da bolsa em 1883... a palavra crise tem constantemente, com apenas algumas breves interrupções, estado presente na cabeça de todos". E isso na Alemanha, o país cuja expansão econômica neste período continuava a ser espetacular. Historiadores têm duvidado da existência daquilo que tem sido chamado "A Grande Depressão" de 1873 a 1896, que evidentemente não foi tão dramática quando a de 1929 a 1934, quando a economia capitalista mundial chegou a entrar em colapso. No entanto, observadores da época não tinham dúvida de que o grande *boom* havia sido seguido por uma grande depressão.

Uma nova era na história, tanto política quanto econômica, abre-se com a depressão da década de 1870. Esta era encontra-se fora dos limites deste volume, apesar do que podemos ressaltar, de passagem, que minou ou destruiu as fundações do liberalismo de meados do século XIX, que parecia tão fortemente estabelecido. O período do final da década de 1840 até meados da década de 1870 iria provar não ser, contrariamente ao desejo convencional de alguns, o modelo de crescimento econômico, desenvolvimento político, progresso intelectual e realização cultural que iria, apesar de tudo, terminar por sobreviver com algumas melhoras, no futuro indefinido, mas ao invés de tudo isso uma espécie de interlúdio. .Entretanto, suas realizações globais eram, de qualquer forma, extremamente surpreendentes. Nesta era, o capitalismo industrial tornou-se uma genuína economia mundial e o globo estava transformado, dali em diante, de uma expressão geográfica em uma constante realidade operacional. História, dali.em diante, passava a ser história mundial.

---

[1] Título original: "*The Great Boom*". (N.T.).

[2] *Corn laws* – Na história inglesa, as leis regulando a importação e exportação de trigo, embora haja registros que mencionem a imposição de tais restrições desde o século XII, elas só vieram a tornar-se politicamente importantes no final do século XVII e inícios do XIX, diante da falta crescente do produto devido ao aumento populacional da Inglaterra e aos bloqueios impostos pelas guerras napoleônicas. As Leis do Trigo foram finalmente revogadas em 1846, um triunfo para os produtores cuja expansão havia sido dificultada pela proteção ao cereal, contra os interesses dos senhores da terra. Desde 1822 esta proteção era persistentemente impopular. De 1839 a 1846, a Anti-Corn Law Leaque, operando de Manchester sob a direção de Richard Cobden, mobilizou as classes médias e os industriais contra os senhores da terra, e depois que o primeiro-ministro Sir

Robert Peel passou a representar os interesses da Leaque e a safra da batata na Irlanda foi um fracasso (1845), todas as Leis do Trigo foram revogadas cessando a agitação. (N. T.)

[3] *cwt.* abreviatura de *hundredweight* que quer dizer peso de 112 libras Eqüivale no sistema decimal a 50,8024 kg. (N.T.)

3

O MUNDO UNIFICADO

A burguesia, pelo rápido desenvolvimento de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização... Em uma palavra, cria um mundo a sua própria imagem.

— K. Marx e F. Engels, 1848

Como o comércio, a educação e toda a rápida divulgação de pensamento e conhecimento, seja pelo telégrafo ou pelo vapor, tudo mudaram, mal posso acreditar que o grande Criador prepare o mundo para se tornar uma nação, falando um único idioma, uma realização que fará com que os exércitos e os navios não sejam mais necessários.

— Presidente Ulysses S, Grant, 1873

"Você precisava ter ouvido tudo que ele disse - eu preparava-me para viver numa montanha em algum lugar, no Egito ou na América".
"E então?" Stoltz observou friamente. "Você pode chegar no Egito em duas semanas e na América em três".
"Mas quem vai para a América ou o Egito? Os ingleses certamente, mas este é o jeito que o bom Deus os fêz, e além disso, eles não têm onde morar no seu próprio país. Mas quem de nós iria sonhar em viajar para lá? Alguns desesperados, talvez, cujas vidas não valem nada para si mesmos.

— I. Goncharov, 1859

I

Quando escrevemos a "história mundial" dos períodos precedentes, estamos na realidade fazendo uma soma das histórias das diversas partes do globo, que, de fato, elas haviam tomado conhecimento umas das outras, porém superficial e marginalmente, exceto quando os habitantes de uma região conquistaram ou colonizaram uma outra, como os europeus ocidentais fizeram com as Américas. É perfeitamente possível escrever a história antiga da África com apenas uma referência casual ao Extremo Oriente, com (exceto a costa ocidental e o Cabo) pouca referência a Europa, mas não sem persistente referência ao mundo islâmico. O que acontecia na China era, até o século XVIII, irrelevante aos dirigentes políticos da Europa, exceção feita aos russos (mas não a alguns de seus grupos específicos de comerciantes); o que acontecia no Japão estava fora do conhecimento direto de todos, exceto de um punhado de

mercadores holandeses que tinham tido permissão para ali manter um entreposto, entre o século XVI e meados do século XIX. Inversamente, a Europa era para o Império Celeste apenas uma região de bárbaros felizmente bastante longínqua para não colocar nenhum problema, como, por exemplo, especificar o grau de sua fiel subserviência ao Imperador, apesar de levantar alguns problemas de administração para os funcionários responsáveis por alguns portos. Por esta razão, mesmo entre algumas regiões onde havia razoável interação, muito podia ser posto de lado sem grande inconveniência. Para quem na Europa ocidental – mercadores ou estadistas – era importante saber o que se passava nas montanhas da Macedônia? Se a Líbia fosse inteiramente engolida por algum cataclisma natural, que real diferença isso faria para alguém, mesmo para o Império Otomano, do qual era tecnicamente uma parte, ou entre os mercadores do Levante de várias nações?

A falta de interdependência entre as várias partes do globo não era simplesmente uma questão de ignorância, apesar do que, fora da região em questão e freqüentemente dentro dela, a ignorância do "interior" ainda era considerável. Mesmo em 1848, imensas áreas de vários continentes estavam marcadas em branco, inclusive nos melhores mapas europeus – principalmente no que diz respeito a África, Ásia central, o interior da América do Sul e partes da América do Norte e Austrália, sem mencionar os quase totalmente inexplorados Ártico e Antártico. Os mapas que fossem desenhados por qualquer outro cartógrafo teriam mostrado espaços ainda maiores do desconhecido; para isso, os funcionários chineses, mercadores e *coureurs de bois* de cada interior dos continentes conheciam bem mais sobre algumas áreas, fossem grandes ou pequenas, do que os europeus, mesmo que a soma global de seus conhecimentos geográficos fosse bem mais exígua. Conseqüentemente, a adição meramente aritmética de tudo que um *expert* conhecesse sobre o mundo seria um mero exercício acadêmico. Não era uma coisa de se encontrar: de fato, não era, mesmo em termos de conhecimento geográfico, *um* mundo.

Ignorância era mais um sintoma que uma causa da falta de unidade no mundo. Refletia simultaneamente a falta de relações diplomáticas, políticas e administrativas, que eram demasiado tênues (A Bíblia de referência diplomática, genealógica e política, o *Almanach de Gotha,* apesar de cuidadoso em reportar o pouco que fosse conhecido sobre as ex-colônias que tinham se tornado repúblicas nas Américas, não incluía a Pérsia antes de 1859, China antes de 1861, Japão antes de 1863, Libéria antes de 1868 e Marrocos antes de 1871. O reino do Sião entrou apenas em 1880). Refletia também a fraqueza dos laços econômicos. É verdade que o "mercado mundial", aquela pré-condição crucial e característica da sociedade capitalista, estava já por longo tempo e desenvolvendo. O comércio internacional (isto é, a soma total de todas as exportações e importações de todos os países dentro da competência das estatísticas econômicas européias daquele

período) havia ultrapassado o dobro em valor entre 1720 e 1780. No período da Revolução Dual (1780-1840) tinha mais que triplicado – notando-se que este crescimento substancial era modesto em comparação a nosso período de estudo. Por volta de 1870, o valor do comércio externo para cada cidadão do Reino Unido, França, Alemanha, Áustria e Escandinávia era entre quatro e cinco vezes o que havia sido em 1830; para cada holandês e belga, três vezes maior; e mesmo para cada cidadão dos Estados Unidos – um país para o qual o comércio externo era de importância marginal – bem mais do dobro. No decorrer da década de 1870, uma quantidade anual de cerca de 88 milhões de toneladas de mercadorias foi trocada entre as nações mais importantes, comparadas com as 20 milhões de 1840. 31 milhões de toneladas de carvão atravessaram os mares, comparadas a 1,4 milhão; 11,2 milhões de toneladas de trigo, comparadas a menos de 2 milhões; 6 milhões de toneladas de ferro comparadas a um milhão; e mesmo – antecipando o século XX – 1,4 milhão de toneladas de petróleo, que era desconhecido do comércio internacional em 1840.

Vamos medir a rede das trocas econômicas entre partes do mundo mais precisamente. As exportações britânicas para a Turquia e o Oriente Médio cresceram de 3,5 milhões de libras em 1848 para um máximo de 16 milhões em 1870; para a Ásia, de 7 milhões para 41 milhões em 1875; para as Américas Central e do Sul, de 6 milhões para 25 milhões em 1872; para a índia, de perto de 5 milhões para 24 milhões em 1875; para a Austrália, de 1,5 milhão para mais de 20 milhões em 1875. Em outras palavras, em 35 anos, o valor das trocas entre a mais industrializada das economias e as regiões mais atrasadas ou remotas do mundo havia se multiplicado por seis. Isso evidentemente não é muito impressivo pelo que temos hoje em dia, mas o volume em números absolutos ultrapassava tudo que podia ter sido previsto anteriormente. A rede que unia as várias regiões do mundo visivelmente apertava.

Definir precisamente quanto o processo contínuo de exploração, que gradualmente preencheu os espaços vazios nos mapas, estava interligado com o crescimento do mercado mundial é uma questão complexa. Parte era subproduto da política externa, parte produto de entusiasmo missionário, parte de curiosidade científica e, para o fim de nosso período, parte de iniciativa jornalística e editorial. Portanto, nem J. Richardson (1787-1865), H. Barth (1821-65) e A. Overweg (1822-52), que tinham sido enviados pelo Ministério de Relações Exteriores britânico para explorar a África central em 1849, nem o grande David Livingstone (1813-73), que cruzou o coração daquele que ainda era conhecido como o "continente escuro" de 1840 a 1873, patrocinado pelo cristianismo calvinista, nem Henry Morton Stanley (1841-1904), o jornalista do *New York Herald,* que foi descobrir o paradeiro de Livingstone (não ele, especialmente!), nem S. W. Baker (1821-92) e J. H. Speke (1827-64), cujos interesses eram mais puramente geográficos ou aventureiros, estavam ou poderiam estar

desinformados da dimensão econômica de suas viagens. Como um monsenhor francês com interesses missionários colocou:

> "O bom Deus não precisa de nenhum homem, e a propagação do Evangelho ocorre sem ajuda humana; entretanto, redundaria em glória para o comércio europeu se tal viesse trazer ajuda na tarefa de superar as barreiras que impedem o caminho da evangelizacão..."

Explorar significava não apenas conhecer, mas desenvolver, trazer o desconhecido e, por definição, os bárbaros e atrasados para a luz da civilização e do progresso; vestir a imoralidade da nudez selvagem com camisas e calças, com uma providencial e beneficente manufatura de Bolton e Roubaix, levar as mercadorias de Birmingham que inevitavelmente arrastavam a civilização para onde quer que fossem.

Realmente, o que chamamos de "exploradores" de meados do século XIX eram apenas alguns subgrupos bem conhecidos, mas numericamente pouco importantes, de um número muito maior de homens que abriram o planeta ao conhecimento. Eram os que viajavam em áreas onde o desenvolvimento econômico e o lucro eram ainda insuficientemente atraentes para fazer substituir o "explorador" pelo comerciante (europeu), explorador de minérios, o construtor de estradas de ferro e telégrafo e, mais tarde, se o clima provasse adequado, o colono branco. "Exploradores" dominaram a cartografia do interior da África, porque o continente, para o Oeste, estava desprovido de qualquer óbvia razão econômica entre a abolição do tráfico negreiro e a dupla descoberta, de um lado de pedras preciosas e metais (no sul) e de outro lado, do valor econômico de certos produtos primários que só podiam crescer ou ser cultivados em climas tropicais, estando ainda muito longe da produção sintética. Nada ali era de grande significação ou promessa até a década de 1870, mas parecia inconcebível que um continente tão vasto e tão subutilizado não viesse, mais cedo ou mais tarde, a provar ser uma fonte de riqueza e lucro. (Afinal, as exportações britânicas para a África ao sul do Sahara tinham aumentado em cerca de 1,5 milhão de libras no final de 1840 para cerca de 5 milhões em 1871 – vieram a dobrar na década de 1870, para atingir 10 milhões no começo de 1880 – o que, de forma alguma, podia ser considerado como pouco promissor.) Os "exploradores" também dominaram a abertura da Austrália, porque o deserto interior era vasto, vazio e, até meados do século XX, desprovidos de óbvias fontes de exploração econômica. Por outro lado, os oceanos do mundo cessaram (exceto o Ártico – o Antártico atraiu pouca atenção neste período) de preocupar os "exploradores". (O incentivo ali era largamente econômico – a busca de uma passagem praticável

Norte-Oeste e Norte-Este para navios entre o Atlântico e o Pacífico que pudesse, como os vôos transpolares de nossos dias – economizar um bom tempo e, portanto, dinheiro. A busca do Pólo Norte não era, neste período, desejada com grande persistência.) A grande extensão das rotas de navios, e sobretudo a colocação dos grandes cabos submarinos implicavam naquilo que pode ser chamado propriamente de exploração.

O mundo em 1875 era portanto mais conhecido do que nunca fora antes. Mesmo em nível nacional, mapas detalhados (a maior parte iniciados por razões militares) podiam ser agora encontrados na maioria dos países desenvolvidos: a publicação do empreendimento pioneiro neste setor, os mapas da Inglaterra da Ordnance Survey – mas não ainda da Escócia e Irlanda – tinha sido completada em 1862. Porém, mais importante que o mero conhecimento, as mais remotas partes do mundo estavam agora começando a ser interligadas por meios de comunicação que não tinham precedentes pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o barco a vapor, o telégrafo.

Por volta de 1872, os meios de comunicação tinham chegado ao triunfo previsto por Júlio Verne: a possibilidade de fazer a volta ao mundo em 80 dias, evitando os inúmeros contratempos que perturbaram o indomável Phileas Fogg. Os leitores podem recordar a rota do imperturbável viajante. Ele foi de trem e barco a vapor, através da Europa, de Londres a Brindisi, e em seguida de barco, através do recém-aberto Canal de Suez (uma estimativa de sete dias). A viagem de barco de Suez a Bombaim iria tomar-lhe 30 dias. A viagem de trem de Bombaim a Calcutá deveria, se não fosse a falha em completar um trecho do caminho, tomar-lhe três dias. Dali em diante, pelo mar para Hong-Kong, Yokohama e através do Pacífico até São Francisco era ainda um longo caminho de 41 dias. Então, com a estrada de ferro transamericana que acabava de ser completada em 1869, somente os perigos ainda não completamente dominados, representados pelas hordas de bisões e os índios, estavam entre o viajante e uma viagem normal de sete dias para Nova York. O resto da viagem – o Atlântico para atingir Liverpool e o trem para Londres – não teria causado problemas se não fosse a necessidade do suspense ficcional. Aliás, um agente de viagens americano ofereceu uma volta-ao-mundo similar não muito depois.

Quanto teria durado esta viagem a Phileas Fogg em 1848? Ela teria de ter sido feita quase que inteiramente por via marítima, pois nenhuma estrada de ferro atravessava nenhum continente, e nem mesmo existiam no resto do mundo exceto nos Estados Unidos, onde elas não avançavam terra a dentro mais de 200 milhas. Os barcos a vela mais rápidos tomariam pelo menos uma média de 110 dias para uma viagem até Cantão por volta de 1870, quando já estavam no máximo da perfeição técnica; não poderiam nunca fazê-la em menos de 90 dias, mas sabia-se que já tinham feito em até 150 dias. Podemos dificilmente

imaginar uma circunavegação por volta de 1848 que, contando com a maior sorte possível, fosse feita em muito menos que 11 meses, ou seja, quatro vezes mais do que Phileas Fogg, sem contar o tempo despendido em portos.

Este progresso no tempo despendido em viagens de longa distância era relativamente modesto, especialmente por causa do pouco avanço observado nas velocidades marítimas. O tempo médio gasto por um vapor transatlântico entre Liverpool e Nova York, em 1851, era de 14 a 12 dias e meio; era substancialmente o mesmo em 1873, embora a linha White Star orgulhosamente garantisse poder encurtá-lo para 10 dias. Exceto onde a própria distância fosse encurtada, como no caso do canal de Suez, Fogg não poderia esperar fazer melhor do que um viajante em 1848. A verdadeira transformação deu-se em terra – através das estradas de ferro, e assim mesmo não pelo aumento da velocidade tecnicamente possível das locomotivas, mas pela extraordinária extensão da construção de linhas de estradas de ferro. As locomotivas de 1848 eram de fato mais lentas que as de 1870, mas já atingiam Holyhead a partir de Londres em oito horas e meia, ou seja, três horas e meia a mais do que em 1974. (Em 1865, entretanto, Sir William Wilde – pai do famoso Oscar e um notável pescador – poderia sugerir a seus leitores londrinos um fim-de-semana em Connemara para pescaria.) Todavia, a locomotiva, tal como existia em 1830, era uma máquina de extraordinária eficiência. Mas o que não existia fora da Inglaterra, em 1848, era algo parecido a uma rede ferroviária.

II

O período que este livro trata viu a construção de tais redes ferroviárias quase que por toda a Europa, nos Estados Unidos e mesmo em uns poucos outros lugares do mundo. Os quadros seguintes, o primeiro apresentando uma visão geral e o segundo ligeiramente mais detalhado, falam por si mesmos. Em 1845, fora da Europa, o único país "subdesenvolvido" a possuir uma milha que fosse de estrada de ferro era Cuba. Em 1855 havia linhas em todos os cinco continentes, apesar de na América do Sul (Brasil, Chile, Peru) serem dificilmente visíveis. Em 1865, a Nova Zelândia, Argélia, México e África do Sul já tinham suas primeiras estradas de ferro, e por volta de 1875, enquanto Brasil, Argentina, Peru e Egito tinham perto de mil milhas ou mais de trilhos, Ceilão, Java, Japão e mesmo o remoto Taiti já tinham adquirido suas primeiras linhas. Enquanto isso, por volta de 1875, o mundo possuía 62 mil locomotivas, 112 mil vagões de passageiros, meio milhão de vagões de carga transportando, como era estimado, 1.371 milhões de passageiros e 715 milhões de toneladas de mercadorias ou, em outras palavras, nove vezes mais do que era carregado anualmente por via marítima (média) naquela década. A época que estudamos era, em termos

quantitativos, a primeira autêntica idade das estradas de ferro.

A construção de grandes troncos ferroviários naturalmente ganhou a maior parte da publicidade. Era, realmente, o maior conjunto de obras públicas existente e um dos mais sensacionais feitos da engenharia conhecido até então na história. Quando as ferrovias deixaram a topografia inexata da Inglaterra, suas realizações técnicas passaram a ser até mais sensacionais. A ferrovia do Sul de Viena e Trieste, atravessava o passo de Semmering a uma altura de quase 3 mil pés em 1854; em 1871, trilhos atravessando os Alpes atingiam elevações de até 4.500 pés; em 1869, a Union Pacific atingia 8.600 pés atravessando as Rochosas; e em 1874, o triunfo do conquistador Henry Meiggs (1811-77), a Estrada de Ferro Central do Peru corria lentamente a uma altura de 15.840 pés. Assim como atingiam os picos, elas perfuravam as montanhas, transformando em anãs as modestas passagens das primeiras estradas de ferro inglesas. O primeiro dos grandes túneis dos Alpes, o do Monte Cenis, tinha sido iniciado em 1857 e completado em 1870, e suas sete milhas e meia foram percorridas pelo primeiro trem postal subtraindo 24 horas da distância até Brindisi (um expediente utilizado por Philleas Fogg, como lembramos).

E impossível não partilhar a sensação de excitação, autoconfiança e orgulho que empolgava os que viveram através desta época heróica dos engenheiros, como quando a estrada de ferro ligou pela primeira vez o Passo de Calais ao Mediterrâneo, ou como quando tornou-se possível viajar de trem para Sevilha, Moscou, Brindisi, e também quando os trilhos de ferro percorreram o caminho do Oeste através das pradarias e montanhas norte-americanas, através do subcontinente indiano na década de 1860, descendo o vale do Nilo e varando o interior da América Latina na década de 1870.

Como podemos negar admiração por estas tropas de choque da industrialização que construíram tudo isso, aos exércitos de camponeses freqüentemente organizados de forma cooperativa que, com pá e picareta moveram terra e pedras numa quantidade inimaginável, aos capatazes profissionais ingleses e irlandeses que construíram linhas longe de seus países, aos maquinistas e mecânicos de Newcastle ou Bolton que partiram para longe para construir as novas linhas de ferro da Argentina ou Nova Gales do Sul? Como podemos não nos emocionar com os exércitos de *coolies*[1] que deixaram seus ossos ao longo de cada milha de trilhos? Hoje, o belo filme *Pather Panchali* de Satyadjit Ray (baseado numa novela bengalesa do século-XIX) nos permite recapturar a maravilha da primeira máquina a vapor, um maciço dragão de ferro, a própria força do mundo industrial irresistível e inspiradora, fazendo seu caminho onde nada previamente havia passado, exceto mulas e carroças.

Também não podemos deixar de nos tocar pelos homens duros com chapéus que organizaram e presidiram estas vastas transformações do panorama humano – material e espiritual. Thomas Brassey (1805-70), que chegou a

empregar oito mil homens em cinco continentes, foi apenas o mais conhecido destes empreendedores. A lista de suas empresas pelo mundo afora eqüivale às honras de batalhas de campanha dos generais em dias menos luminosos: Prato e Pistoia, Lions e Avinhão, a estrada de ferro norueguesa, a Jutlândia, o grande tronco do Canadá, Bilbao e Miranda, Bengala do Leste, Maurício, Queensland, Argentina central, Lemberg e Czernowitz, estrada de ferro de Delhi, Boca e Barracas, Varsóvia e Terespol, as docas de Callao.

O "romance da indústria"; uma frase que gerações de oradores públicos iria gastar e fazer perder seu sentido original, cercava até banqueiros, financistas, empreendedores que apenas proviam o dinheiro para a construção das estradas. Homens como George Hudson (1800-71) ou Barthel Strousberg (1823-84) estouraram na bancarrota assim como antes na riqueza e proeminência social. Seus colapsos tornaram-se pontos de referência na história econômica. (Nenhuma tolerância entretanto pode ser concedida aos genuínos *robber barons*[2] tais como ôs homens de estrada de ferro americanos – Jim Fisk (1834-72), Jay Gould (1836-92), Commodore Vanderbilt (1794-1877) etc. – que apenas compraram e exploraram as estradas de ferro existentes assim como qualquer outra coisa sobre a qual pudessem pôr as mãos.) E difícil negar admiração mesmo pelos escroques mais evidentes entre os construtores de estradas. Henry Meiggs era sem dúvida um aventureiro desonesto, tendo deixado atrás de si uma estrada de contas não-pagas, subornos e despesas luxuosas ao longo de todo o lado ocidental dos continentes americanos, mais freqüentemente nos centros de vilania e exploração como São Francisco e Panamá do que entre respeitáveis homens de negócios. Mas pode alguém que tenha visto a Estrada de Ferro Central do Peru negar a grandeza da concepção e realização desta imaginação romântica e marota?

Esta combinação de romantismo, empreendimento e finança era talvez mais dramaticamente colocada pela seita francesa dos Saintsi-monistas. Estes apóstolos da industrialização transformaram-se especialmente depois do fracasso da revolução de 1848, de um grupo de crentes que os colocou nos livros de história como os "socialistas utópicos", em um dinâmico e corajoso grupo de empreendedores conhecidos como "capitães de indústria", mas acima de tudo como construtores de rede de comunicações. Eles não eram os únicos a sonhar com um mundo ligado pelo comércio e tecnologia. Estados improváveis como centros de comércio global, como por exemplo o Império dos Habsburgos sem acesso ao mar, produziram o *Austrian Lloyd* de Trieste, cujos navios, antecipando o ainda não-construído canal de Suez, chamavam-se *Bombay* e *Calcutta.* E foi um saintsimoniano, F. M. de Lesseps (1805-94), que construiu o canal de Suez e planejou o canal do Panamá, para seu azar mais tarde.

Os irmãos ísaac e Émile Pereire iriam-se tornar conhecidos sobretudo como financistas aventurosos que se fizeram sozinhos no império de Napoleão

III. O próprio Émile havia supervisionado a construção da primeira estrada de ferro francesa em 1837, vivendo num apartamento sobre as obras, e apostando na demonstração da superioridade do novo meio de transporte. Durante o segundo império os Pereire iriam construir linhas de estradas de ferro por todo o continente num duelo titânico com o mais conservador dos Rothschild, que veio a arruiná-los (1869). Outro saintsimoniano, P. F. Talabot (1789-1885), construiu entre outras coisas as linhas do sudeste francês, as docas de Marselha e as linhas húngaras, além de comprar as balsas ultrapassadas pela ruína do comércio fluvial no Ródano, esperando usá-las numa frota comercial ao longo do Danúbio em direção ao Mar Negro — um projeto vetado pelo Império dos Habsburgos. Tais homens pensavam em termos de continentes e oceanos. Para eles, o mundo era um única coisa, interligado por trilhos de ferro e máquinas a vapor, pois seus horizontes comerciais eram como seus sonhos sobre o mundo. Para tais homens, destino, história e lucro eram uma e a mesma coisa.

De um ponto de vista global, a rede de troncos ferroviários permanecia suplementar à de navegação internacional. Tal como existia na Ásia, Austrália, África e América Latina, a ferrovia, considerada do ponto de vista econômico, era basicamente um meio de ligar alguma área produtora de bens primários a um porto do qual estes bens poderiam ser enviados para as zonas industriais e urbanas do mundo. O transporte marítimo, como já vimos, não se tornou notavelmente rápido em nosso período. Sua lentidão técnica é indicada pelo fato, hoje bem conhecido, de que o transporte marítimo a vela havia continuado a manter-se frente ao navio a vapor de forma surpreendente, graças aos progressos tecnológicos menos dramáticos mas substanciais na sua própria eficiência. O vapor tinha-se expandido extraordinariamente, de cerca de 14% do transporte mundial em 1840 para 49% em 1870, mas a vela ainda estava ligeiramente na frente. Somente na década de 1870, e sobretudo na de 1880, é que saiu fora do páreo. (Pelo final desta última década, a vela tinha sido reduzida para aproximadamente 25% do transporte global.) O triunfo do barco a vapor era essencialmente o da marinha mercante britânica, ou melhor, da economia britânica que estava por detrás dele. Em 1840 e 1850, barcos britânicos fizeram aproximadamente um quarto da tonelagem a vapor nominal do mundo; em 1870, perto de um terço; em 1880, mais da metade. Em outras palavras, entre 1850 e 1880 a tonelagem a vapor britânica cresceu por volta de 1.600%, e a do resto do mundo por 440%. Isso era razoavelmente natural. Se alguma carga fosse e viesse a ser despachada de Callao, Shangai ou Alexandria, a probabilidade era de que fosse destinada para a Grã-Bretanha. E muitos navios estavam carregados. 1.250 milhões de toneladas (900 mil inglesas) passaram através do canal de Suez em 1874 – no primeiro ano de operação haviam passado menos de meio milhão. O tráfego regular através do Atlântico Norte era ainda maior: 5,8 milhões de toneladas entraram pelos três principais portos da costa leste dos Estados Unidos

em 1875.

Trilhos e navios transportavam mercadorias e pessoas. Porém, a transformação tecnológica mais sensacional de nosso período estava na comunicação de mensagens através do telégrafo elétrico. Este invento revolucionário parece que estava pronto para ser descoberto em meados da década de 1830. Em 1836-37 fora inventado quase que simultaneamente por um número de diferentes pesquisadores, dos quais Cooke e Wheatstone foram os mais imediatamente bem sucedidos. Em poucos anos, era aplicado nas estradas de ferro e, o que era mais importante, planos de linhas submarinas já eram considerados por volta de 1840, não se tornando porém praticáveis antes de 1847, quando então o grande Faraday sugeriu isolar os cabos com guta-percha. Em 1853 um austríaco, Gintl, e dois anos mais tarde outro,Stark, demonstraram que duas mensagens poderiam ser enviadas pelo mesmo fio nas duas direções; no final da década de 1850, um sistema para enviar duas mil palavras era adotado pela American Telegraph Company; em 1860, Wheatstone patenteava um telégrafo automático, ancestral dos telégrafos modernos e Telex.

A Inglaterra e os Estados Unidos já estavam aplicando esta nova invenção por volta de 1840, um dos primeiros exemplos de uma tecnologia desenvolvida por cientistas, e que dificilmente poderia ter sido desenvolvida sem base numa sofisticada teoria científica. As partes desenvolvidas da Europa adotaram-no rapidamente nos anos seguintes a 1848: Áustria e Prússia em 1849, Bélgica em 1850, França em 1851, Holanda e Suíça em 1852, Suécia em 1853, Dinamarca em 1854. A Noruega, Espanha, Portugal, Rússia e Grécia introduziram-no na segunda metade da década de 1850; Itália, Rumânia e Turquia na década de 1860. As linhas familiares do telégrafo e os pólos multiplicaram-se: 2 mil milhas em 1849 no continente europeu, 15 mil em 1854, 42 mil em 1859, 80 mil em 1864, 111 mil em 1869. O mesmo ocorreu com as mensagens. Em 1852, menos de 250 mil foram enviadas em todos os seis países continentais onde havia sido introduzido, mas em 1869 a França e a Alemanha enviaram cada uma mais de 6 milhões, a Áustria mais de 4 milhões, Bélgica, Itália e Rússia mais de 2 milhões, e mesmo a Turquia e Romênia entre 600 mil e 700 mil cada uma.

Entretanto, o desenvolvimento mais significativo era a construção de cabos submarinos, pioneiros através do Passo de Calais no início da década de 1850 (Dover-Calais 1851, Ramsgate-Ostend 1853), em distâncias cada vez maiores. Um cabo pelo Atlântico Norte havia sido proposto em meados da década de 1840 e veio a ser instalado em 1857-58, quebrando-se devido à precariedade da instalação e do isolamento. A segunda tentativa, com o célebre *Great Western* – o maior navio do mundo –, como navio instalador de cabos, foi bem sucedida em 1865. A partir daí, sucederam-se as instalações de cabos internacionais que, em cinco ou seis anos virtualmente enlaçaram o globo. Em

1870, cabos estavam sendo instalados entre Singapura e Batavia, Madras-Penang, Penang-Singapura, Suez-Aden, Aden-Bombaim, Penzâncio-Lisboa, Lisboa-Gibraltar, Gibraltar-Malta, Malta-Alexandria, Marselha-Bône, Emden-Teerã (por terra), Bône-Malta, Salcombe-Brest, Beachy Head-Havre, Santiago de Cuba-Jamaica, e outro par de linhas através do Mar do Norte. Em 1872 era possível telegrafar de Londres para Tóquio e Adelaide. Em 1871, o resultado do Derby[3] era enviado de Londres para Calcutá em não menos de 5 minutos, apesar de que a notícia era consideravelmente menos excitante que o feito em si. O que eram os oitenta dias de Phileas Fogg comparados a isso? Tal rapidez de comunicação não era apenas sem precedentes, ou mesmo sem comparação possível. Para a maioria das pessoas, em 1848 estaria completamente fora da imaginação.

A construção deste sistema telegráfico mundial combinava elementos políticos e comerciais: com a importante exceção dos Estados Unidos, o telégrafo interno era ou tornou-se quase que inteiramente estatal, e mesmo a Grã-Bretanha nacionalizou-o adjudicando-o ao Post Office em 1869. Por outro lado, os cabos submarinos permaneceram quase que inteiramente sob a reserva da iniciativa privada que os havia construído, mesmo que o mapa mostrasse sua substancial importância estratégica, sobretudo para o Império Britânico. Eles eram realmente da maior importância para o governo, não apenas por razões militares e de segurança, mas para a administração – como testemunham os inúmeros telegramas enviados por países como a Rússia, Áustria e Turquia, cujo tráfico comercial e privado pouco teriam-no justificado. Tanto maior o território, tanto mais útil para as autoridades, que dispunham então de meios rápidos de comunicação com seus mais remotos postos avançados.

Os homens de negócios obviamente usaram intensamente o telégrafo, mas os cidadãos comuns cedo descobriram seu uso – a maioria das vezes, evidentemente, para ligações urgentes e dramáticas com parentes. Por volta de 1869, 60% de todos os telegramas belgas eram privados. Mas o uso mais significativo da invenção não pode ser medido meramente pelo número de mensagens. O telégrafo transformou as *notícias,* como Julius Reuter (1816-99) entrevira quando fundou sua agência telegráfica em Aix-la-Chapelle em 1851. (Entrou mais tarde no mercado inglês, com o qual Reuter então se associou em 1858.) Do ponto de vista jornalístico, a Idade Média terminou em 1860, quando as notícias internacionais passaram a poder ser enviadas livremente de um número suficientemente grande de lugares no mundo para atingir a mesa do café-da-manhã no dia seguinte. Novidades não eram mais medidas em dias, ou no caso de lugares remotos em semanas ou meses, mas em horas ou mesmo em minutos.

Esta aceleração extraordinária na velocidade das comunicações teve um resultado paradoxal. Aumentando o abismo entre os lugares acessíveis à nova tecnologia e o resto, intensificou o atraso relativo daquelas partes do mundo onde

o cavalo, o boi, a mula, o homem, ou o barco ainda determinavam a velocidade do transporte. Numa época em que Nova York podia telegrafar a Tóquio numa questão de minutos ou horas, tornou-se mais espantoso que as imensas disponibilidades do *New York Herald* não fossem suficientes para obter uma carta de David Livingstone do centro da África em menos de oito ou nove meses (1871-72); e, mais espantoso ainda, o *Times* de Londres poder reproduzir aquela mesma carta no dia seguinte à sua publicação em Nova York. A "selvageria" do "Oeste Selvagem" e a "escuridão" do "continente escuro" eram devidos parcialmente a estes contrastes.

Assim se explicava a extraordinária paixão do público pelo explorador e o homem que passou a ser chamado de "viajante" *tout court* – isto é, a pessoa que viajava até ou além das fronteiras da tecnologia, fora da área onde a cabine de comando do vapor, o compartimento dormitório do *wagon-lit* (ambas invenções do nosso período), o hotel e a *pension* cuidava do turista. Phileas Fogg viajou nesta fronteira. O interesse de seu empreendimento residia simultaneamente na demonstração de que, por um lado, os trilhos, o vapor e o telégrafo praticamente enlaçavam o globo e, por outro lado, que ainda havia uma margem de incerteza, assim como algumas lacunas remanescentes, que evitavam que viagens através do mundo se tornassem uma rotina.

Entretanto, os "viajantes", cujos relatórios eram mais avidamente lidos, eram aqueles que enfrentavam as incertezas do desconhecido, com nenhuma ajuda suplementar da tecnologia moderna exceto aquela que pudesse ser carregada nos ombros de nativos. Eram os exploradores e os missionários, especialmente os que penetraram no interior da África, os aventureiros, especialmente os que se aventuraram nos territórios incertos do Islã, os naturalistas caçadores de borboletas e pássaros nas selvas da América do Sul ou nas ilhas do Pacífico. Nossa época era, como os editores cedo descobriram, o início de uma idade de ouro feita de viajantes de poltrona, seguindo nos livros Burton e Speke, Stanley e Livingstone através das matas e da floresta virgem.

III

Portanto, a intrincada rede da economia internacional trazia mesmo as áreas geograficamente mais remotas para ter relações diretas com o resto do mundo. O que contava não era apenas velocidade – embora uma crescente intensidade do tráfico também trouxesse uma maior demanda por rapidez – mas o nível da repercussão. Isso pode ser vividamente ilustrado pelo exemplo de um acontecimento econômico que simultaneamente abriu nosso período e, como tem sido argumento, largamente determinou sua forma: a descoberta do ouro na Califórnia (e logo depois na Austrália).

Em janeiro de 1848, um indivíduo chamado James Marshall descobriu ouro no que parecia ser uma vasta jazida em Sutter's Mill perto de Sacramento, na Califórnia, uma extensão ao norte do México que havia sido anexada aos Estados Unidos de pouco, área que não tinha nenhuma significação econômica exceto para uns poucos fazendeiros e donos de rancho mexicano-americanos, pescadores comuns e de baleia, que usavam o conveniente porto da baía de São Francisco onde florescia uma pequena cidade de 812 habitantes brancos. Já que este território fazia face ao Pacífico e estava separado do resto dos Estados Unidos por grandes cadeias de montanhas, deserto e planície, suas atrações e evidente riqueza natural não eram de imediata relevância para empresas capitalistas, sendo porém reconhecidas. A corrida ao ouro rapidamente mudou esta situação. Notícias fragmentárias deste evento foram filtradas para o resto dos Estados Unidos em setembro e outubro daquele ano, despertando porém pouco interesse até serem confirmadas pelo presidente Polk em sua mensagem presidencial de dezembro. Desde então a corrida ao ouro passou a ser identificada com os "Forty-niners". Pelo final de 1849, a população da Califórnia havia saltado de 14 mil para aproximadamente 100 mil, e em 1852 para 500 mil; São Francisco já era então uma cidade de quase 35 mil. No final de 1849, cerca de 540 navios aportaram naquela cidade, metade oriunda de portos europeus, metade americanos e, em 1 850, 1. 150 navios ali deixaram quase meia tonelada em mercadorias.

Os efeitos econômicos deste súbito desenvolvimento na Califórnia, e a partir de 1851 na Austrália, foram muito debatidos, mas observadores da época não tinham dúvida sobre sua importância. Engels observou dolorosamente a Marx em 1852: "A Califórnia e a Austrália são dois casos não-previstos no *Manifesto (Comunista):* a criação de grandes e novos mercados a partir do nada. Precisamos rever isso". Em que medida estes eventos foram responsáveis pela expansão norte-americana, pelo *boom* mundial (ver capítulo 2 mais atrás), ou pela súbita explosão da emigração em massa (ver capítulo 11 mais adiante), não precisamos decidir aqui. O que estava claro, de qualquer maneira, é que acontecimentos localizados a milhares de milhas distantes da Europa tinham, na opinião de competentes observadores, um efeito imediato e de longo alcance naquele continente. A interdependência da economia mundial não poderia ser melhor demonstrada.

Que tais corridas do ouro iriam afetar as metrópoles da Europa e a costa leste dos Estados Unidos, assim como os financistas e comerciantes de visão global, não chega a ser surpreendente. Sua repercussão em outras partes do globo geograficamente remotas é porém mais inesperada, apesar de se levar em conta que na prática a Califórnia era apenas accessível por mar, onde as distâncias não são um obstáculo particularmente sério à comunicação. Os marinheiros dos navios da rota do Pacífico desertavam para tentar a sorte nos campos auríferos, e

mesmo os habitantes de São Francisco fizeram coisa semelhante assim que as notícias ali chegaram. A febre do ouro espalhou-se rapidamente através dos oceanos. Em agosto de 1849, 200 navios, abandonados por suas tripulações, vagavam nas águas, seus cascos sendo usados para construção de casas. Nas ilhas Sandwich (Havaí), China e Chile, marinheiros ouviram as notícias, capitães espertos – como os mercadores ingleses na costa oeste da América do Sul – recusaram a tentação lucrativa de seguir para o Norte. Frete e salários de marinheiros dispararam com os preços de qualquer coisa exportável para a Califórnia e nada era não-exportável. Pelo final de 1849, o congresso chileno, observando que a maior parte do transporte marítimo nacional estava sendo dirigido para a Califórnia, onde era então imobilizado por deserções, autorizou navios estrangeiros a praticar o tráfico costeiro de cabotagem temporariamente. A Califórnia, pela primeira vez, criou uma rede de comércio ligando as costas do Pacífico, através do qual cereais chilenos, café e cacau mexicano, batatas e outros alimentos da Austrália, açúcar e arroz da China, e mesmo – depois de 1854 – algumas importações do Japão, foram transportadas para os Estados Unidos. (Não era à-toa que o *Bankers Magazine* de Boston havia predito em 1850 que "não seria nada temerário antecipar uma extensão parcial desta influência de comércio até ao Japão".)

Mais significativo de nosso ponto de vista, a mobilidade de pessoas era maior que o comércio. A imigração de chilenos, peruanos e nativos das ilhas do Pacífico, apesar de chamar a atenção no estágio inicial, não era de maior importância numérica. (Em 1860, a Califórnia tinha cerca de 2.400 latino-americanos além dos mexicanos, e menos de 350 oriundos das ilhas do Pacífico.) Por outro, lado, "um dos resultados mais extraordinários desta descoberta maravilhosa foi o impulso que deu às empresas do Império Celestial. Os chineses, até então as mais impassíveis e domésticas criaturas do universo, haviam começado uma nova vida na Califórnia, nas minas, e vieram para a Califórnia aos milhares" '". Em 1849 havia 76 chineses, pelo final de 1850, 4 mil; em 1852, não menos de 20 mil, e por volta de 1876 havia cerca de 111 mil, ou seja, 25% de todos os habitantes não californianos do estado. Eles trouxeram consigo seu preparo, inteligência e espírito comercial e, incidentalmente, introduziram na civilização ocidental um dos mais poderosos produtos culturais do Leste, o restaurante chinês, que já florescia em 1850. Oprimidos, odiados, ridicularizados e de vez em quando linchados – 88 foram assassinados na baixa de 1862 – eles mostraram a capacidade usual deste grande povo em sobreviver e prosperar, até que o *Chinese Restriction Act* de 1882, clímax de uma longa agitação racial, pôs um fim naquilo que tinha sido o primeiro exemplo na história de uma imigração de massa, voluntária e atraída por razões econômicas, de uma sociedade oriental para uma ocidental.

Por outro lado, o estímulo da corrida do ouro atingiu apenas as fontes

tradicionais de migração para a costa oeste, entre elas a britânica, irlandesa e alemã que formavam a grande maioria, além dos mexicanos.

Estes vieram sobretudo pelo mar, exceto alguns norte-americanos (especialmente os do Texas, Arkansas, Missouri, Wisconsin e Iowa – estados com uma migração desproporcionalmente pesada para a Califórnia) que presumivelmente vieram por terra, uma viagem incômoda que tomava 3 a 4 meses de costa. A rota mais importante que os corredores em busca do ouro percorriam era a que ligava a Europa à São Francisco, costa oeste dos Estados Unidos, via Terra do Fogo percorrendo, 16 a 17 mil milhas através do mar. Londres, Liverpool, Hamburgo, Bremen, Le Havre e Bordéus já tinham linhas diretas na década de 1850. O interesse em diminuir esta viagem de 4 ou 5 meses, assim como de fazê-la mais segura, era prioritário. Os veleiros construídos pelos armadores de Boston e Nova York para o tráfico de chá entre Cantão e Londres podiam agora carregar uma mercadoria diferente. Apenas dois destes haviam feito a volta da América do Sul antes da corrida do ouro, mas na segunda metade de 1851, 24 (de 34 mil toneladas) atingiram São Francisco, diminuindo a distância de Boston para a costa oeste em 100 dias de viagem, ou mesmo, em alguns casos, para 80. Inevitavelmente, uma rota mais curta em tempo pedia para ser construída. O istmo do Panamá mais uma vez tornou-se naquilo que já havia sido nos tempos coloniais espanhóis: o ponto principal de transporte entre navios, pelo menos até que fosse construído um canal, hipótese que foi imediatamente considerada pelo tratado anglo-americano de Bulwer-Clayton de 1850, e que começou – enfrentando a oposição americana – a ser planejado pelo dissidente saintsimoniano francês de Lesseps, recém-vitorioso em Suez na década de 1870. O governo dos Estados Unidos incrementou um serviço postal através do istmo do Panamá, portanto tornando possível o estabelecimento de um serviço de vapor regular mensal entre Nova York e o lado do Caribe, e da cidade do Panamá para São Francisco e Oregon. O esquema, iniciado em 1848 essencialmente por motivos políticos e imperialistas, tornou-se comercialmente mais que viável com a corrida do ouro. O Panamá tornou-se o que sempre tem sido, uma cidade-propriedade americana, onde futuros *robber barons* como Comodore Vanderbilt e W. Ralston (1828-89), fundador do banco da Califórnia, faziam suas negociatas. A economia de tempo era tão grande que o istmo cedo se transformou num ponto vital na cabotagem internacional: através dele, Southampon podia ser ligada a Sydney em 58 dias, e o ouro, descoberto no começo da década de 1850 naquele outro grande centro aurífero, a Austrália (para não mencionar os metais preciosos mais antigos do México e Peru), fez por ali seu caminho para a Europa e a costa leste norte-americana. Somado ao ouro californiano, talvez 60 milhões de dólares anuais devem ter sido transportados através do Panamá. Nenhum espanto que a primeira estrada de ferro tenha, já em 1855. atravessado o istmo. Ela havia sido planejada por uma companhia francesa mas, caracteristicamente,

construída por uma americana.

Estes eram os resultados visíveis e quase imediatos de acontecimentos ocorridos num dos mais remotos cantos do mundo. Nenhum espanto que os observadores vissem o mundo econômico não apenas como um complexo interligado, onde cada parte era sensível ao que acontecia nas outras, e através do qual dinheiro, mercadorias e homens moviam-se silenciosamente e com crescente rapidez, obedecendo ao irresistível estímulo da oferta e demanda, ganhos e perdas, e com a ajuda da moderna tecnologia. Se mesmo os mais preguiçosos (porque menos "econômicos") destes homens respondiam a tais estímulos *en masse* – a imigração britânica para a Austrália pulou de 20 mil para quase 90 mil em um ano, depois que ouro foi ali descoberto –, então nada nem ninguém poderia resistir. Obviamente ainda havia muitas partes do globo, mesmo na Europa, mais ou menos isoladas desta movimentação. Mas havia alguma dúvida de que, cedo ou tarde, seriam arrastadas para dentro do torvelinho?

IV

Hoje estamos mais familiarizados do que os homens de meados do século XIX com este desenho totalizante do planeta em um único mundo. Mas há uma diferença substancial entre o processo que nós vivenciamos hoje e o do período que este livro abarca. O que é mais impressionante neste aspecto, mais adiante no século XX, é a padronização que vai bem além da puramente econômica e tecnológica. Neste particular, nosso mundo é bem mais massivamente padronizado que aquele de Phileas Fogg, mas apenas porque há mais máquinas, instalações produtivas e negócios. As estradas de ferro, telégrafos e navios de 1870 não eram menos identificáveis como "modelos" da era onde ocorriam do que os automóveis e aeroportos de 1970. O que pouco ocorria então era a padronização internacional, interlingüística da cultura, que hoje distribui os mesmos filmes, tipos de música, programas de televisão e mesmo estilos de vida através do mundo. Os "modelos" do mundo desenvolvido eram copiados pelos mais atrasados em um punhado de versões dominantes – os ingleses, através de seu império, nos Estados Unidos e, com menos ênfase, no continente europeu; os franceses, na América Latina, no Levante e partes da Europa oriental; os alemães e austríacos, através da Europa central e oriental, na Escandinávia e um pouco nos Estados Unidos. Um certo estilo comum visual, o interior burguês superlotado de móveis, o barroco público dos teatros e óperas podiam ser vistos onde europeus ou colonos descendentes de europeus tivessem se estabelecido (ver capítulo 13 mais adiante). Entretanto, com a exceção dos Estados Unidos (e Austrália), onde altos salários democratizaram o mercado, e portanto o estilo de vida das classes economicamente mais modestas, esta

característica permaneceu confinada a uns poucos.

Não há dúvida de que os profetas burgueses de meados do século XIX olhavam para a frente procurando um mundo único e mais ou menos padronizado, onde todos os governos teriam o conhecimento das verdades da economia política e do liberalismo, levadas através do planeta por missionários impessoais mais poderosos que aqueles da cristandade ou do islamismo; um mundo refeito à imagem da burguesia, talvez mesmo onde, eventualmente, as diferenças nacionais viessem a desaparecer. O desenvolvimento das comunicações já pedia novas formas de coordenação internacionais e organismos padronizados – a *International Telegraph Union* de 1865, a *Universal Postal Union* de 1875, a *International Metereological Organization* de 1878, todas ainda existentes hoje. Já colocava também – para fins limitados e resolvido pelo *International Signals Code* de 1871 – o problema de uma "linguagem" padronizada internacional. Em poucos anos, tentativas de criar línguas cosmopolitas artificiais tornaram-se moda, iniciada com a estranha *Volapük* (World-speak) engendrada por um alemão em 1880. (Nenhuma destas vingou, nem mesmo a mais promissora, *Esperanto,* outro produto da década de 1880.) O movimento trabalhista também encontrava-se no processo de estabelecer uma organização global que iria tirar conclusões da crescente unificação do planeta – a Internacional (ver capítulo 6 mais adiante). Que a Cruz Vermelha Internacional (1860), filha também de nosso período, pertença a este grupo é mais duvidoso, pois ela era baseada na mais extrema forma de falta de internacionalismo, isto é, guerra entre estados.

Mesmo assim, padronização e unificação internacionais neste sentido permaneceram frágeis e parciais. De certa forma, o nascimento de novas nações e novas culturas com base democrática, isto é, usando idiomas separados ao invés de línguas internacionais de minorias cultas, fazia esta padronização mais difícil. Escritores de reputação européia ou mundial alcançaram esta dimensão graças a traduções. E enquanto era significativo que por volta de 1875 leitores de alemão, francês, sueco, holandês, espanhol, dinamarquês, italiano, português, tcheco e húngaro fossem capazes de desfrutar de algumas das obras de Dickens (assim como búlgaros, russos, finlandeses, servo-croatas, armênios e leitores de iídiche o foram antes do final do século), era também significativo que este processo resultasse numa crescente divisão lingüística. Fossem quais fossem as perspectivas a longo prazo, era aceito pelos observadores liberais da época que, a curto ou médio prazo, o desenvolvimento terminaria por criar nações diferentes e rivais (ver capítulo 5 mais adiante). O máximo que se poderia então desejar é que estas nações comungassem o mesmo tipo de instituições, economia e credos. A unidade do mundo implicava na sua divisão. O sistema mundial do capitalismo era uma estrutura de "economias nacionais" rivais. O triunfo mundial do liberalismo ficava na conversão de todos os povos, pelo menos os que eram

vistos como "civilizados". Não havia dúvida que os campeões do progresso de nosso período estavam confiantes de que isso viria a acontecer mais cedo ou mais tarde Mas esta confiança tinha bases razoavelmente inseguras.

Eles tinham boas razões quando apontavam para a rede cada vez mais desenvolvida de comunicações globais, cujo resultado mais tangível era um vasto aumento no tráfico de trocas internacionais, mercadorias e pessoas – comércio e migração, que serão considerados separadamente (ver capítulo 11 mais adiante). Mas, mesmo no plano internacional de negócios, a unificação global não era uma vantagem indiscutível, pois ela criava uma economia mundial onde todas as partes estavam de tal modo dependentes umas das outras que um empurrão numa delas ameaçava inevitavelmente pôr todas as outras em movimento. Disto era ilustração clássica a crise internacional.

Como foi sugerido, dois tipos maiores de flutuação econômica afetavam a sorte do mundo na década de 1840; o antigo ciclo agrário, baseado nos azares das colheitas e do gado, e o novo "ciclo do comércio", parte essencial do mecanismo da economia capitalista. Em 1840, o primeiro destes ainda era dominante no mundo, embora seus efeitos tendessem a ser mais regionais que globais, já que mesmo as mais amplas formas de uniformização – o clima, epidemias humanas, de animais ou plantas - raramente ocorriam simultaneamente em todas as partes do mundo. Economias industrializadas já eram dominadas pelo ciclo do comércio, pelo menos a partir do final das guerras napoleônicas, mas isso afetava na prática apenas a Inglaterra, talvez a Bélgica e os pequenos setores de outras economias ligadas ao sistema internacional. Crises que não vieram ao lado de distúrbios agrários, como por exemplo as de 1826, 1837 ou 1839-42, estremeceram a Inglaterra, a costa leste dos Estados Unidos e Hamburgo, deixando, entretanto, a maior parte da Europa relativamente sem problemas.

Dois processos se apresentaram depois de 1848 para mudar este estado de coisas. Em primeiro lugar, a crise do ciclo do comércio tornou-se genuinamente mundial. A de 1857, que começou, com um colapso bancário em Nova York, era provavelmente a primeira crise mundial do tipo moderno. (Isto talvez não fosse acidental: Karl Marx observara que as comunicações haviam trazido as duas maiores fontes de distúrbios comerciais, Índia e América, para bem mais perto da Europa.) Dos Estados Unidos a crise passou para a Inglaterra, então para a Alemanha do Norte, depois para a Escandinávia, de volta para Hamburgo, deixando uma trilha de bancarrotas e desemprego enquanto atravessava oceanos em direção à América do Sul. A depressão de 1873, que começou em Viena, espalhou-se na direção oposta com muito maior amplitude. Seus efeitos a longo prazo viriam a ser, como veremos, muito mais profundos – como era de se esperar. Em segundo lugar, pelo menos nos países em vias de industrialização, as antigas flutuações agrárias tinham perdido bastante do seu

efeito, tanto pelo transporte de massa de alimentos, que diminuíam carências locais e tendiam a igualar preços, como porque os efeitos sociais de tais carências estavam agora contornados pela oferta suficiente de empregos gerados pelo setor industrial da economia. Uma série de más colheitas ainda poderia afetar a agricultura, mas não mais o resto do país. Além disso, com a economia mundial estreitando seu cerco, mesmo os azares da agricultura dependiam muito menos das flutuações da natureza que dos preços do mercado mundial – como as grandes depressões agrárias das décadas de 1870 e 1880 viriam a demonstrar.

Todas estas manifestações afetavam apenas aquele setor do mundo que já estava mergulhado na economia internacional. Já que vastas áreas e populações – virtualmente toda a Ásia e África, a maior parte da América Latina e mesmo partes substanciais da Europa – ainda existiam fora de qualquer economia que não fosse a da pura troca local e longe de portos, estradas de ferro e telégrafo, deveríamos não exagerar a unificação do mundo completada no período de 1848 a 1875. Afinal, como um eminente cronista da época colocou, *"A. economia mundial* está apenas nos seus primórdios"; mas também, acrescentando com toda a correção: "mesmo estes primórdios nos permitem imaginar sua futura importância, já que neste estágio presente representam uma transformação genuinamente espantosa da produtividade da humanidade" "Se fôssemos considerar apenas uma região, como por exemplo, a costa sul do Mediterrâneo e norte da África, por volta de 1870, tudo o que dissemos só poder-se-ia aplicar ao Egito e às modestas porções da Argélia colonizada pelos franceses. O Marrocos só veio a conceder a estrangeiros a liberdade de comerciar através de seu> território em 1862; Tunísia nem sequer pensava na idéia, preferindo incrementar seu vagaroso progresso por meio de empréstimos até 1865. Foi por volta desta época que um produto do crescimento do comércio mundial, o chá, foi encontrado ao sul da cordilheira dos Atlas em Ouargla, Timbuctu e Tafilet, apesar de ser ainda um artigo de alto luxo: uma onça custava o equivalente ao salário mensal de um soldado marroquino. Até a segunda metade do século, não se viu o crescimento característico da população do mundo moderno ocorrendo nos países islâmicos enquanto que, ao contrário, através dos países saharianos, assim como na Espanha, a combinação tradicional de fome e epidemias em 1867-69 (que devastou a índia pelo mesmo período) vinha a ser, pela sua grande importância econômica, social e política, maior que qualquer manifestação associada com a ascensão do capitalismo mundial, embora talvez – como na Argélia – intensificada por este.

---

[1] *coolies* - trabalhador hindu ou chinês. (N.T.)

[2] *Robber Baron* - "Barão Medieval". (N.T.)
[3] Elegante clube inglês que patrocinava famosas corridas de cavalo. (N. T.)

4

CONFLITOS E GUERRA

E a história inglesa fala alto para reis:
Se caminhardes à frente das idéias de vosso século, estas idéias vos acompanharão e sustentarão.
Se caminhardes atrás delas, elas vos arrastarão.
Se caminhardes contra elas, elas o derrubarão.

— Napoleão III

A velocidade com a qual o instinto militar desenvolveu-se nesta nação de proprietários de navios, mercadores e comerciantes... é bem conhecida. (O Baltimore Gun Club) tinha apenas um interesse: a destruição da humanidade por motivos filantrópicos e o desenvolvimento de armamentos, que eles olhavam como instrumentos de civilização.

— Júlio Verne, 1865

I

Para o historiador, a grande expansão da década de 1850 marca a fundação de uma economia industrial global e de uma única história mundial. Para os dirigentes de meados do século XIX na Europa, como vimos, proporcionou uma oportunidade para tomar fôlego durante a qual os problemas (que nem as revoluções de 1848 nem a sua supressão resolveram) chegaram a ser esquecidos ou mesmo mitigados pela prosperidade e administração sadia. De fato, os problemas sociais agora pareciam mais contornáveis em virtude da grande expansão, da adoção de política e instituições adequadas ao desenvolvimento capitalista irrestrito, e da abertura de válvulas de escape – pleno emprego e imigração – suficientemente amplas para reduzir as pressões do descontentamento da massa. Mas os problemas políticos permaneceram, e pelo final da década de 1850, estava claro que não podiam ser evitados por muito mais tempo. Estes problemas eram, para cada governo, essencialmente questões de política doméstica, mas devido a natureza peculiar dos sistemas de estado europeus a leste da linha da Holanda à Suíça, questões domésticas e internacionais apresentavam-se como inextricavelmente interligadas. Liberalismo e democracia radical, ou pelo menos o desejo por direitos e representação não podiam ser separados, na Alemanha ou Itália, no Império dos Habsburgos ou mesmo no Império Otomano e nas fronteiras do Império Russo, das ambições por autonomia nacional, independência ou unificação. E isto

poderia (como efetivamente, viria a ocorrer nos casos da Alemanha, Itália ou do Império dos Habsburgos) produzir conflitos internacionais.

Pois, bem longe dos interesses de outras potências em qualquer modificação substancial nas fronteiras do continente, a unificação da Itália implicava na expulsão do Império dos Habsburgos, ao qual a maior parte do norte da Itália pertencia. A unificação da Alemanha levantava três questões: que Alemanha exatamente era para ser unificada[1], como – se jamais – as duas maiores potências que eram membros da Confederação Germânica, Prússia e Áustria, deveriam integrá-la, e o que iria acontecer com os numerosos outros principados, que iam de médios reinos a pequenos territórios de ópera bufa. E ambas, como vimos, implicavam diretamente na natureza e fronteiras do Império dos Habsburgos. Na prática, ambas as unificações implicavam enfim em guerras.

Felizmente para os dirigentes europeus, tal mistura de problemas domésticos e internacionais tinha cessado de ser explosiva; ou melhor, a derrota da revolução seguida pela grande expansão haviam-lhes tirado a força. Falando em termos gerais, a partir do final da década de 1850, estes governos encontraram-se novamente diante de agitação política doméstica, provocada por uma classe média liberal e alguns democratas radicais, eventualmente mesmo por alguma força emergente do movimento operário. Alguns deles – especialmente quando, como a Rússia na guerra da Criméia (1854-56) e o Império dos Habsburgos na Guerra Italiana de 1859-60, vieram a ser derrotados – encontravam-se agora mais vulneráveis que antes para fazer face ao descontentamento popular. Entretanto, estas novas agitações não eram revolucionárias, exceto em um ou dois lugares onde puderam ser isoladas ou contidas. O episódio característico destes anos era a confrontação entre um parlamento prussiano fortemente liberal, eleito em 1861, e o rei da Prússia com sua aristocracia, ambos sem a mais remota intenção de abdicar de seus propósitos. O governo da Prússia, sabendo perfeitamente que a ameaça liberal era meramente retórica, provocou uma confrontação e simplesmente chamou o mais rude conservador disponível - Otto von Bismarck - para o cargo de primeiro-ministro, para governar desafiando a recusa do parlamento em votar taxas. Ele o fez sem dificuldades.

Mais que isso, a coisa mais significativa a respeito da década de 1860 foi que, não apenas governos mantinham quase sempre a iniciativa e quase nunca perdiam (senão momentaneamente) o controle da situação que podiam sempre manipular, mas também que podiam *sempre* conceder as reivindicações de suas oposições populares em todos os acontecimentos a oeste da Rússia. Esta foi uma década de reformas, liberalização política, mesmo de algumas concessões ao que era chamado "as forças da democracia". Na Inglaterra, Escandinávia e nos Países Baixos, onde houvesse constituições parlamentares, o eleitorado estava

com os governos. O British Reform Act de 1867 fazia acreditar que havia colocado o poder eleitoral nas mãos dos eleitores da classe operária. Na França, onde o governo de Napoleão III tinha visivelmente perdido seu voto urbano por volta de 1863 – conseguiu eleger apenas um dos quinze deputados de Paris – mais e mais tentativas eram feitas para "liberalizar" o sistema imperial. Mas esta mudança de temperamento é ainda mais espantosa junto às monarquias não-parlamentares.

A monarquia dos Habsburgos depois de 1860 simplesmente desistiu de tentar governar como se seus governados não tivessem opiniões políticas. Daí em diante, concentrou seus esforços em encontrar alguma coalizão de forças entre suas numerosas e díspares nacionalidades, uma qualquer que fosse suficientemente forte para manter o resto politicamente imóvel, apesar de todas agora receberem certas concessões educacionais e lingüísticas (ver capítulo 5 adiante). Até 1879 foi-lhe fácil encontrar sua base mais conveniente entre os liberais classe-média de sua fatia da população de língua alemã. Mas a monarquia não foi capaz de manter um controle eficiente sobre os Magiares, que conseguiram algo não muito distante de uma independência, o "Compromisso" de 1867, que transformou o Império na Monarquia Dual Austro-Húngara. Mas ainda mais surpreendente foi o que aconteceu na Alemanha. Em 1862, Bismarck tornou-se primeiro-ministro da Prússia, num programa de manutenção da tradicional monarquia prussiana e sua aristocracia, contra o liberalismo, democracia e nacionalismo germânico. Em 1871, o mesmo chefe de estado aparecia como chanceler do Império Germânico unido por suas próprias forças, com um parlamento (confessadamente de pouca importância) eleito por voto masculino universal, e repousando no entusiástico apoio dos liberais (moderados).alemães. Bismarck não era de forma alguma um liberal, e longe de um nacionalista alemão, no sentido político (ver capítulo 5 adiante). Era apenas suficientemente inteligente para perceber que o mundo dos *junkers* prussianos não poderia mais ser preservado apenas com a manutenção do conflito contra o liberalismo e o nacionalismo, mas precisava trazê-los, ambos, para o seu próprio lado. Isto implicava repetir o que o líder conservador inglês Benjamin Disraeli (1804-81), ao introduzir o Reform Act de 1867, descrevia como "surpreender os Whigs banhando-se e fugindo com suas próprias roupas".

A política dos dirigentes da década de 1860 estava portanto determinada por três considerações. Primeiro, eles se encontravam numa situação de mudança política e econômica que não podiam controlar, mas a qual precisavam se adaptar. A única escolha – e os chefes de estado reconheciam-na bem claramente – era seguir na direção do vento ou utilizar seus conhecimentos de navegação para pôr seus navios em outra direção. O vento em si era um fato da natureza. Segundo, eles precisavam determinar que concessões às novas forças poderiam ser feitas sem ameaçar o sistema social – ou, em casos especiais, as

estruturas políticas cuja defesa era de responsabilidade destes governantes – e o ponto além do qual eles não podiam mais seguir com segurança. Mas, em terceiro lugar, eles tinham a sorte de poder tomar ambas as decisões em circunstâncias que lhes permitiam uma considerável iniciativa, campo para manipulação e que lhes faziam capazes, em alguns casos, até de agir com virtual liberdade para controlar o curso dos acontecimentos.

Os chefes de estado que figuram com maior proeminência nas histórias tradicionais da Europa deste período eram, por conseguinte, aqueles que de forma mais sistemática combinavam controle político com diplomacia e controle da máquina do governo, como Bismarck na Prússia, conde Camillo Cavour (1810-61) em Piedmont e Napoleão-III, ou aqueles mais capazes de manejar o difícil processo de abertura controlada de um sistema de dominação de classe alta, como por exemplo, o liberal W. E. Gladstone (1809-98) e o conservador Disraeli na Inglaterra. E os mais bem sucedidos foram aqueles que souberam virar as novas e antigas forças políticas não-oficiais para sua própria vantagem, aprovassem elas a política destes governantes ou não. Napoleão III caiu em 1870 porque não conseguiu fazê-lo. Mas dois homens provaram ser incomumente eficientes nesta difícil operação, o moderado liberal Cavour e o conservador Bismarck.

Ambos eram políticos extraordinariamente lúcidos, fato refletido na despretensiosa claridade do estilo de Cavour e no impressionante domínio da prosa germânica por Bismarck, uma personalidade por demais grandiosa e complexa. Ambos eram profundamente anti-revolucionários e sem nenhuma simpatia pelas forças políticas, cujos programas entretanto eles seguiram e cumpriram, exceto quanto às suas implicações democráticas e revolucionárias. Ambos tiveram cuidado em separar unidade nacional de influência popular: Cavour, pela insistência em transformar o novo reino italiano num prolongamento de Piedmont, até o ponto de recusar renumerar o título do rei Vitorio Emanuel II (de Savóia) em Vitorio Emanuel I (da Itália); Bismarck, pela construção do novo império germânico através da supremacia da Prússia. Mas ambos eram suficientemente flexíveis para integrar a oposição em seus respectivos sistemas, garantindo porém a impossibilidade de que estas oposições viessem a ganhar controle.

Ambos enfrentaram problemas imensamente complexos de; tática internacional e (no caso de Cavour) de política nacional. Bismarck, que não precisava de ajuda externa e não se preocupava com oposição interna, só podia considerar uma Alemanha unificada que não fosse nem democrática nem demasiado grande que não pudesse ser dominada pela Prússia. Isto implicava a exclusão da Áustria, que ele obteve por meio de duas rápidas guerras brilhantemente conduzidas em 1864 e 1866 e a paralisia do país, que ele conseguiu fomentando e alimentando a autonomia da Hungria dentro do Império

dos Habsburgos (1867), simultaneamente com a preservação da Áustria, para a qual dali em diante ele iria dedicar alguns belos presentes diplomáticos. (Isto porque, se a monarquia dos Habsburgos entrasse em colapso com todas as suas nacionalidades, seria impossível evitar que os austríacos alemães viessem a se unir com a Alemanha, portanto abalando a supremacia da Prússia tão cuidadosamente construída. Isso foi, de fato, o que aconteceu depois de 1918, e um dos resultados colaterais da "grande Alemanha" de Hitler (1938-45) foi o total desaparecimento da Prússia. Hoje, nem sequer seu nome sobreviveu, exceto nos livros de história.) Isso também implicava fazer a supremacia da Prússia mais digerível que a austríaca para os estados menos germânicos e mais anti-Prússia, o que Bismarck conseguiu com uma guerra igualmente brilhante na sua concepção e condução contra a França, em 1870-71. Cavour, por seu turno, precisava mobilizar um aliado (França) para expulsar a Áustria da Itália, mas terminou por ser imobilizado por esta iniciativa quando o processo de unificação foi bem além do que Napoleão III esperava. Mais grave, Cavour encontrou-se diante de uma Itália dividida, com a metade superior unificada sob controle do Estado, e a metade inferior unificada pela guerra revolucionária, liderada militarmente por aquele frustrado Fidel Castro do século XIX, o chefe guerrilheiro de camisa vermelha Giuseppe Garibaldi .(1807-82). Rápido pensar, veloz conversação e brilhantes manobras foram necessárias para persuadir Garibaldi a entregar o poder ao rei, o que veio a fazer em 1860.

As operações destes chefes de estado ainda inspiram admiração por seu brilhantismo técnico. Entretanto, o que os fazia tão surpreendentes não era apenas talento pessoal, mas a amplitude pouco usual de ação de que dispunham, graças à falta de um sério perigo revolucionário e a existência de rivalidade internacional a um nível incontrolável. As ações de movimentos não-oficiais ou populares, demasiado fracos para conseguir alguma coisa por si próprios, ou fracassaram ou tornaram-se subordinados a mudanças decididas de cima. Os liberais alemães, radicais democratas e revolucionários sociais contribuíram pouco exceto para aplaudir ou condenar o processo de unificação germânica. A esquerda italiana, como já vimos, teve um papel maior. A expedição siciliana de Garibaldi, que rapidamente conquistou o sul da Itália, perturbou Cavour, mas embora sendo uma conquista significativa, seria impossível determinar qualquer ulterior conseqüência, dada a situação criada por Cavour e Napoleão. Em nenhum momento a esquerda italiana conseguiu concretizar a república democrática italiana, que era vista como o complemento essencial à unidade. A pequena nobreza húngara moderada conseguiu autonomia para seu país sob o véu de Bismarck, mas os radicais ficaram desapontados. Kossuth continuou a viver no exílio e lá morreu. As rebeliões dos povos balcânicos na década de 1870 vieram resultar numa espécie de independência para a Bulgária (1878), mas apenas na medida em que isso interessava às grandes potências: os bosnianos,

que começaram suas insurreições em 1875-76, apenas trocaram a dominação turca por uma provavelmente superior administração dos Habsburgos. Por outro lado, como veremos, revoluções independentes terminaram mal (ver capítulo 9 adiante). Mesmo a espanhola de 1868, que chegou a produzir uma fugaz república radical em 1873, terminou com um rápido retorno à monarquia.

Não diminuímos os méritos dos grandes dirigentes políticos da década de 1860 ao dizer que suas respectivas tarefas foram grandemente facilitadas porque podiam introduzir mudanças constitucionais de maior magnitude sem drásticas conseqüências políticas e, menos ainda, porque podiam iniciar e terminar guerras quase que pela livre vontade. Neste período, tanto a ordem doméstica quanto a internacional podiam ser consideravelmente modificadas com um risco político comparativamente pequeno.

II

Eis por que os 30 anos que sucederam 1848 foram um período de mudanças mais espetaculares ao nível de relações internacionais que domésticas. No tempo das revoluções, ou melhor, depois da derrota de Napoleão (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 5), os governos das grandes potências tiveram o maior cuidado em evitar conflitos de maior importância entre si, já que a experiência havia mostrado que grandes guerras e revoluções caminham juntas. Agora que as revoluções de 1848 tinham vindo e partido, este motivo para constrangimento diplomático tornara-se de importância secundária. A geração posterior a 1848 foi uma era de guerras e não de revoluções. Algumas delas foram de fato o produto de tensões internas, ou de fenômenos revolucionários ou quase-revolucionários. Estes – as grandes guerras civis da China (1851-64) e dos Estados Unidos (1861-65) – não fazem parte exatamente da presente discussão, exceto no que diz respeito aos aspectos técnicos e diplomáticos das guerras deste período. Vamos considerá-las separadamente (ver capítulos 7 e 8 mais adiante). Aqui estamos interessados principalmente nas tensões e mudanças internas dentro do sistema de relações internacionais, sem esquecer o curioso intercâmbio entre as políticas internacional e doméstica. Se fôssemos perguntar a um especialista (que ainda estivesse vivo) do sistema internacional pré-1848 sobre problemas de política externa – vamos dizer, Visconde Palmerston que foi o Secretário de Estado Britânico bem antes das revoluções e continuou a dirigir a pasta com algumas interrupções até sua morte em 1865 – ele nos teria explicado da seguinte forma: as únicas questões internacionais que contavam eram as relações entre as cinco grandes potências européias, cujos conflitos pudessem resultar em guerras de maior importância, os seja, Inglaterra, Rússia, França Áustria e Prússia (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 5). O único estado além destes com suficiente

ambição e poder para ser levado em conta, os Estados Unidos, era desprezível, já que confinava seus interesses a outros continentes, e nenhuma potência européia tinha ambições vivas nas Américas que não fossem econômicas – e estas eram do interesse de empresários privados, não de governos. De fato, em 1867 a Rússia vendia o Alaska aos Estados Unidos por uns poucos 7 milhões de dólares e mais o suborno de alguns congressistas americanos para convencer o Congresso a aceitar aquilo que era universalmente considerado uma coleção de rochas, geleiras e tundra ártica. As potências européias, ou melhor, aquelas que contavam – Inglaterra, por causa de sua riqueza e armada; Rússia, por causa de sua extensão e exército; e França, por causa de seu tamanho, exército e reconhecida e respeitada história militar – tinham ambições e razões para desconfiança mútua, mas não além da linha do compromisso diplomático. Por mais de 30 anos depois da derrota de Napoleão em 1815, nenhuma das grandes potências havia usado armas entre si, limitando suas operações militares à supressão da subversão doméstica ou internacional, a vários conflitos locais, nem para se expandirem no resto atrasado do mundo.

Havia entretanto uma fonte de atrito o bastante constante, surgindo sobretudo da combinação entre uma lenta desintegração do Império Otomano, do qual vários elementos não-turcos estavam aptos a se libertar, e das ambições conflitantes da Rússia e Inglaterra no Mediterrâneo oriental, o atual Oriente Médio e a área entre a fronteira leste da Rússia e a fronteira oeste do Império Britânico da índia. Da mesma forma que os ministros das relações exteriores dos países decisivos não estavam preocupados com nenhum distúrbio grave no sistema internacional através de revoluções, eles se sentiam, porém, ameaçados com aquilo que era chamado "A questão do Leste". Mesmo assim, não se havia ainda perdido o controle. As revoluções de 1848 provaram-no, pois mesmo que três entre as cinco grandes potências tivessem sido convulsionadas por elas, o sistema internacional emergiu praticamente intocado como tal. E também, com a exceção parcial da França, o mesmo ocorreu com os sistemas políticos internos de todos.

As décadas subseqüentes viriam a ser bastante diferentes. Em primeiro lugar, o poder considerado (pelo menos pelos britânicos) como potencialmente o mais instável, a França, reapareceu da revolução como um império populista sob outro Napoleão, e o que era mais estranho, o medo de um retorno ao Jacobinismo de 1793 não mais detinha esta possibilidade. Napoleão, apesar de divulgar ocasionalmente que "Império significa Paz", especializou-se em intervenções internacionais: expedições militares a Síria (1860), em conjunto com a Inglaterra sobre a China (1858-65), e mesmo – enquanto os Estados Unidos estavam ocupados de outra forma – uma aventura no México (1863-67), onde o satélite francês que foi o Imperador Maximiliano (1864-67) não sobreviveu por muito mais tempo à Guerra Civil Americana. Não havia nada

particularmente francês nestes exercícios de banditismo, exceto talvez pelo reconhecimento por parte de Napoleão do valor eleitoral da glória imperial. A França era apenas suficientemente forte para tomar parte nesta *razzia* do mundo não-europeu, enquanto a Espanha, por exemplo, não o era mais, apesar de suas grandiosas ambições em recuperar parte de sua perdida influência imperial na América Latina. Enquanto as ambições francesas estivessem situadas bem longe, não afetavam particularmente o sistema de poder europeu; mas quando elas tomavam lugar onde as potências européias estivessem exercitando sua rivalidade, vinham trazer perturbação ao que já era um equilíbrio bastante delicado.

O primeiro dos mais importantes resultados desta perturbação foi a Guerra da Criméia (1854-56), o acontecimento mais próximo a uma guerra geral européia entre 1815 e 1914. Não havia nada de novo ou inesperado na situação que transformou-se numa carnificina internacional importante e notoriamente incompetente, entre a Rússia de um lado, Inglaterra, França e Turquia do outro, e na qual estima-se que mais de 600 mil pessoas tenham perecido, sendo que 500 mil delas por doença: 22% das tropas inglesas, 30% das francesas e cerca de metade das russas. Nem antes nem depois disso pode-se dizer que a política russa de dividir a Turquia ou de transformá-la num satélite (neste caso a primeira hipótese) tenha procurado, demandado ou levado a uma guerra entre as potências. Mas antes e durante a fase seguinte da desintegração turca, na década de 1870, o conflito entre potências deu-se essencialmente como um jogo entre dois poderosos e velhos contendores, Inglaterra e Rússia, os outros não desejando ou não podendo intervir de outra forma que não fosse simbólica. Mas na década de 1850 havia um outro contendor, a França, cujos estilo e estratégia eram, acima de tudo, imprevisíveis. Há pouca dúvida de que alguém quisesse realmente tal guerra, que foi liquidada sem ter resultado em nenhuma modificação substancial na "Questão do Leste", assim que as potências puderam desvencilhar-se do *imbróglio*. O que ocorreu foi que o mecanismo de diplomacia da "Questão do Leste", criada para pequenas confrontações, ruiu temporariamente – e ao custo de umas poucas centenas de milhares de vidas.

Os resultados diplomáticos diretos da guerra foram temporários ou insignificantes, embora a Romênia (formada pela união de dois principados do Danúbio e nominalmente sob suserania turca até 1878) tenha se tornado *de fado* independente. Os resultados políticos de longo alcance foram mais sérios. Na Rússia, a rígida crosta da autocracia tzarista de Nicolau I (1825-55), já sob pressão crescente, rachou. Uma era de crise, reformas e mudanças começara ali, culminando na emancipação dos servos (1861) e na emergência de um movimento revolucionário russo no final da década de 1860. O mapa político do resto da Europa viria em breve a ser transformado, processo este facilitado, se não tornado possível, pelas alterações do sistema de poder internacional

precipitadas pelo episódio da Criméia. Como já assinalamos, um reino unido da Itália surgiu nos anos 1858-70, uma Alemanha unida em 1862-71, incidentalmente levando ao colapso o Segundo Império de Napoleão na França e a Comuna de Paris (1870-71), além de que a Áustria tinha sido excluída da Alemanha e profundamente reestruturada. Em resumo, com a exceção da Inglaterra, todas as "potências" européias foram substancialmente – em muitos casos até territorialmente – modificadas entre 1856 e 1871, e um novo grande estado, como cedo viria a ser reconhecido, tinha sido fundado: a Itália.

Muitas destas alterações derivavam direta ou indiretamente das unificações políticas da Alemanha e da Itália. Fosse qual fosse o ímpeto original destes movimentos pela unificação, o processo viria a ser levado a cabo por governos constituídos, em outras palavras, através da força militar. Como na famosa frase de Bismarck, a questão da unificação tinha sido solucionada "com sangue e ferro". Em 12 anos a Europa passou por quatro guerras importantes: França, Savóia e os italianos contra a Áustria (1858-59); Prússia e Áustria contra a Dinamarca (1864); Prússia e Itália contra a Áustria (1866); Prússia e os estados germânicos contra a França (1871). Todas foram relativamente breves e, pelos padrões das grandes carnificinas na Criméia e nos Estados Unidos, nenhuma excepcionalmente custosa, apesar do que cerca de 160 mil pereceram na guerra franco-prussa, a maior parte do lado francês. Mas todas ajudaram a fazer do período da história européia de que trata este volume um interlúdio guerreiro, naquele que de outra forma seria um século incomumente pacífico entre 1815 e 1914. Mesmo assim, apesar de que a guerra era bastante comum neste mundo entre 1848 e 1871, o medo de uma guerra *geral,* medo este que o século XX tem vivido virtualmente sem interrupção desde a primeira década do século, ainda não assustava os cidadãos do mundo burguês. Isso só começou a ocorrer lentamente depois de 1871. Guerras entre estados ainda podiam ser deliberadamente iniciadas e terminadas por governos, uma situação brilhantemente explorada por Bismarck. Apenas sobre guerras civis não se tinha tal controle, assim como em relação aos relativamente poucos conflitos que degeneraram em genuínas guerras entre povos, como a guerra entre o Paraguai e seus vizinhos (1864-70), transformada num destes episódios de carnificina e destruição incontroláveis, com os quais o nosso próprio século está tão familiarizado. Ninguém sabe ao certo a extensão das perdas nas guerras de Taiping, mas tem-se dito que algumas províncias chinesas até hoje não conseguiram recuperar sua população de antes das guerras.

A Guerra Civil Americana matou mais de 630 mil soldados, e o total de mortos, feridos e desaparecidos ficou entre 33 e 40% do conjunto de forças unionistas e confederadas. A Guerra do Paraguai matou 330 mil (até onde as estatísticas latino-americanas possam ter algum significado), reduzindo a população de sua vítima principal para cerca de 200 mil, dos quais 30 mil eram

homens. Por onde for que se observe, a década de 1860 foi uma década de sangue.

O que fez com que este período da história fosse relativamente tão sangrento? Em primeiro lugar, o próprio processo de expansão capitalista global que multiplicava as tensões no mundo não-europeu, as ambições do mundo industrial e os conflitos diretos e indiretos dali surgidos. Assim foi a Guerra Civil Americana, sejam quais forem suas origens políticas, quando o norte industrializado venceu o sul agrário, ou como poderia ser dito em outras palavras, a transferência do sul americano, do império informal da Inglaterra (da qual a indústria do algodão era o pendente econômico) para a nova e definitiva economia industrial dos Estados Unidos. Pode-se considerar esta transferência como um passo precoce mas gigantesco no caminho que, no século XX, levaria a totalidade das Américas da dependência britânica para a dependência americana. A Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Rio da Prata na economia mundial da Inglaterra: Argentina, Uruguai e Brasil, suas faces e economias voltadas para o Atlântico, forçaram o Paraguai a perder sua auto-suficiência, conseguida na única área na América Latina onde os índios resistiram ao estabelecimento de brancos de forma efetiva, graças talvez à original dominação jesuíta (ver capítulo 7 mais adiante). O restante dos índios que resistiram à conquista branca foram empurrados para a fronteira desta conquista. Apenas no norte da bacia do Prata os povoados indígenas permaneceram sólidos, e o guarani, ao invés de português ou espanhol, permaneceu como o idioma *de facto* para comunicação entre nativos e colonos. A rebelião de Taiping e sua supressão são inseparáveis da rápida penetração de armas e capital ocidental no Império Celestial, desde a primeira Guerra do Ópio (1839-42) (ver capítulo 7 mais adiante).

Em segundo lugar, como já vimos – especialmente na Europa –, foi graças a recuperação da guerra como um instrumento normal de política governamental, já que não mais se acreditava que a guerra devia ser evitada por medo da conseqüente revolução, e já que estava também convencido (corretamente) de que os mecanismos de poder eram capazes de mantê-las nos limites desejados. A rivalidade econômica não levava além de atritos locais numa era de expansão, onde parecia haver lugar para todos. Mais ainda, nesta era clássica de liberalismo econômico, a competição comercial estava mais próxima de independência frente a qualquer apoio governamental do que nunca, antes ou depois. Ninguém neste período – nem mesmo Marx, contrariamente a uma suposição corrente –, entendeu as guerras européias como basicamente econômicas na sua origem.

Em terceiro lugar, estas guerras agora podiam ser promovidas com a nova tecnologia do capitalismo. (Já que esta tecnologia, através da câmera e do telégrafo também havia transformado a cobertura das guerras na imprensa,

trazendo sua realidade mais vividamente diante do público literato, mas, exceto pela fundação da Cruz Vermelha Internacional em 1860 e a Convenção de Genebra de 1864, isto resultou em pouca coisa. Nosso século não viria a produzir melhores controles sobre suas horríveis matanças.) As guerras asiáticas e latino-americanas permaneceram substancialmente pré-tecnológicas, exceção feita às pequenas incursões de forças européias. A Guerra da Criméia, com sua incompetência característica, falhou em usar adequadamente a tecnologia já existente. Mas as guerras da década de 1860 já iriam empregar a estrada de ferro para mobilização e transporte adequados e o telégrafo disponível para rápidas comunicações. Também nesta época, foram desenvolvidos os barcos de guerra e suas derivações, a artilharia pesada, as armas de guerra de produção em massa, incluindo a metralhadora Gatling (1361), assim como os modernos explosivos passaram a ser usados – a dinamite foi inventada em 1866 – trazendo conseqüências significativas para o desenvolvimento das economias industriais. Portanto, todos estavam mais preparados e próximos dos massacres das guerras modernas do que em qualquer época anterior. A Guerra Civil Americana mobilizou 2,5 milhões de homens de uma população de, digamos, 33 milhões. O restante das guerras do mundo industrial permaneceu como conflitos de pequenas proporções, pois mesmo os 1,7 milhões mobilizados em 1870-71 na guerra franco-germânica representaram menos de 2,5% dos 77 (ou mais) milhões de habitantes dos dois países, ou seja, 8% dos 22 milhões capazes de empunhar armas. Ainda é importante notar que, de meados da década de 1860 em diante, gigantescas batalhas envolvendo mais de 300 mil homens deixaram de ser incomuns (Sadowa em 1866, Gravelotte e Sedan em 1870). Apenas uma batalha deste tipo ocorreu durante todo o período das guerras napoleônicas (Leipzig em 1813). Mesmo a batalha de Solferino, na Guerra Italiana de 1859, foi maior que todas as batalhas napoleônicas (com exceção de uma).

Já observamos os subprodutos domésticos destas iniciativas e guerras entre governos. Mas a longo prazo, suas conseqüências internacionais ainda viriam a ser mais dramáticas. Pois no período que estudamos, o sistema internacional foi fundamentalmente alterado –muito mais profundamente que os observadores da época chegaram a reconhecer. Apenas um aspecto disto permaneceu inalterado – a extraordinária superioridade do mundo desenvolvido sobre o subdesenvolvido, que era sublinhada (ver capítulo 8 mais adiante) pela carreira do único país não-branco que neste período conseguiu imitar o Oeste, ou seja, o Japão. A tecnologia moderna colocava qualquer governo que não a dispusesse a mercê de qualquer outro que a possuísse.

Por outro lado, ás relações entre as potências foram transformadas. Por meio século depois da derrota de Napoleão, apenas um país era essencialmente industrial e capitalista, dispondo de uma genuína política global, isto é, uma armada global: a Inglaterra. Na Europa havia dois países com exércitos

potencialmente decisivos, apesar de que sua força era essencialmente não-capitalista: a Rússia com sua vasta e fisicamente vigorosa população e a França, com a possibilidade e a tradição de mobilização de massa revolucionária. A Áustria e a Prússia não eram de importância político-militar comparável. Nas Américas havia apenas um poder sem rival, os Estados Unidos que, como já vimos, não se aventurava na área da real rivalidade entre potências. (Esta área não incluía, antes da década de 1850, o Extremo Oriente.) Mas entre 1848 e 1871, ou mais precisamente durante a década de 1860, três fatos ocorreram. Primeiro, a expansão da industrialização produziu outras potências essencialmente industriais e capitalistas além da Inglaterra: os Estados Unidos, a Prússia (Alemanha), e muito antes disso, a França, tendo o Japão se somado mais tarde. Segundo, o progresso da industrialização fez com que, de forma crescente, a riqueza e a capacidade industrial viessem a ser os fatores decisivos no poderio internacional, diminuindo assim a posição relativa da Rússia e da França e aumentando a da Prússia (Alemanha). Terceiro, a emergência como potências independentes de dois estados extra-europeus, os Estados Unidos (unidos sob o norte na Guerra Civil) e o Japão (sistematicamente embarcando na "modernização" da Restauração Meiji de 1868), criavam pela primeira vez a possibilidade de um conflito global entre potências. A tendência crescente de homens de negócios e governos europeus em expandir suas atividades além-mar e de envolverem-se facilmente com outros poderes, em áreas tais como o Extremo Oriente e o Oriente Médio(Egito), reforçava esta possibilidade.

Fora da Europa estas mudanças na estrutura de poder não produziam ainda grandes conseqüências. Mas dentro da Europa, fizeram-se imediatamente sentir. A Rússia, como a Guerra da Criméia mostrara, tinha cessado de ser potencialmente decisiva no continente europeu. Assim como a França, o que havia sido demonstrado pela guerra franco-prussiana. Por outro lado, a Alemanha, um novo poder que combinava uma impressionante força industrial e tecnológica com uma população substancialmente maior que qualquer outro estado europeu exceto a Rússia, tornou-se a nova força decisiva nesta parte do mundo, e assim permaneceria até 1945. A Áustria, na redecorada versão de uma Monarquia Dual Austro-Húngara (1867), permaneceu aquilo que havia sido por já tanto tempo, uma "grande potência" apenas no tamanho e na conveniência internacional, apesar de mais forte que a recém-unificada Itália, cuja grande população e ambições diplomáticas davam também direito a requerer ser tratada como participante no jogo do poder.

De mais a mais, a estrutura formal internacional passou a divergir da estrutura real. A política internacional tornou-se política mundial, na qual pelo menos duas potências não-européias iriam intervir de fato, embora isso não fosse evidente até o século XX. Mais ainda, estes países tornaram-se uma espécie de oligopólio de potências capitalistas industriais, exercendo um monopólio sobre o

mundo mas competindo entre si, embora isto não se tornasse evidente até a era do "imperialismo", depois do fim de nosso período. Por volta de 1875, tudo isso era dificilmente discernível. Mas as fundações da nova estrutura de poder foram estabelecidas na década de 1860, incluindo o medo de uma guerra geral européia, que começava a preocupar os observadores da cena internacional na década de 1870. De fato, tal guerra não iria acontecer nos 40 anos seguintes, um período mais longo do que o século XX poderia imaginar para si mesmo. Nossa própria geração, que pode olhar para trás no momento que escrevemos e ver quase 30 anos sem guerras entre as grandes, ou mesmo médias potências,[2] sabe melhor do que ninguém que a ausência de guerra pode ser muito bem combinada com o seu temor permanente. Apesar dos conflitos, a era do triunfo liberal tinha sido estável. Não mais o seria depois de 1875.

---

[1] A Confederação Germânica incluía a menor parte do Império dos Habsburgos, a maior parte da Prússia, assim como Holstein-Lauenburg, que também pertencia a Dinamarca e Luxemburgo e que também tinha raízes não-germânicas. Não incluía o então Schleswig dinamarquês. Por outro lado, a *União Alfandegária Alemã* (Zollve-rein), originalmente formada em 1834, por volta de meados da década de 1850 incluía toda a Prússia, mas nenhuma parte da Áustria. Também deixava de fora Hamburgo, Bremen e uma grande parte da Alemanha do Norte (Mecklenburg e Holstein-Lauenburg assim como o Schleswig). As complicações de tal situação poderiam ser bem imaginadas.

[2] Com a exceção do conflito entre os Estados Unidos e a China na Coréia em 1950-53, num tempo em que a China não era considerada uma potência de maior envergadura.

5

A CONSTRUÇÃO DAS NAÇÕES

"Mas o que... é uma nação? Por que a Holanda é uma nação enquanto Hanover e o Grão-Ducado de Parma não o são?"

— Ernest Renan, 1882

"O que é nacional? Quando ninguém entende uma palavra da língua que você fala."

— Johann Nestroy, 1862

"Se um grande povo não acredita que a verdade deva ser encontrada em si mesma... se não acredita que ele sozinho se complete a si mesmo e esteja destinado a levantar-se e salvar a todo o resto pela sua verdade, imediatamente transforma-se em material etnográfico, e não mais em um grande povo... Uma nação que perde esta fé deixa de ser uma nação."

— F. Dostoiewsky, 1871-72

"NAÇÕES. Reunir aqui todos os povos (?)"

— Gustave Flaubert, 1852

I

Se as políticas doméstica e internacional estavam intimamente ligadas entre si neste período, o traço que as ligava mais obviamente era o que chamamos de "nacionalismo" - mas os meados do século XIX ainda o conheciam como "o princípio de nacionalidade". Sobre o que girava a política internacional entre os anos de 1848 e 1870? A historiografia tradicional ocidental tem pouca dúvida a este respeito: era sobre a criação de uma Europa de nações-estados. Talvez haja considerável dúvida sobre a relação entre esta faceta da era e outras que estavam evidentemente em conexão com ela, tais como o progresso econômico, liberalismo, talvez até democracia, mas nenhuma sobre o papel central da nacionalidade.

E realmente, como poderia haver? Mesmo significando outras coisas, 1848, a "primavera dos povos", foi claramente, e sobretudo em termos internacionais, uma afirmação de nacionalidade, ou melhor, de nacionalidades rivais. Alemães, italianos, húngaros, poloneses, romenos e o resto afirmaram seu direito de serem estados independentes e unidos, embraçando todos os membros de suas nações contra governos opressores, como fizeram os tchecos, croatas,

dinamarqueses e outros, embora com crescente apreensão sobre aspirações revolucionárias por parte das nações maiores, que pareciam excessivamente dispostas a sacrifícios neste particular. A França já era um estado independente nacional, mas não menos nacionalista por causa disso.

As revoluções haviam fracassado, mas a política européia dos 25 anos seguintes continuaria a ser dominada pelas mesmas aspirações. Como vimos anteriormente, estes objetivos já haviam sido atingidos, de uma forma ou de outra, fosse por meios não-revolucionários ou apenas marginalmente revolucionários. A França retornou à caricatura de uma "grande nação" sob a caricatura de um grande Napoleão; a Itália e a Alemanha foram unificadas sob os reinos de Savóia e da Prússia; a Hungria atingiu virtualmente uma organização doméstica pelo Compromisso de 1867; a Romênia tornou-se um estado pelo amalgamento de dois "principados danubianos". Somente a Polônia, que não teve uma adequada participação na revolução de 1848, fracassou em conseguir independência ou autonomia através da insurreição de 1863.

No extremo oeste da Europa, como no extremo sudeste, o problema nacional veio a se impor. Os fenianos na Irlanda levantaram-se sob a forma de uma insurreição radical, apoiados pelos milhões de compatriotas empurrados para os Estados Unidos pela fome e ódio aos ingleses. A crise endêmica do multinacional Império Otomano tomou a forma de revoltas por parte dos diversos povos cristãos que tinham sido dominados por tanto tempo nos Bálcãs. A Grécia e a Sérvia já eram independentes, apesar de muito menores do que achavam que deveriam ser. A Romênia conseguiu uma espécie de independência pelo final da década de 1850. Insurreições populares no início da década de 1870 precipitaram ainda uma outra crise turca nacional e internacional, que viria a fazer da Bulgária um país independente pelo final da década, acelerando a "balcanização" dos Bálcãs. A assim chamada "Questão do Leste", aquela permanente preocupação dos chanceleres, agora se tornava basicamente uma questão de como redesenhar o mapa da Turquia européia entre um número incerto de estados de tamanho duvidoso, que se acreditava representarem "nações", estatutos ao qual reclamavam. E um pouco mais ao Norte, os problemas internos do Império dos Habsburgos eram de forma cada vez mais patente as questões de suas nacionalidades constituintes, muitas das quais – e potencialmente todas – levantavam pedidos que iam de uma tênue autonomia nacional à secessão.

Mesmo fora da Europa, a construção de nações era dramaticamente visível. O que era a Guerra Civil Americana, senão a tentativa de manter a unidade da nação americana frente à destruição? O que era a Restauração Meiji, senão o aparecimento de uma nova e orgulhosa "nação" no Japão? Parecia quase impossível negar que o "na-tion-making", como Walter Bagehot (1826-77) chamou este processo, estava tomando lugar através de todo o mundo e era uma

característica dominante da era.

Tão evidente, que a natureza do fenômeno praticamente não foi investigada. "A nação" era dada. Como Bagehot colocou: "Não podemos imaginar aqueles para os quais isto é uma dificuldade: sabemos do que se trata quando vocês não nos perguntam, mas não conseguimos explicá-la ou defini-la rapidamente", e poucos pensavam que precisavam. Certamente os ingleses sabiam o que era ser inglês, os franceses, alemães ou russos certamente não tinham dúvidas do que fosse sua identidade coletiva. Na era da construção de nações, acreditava-se que isso implicava a transformação desejada, lógica e necessária de "nações" em estado-nações soberanos, com um território coerente, definido pela área ocupada pelos membros da "nação", que por sua vez era definida por sua história, cultura comum, composição étnica e, com crescente importância, a *língua.* Mas implicar em tudo isso não é muito lógico. Se por um lado é inegável, e tão velho quanto a história, o fato de existirem grupos distintos de homens diferenciando-se a si mesmos de outros grupos por uma variedade de critérios, por outro lado não é certo que estes mesmos critérios fossem aquilo que o século XIX entendia por "nacionalidade". Menos ainda dizer que o fato de estarem organizados em estados territoriais do tipo do século XIX coincidia com o conceito de "nação". Estas eram fenômenos históricos recentes, embora alguns estados territorialmente mais antigos – Inglaterra, França, Espanha, Portugal e talvez até a Rússia – pudessem ser definidos como "estado-nações" sem que isso fosse totalmente absurdo. Mesmo como um programa geral, as aspirações de formar estado-nações a partir de estados que não fossem nações era um produto da Revolução Francesa. Precisamos, portanto, separar bem claramente entre a formação de nações e "nacionalismos" de um lado, na medida em que isso ocorreu durante nosso período, e a criação de estado-nações, de outro.

O problema não era apenas analítico, mas também prático. Pois a Europa, deixando de lado o resto do mundo, estava dividida evidentemente em "nações" cujas aspirações em fundar estados não deixava, pelo certo ou pelo errado, nenhuma dúvida, e em "nações" a cerca das quais havia uma boa dose de incerteza quanto a aspirações semelhantes. O melhor guia para o primeiro tipo era o fato político, a história institucional ou a história cultural das tradições. A França, Inglaterra, Espanha e Rússia eram inegavelmente "nações" porque possuíam estados identificados com os franceses, ingleses, etc. Hungria e Polônia eram nações porque havia existido um reino húngaro como entidade separada, mesmo quando dentro do Império dos Habsburgos, e um estado polonês que também havia existido de há muito até sua destruição no final do século XVIII. A Alemanha era uma nação por força de que seus numerosos principados (apesar de nunca unidos em um único estado territorial) terem constituído outrora o então chamado "Sagrado Império Romano da Nação Germânica" e formado por outro lado a Federação Germânica, mas também porque todos os alemães de

educação elevada partilhavam a mesma língua escrita e literatura. A Itália, apesar de nunca ter sido uma entidade política enquanto tal, possuía talvez a mais antiga das literaturas comuns à sua própria elite. (Nenhum inglês, alemão ou francês pode ler as obras do século XIV escritas nos seus países sem estudar antes um bom pedaço de um idioma diferente. Mas todos os italianos de boa educação hoje lêem Dante com menos dificuldades que pessoas de língua inglesa moderna em relação a Shakespeare.) E assim por diante.

O critério "histórico" de nacionalidade implicava portanto a importância decisiva das instituições e da cultura das classes dominantes ou elites de educação elevada, supondo-as identificadas, ou pelo menos não muito obviamente incompatíveis, com o povo comum. Mas o argumento ideológico para o nacionalismo era bem diferente e muito mais radical, democrático e revolucionário. Apoiava-se no fato de que, o que fosse que a história ou a cultura pudessem dizer, os irlandeses eram irlandeses e não ingleses, os tchecos eram tchecos e não alemães, os finlandeses não eram russos e nenhum povo deveria ser explorado ou dirigido por outro. Argumentos históricos poderiam ser encontrados ou inventados para explicar esta posição – sempre se pode encontrá-los –, mas essencialmente o movimento tcheco não ficou apenas na aspiração de restaurar a Coroa de São Venceslau, assim como o movimento irlandês não ficou fixado na Revogação da União de 1801. A base deste senso separatista não era necessariamente "étnica", na acepção de diferenças rapidamente identificáveis, como aparência física ou mesmo de idioma. Durante nosso período, o movimento dos irlandeses (muitos dos quais já falavam inglês), dos noruegueses (cuja língua literária não era muito diferente do dinamarquês), ou dos finlandeses (cujos nacionalistas eram bilingües, falando sueco e finlandês), não criaram um caso fundamentalmente lingüístico para si mesmos. Se chegava a ser cultural, não se tratava da "alta cultura", que muitos destes povos não chegavam a ter em grande quantidade, mas sim da cultura oral – canções, baladas, épicos etc, os hábitos e formas de vida dos *folks* –, do povo comum, em outras palavras para um entendimento prático, do campesinato. O primeiro estágio deste "renascimento nacional" era invariavelmente o de encontrar, recuperar e sentir orgulho desta herança de folclore (ver *A Era das Revoluções* capítulo 14). Mas isso não era político em si. Aqueles que iniciaram este movimento eram, freqüentemente ou não, membros de elevada cultura da classe dirigente ou elite estrangeira, como os pastores luteranos alemães ou os senhores com preocupações intelectuais no Báltico, que colecionavam o folclore e antigüidades do campesinato latvio ou estoniano. Os irlandeses não eram nacionalistas porque acreditassem em duendes.

Por que eles eram nacionalistas, e até onde eles eram nacionalistas, vamos discutir mais adiante. O ponto significativo aqui é que a típica nação "a histórica" ou "semi-histórica" era também uma pequena nação, e isto colocava o

nacionalismo do século XIX diante de um dilema que tem sido raramente reconhecido. Pois os grandes defensores da "nação-estado" entendiam-se não apenas como nacional, mas também como "progressista", isto é, capaz de uma economia, tecnologia, organização de estado e força militar viáveis, ou em outras palavras, que precisava ser territorialmente grande. Terminava por ser, na realidade, a unidade "natural" do desenvolvimento da sociedade burguesa, moderna, liberal e progressista. "Unificação", assim como "independência", era o princípio básico, e onde argumentos históricos para unificação não existissem – como era o caso da Alemanha e Itália – esta era, quando possível, formulada como um programa. Não havia evidência de que os estados balcânicos tivessem-se sentido algum dia parte de uma mesma nação, mas os ideólogos nacionalistas que apareceram na primeira metade do século pensavam em termos de uma "Illiria" unindo serbos, croatas, eslovacos, bosnianos, macedônios e outros que até hoje demonstram que seu nacionalismo iugoslavo existe em conflito com seus sentimentos (como croatas, slovacos etc).

O mais eloqüente e típico dos defensores da "Europa das nacionalidades", Giuseppe Mazzini (1805-72), propôs um mapa de sua Europa ideal em 1857; consistia de 11 uniões deste tipo. Claramente sua concepção de "nação-estado" era bem diferente da de Woodrow Wilson, que presidiu a única criação sistemática sobre o papel de um mapa europeu, seguindo princípios nacionais em Versalhes, 1919-20. Sua Europa consistia em 26 ou (incluindo a Irlanda) 27 estados soberanos e, pelo critério Wilsoniano, casos poderiam ser levantados em pelo menos algumas outras situações. O que deveria acontecer com as pequenas nações? Elas deveriam ser integradas completamente, de forma federal ou outra qualquer, com ou sem uma quantidade ainda indeterminada de autonomia, às nações-estados viáveis. Mas Mazzini parecia não se dar conta de que um homem que propusesse unir a Suíça a Savóia, Tirol alemão, Caríntia e Slovênia ficava numa posição difícil para criticar, por exemplo, o Império dos Habsburgos, por passar por cima do princípio nacional.

O argumento mais simples daqueles que identificavam nações-estados com o progresso era negar o caráter de "nações reais" aos povos pequenos e atrasados, ou então argumentar que o progresso iria reduzi-los a meras idiossincrasias dentro das grandes "nações reais", ou mesmo levá-los a um desaparecimento *de facto* por assimilação a algum *Kulturvolk*. Isso não parecia fora da realidade. Depois de tudo, a participação como membro na Alemanha não impedia os mecken-burgueses de falar em seu dialeto, que era mais próximo do holandês que do alto-alemão e que nenhum bávaro conseguia entender, como também não evitava que os eslavos lusatianos não aceitassem (como ainda discutem) um estado basicamente alemão. A existência dos breves, e uma parte dos bascos, catalães e flamengos, para não mencionar aqueles que se comunicam em provençal ou na *Langue d'oc* parecia perfeitamente compatível

com a nação francesa da qual faziam parte, e os alsacianos criaram um problema apenas porque uma outra grande nação-estado – a Alemanha – disputava-os. Além disso, havia exemplos de pequenos grupos lingüísticos, cujas elites de instrução elevada olhavam para frente sem remorsos em relação ao desaparecimento de seus próprios idiomas. Muitos gauleses em meados do século XIX estavam resignados a isto, e alguns viam mesmo com prazer este processo, na medida em que facilitasse a penetração do progresso numa região atrasada.

Havia um forte elemento de diferenciação e talvez um mais forte de patrocínio especial em tais argumentos. Algumas nações – as maiores, as "avançadas", as estabelecidas, incluindo certamente a própria nação do ideólogo – estavam destinadas pela história a prevalecer ou (se o ideólogo preferisse uma conceituação darwinista) a serem vitoriosas na luta pela existência; e outras não. Todavia isso não deve ser entendido como simplesmente uma conspiração de parte de algumas nações para oprimir outras, embora porta-vozes das nações desprezadas não devessem ser repreendidos por pensar assim. Pois o argumento era dirigido não apenas contra as línguas e culturas regionais das nações como também contra intrusos; também não pretendia seu desaparecimento, mas apenas seu "rebaixamento" da qualidade de "língua" para a de "dialeto". Cavour não negou aos habitantes da Savóia o direito de falar sua própria língua (mais próxima do francês do que do italiano), numa Itália unificada: ele mesmo falava-a por razoes domésticas. Ele e outros italianos nacionalistas apenas insistiam em que deveria haver somente uma língua e um meio de instrução oficiais, em outras palavras o italiano, e que as outras deveriam sumir evaporar-se da melhor forma que pudessem. Da maneira como as coisas seguiam, nem os sicilianos nem os sardenhos insistiram na sua nacionalidade separada, portanto seus problemas poderiam ser redefinidos, na melhor das hipóteses, como "regionalismo". Este fenômeno apenas se tornou politicamente significativo uma vez que um pequeno povo reclamou pela sua nacionalidade, como os tchecos fizeram em 1848, quando seus porta-vozes recusaram o convite dos liberais alemães para tomar parte no parlamento de Frankfurt. Os alemães, não negaram que eles fossem tchecos. Apenas entenderam, o que era correto, que todos os tchecos de boa cultura liam e escreviam alemão, partilhavam da alta cultura alemã e que, portanto (incorretamente) eram alemães. O fato de que a elite tcheca também falasse tcheco e partilhasse da cultura do povo simples local parecia ser politicamente irrelevante, como as atitudes do povo simples em geral e do campesinato em particular.

Diante das aspirações nacionais de povos pequenos, os ideólogos de uma "Europa nacional" tinham três escolhas diante de si: eles podiam negar legitimidade ou existência a tais movimentos, podiam reduzi-los a movimentos de autonomia regional, ou podiam aceitá-los como fatos indiscutíveis porém intragáveis. Os alemães tenderam para a primeira hipótese com povos como os

eslovenos, e os húngaros com os eslovacos. (Esta atitude precisa ser diferenciada daquela dos revolucionários sociais que não deram maior importância ao nacionalismo – pelo menos em nosso período – e que portanto tiveram uma visão puramente operacional do fenômeno. Para Marx, os nacionalismos húngaro e polonês eram bons, porque mobilizavam do lado da revolução, e os nacionalismos tcheco e croata ruins, porque objetivamente estavam do lado da contra-revolução. Mas não podemos negar que houvesse um elemento de nacionalismo, de grande-nação nesses pontos de vista, de forma bem acentuada entre os revolucionários altamente chauvinistas franceses (como os blanquistas) e difícil de ser negado mesmo em Friederich Engels.) Cavour e Mazzini assumiram a segunda hipótese com respeito ao movimento irlandês. Nada pode ser mais paradoxal do que o fracasso em entender do ponto de vista nacionalista um movimento nacional, cuja base de massa era de tal forma evidente. Políticos de todas as correntes foram constrangidos a assumir a terceira hipótese com respeito aos tchecos, cujo movimento nacional, apesar de não pretender total independência, não podia mais ser posto de lado após 1848. Quando possível, evidentemente, não se dava nenhuma importância a tais movimentos. Nenhum estrangeiro iria preocupar-se com o fato de que a maioria dos velhos estados "nacionais" não fosse outra coisa senão estados multinacionais (como por exemplo, Inglaterra, França ou Espanha), pois ou gauleses, escoceses, bretões, catalães etc. não colocavam nenhum problema internacional e (com a possível exceção dos catalães) nenhum problema significativo nas políticas de seus próprios países.

II

Havia uma diferença fundamental entre o movimento para fundar estado-nações e "nacionalismo". O primeiro era um programa para construir um artifício político que reclamava basear-se no último. Não há dúvida de que muitos daqueles que se consideravam "alemães" por alguma razão achavam que isso não implicava necessariamente num único estado alemão, um estado alemão de algum tipo específico ou mesmo um estado onde todos os alemães vivessem dentro de uma área determinada, como uma canção nacional dizia, entre os rios Meuse a Oeste e Nieman a Leste, as ilhas da Dinamarca (o cinturão) ao Norte e o rio Adige ao Sul. Bismarck, por exemplo, teria negado que sua rejeição a este programa da "grande Alemanha" significava que ele não era menos alemão que um *junker* prussiano e funcionário do estado. Ele era alemão, mas não um alemão nacionalista, provavelmente nem mesmo um nacionalista "pequeno-alemão" por convicção, embora tenha unificado o país (excluindo as áreas do Império Austríaco que tivessem pertencido ao Santo Império Romano,

mas incluindo as áreas tomadas pela Prússia aos poloneses, que nunca tinham feito parte do Império Romano). Um caso extremo de divergência entre nacionalismo e nação-estado era a Itália, a maior parte da qual tinha sido unificada sob o rei da Sabóia em 1859-60, 1866 e 1870. Não havia precedente histórico posterior a Roma antiga para uma única administração de toda a área compreendida entre os Alpes e a Sicília, que Metternich havia descrito com grande precisão como uma "mera expressão geográfica". No momento da unificação, em 1860, estimou-se que não mais de 2,5% de seus habitantes falava a língua italiana no dia-a-dia, o resto falando idiomas de tal forma diferentes que professores enviados pelo estado italiano para a Sicília, na década de 1860, foram confundidos com ingleses. Provavelmente uma percentagem bem maior, mas ainda uma modesta minoria, teria se sentido naquela data como italianos. Não é de admirar que Massimo d'Azeglio (1792-1866) tivesse exclamado em 1860: "Fizemos a Itália; agora precisamos fazer os italianos".

De qualquer maneira, fosse qual fosse sua natureza ou programa, movimentos representando a "idéia nacional" cresceram e multiplicaram-se. Eles não representavam freqüentemente – ou normalmente – aquilo que o século XX viria a entender como a extrema versão de um programa nacional, ou seja, a necessidade de um estado totalmente independente, homogêneo territorial e lingüisticamente, laico, provavelmente republicano/parlamentar para cada povo. (O Sionismo, pelo extremismo mesmo de suas reivindicações, ilustra de forma clara este fato, pois implicava tomar um território, inventar uma língua e laicizar as estruturas políticas de um povo cuja unidade histórica tinha consistido exclusivamente na prática de uma religião comum.) Entretanto, todos implicavam algumas modificações políticas mais ou menos ambiciosas, o que os fazia "nacionalistas". Precisamos agora examinar estes últimos com cuidado para evitar tanto o anacronismo de uma compreensão tardia dos fatos, como a tentação de confundir as idéias dos líderes nacionalistas mais vociferantes com as idéias de fato aceitas pelos seus seguidores.

Não deveríamos também passar por cima, sem dar atenção para a substancial diferença entre velhos e novos nacionalismos, os primeiros incluindo não apenas as nações "históricas" sem um estado, mas também aquelas que há longo tempo o possuíam. Quão britânicos os britânicos se sentiam? Não muito, apesar da inexistência, nesta época, de qualquer movimento autonomista gaulês ou escocês. Imigrantes ingleses para os Estados Unidos tinham orgulho de sua nacionalidade, portanto sentindo relutância em se tornarem cidadãos americanos, mas imigrantes escoceses ou gauleses não tinham tal lealdade. Eles permaneciam orgulhosos escoceses ou gauleses escolhendo a cidadania inglesa ou americana e naturalizavam-se sem maiores problemas. Em que medida os franceses sentiam-se membros *de la grande nation?* Não sabemos, mas estatísticas referentes à evasão ao serviço militar no início do século sugerem que

certas regiões a oeste e ao sul (para não mencionar o caso especial dos corsos) olhavam o serviço militar compulsório mais como uma imposição do que como um dever nacional do cidadão francês. Os alemães, como sabemos, tinham opiniões diferentes quanto ao tamanho, natureza e estrutura do futuro estado unificado alemão, mas quantos entre eles estavam decididamente interessados na unificação alemã? Pelo menos não os camponeses alemães, segundo um consenso geral, nem mesmo na revolução de 1848, quando a questão nacional dominou a política. Estes eram países onde o nacionalismo de massa e o patriotismo não podiam ter sua.existência negada, mas todavia demonstravam de forma clara como era imprudente tomar por certa a sua universalidade e homogeneidade.

Na maior parte das outras nações, especialmente as emergentes, só a mitificação e a propaganda tomariam-nos por certos em meados do século XIX. Nestas, o movimento "nacional" tendia a tornar-se político após sua fase sentimental e folclórica, com a emergência de grupos mais ou menos expressivos dedicados à "idéia nacional", publicando jornais e literatura nacionais, organizando sociedades nacionais, tentando estabelecer instituições educacionais e culturais, e engajando-se em várias atividades francamente políticas. Mas, de forma geral, neste ponto o movimento ainda era carente de um apoio decisivo por parte da massa da população. Consistia basicamente de um extrato social intermediário entre as massas e a burguesia ou a aristocracia existentes (se tanto), especialmente os literatos: professores, camadas inferiores do clero, alguns pequenos comerciantes e artesãos urbanos, e aquela espécie de homens que tinham conseguido subir ao ponto máximo possível para os filhos de um campesinato subordinado numa sociedade hierárquica. Eventualmente os estudantes – de algumas faculdades, seminários ou colégios com orientação nacional – forneciam a estes grupos um ativo corpo de militantes. Evidentemente, nas nações "históricas" que demandavam apenas a remoção da dominação estrangeira para surgirem como estados, a elite local – pequena nobreza na Hungria e Polônia, burocratas classe-média na Noruega – proporcionava quadros mais imediatamente políticos e às vezes uma base maior para a emergência de nacionalismo (ver *A Era Revoluções,* capítulo 7). No todo, esta fase de nacionalismo termina entre 1848 e a década de 1860 na Europa central, ocidental e setentrional, embora muitos dos pequenos povos bálticos e eslavos estivessem apenas começando a entrar no período.

Por razões óbvias, as camadas mais tradicionais, atrasadas ou pobres de cada povo eram as últimas a serem envolvidas em tais movimentos: trabalhadores, empregados e camponeses, que seguiam o caminho traçado pela "bem-educada" elite. A fase de nacionalismo de massa, que vinha normalmente sob a influência de organizações da camada média de nacionalistas liberais-democratas – exceto quando contrabalançada pela influência de partidos

independentes trabalhistas e socialistas – estava de alguma forma relacionada com desenvolvimento econômico e político. Nas terras tchecas esta movimentação começou com a revolução de 1848, desapareceu nos anos absolutistas da década de 1850, mas cresceu enormemente durante o rápido progresso econômico da década de 1860, quando as condições políticas passaram a ser mais favoráveis. Uma burguesia nativa tcheca tinha então adquirido suficiente força econômica para fundar um banco nacional tcheco, e mesmo instituições custosas tais como o Teatro Nacional de Praga (inaugurado provisoriamente em 1862). Mais próximo de nosso interesse, organizações culturais de massa como os clubes de ginástica *Sokol* (1862) cobriam então os campos, e as campanhas políticas depois do Compromisso Austro-Húngaro foram conduzidas por meio de uma série de grandes comícios a céu aberto - uns 140, com uma estimativa de participação em terno de um milhão e meio no período 1868-71 - que aliás ilustram tanto a novidade como o "internacionalismo" cultural de movimentos de massa nacionais. Percebendo a falta de um nome adequado para tais atividades, os tchecos inicialmente tomaram emprestado o termo *meeting* do movimento irlandês, que tentaram imitar. (O termo *meeting* também seria tomado de empréstimo para reuniões de massa de classe trabalhadora pelos franceses e espanhóis, mas a esta altura provavelmente por influência inglesa.) Logo um nome adequadamente tradicional viria a ser encontrado, recuando-se no tempo até os Hussitas do século XV (um exemplo natural da militância nacional tcheca), o "tabor"; e, por sua vez, este nome viria a ser adotado pelos nacionalistas croatas para suas reuniões de massa, embora os Hussitas não tivessem nenhuma relevância histórica para estes últimos.

Este tipo de nacionalismo de massa era novo, e bem diferente do nacionalismo de elite ou de classe média dos movimentos italianos e alemão. E existia ainda há tempos outra forma de nacionalismo de massa: mais tradicional, revolucionário e independente das classes médias locais, mesmo que a razão disso fosse a pouca importância econômica e política destas últimas. Mas poderíamos chamar de "nacionalistas", as rebeliões dos camponeses e montanheses contra a lei do estrangeiro, quando os revoltosos eram unidos apenas pela consciência da opressão, xenofobia e uma ligação profunda com a tradição antiga, com a fé e um vago sentido de identidade étnica? Somente quando estas rebeliões mostravam de uma ou outra forma alguma conexão com movimentos nacionalistas modernos. Se esta ligação existiu no sudeste europeu onde tais movimentos destruíram muito do Império Turco, particularmente na década de 1870 (Bósnia, Bulgária), é um problema a ser debatido, mas é indiscutível que elas produziram estados independentes (Romênia, Bulgária) que reclamavam ser nacionais. Na melhor das hipóteses, podemos falar de um proto-nacionalismo, como entre os romenos, conscientes da diferença de sua língua dos vizinhos eslavos, alemães e húngaros, e cônscios de um certo "eslavismo" que

diversos intelectuais e políticos tentaram desenvolver entre eles sob a forma de uma ideologia de Panslavismo neste período. (Panslavismo era oferecido tanto aos políticos conservadores e imperiais da Rússia quanto aos povos eslavos do Império dos Habsburgos, com o objetivo de formar uma grande nação ao invés de várias pequenas nações inviáveis. Este Panslavismo era combatido fortemente pela esquerda, que via nele uma extensão da influência russa considerada o centro da reação internacional.)

Um desses movimentos, entretanto, era indiscutivelmente nacional: o irlandês. A Irmandade Republicana Irlandesa ("Fenians"), com o ainda sobrevivente Exército Republicano Irlandês (IRA), era o descendente linear das fraternidades do período pré-1848 e o de vida mais longa. O apoio rural de massa a políticos nacionalistas não era em si nada de novo, pois;, a combinação irlandesa de conquista estrangeira, pobreza, opressão c uma classe senhorial na sua grande maioria inglesa-protestante imposta sobre um campesinato irlandês-católico, mobilizava mesmo os nomes politizados. Na primeira metade do século, os líderes deste movimento de massa tinham pertencido à (pequena) classe média irlandesa, e seus objetivos – apoiados pela única organização efetiva de caráter nacional, a Igreja – eram conseguir uma moderada acomodação com os ingleses. A novidade em relação aos Fenianos, que primeiro apareceram como tais no final da década de 1850, era que eles eram completamente independentes dos moderados da classe média, e que seu apoio vinha inteiramente das classes populares – mesmo, apesar da aberta hostilidade da Igreja, de partes do campesinato –, assim como eram os primeiros a colocar um programa de total independência da Inglaterra, a ser obtida por meio da insurreição armada. Embora o nome da organização derivasse de heróica mitologia da antiga Irlanda, sua ideologia era bem pouco tradicional, mesmo que seu nacionalismo laico e anticlerical não pudesse esconder que, para a massa dos fenianos irlandeses o critério de nacionalidade fosse (e ainda seja) a fé católica. A concentração exclusiva no objetivo de conseguir uma República Irlandesa através da luta armada substituiu um programa social, econômico e mesmo de política doméstica, e a legenda heróica de rebeldes armados e mártires tem sido muito grande até hoje para aqueles que desejassem formular tais programas. Esta é a "tradição republicana" que sobrevive na década de 1970 e que reapareceu na guerra civil do Ulster, no IRA "Provisório." A rapidez com a qual os fenianos aliaram-se com revolucionários socialistas, e com que estes reconheceram o caráter revolucionário do Fenianismo, não deveria encorajar ilusões sobre esta questão. (Marx apoiou-os decididamente e mantinha correspondência com líderes fenianos.)

Mas não deveríamos também subestimar a novidade e a significação histórica de um movimento cujo suporte financeiro vinha da massa dos trabalhadores irlandeses levados para os Estados Unidos pela fome, o ódio aos

ingleses, e cujos recrutas vinham dos proletários imigrantes para a América e Inglaterra – não havia quase trabalhadores industriais no que é hoje a República Irlandesa – e de jovens camponeses vindos dos antigos baluartes do "terrorismo agrário" irlandês, cuja estrutura era formada destes mesmos camponeses e do estrato mais baixo da elite urbana dos trabalhadores, que dedicaram a vida à insurreição. Tudo isso antecipa os movimentos revolucionários nacionais dos países subdesenvolvidos no século XX. Faltava-lhes o melhor da organização do trabalhismo socialista, ou talvez apenas a inspiração de uma ideologia socialista que viria transformar a combinação de liberação nacional e transformação social numa força formidável no século XX. Não havia socialismo em nenhuma parte, e os fenianos que também eram revolucionários sociais, especialmente Michael Davitt (,1846-1906), conseguiram apenas tornar explícito diante da *Land Lea-gue* o que havia sjdo sempre implícito, ou seja, a relação entre nacionalismo de massa e descontentamento agrário; e isto somente após o fim de nosso período, durante a Grande Depressão Agrária do final da década de 1870 e na década seguinte. Fenianismo era nacionalismo de massa na época do triunfante liberalismo. Podia fazer pouco, exceto rejeitar a Inglaterra e reclamar total independência para um povo oprimido através da revolução, esperando que isso viesse a resolver todos os problemas de pobreza e exploração. Isso não foi sequer conseguido efetivamente, pois apesar da abnegação e heroísmo dos fenianos, suas insurreições (1867) e invasões (por exemplo, do Canadá a partir dos Estados Unidos) foram realizadas com notável ineficiência, e os dramáticos *coups* conseguidos, comuns em tais operações, conseguiram pouco mais do que a publicidade normal; em alguns casos, má publicidade. Eles geraram a força que iria conseguir independência para a maior parte da Irlanda Católica mas, a partir do momento em que não geraram mais nada além disso, deixaram o futuro da Irlanda para os moderados classe-média, os ricos fazendeiros e os mercadores das pequenas cidades de um pequeno país agrário, que iriam tomar posse da herança dos fenianos.

Embora o caso irlandês fosse único, não há dúvida de que em nosso período o nacionalismo tornou-se uma força de massa, pelo menos nos países povoados por brancos. Mesmo assim, o *Manifesto Comunista* era mais realista do que é comumente considerado, ao dizer que "os trabalhadores não tem pátria". O nacionalismo avançou na classe operária *pari passu* com a consciência política, fosse porque a tradição revolucionária era nacional (como na França), fosse porque os líderes e ideólogos dos novos movimentos trabalhistas estivessem profundamente envolvidos na questão nacional (como em todos os lugares em 1848). A alternativa para a consciência política "nacional" não era, na prática, o "internacionalismo proletário", mas uma consciência subpolítica que operava numa escala ainda menor que o da nação-estado. Eram poucos os homens e mulheres da esquerda política que escolheram claramente entre lealdades

nacionais ou supranacionais, como a causa internacional do proletariado. O "internacionalismo" da esquerda, na prática, significava solidariedade e apoio para aqueles que lutavam pela mesma causa em outras nações e, no caso de refugiados políticos, a presteza em participar na luta no lugar que se encontrassem. Mas, como os exemplos de Garibaldi, Cluseret e da Comuna de Paris (que ajudou os fenianos na América) provaram, isso não era incompatível com uma passional profissão de fé nacionalista. Também podia significar uma recusa em aceitar as definições do "interesse nacional" impostas por governos ou outras instâncias. Mesmo os socialistas franceses e alemães, que em 1870 juntaram-se ao protesto contra a guerra "fraticida" Franco-Prussiana, não eram insensíveis ao nacionalismo, da maneira como *eles* o viam. A Comuna de Paris tinha-se apoiado tanto no patriotismo jacobino de Paris como nos *slogans* de emancipação social, assim como os marxistas alemães social-democratas de Liebknecht e Bebei tinham-se apoiado no apelo ao nacionalismo radical-democrático de 1848, contra a versão prussiana do programa nacional. O que os trabalhadores alemães ressentiam era mais a reação do que o patriotismo alemão; e um dos aspectos mais inaceitáveis da reação era que chamava os sociais-democratas de *vaterlandlose Gesellen* (companheiros sem pátria), desta forma negando-lhes o direito de serem tanto trabalhadores como bons alemães. E, evidentemente, era quase impossível para a consciência política não estar de uma forma ou de outra definida nacionalmente. O proletariado, como a burguesia, existia apenas conceitualmente como um fato internacional. Na realidade existia como um agregado de grupos definidos pelos seus estados nacionais ou diferenças lingüísticas/étnicas; ingleses, franceses ou, em estados multinacionais, alemães, húngaros ou eslavos. E, na medida em que "estado" e "nação" coincidiam na ideologia daqueles que estabeleciam instituições e dominavam a sociedade civil, política em termos de estado implicava política em termos de nação.

III

Mesmo assim, malgrado poderosos sentimentos e lealdades nacionais (na medida em que nações transformavam-se em estados), a "nação" não era algo espontâneo mas um produto. Também não era historicamente nova, pois expressava características que membros de grupos humanos muito antigos tinham em comum, ou aquilo que os unia contra "estrangeiros". Precisava, portanto, ser construída. Daí a importância crucial das instituições que podiam *impor* uniformidade nacional, que eram principalmente o estado, especialmente a educação do estado, emprego do estado e (nos países que adotavam serviço militar obrigatório) serviço militar. (França, Alemanha, Itália, Bélgica e Áustria-

Hungria.) Os sistemas educacionais dos países desenvolvidos expandiram-se substancialmente durante este período, em todos os níveis. O número de estudantes universitários permaneceu, entretanto, bastante modesto, por parâmetros atuais. Omitindo estudantes de teologia, a Alemanha tinha a dianteira no final da década de 1870, com quase 17 mil, seguida de longe pela Itália e França com 9 a 10 mil cada, e Áustria com 8 mil. Das 18 novas universidades fundadas entre 1849 e 1875, nove eram fora da Europa (cinco nos Estados Unidos, duas na Austrália, uma em Argel e outra em Tóquio), cinco eram na Europa Oriental (Jassy, Bucareste, Odessa, Zagreb e Czernowitz). Duas modestas fundações encontravam-se na Inglaterra. Estas universidades cresceram sob pressão nacionalista, e nos Estados Unidos tais instituições de educação superior estavam num processo de multiplicação. A educação secundária cresceu com as classes médias, embora (como a alta burguesia para a qual esta educação estava destinada) tenham permanecido muito mais instituições de elite, exceto ainda nos Estados Unidos, onde a "high school" pública começou sua carreira de triunfo democrático. (Em 1850 havia apenas 100 delas na nação inteira.) Na França, a proporção de alunos sob educação secundária cresceu de 1 em 35 (1842) para 1 em 20 (1864), mas graduados secundários formavam apenas 1 em 55 ou 60 em 1860, embora fosse bem melhor que os 1 para 93 de 1840".

Mas o maior avanço ocorreu nas escolas primárias, cujo objetivo era não apenas o de transmitir rudimentos da língua ou aritmética mas, talvez mais do que isso, impor os valores da sociedade (moral, patriotismo) a seus alunos. Este era o setor da educação que havia sido previamente negligenciado pela estado laico, e seu crescimento estava intimamente ligado com o avanço das massas na política, como testemunham a instalação da sistema de educação primária do estado na Inglaterra, três anos depois do *Reform Act* de 1867, e a vasta expansão do sistema na primeira década da Terceira República na França. O progresso era realmente espantoso: entre 1840 e 1880 a população da Europa cresceu em 33%, mas o número de seus filhos na escola cresceu em 145%. Mesmo na bem-educada Prússia, o número de escolas primárias cresceu de mais de 50% entre 1843 a 1871. Mas não era apenas devido ao atraso da Itália que o mais rápido crescimento de população escolar tenha ocorrido ali: 460%. Nos 15 anos que seguiram à unificação, o número de escolas primárias dobrou.

De fato, para as novas nações-estados, estas instituições eram de importância crucial, pois apenas através delas a "língua nacional" (geralmente construída antes através de esforços privados) podia transformar-se na língua escrita e falada do povo, pelo menos para algumas finalidades. Por exemplo, a *mass media* – neste momento a imprensa – só podia transformar-se em tal quando uma massa alfabetizada em número suficiente fosse criada. Era portanto também de importância crucial a luta dos movimentos nacionais para conseguir a "autonomia cultural", isto é, controlar a parte relativa nas instituições do Estado,

como por exemplo, conseguir instrução escolar e uso administrativo para suas respectivas línguas. A disputa não era tal que afetasse os analfabetos, que aprendiam seus dialetos em família, nem as minorias que assimilavam *en bloc* a língua dominante da classe dirigente. Os judeus europeus estavam satisfeitos em guardar suas línguas nativas – o lidiche derivado do alemão medieval e o Ladino derivado do espanhol medieval – como uma *Mame-Loschen* (língua materna) para uso doméstico, comunicando-se com seus vizinhos em qualquer língua que fosse necessária e, no caso de se transformarem em burgueses, abandonando este velho idioma por aquele que fosse usado pela aristocracia e classe média contíguas, fosse ela inglesa, francesa, polonesa, russa, húngara, mas especialmente alemã. (Um movimento para desenvolver tanto o lidiche como o Ladino numa língua literária normal desenvolveu-se a partir do meio do século e foi mais tarde retomado pelos movimentos revolucionários (marxistas) judeus, e não pelo nacionalismo judeu-sionismo). Mas os judeus neste momento não eram nacionalistas, e seu fracasso em dar importância a uma língua "nacional", assim como o fracasso em possuir um território nacional levou muitos a duvidar se realmente deveriam se constituir numa "nação". Por outro lado, a disputa era vital para as classes médias e elites emergentes de povos atrasados ou subalternos. Eram elas que particularmente sentiam o acesso privilegiado a postos importantes e de prestígio que tinham os nativos da língua "oficial" mesmo quando (como no caso dos tchecos) seu bilingüismo compulsório lhes dava vantagem sobre os alemães monoglotas na Bohemia. Por que deveria um croata aprender italiano, língua de uma pequena minoria, para tornar-se um oficial da marinha austríaca?

E portanto, na medida em que estado-nações eram formados, postos públicos e profissões da civilização progressista se multiplicavam, a educação escolar se tornava mais geral e, acima de tudo, a migração urbanizava povos rurais, todos estes ressentimentos encontravam uma ressonância geral crescente. Pois escolas e instituições, ao imporem uma língua de instrução, impunham também uma cultura, uma nacionalidade. Em áreas de povoamento homogêneo, isso não tinha importância: a constituição austríaca de 1867 reconhecia educação elementar na "língua do país". Mas por que deveriam os eslovacos ou tchecos, que haviam imigrado para cidades alemães, tornar-se alemães como preço de serem alfabetizados? Eles reclamavam o direito a escolas próprias, mesmo quando fossem minorias. E por que deveriam os tchecos e eslovacos de Praga ou Ljubljana (Laibach), tendo reduzido os alemães de uma maioria a uma pequena minoria, confrontar nomes de ruas e regulamentos municipais numa língua estrangeira? A política da metade austríaca do Império dos Habsburgos era demasiado complexa para que o governo tivesse tempo para pensar multinacionalmente. Mas o que pensar se outros governos usavam a educação, poderosa arma, para formar as nações que pretendiam magiarizar, germanizar

ou italianizar sistematicamente? O paradoxo do nacionalismo era que, ao formar sua própria nação, automaticamente criava contra-nacionalismos para aqueles que a partir de então eram forçados à escolha entre assimilação ou inferioridade.

A era do liberalismo não entendeu este paradoxo. Realmente, não entendia este "princípio de nacionalidade" que aprovava, considerava mesmo personificar, e em vários casos apoiava ativamente. Observadores da época estavam certos em supor que nações e nacionalismo .eram ainda malformados e maleáveis. A nação americana, por exemplo, baseava-se na idéia de que, ao migrar através do oceano, muitos milhões de europeus iriam rapidamente abandonar qualquer lealdade política a suas pátrias e qualquer demanda de *status* oficial para suas línguas ou culturas nativas. Os Estados Unidos (ou Brasil, ou Argentina) não viriam a ser multinacionais mas, pelo contrário, absorveriam os imigrantes na própria nação. E no nosso período, exatamente isto veio a acontecer, quando as comunidades imigrantes não perderam sua identidade nacional no *melting-pot* do novo mundo, mas permaneceram ou tornaram-se mesmo conscientes e orgulhosos irlandeses, alemães, suecos, italianos etc. As comunidades de imigrantes podiam ser forças nacionais importantes nos seus países de origem, como os irlandeses americanos o eram na política da Irlanda; mas nos Estados Unidos eles eram de maior importância apenas para eleições municipais. Os alemães de Praga, somente por sua existência, levantaram os mais importantes problemas para o Império dos Habsburgos; nada disso ocorreu em relação aos alemães de Cincinnati ou Milwaukee nos Estados Unidos.

O nacionalismo, portanto, parecia manejável na estrutura do liberalismo burguês e compatível com ele. Um mundo de nações viria a ser, acreditava-se, um mundo liberal, e um mundo liberal seria feito de nações. O futuro viria a mostrar que a relação entre os dois não era tão simples assim.

6

AS FORÇAS DA DEMOCRACIA

A burguesia deveria saber que, junto com ela, as forças da democracia cresceram durante o Segundo Império. Ela encontrará estas forças... tão solidamente estabelecidas que seria loucura recomeçar uma guerra contra elas.

— Henri Allain Targé, 1868

Assim como o progresso da democracia é o resultado do desenvolvimento geral social, uma sociedade avançada, ao mesmo tempo que detém uma grande parte de poder político, deve proteger o Estado dos excessos democráticos. Se estes últimos predominarem em algum momento, deverão ser prontamente reprimidos.

— Sir T. Erskine May, 1877

I

Se o nacionalismo era uma força histórica reconhecida por governos, "democracia", ou a crescente participação do homem comum nas questões do estado, era outra. Os dois eram uma única coisa, na medida em que movimentos nacionalistas neste período tornaram-se movimentos de massa, e certamente a esta altura praticamente todos os líderes radicais nacionalistas supunham estes dois conceitos como sendo idênticos. Entretanto, como já vimos, uma grande parte do povo comum, como os camponeses, ainda não havia sido atingida pelo nacionalismo, mesmo em países onde sua participação em política era levada a sério, enquanto outras, principalmente as novas classes trabalhadoras, eram praticamente requisitadas para seguir movimentos que, pelo menos em teoria, punha um interesse de classe internacional acima de filiações nacionais. Em todos estes casos, do ponto de vista das classes dirigentes, o fato importante era não que as "massas" acreditassem em alguma coisa, mas que seus credos agora contavam na política. Eles eram por definição numerosos, ignorantes e perigosos; muito perigosos, precisamente devido à sua ignorante tendência para acreditar em seus próprios olhos, que lhes diziam que aqueles que os governavam davam muito pouca atenção a suas misérias, e a lógica simplista que lhes sugeria que, já que eles formavam a grande maioria do povo, o governo deveria basicamente servir-lhes em seus interesses.

Tornava-se, portanto, cada dia mais claro, nos países desenvolvidos e industrializados do Oeste, que mais cedo ou mais tarde os sistemas políticos teriam que abrir espaço para estas forças. Além disso, também tornava-se claro

que o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra esta contingência. Sua forma característica de organização política era o governo representativo através de assembléias eleitas representando não (como nos estados feudais) interesses sociais ou coletividades, mas agregados de indivíduos de *status* legalmente iguais. Interesse próprio, ou mesmo um certo senso comum, dizia àqueles que se encontravam por cima que nem todos os homens eram igualmente capazes de decidir as grandes questões do governo, os analfabetos menos que os graduados em universidades, os supersticiosos menos que os esclarecidos, os pobres menos que aqueles que haviam provado sua capacidade de comportamento racional pela acumulação de propriedade. Entretanto, longe da falta de convicção que tais argumentos levantavam entre os que estavam por cima, com a exceção dos mais conservadores, eles tinham duas fraquezas maiores. A igualdade legal não podia fazer tais distinções em teoria. O que era consideravelmente mais importante, tornava-se mais e mais difícil de realizar na prática já que mobilidade social e progresso educacional, ambos essenciais à sociedade burguesa, obscureciam a divisão entre as camadas médias e as camadas inferiores. Onde deveria ser traçada a Tinha entre a grande e crescente massa de "respeitáveis" trabalhadores e as baixas classes médias que adotavam muito dos valores e comportamentos da burguesia? Por onde passasse esta linha, ao incluir um grande número deles, era possível que assimilasse um corpo substancial de cidadãos que não apoiava várias das idéias as quais o liberalismo burguês olhava como essenciais ao progresso da sociedade, e que bem poderiam opor-se a elas de forma passional. Além disso, e de forma mais decisiva, as revoluções de 1848 tinham mostrado como as massas podiam irromper no círculo fechado dos dirigentes da sociedade, e o progresso da sociedade industrial fez com que sua pressão fosse constantemente maior mesmo em períodos não-revolucionários.

A década de 1850 deu a muitos dos dirigentes um espaço para respirar. Por mais de uma década eles não tiveram seriamente que se preocupar com tais problemas na Europa. Entretanto, havia um país em que os relógios políticos e constitucionais não podiam ser simplesmente atrasados. Na França, onde três revoluções já haviam começado, a exclusão das massas da política parecia uma tarefa utópica: elas deveriam então ser "dirigidas". O chamado Segundo Império de Luís Napoleão (Napoleão III) tornou-se então uma espécie de laboratório de um tipo de política mais moderno, embora as peculiaridades de seu caráter tenham algumas vezes obscurecido suas formas de controle político. Tal experimento estava ao gosto, embora talvez menos ao talento, do personagem enigmático que estava a sua frente.

Napoleão III foi notavelmente sem sorte nas suas relações públicas. Ele foi suficientemente infeliz para unir contra si os mais poderosos talentos polêmicos de seu tempo, e as investidas combinadas de Karl Marx e Victor Hugo

são suficientes, sozinhas, para enterrar sua memória, sem contar o espírito não menos mordaz de alguns talentosos jornalistas. Além disso, ele foi notoriamente mal sucedido nos seus empreendimentos políticos internacionais e mesmo domésticos. Um Hitler pôde sobreviver à unânime reprovação da opinião mundial, já que é inegável que este homem terrível e psicopata realizou coisas extraordinárias no caminho de uma catástrofe provavelmente inevitável; pelo menos em manter o apoio de seu povo até o fim. Napoleão III não era nem tão extraordinário nem tão louco. O homem que era manobrado por Cavour e Bismark, o homem cujo apoio político tinha afundado perigosamente mesmo antes que seu império se desintegrasse após algumas semanas de guerra, o homem que transformou "Bo-napartismo" de uma força política de maior importância na França em uma anedota histórica, entrou inevitavelmente na História como "Napoleão, o Pequeno". Ele nem sequer representou bem seu papel. Aquela figura reticente, saturnina mas freqüentemente charmosa, com grandes bigodes, doentio, horrorizado pelas batalhas que ele mesmo e a grandeza francesa iriam detonar, só parecia imperial *ex-officio*.

Ele era essencialmente um político, político de segundo nível e, como se veria mais tarde, mal sucedido. Mas o destino e seu passado viriam trazer-lhe um papel inteiramente novo para representar. Como pretendente imperial antes de 1848 – embora sua pretensão genealógica em ser um Bonaparte levantasse dúvidas, teve que pensar em termos não-tradicionais. Cresceu em um mundo de agitadores nacionalistas (ele mesmo ligando-se aos Carbonari) e de Sainsimonianos. Desta experiência, tirou uma fé segura, talvez excessiva, na inevitabilidade de forças históricas tais como nacionalismo e democracia, e uma certa heterodoxia acerca de problemas sociais e métodos políticos que vieram a ajudar-lhe muito mais tarde. A revolução deu-lhe a chance de apresentar o nome de Bonaparte para a presidência, sendo eleito por uma grande maioria, mas por uma imensa variedade de motivos. Ele não precisou de votos para permanecer no poder nem (depois do golpe de estado de 1851) para declarar-se imperador, mas se não tivesse sido eleito antes, nem toda sua capacidade para intriga teria persuadido os generais, ou quem quer que tivesse poder e ambição, para apoiá-lo. Era, portanto, o primeiro dirigente de um grande país, com a exceção dos Estados Unidos, a chegar ao poder através do sufrágio (masculino) universal, e nunca o esqueceu. Ele continuou a operar desta forma, primeiro como um César plebiscitário mais ou menos como o general de Gaulle (a assembléia representativa eleita sendo bem insignificante), e depois de 1860 com a parafernália usual do parlamentarismo. Sendo um indivíduo persuadido das verdades históricas de seu tempo, provavelmente não acreditou que ele mesmo também pudesse resistir à "força da história".

A atitude de Napoleão III em relação à política eleitoral era ambígua, e isso é que a faz interessante. Como "parlamentarista", ele jogou aquilo que era

então o jogo normal da política, quer dizer, obteve uma maioria suficiente de uma assembléia de indivíduos eleitos, agrupados em vagas alianças com vagas etiquetas, que não devem ser confundidas com os modernos partidos políticos. Portanto, políticos sobreviventes da Monarquia de Julho (1830-48), como Adolphe Thiers (1797-1877), e futuros luminares da Terceira República, como Jules Favre (1809-80), Jules Ferry (1832-93) e Gambetta (1838-82), recuperaram ou fizeram seus nomes na década de 1860. Ele não foi muito bem-sucedido neste jogo, especialmente quando decidiu instalar um firme controle burocrático sobre as eleições e a imprensa. Por outro lado, enquanto um candidato eleitoral, guardava em reserva (outra vez como o general de Gaulle, só que este último talvez com maior sucesso) a arma do plebiscito. Ratificou seu triunfo em 1852 com uma esmagadora vitória plebiscitária provavelmente autêntica (apesar do considerável "controle") de 7,8 milhões de votos contra 0,24 milhões, com 2 milhões de abstenções, e mesmo em 1870, na véspera do colapso, podia ainda recuperar-se de uma situação parlamentar em deterioração, com uma maioria de 7,4 milhões contra 1,6 milhão.

Este apoio popular era politicamente desorganizado (exceto, é claro, quando através de pressões burocráticas). Diferente dos líderes populares modernos, Napoleão III não teve nenhum "movimento",' mas evidentemente como chefe do estado ele dificilmente precisaria de um. Seu apoio também não era homogêneo. Pessoalmente talvez tivesse preferido o apoio dos "progressistas" – o voto jacobino-republicano, que sempre ficou de fora acontecesse o que acontecesse nas cidades – e o da classe operária, cujo significado social e político ele apreciava ainda mais que os liberais ortodoxos. Entretanto, embora ele recebesse de quando em vez o apoio de importantes porta-vozes deste grupo, como o anarquista Pierre-Joseph Proudhon (1809-65), e tenha seriamente se esforçado para conciliar e domesticar o crescimento do movimento trabalhista na década de 1860 – tendo legalizado as greves em 1864 –, fracassou em quebrar a tradicional e lógica afinidade que o movimento trabalhista tinha com a esquerda. Na prática, apoiou-se no elemento conservador e especialmente no campesinato, principalmente nos dois terços do oeste do país. Para estes, ele era um Napoleão, um governo estável e anti-revolucionário, seguro contra as ameaças à propriedade; e (se eram católicos), o defensor do Papa em Roma, uma situação da qual Napoleão teria apreciado em se desvencilhar por razões diplomáticas, mas que não podia fazê-lo por razões domésticas.

Mas sua forma de governar era ainda mais significativa. Karl Marx observou com sua argúcia habitual a natureza de sua relação com o campesinato francês,

"incapazes de impor seu interesse de classe em nome próprio,

fosse através de um parlamento ou de uma convenção. Não podiam-se representar, precisavam ser representados. Seu representante precisa ao mesmo tempo aparecer como o líder, uma autoridade sobre eles, e como um poder governamental ilimitado que protege-os de outras classes e envia-lhes o sol e a chuva de cima. Ainfluência política dos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no poder executivo subordinando a sociedade a si mesmo."

Napoleão era o poder executivo. Muitos políticos do século XX - nacionalistas, populistas e, no sentido mais perigoso, fascistas – iriam redescobrir a forma de relação que ele inaugurou com as massas incapazes de "impor seu interesse de classe em nome próprio". Ainda descobririam que havia outras camadas da população similares neste aspecto ao campesinato pós-revolucionário francês.

Com a exceção da Suíça, cuja constituição revolucionária permanece até hoje, nenhum outro estado europeu operava na base do sufrágio universal (masculino) na década de 1850 (O *Nationalrat* suíço era escolhido por todos os homens maiores de 20 anos sem qualificação de propriedade, mas a segunda Câmara era escolhida pelos cantões.) Deve-se assinalar que mesmo nos Estados Unidos nominalmente democrático, a participação eleitoral era bem inferior à francesa: em 1860, Lincoln foi eleito por menos da metade dos 4,7 milhões de votos de uma população de tamanho incomparavelmente maior. Algumas assembléias representativas, geralmente sem grande poder ou influência, exceto na Inglaterra, Escandinávia, Holanda, Bélgica, Espanha e Sabóia, invariavelmente elegiam de forma bastante indireta, com restrições mais ou menos rigorosas relativas a qualificações de idade ou propriedade, tanto para votantes como para candidatos. Quase invariavelmente, as assembléias eleitas desta forma eram flanqueadas e cerceadas em sua ação por câmaras mais conservadoras, a maioria delas indicadas ou compostas de membros hereditários ou *ex-officio.* A Inglaterra, com mais ou menos 1 milhão de eleitores entre 27,5 milhões de habitantes, era sem dúvida bem menos restritiva que, por exemplo, a Bélgica com aproximadamente 60 mil de 4,7 milhões, mas nenhuma delas era, nem pretendia ser, democrática.

O reaparecimento da pressão popular na década de 1860 fez com que fosse impossível manter uma política do tipo isolada. Pelo final de nosso período, somente a Rússia tzarista e a Turquia Imperial mantinham-se como simples autocracias na Europa, enquanto, por outro lado, o sufrágio universal não era mais prerrogativa de regimes surgidos de revoluções. O novo império alemão usou-o para eleger seu *Reichstaq,* embora mais por razões decorativas. Muito poucos estados, nesta década, escaparam de alguma forma de aumentar suas

franquias, e os problemas que tinham preocupado apenas a minoria de países nos quais o voto tinha real significado – a escolha entre votar por listas ou Por candidatos, "geometria eleitoral" na constituição de eleitorados sociais ou geográficos, controles que as câmaras maiores poderiam exercer sobre as câmaras menores, direitos reservados ao Executivo etc. – agora preocupavam todos os governos. Mas ainda eram pouco agudos. O Second Reform Act na Inglaterra, mesmo duplicando o número de eleitores, ainda deixava-os como 8% da população, enquanto no recém-unificado Reino da Itália eram apenas 1%. Mesmo assim, algumas mudanças haviam-se verificado, e outras podiam apenas ser adiadas.

Estes avanços em direção a governos representativos levantavam dois problemas bastantes diferentes em política: os das "classes" e "massas", para usar o jargão inglês da época, isto é, aqueles das classes altas e médias, e o problema do pobre que havia permanecido por longo tempo alienado do processo oficial da política. Entre eles, estava a camada intermediária – pequenos comerciantes, artesãos e outros "pequenos burgueses", proprietários camponeses etc. – que na qualidade de proprietários já estavam, pelo menos em parte, envolvidos em representatividade política tal como ela havia existido até então. Nem as velhas aristocracias da terra ou hereditárias nem a nova burguesia tinham a força dos números, mas, diferente da aristocracia, a burguesia precisava deles. Pois enquanto ambas tinham (pelo menos nas suas camadas mais elevadas) riqueza e a forma de poder pessoal e influência nas suas comunidades que fazia de seus membros, automaticamente, pelo menos "pessoas importantes" em potencial, isto é, pessoas de conseqüência política, somente as aristocracias estavam firmemente entrincheiradas em instituições que as salvaguardavam do voto: em Câmaras dos Lordes ou câmaras similares, ou por meio de representação mais ou menos desproporcional, como no caso do "sufrágio de classe" das Dietas da Prússia e da Áustria. Além disso, nas monarquias que eram ainda a forma prevalecente de governo, a aristocracia encontrava apoio político sistemático como classe.

As burguesias, por outro lado, escoravam-se na sua riqueza, na sua indispensabilidade e no destino histórico que fazia delas e de suas idéias as fundações dos estados "modernos" deste período. Entretanto, o que as transformavam em força no interior dos sistemas políticos era a habilidade para mobilizar o apoio dos não-burgueses que possuíam número, e portanto votos. Tirar-lhes isto, como aconteceu na Suécia no final da década de 1860 e iria acontecer em todos os lugares mais tarde com o crescimento de verdadeira política de massa, reduzia-os a uma minoria eleitoralmente impotente, pelo menos na política de âmbito nacional. (Em políticas municipais iriam se manter melhor.) Daí a importância crucial, para a burguesia, em manter o apoio ou a hegemonia sobre a pequena burguesia, as classes trabalhadoras e, mais

raramente, sobre o campesinato. Falando de forma ampla, neste período da história ela não foi bem-sucedida. Em sistemas políticos representativos, os Liberais (normalmente o clássico partido das classes do comércio urbano e industrial) estavam geralmente no poder com apenas algumas interrupções ocasionais. Na Inglaterra, assim ocorreu entre 1846 e 1874; na Holanda, durante pelo menos 20 anos depois de 1848; na Bélgica, de 1857 a 1870; na Dinamarca, mais ou menos até o choque da derrota em 1864. Na Áustria e na Alemanha, eles eram o maior apoio formal dos governos entre a metade da década de 1860 até o final da década de 1870.

Entretanto, como a pressão vinha de baixo, uma ala radical mais democrática (progressista, republicana) tendia a se separar deles, onde já não fosse mais ou menos independente. Na Escandinávia, partidos camponeses separaram-se como "a esquerda" *(Venstre)* em 1848 (Dinamarca) e durante a década de 1860 (Noruega), ou o grupo de pressão agrário anticidade (Suécia 1867). Na Prússia (Alemanha), os democratas radicais, com sua base no sudoeste não-industrial, recusaram-se a seguir os nacionais-liberais burgueses em sua aliança com Bismark depois de 1866, embora alguns deles tendessem a se aliar aos social-democratas marxistas anti-Prússia. Na Itália, os republicanos permaneceram na oposição, enquanto os moderados tornaram-se dominantes do novo reino unificado. Na França, a burguesia há muito não conseguia mais comandar sozinha ou mesmo sob a bandeira liberal, e seus candidatos buscavam apoio popular através de rótulos cada vez mais inflamados. "Reforma" e "Progressista" davam lugar a "Republicano", e este a "Radical", e, na Terceira República, a "Radical-Socialista". cada qual ocultando uma nova geração dos mesmos barbados Sólon, rapidamente mudando para posições moderadas depois de seus triunfos eleitorais com a esquerda. Somente na Inglaterra os radicais permaneceram uma ala permanente do Partido Liberal; provavelmente porque aí praticamente não existiam, enquanto classe, os camponeses e a pequena burguesia que permitiram aos radicais estabelecerem sua independência política alhures.

De qualquer forma, por razões práticas o liberalismo permaneceu no poder, pois representava a única política econômica que se acreditava fazer sentido para o desenvolvimento ("Manchesterismo", como os alemães chamavam), assim como, aceitava-se quase que universalmente, ser o representante da ciência, razão, história e progresso para aqueles que tivessem qualquer idéia que fosse sobre esses assuntos. Neste sentido, quase todo chefe de estado e funcionário público, nas décadas de 1850 e 1860, era um liberal, fosse qual fosse sua filiação ideológica, assim como hoje ninguém o é mais. Os próprios radicais não tinham alternativa viável ao liberalismo. Em qualquer situação, junta:se com a genuína oposição contra o liberalismo era impensável para eles, talvez mesmo impossível. Ambos faziam parte da "esquerda".

A genuína oposição (a "direita") veio daqueles que resistiam às "forças da história". Na Europa, poucos realmente desejavam um retorno ao passado, como nos dias dos românticos reacionários de depois de 1815. Tudo o que queriam era interromper ou pelo menos diminuir, o ameaçador progresso do presente, um objetivo racionalizado por intelectuais que viam a necessidade de "ordem" e "progresso". Portanto, o conservadorismo era capaz de atrair de vez em quando alguns grupos da burguesia liberal, que sentia que mais progresso podia trazer uma vez mais a revolução para perto. Naturalmente tais partidos conservadores atraíam o apoio de grupos especiais, cujos interesses imediatos iam de encontro com a política liberal prevalecente (por exemplo, agrários e protecionistas), ou grupos que se opunham aos liberais por razões que não diziam respeito ao seu liberalismo, como por exemplo, os belgas flamengos, que se ressentiam de uma burguesia essencialmente afrancesada predominando culturalmente. Sem dúvida também, especialmente na sociedade rural, rivalidades locais ou de família eram naturalmente assimiladas dentro de uma dicotomia ideológica que dizia pouco respeito a ela mesma. O Coronel Aureliano Buendía, no romance de Garcia Marquez, *Cem anos de solidão,* organizou o primeiro dos seus 32 levantes liberais no interior da Colômbia não porque fosse um liberal ou soubesse o significado de tal palavra, mas porque sentia-se ultrajado por um oficial local, que por acaso representava um governo conservador. Talvez haja uma razão lógica ou histórica em por que os açougueiros vitorianos foram predominantemente conservadores (uma ligação com a agricultura?) e os donos de armazém em grande parte liberais (uma ligação com o comércio exterior?), mas nada disso foi estabelecido, e talvez o que precise de explicação seja não estes fatos, mas por que estes dois tipos onipresentes de lojistas tenham sistematicamente se recusado a partilhar as mesmas opiniões, fossem quais fossem.

Mas o conservantismo essencialmente estava com aqueles que ficavam com a tradição, a velha e ordeira sociedade, costumes e nenhuma modificação, em oposição a tudo que fosse novo. Dai a importância crucial da posição das igrejas oficiais, organizações ameaçadas por tudo aquilo que o liberalismo defendia e ainda capazes de mobilizar forças imensas contra ele, como por exemplo a inserção de uma quinta coluna no centro do poder burguês através da piedade e tradicionalismo das viúvas e filhas, a permanência de um controle clerical sobre as cerimônias de nascimento, casamento e morte, e um controle sobre um grande setor da educação. Estes controles eram vigorosamente contestados, e forneceram um bom número de razões para a disputa política entre conservadores e liberais em vários países.

Todas as igrejas oficiais eram *ipso facto* conservadoras, embora apenas a maior delas, a Católica Romana, tenha formulado sua posição de aberta hostilidade à crescente tendência liberal. Em 1864, o Papa Pio IX definiu suas

posições no *Syllabus of Errors*. Esta encíclica condenou de forma igualmente implacável, 80 erros, incluindo "naturalismo" (que negava a ação de Deus sobre os homens e o mundo), "racionalismo" (o uso da razão sem referência a Deus), "racionalismo moderado" (uma recusa de supervisão eclesiástica por parte da ciência e da filosofia), "indiferentismo" (escolha livre de religião ou mesmo ausência dela), educação laica, a separação da Igreja e do Estado e, em geral (erro nº 80), a idéia de que o "Pontífice Romano pode e deve reconciliar-se e chegar a bom termo com o progresso, o liberalismo e a civilização moderna". Inevitavelmente, a linha entre direita e esquerda tornou-se em grande parte a divisão entre clericalistas e anticlericalistas; os últimos sendo na maior parte francamente descrentes nos países católicos, mas também – principalmente na Inglaterra – crentes de religiões minoritárias ou independentes da igreja do Estado (ver capítulo 14 mais adiante). A posição das igrejas de Estado, onde fossem religiões minoritárias, era anômala. Os católicos holandeses encontravam-se do lado liberal contra os calvinistas predominantes, e os alemães, incapazes de se aliarem fosse com a direita protestante fosse com a esquerda liberal do império bismarckiano, formaram um "Partido de Centro" na década de 1870.

O que era novo em política de "classe" neste período era sobretudo a emergência da burguesia liberal como uma força no contexto de uma política mais ou menos constitucionalista, com o declínio do absolutismo, principalmente na Alemanha, Áustria-Hungria e Itália –uma área cobrindo cerca de um terço da população da Europa. (Aproximadamente um terço da população do continente ainda vivia sob governos nos quais não tinha participação.) O progresso da imprensa periódica – fora da Inglaterra e Estados Unidos ela ainda se dirigia sobretudo a leitores burgueses – ilustra esta mudança de forma viva: entre 1862 e 1873, o número de periódicos na Áustria (sem Hungria) aumentou de 345 para 866.

A abertura permanecia de tal forma restrita na maioria dos casos que não se colocava a moderna questão de política de massa. De fato, freqüentemente os representantes da classe média podiam tomar o lugar do "povo" real, que diziam representar. Poucos casos chegaram a ser tão extremos como Nápoles ou Palermo no começo da década de 1870, quando 37,5 e 44% dos candidatos estavam nas listas porque eram graduados de alguma forma. Mas mesmo na Prússia, o triunfo dos liberais em 1863 parece menos impressionante se for lembrado que 67% do voto da cidade que os elegeu representavam realmente apenas 25% do voto urbano, já que dois terços do eleitorado não se deu ao trabalho de ir às urnas nas cidades. Representaram estes esplêndidos triunfos do liberalismo na década de 1860, nestes países de franquias limitadas e apatia popular, algo além da opinião de uma minoria de respeitáveis burgueses citadinos?

Na Prússia, Bismarck pelo menos pensava que não, e conseqüentemente resolveu o conflito constitucional entre a Dieta Liberal e a monarquia simplesmente governando sem referência ao parlamento. Já que ninguém sustentava os liberais exceto a burguesia, e a burguesia era incapaz ou não desejava mobilizar nenhuma força genuína, armada ou política, toda conversa sobre o Grande Parlamento de 1640 ou os Estados Gerais de 1789 era apenas fumaça. (Por outro lado, o que deu aos liberais poder real em alguns países atrasados, apesar de sua posição minoritária, era a existência de agricultores que dominavam suas respectivas regiões virtualmente sem controle governamental, ou de funcionários prontos a fazer "pronunciamentos" no interesse liberal. Era o caso em diversos países ibéricos.) Bismarck percebia, porém que, no sentido mais literal da palavra, uma "revolução burguesa" era uma impossibilidade, já que seria uma revolução de verdade apenas se a burguesia fosse mobilizada, e em nenhum caso homens de negócios ou professores pareciam estar inclinados a levantar barricadas. Isto não o impediu, porém, de aplicar o programa econômico, legal e ideológico da burguesia liberal, desde que pudesse ser combinado com a predominância da aristocracia agrária numa monarquia prussiana protestante. Ele não quis arrastar os liberais para uma aliança de desespero com as massas, e de qualquer forma o programa da burguesia era o programa óbvio para um estado europeu moderno, e se não era óbvio, pelo menos parecia inevitável. Como sabemos, ele foi brilhantemente bem sucedido. A burguesia liberal aceitou a oferta do programa sem o poder político – não tinha muita opção – e transferiu-se, em 1866, para o Partido Liberal Nacional, que foi a base para as manobras políticas domésticas de Bismarck durante todo o resto de nosso período.

Bismarck e outros conservadores sabiam que fossem o que fossem, as massas não eram certamente liberais no sentido em que os homens de negócios urbanos o eram. Conseqüentemente, eles sentiram que às vezes podiam segurar os liberais mediante a ameaça de aumentar as franquias. Podiam mesmo terminar por fazê-lo, como Benjamim Disraeli o fez em 1867 e os católicos belgas mais modestamente em 1870. O erro foi supor que as massas eram conservadoras no sentido que eles atribuíam à palavra. Não há dúvida de que a maioria do campesinato na maior parte da Europa ainda era tradicionalista, pronto a apoiar a igreja, o rei ou o imperador e a seus superiores hierárquicos de forma automática, especialmente contra os malignos desígnios dos homens de cidade. Mesmo na França, grandes regiões do oeste e do sul continuaram a votar durante a Terceira República nos que apoiavam a dinastia dos Bourbons. Sem dúvida também, como Walter Bagehot, teórico da democracia inócua, destacou depois do Reform Act de 1867, havia muitos (incluindo trabalhadores) cujo comportamento político era dirigido para a defesa do "melhor da sociedade". Mas a partir do momento em que as massas entraram na cena política,

inevitavelmente passaram a agir, mais cedo ou mais tarde, como atores, e não mais como extras na multidão do fundo de um quadro. E enquanto os camponeses atrasados ainda podiam ser considerados "seguros", os crescentes setores industriais e urbanos não mais o podiam. O que estes últimos queriam não era o liberalismo clássico, e portanto não eram bem-vindos aos dirigentes conservadores, especialmente àqueles devotados a uma política econômica e social essencialmente liberal. Isso viria a se tornar evidente durante a depressão econômica e a incerteza que acompanharam o colapso da expansão liberal em 1873.

II

O primeiro e mais perigoso grupo a estabelecer sua identidade separada e definir seu papel na política foi o novo proletariado, cujo número fora multiplicado por 20 anos de industrialização.

O movimento trabalhista não tinha sido tão destruído ou decapitado pelo fracasso das revoluções de 1848 e pela subseqüente década de expansão econômica. Os vários teóricos de um novo futuro social, que haviam transformado a agitação da década de 1840 no "espectro do comunismo", tendo fornecido ao proletariado uma perspectiva política alternativa tanto para os conservadores como para os liberais ou radicais, estavam na prisão como Auguste Blanqui; no exílio como Karl Marx e Louis Blanc; esquecidos como Constantin Pecqueur (1801-87); ou, como Etienne Cabet (1788-1857), somando todas estas , situações. Alguns haviam feito as pazes com o novo regime, como P. J. Proudhon fez com Napoleão III. O período não era muito propício para os que acreditavam na iminência do socialismo. Marx e Engels, que mantiveram alguma esperança no renascimento revolucionário por um ou dois anos depois de 1849, transferiram depois estas esperanças para a grande crise seguinte (a de 1857), e resignaram-se então por um longo período. Enquanto talvez seja um exagero dizer que o socialismo tenha desaparecido por completo, mesmo na Inglaterra provavelmente ninguém era socialista em 1860 que não o tivesse sido em 1848. Podemos talvez agradecer a este intervalo de isolamento forçado da política, que permitiu a Karl Marx amadurecer suas teorias e estabelecer as fundações de *O Capital,* mas ele mesmo não pensava assim. Nesse meio tempo, as organizações políticas sobreviventes da (ou dedicada à) classe operária tinham entrado em colapso, como a Liga Comunista em 1852, ou tinham-se tornado gradualmente insignificantes, como o Cartismo inglês.

Entretanto, no nível mais modesto de luta econômica eautopro-teção, organizações da classe operária sobreviveram, e só podiam crescer. Isto apesar de que, com a notável (embora parcial) exceção da Inglaterra, sindicatos e

greves eram legalmente proibidos em toda a Europa, embora Sociedades de Amizade (Sociedades de Ajuda Mútua) e cooperativas – no continente geralmente para produção, na Inglaterra geralmente para lojas – fossem bastantes comuns. Não se pode dizer que tivessem florescido muito: na Itália (1862), a média de membros de tais Sociedades de Ajuda Mútua em Piedmont, onde eram mais fortes, era um pouco inferior a 50. Somente na Inglaterra, Austrália e – curiosamente – nos Estados Unidos, sindicatos de trabalhadores tinham significado real, sendo que nos últimos dois casos geralmente transportados como idéia na bagagem dos imigrantes ingleses com organização e consciência de classe.

Na Inglaterra, não apenas os hábeis artesãos das indústrias produtoras de máquinas assim como artesãos de ocupações mais antigas, e até trabalhadores do algodão mantinham poderosos sindicatos locais, ligados de forma mais ou menos efetiva em nível nacional e, em um ou dois casos (A Amalgamated Society of Engineers, 1852, e a Amalgamated Society of Carpenters and Joiners, 1860), tendo coordenado financeiramente, senão estrategicamente, sociedades nacionais. Formavam uma minoria não-negligenciável e, entre os especializados, em alguns casos uma maioria. Além disso, forneciam uma base sobre a qual o sindicalismo podia ser rapidamente expandido. Nos Estados Unidos eram talvez mais poderosos, embora viessem a se mostrar ineficientes para agüentar o impacto de uma industrialização realmente rápida pelo final do século. Entretanto eram menos poderosos que no paraíso do trabalho organizado, as colônias australianas, onde os trabalhadores da construção civil conseguiram o Dia de Oito Horas já em 1856, logo seguidos por outras profissões. Sem dúvida, em nenhum outro lugar era a posição de barganha do trabalhador mais forte que nesta economia subpovoada e dinâmica, onde as corridas ao ouro da década de 1850 envolveram milhares, aumentando os salários daqueles que ficaram.

Observadores sensíveis não esperavam que esta relativa pouca importância do movimento trabalhista durasse. De fato, a partir de 1860, ficou claro que o proletariado estava voltando à cena como a outra *dramatis personae* da década de 1840, embora num estado de espírito menos turbulento. Emergiu com rapidez imprevista, para ser logo seguido pela ideologia a partir de então identificada com seus movimentos: o socialismo. Este processo de emergência era um curioso amálgama de ação política e industrial, de vários tipos de radicalismo do democrático ao anárquico, de lutas de classes, alianças de classe e concessões governamentais ou capitalistas. Mas acima de tudo era *internacional,* não apenas porque, como no recrudescimento do liberalismo, ocorresse em vários países simultaneamente, mas porque era inseparável da solidariedade internacional das classes trabalhadoras, da solidariedade internacional da esquerda radical (uma herança do período pré-1848). Era organizado pela Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira

Internacional de Karl Marx (1864-72). A verdade de que "os trabalhadores não tem pátria", como o Manifesto Comunista colocava, pode ser debatida: certamente os trabalhadores radicais organizados da França e Inglaterra eram patriotas à sua maneira – a tradição revolucionária francesa sendo notoriamente nacionalista (ver capítulo 5 acima). Mas numa economia onde os fatores de produção moviam-se livremente, mesmo os sindicatos ingleses não-ideológicos viam a necessidade de impedir empregadores de importar fura-greves de fora. Na Inglaterra, a Internacional emergiu de uma combinação de agitação para reforma eleitoral com uma série de campanhas por solidariedade internacional – com Garibaldi e a esquerda italiana em 1864, com Abraham Lincoln e o Norte na Guerra Civil Americana (1861-65), com os infelizes poloneses em 1863, acreditando-se, corretamente, que todos estes iriam reforçar o movimento trabalhista, pelo menos na sua forma mais política, sindicalista. E o mero contato organizado entre trabalhadores de um país e de outro só podia ter repercussões nos seus respectivos movimentos, como Napoleão III verificaria depois de ter permitido aos trabalhadores franceses enviar uma grande delegação a Londres na ocasião de uma exposição internacional em 1862.

A Internacional, fundada em Londres e rapidamente passada às mãos capazes de Karl Marx, começou como uma curiosa combinação de líderes sindicalistas ingleses insulares e liberal-radicais, misturados ideologicamente com militantes sindicalistas franceses bem mais esquerdistas, e um *staff* de velhos revolucionários do continente de visões bem variadas. Suas batalhas ideológicas iriam eventualmente arruiná-la. Já que foram suficientemente revistas por muitos outros historiadores, não há necessidade de nos determos muito neste aspecto. Falando de forma geral, a primeira grande luta entre os "puros" (isto ' é, os liberais ou radical-liberais) sindicalistas e aqueles com perspectivas mais ambiciosas de transformação social foi ganha pelos socialistas (embora Marx tivesse o cuidado de manter os ingleses fora das lutas do continente). Em seguida Marx e seus seguidores confrontaram (e derrotaram) os seguidores do "mutualismo" de Proudhon, artesãos antiintelectuais e com uma consciência de classe militante, para depois enfrentar o desafio de Michel Bakunin (1814-76) e sua aliança anarquista. Incapaz de manter controle sobre a Internacional por mais tempo, Marx condenou-a ao transferir seus escritórios para Nova York. Entretanto, por este tempo, a base da grande mobilização da classe trabalhadora, da qual a Internacional era parte e de certa forma coordenadora, já havia de qualquer forma se estabelecido. Portanto, como se veria, as idéias de Marx haviam triunfado.

Na década de 1860, tudo isso ainda não era imediatamente previsível. Havia apenas um movimento marxista de massa trabalhadora, ou pelo menos socialista, aquele que tinha se desenvolvido na Alemanha depois de 1863. (De fato, se excetuarmos o abortado National Labor Reform Party of the United

States – 1872 – uma extensão política da ambiciosa National Labor Union – 1866-72 – que era filiado ao IWMA, havia apenas um movimento político trabalhista operando em escala nacional, independente dos partidos "burgueses" ou "pequeno-burgueses".) Esta era a realização de Ferdinand Lassalle (1825-65), um agitador brilhante que caiu vítima de uma vida privada bem colorida (morreu de ferimentos recebidos em um duelo por causa de uma mulher), e que era visto como um seguidor de Karl Marx, na medida em que seguia qualquer um. A Associação Geral dos Trabalhadores Alemães de Lassalle *(Allgemeiner Deutscher Arbeiterverein* –1863) era oficialmente radical-democrata e não socialista, sendo seu *slogan* imediato o sufrágio universal, mas tinha uma passional consciência de classe e um sentimento antiburguês e, apesar de suas dimensões modestas no início, organizou-se como um partido de massa moderno. Marx não a recebeu muito bem de início, apoiando uma organização rival sob a liderança de dois discípulos mais chegados (ou pelo menos mais aceitáveis), o jornalista Wilhelm Liebknecht e o jovem bem-dotado August Bebel. Esta organização, baseada na Alemanha central, embora oficialmente mais socialista, paradoxalmente seguiu uma política menos intransigente de aliança com a esquerda democrática (anti-Prússia) dos velhos combatentes de 1848. Os Lassalleanos, um movimento quase que inteiramente prussiano, pensaram essencialmente em termos de uma solução prussiana para o problema alemão. Já que esta solução era a que prevalecia claramente depois de 1866, estas diferenças, sentidas de forma passional na década da unificação alemã, cessaram de ser importantes. Os marxistas (juntamente com a ala lassaleana que insistia no caráter proletário do movimento) formaram um Partido Social Democrático em 1869 e fundiram-se definitivamente em 1875 com os lassaleanos (mais tarde verificou-se que os lassaleanos foram de fato absorvidos), formando o poderoso Partido Social Democrata da Alemanha (SPD).

O fato importante é que ambos os movimentos estavam de alguma forma ligados a Marx, a quem olhavam (principalmente depois da morte de Lassalle) como fonte de inspiração teórica e *profeta.* Ambos emanciparam-se da democracia radical-liberal e passaram a funcionar como movimentos trabalhistas independentes. E ambos (com o sufrágio universal concedido por Bismarck ao norte da Alemanha em 1866, e a toda a Alemanha em 1871) ganharam apoio de massa imediato e tiveram seus líderes eleitos para o parlamento. Em Barmen, lugar natal de Frederick Engels, 34% votaram em socialistas em 1867; 51% em 1871.

Mas se a Internacional não inspirava partidos operários significativos (os dois alemães não eram sequer oficialmente filiados a ela), estava associada, por outro lado, ao aparecimento do trabalhismo em um razoável número de países, sob a forma de um maciço movimento industrial e sindical, que a Internacional

ajudou sistematicamente a formar, pelo menos a partir de 1866. Em que medida esta ajuda foi realmente decisiva não é claro. Entretanto, particularmente a partir de 1868, tais lutas começaram a convergir com este crescimento, já que os líderes destes movimentos tenderam de forma crescente a se sentir atraídos pela Internacional, inclusive para militarem na organização. Uma onda de greves e agitação trabalhista espalhou-se pelo continente, atingindo até a Espanha e a Rússia: em 1870 houve greves em São Petersburgo. Atingiram a Alemanha e a França em 1868, Bélgica em 1869 (guardando sua força por alguns anos), Áustria-Hungria logo depois, chegando finalmente à Itália em 1871 (onde alcançou seu ponto culminante em 1872-74) e à Espanha no mesmo ano. Neste mesmo período, a onda de greves estava no seu ponto máximo na Inglaterra, em 1871-73.

Novos sindicatos espalharam-se. Eles deram à Internacional as suas massas: para ilustrar apenas com o exemplo austríaco, aqueles que a apoiavam cresceram em número de 10 mil em Viena para 35 mil entre 1869 e 1872; de 5 mil nas terras tchecas para quase 17 mil; de 2 mil na Styria e Carinthia para quase 10 mil somente na Styria. Isso não parece muito, comparado a cifras posteriores, mas representava um poder ainda maior de mobilização – os sindicatos na Alemanha aprenderam a tomar decisões sobre greves somente em comícios de massa, representando também aqueles que não estavam organizados – que certamente assustava governos, especialmente em 1871 quando a época de maior apelo popular da Internacional coincidiu com a Comuna de Paris (ver capítulo 9 mais adiante).

Alguns governos e pelo menos seções da burguesia ficaram apreensivos com o crescimento do trabalhismo no início da década de 1860. O liberalismo estava demasiadamente comprometido com a ortodoxia do *laissez-faire* econômico para se preocupar seriamente com unia política de reforma social, embora alguns dos democratas radicais alertados para o perigo de perder o apoio do proletariado estivessem preparados até para este sacrifício e, em países onde o *"manches-terismo"* não tinha sido totalmente vitorioso, alguns funcionários e intelectuais viam tais reformas como mais e mais necessárias. Na Alemanha, sob o impacto do crescimento do movimento socialista, um curioso grupo chamado "Professores Socialistas" *(Kathedersozialisten)* formou em 1872, a influente Sociedade para a Política Social *(Verein für Sozialpoliiik),* que advogava a reforma social como uma alternativa para, ou melhor, um profilático contra a luta de classes marxista. (O termo "socialista", diferente do mais inflamado "comunista", podia ainda ser usado de forma vaga por qualquer um que recomendasse ação econômica do Estado e reforma social, e foi muito usado neste sentido até o crescimento generalizado de movimentos socialista de trabalhadores na década de 1880.)

Porém, mesmo aqueles que viam a interferência pública no mecanismo

de mercado livre como um caminho certo para a ruína estavam agora convencidos de que as atividades e as organizações trabalhistas deveriam ser reconhecidas para que fossem controladas. Como vimos, alguns dos mais demagógicos políticos como Napoleão III ou Disraeli estavam bem alertados sobre o potencial eleitoral da classe operária. Na década de 1860, a lei foi modificada para permitir uma certa e limitada organização trabalhista, bem como algumas greves em alguns países da Europa; ou, para ser mais exato, abrir espaço na teoria do mercado livre para a barganha livre e coletiva de trabalhadores. Entretanto, a posição legal dos sindicatos permanecia bastante incerta. Apenas na Inglaterra era grande o peso político da classe operária e de seus movimentos – por consenso comum, aceitava-se que ele formava a maior parte da população – para produzir, após alguns anos de transição (1867-75), um sistema virtualmente completo de reconhecimento legal, de tal forma favorável ao sindicalismo que, desde então, tentativas periódicas ocorreram para tirar a liberdade que eles haviam recebido.

O objetivo destas reformas era diretamente prevenir o surgimento do trabalhismo como uma força política independente, ou mais ainda revolucionária. Essa tática foi bem sucedida em países onde já estavam estabelecidos os movimentos trabalhistas não-políticos ou liberal-radicais. Onde o poder do trabalhismo organizado ainda era forte, como na Inglaterra e na Austrália, partidos trabalhistas independentes só viriam a aparecer muito mais tarde, e menos então viriam a permanecer essencialmente não-socialistas. Mas, como vimos, na maior parte da Europa o movimento trabalhista emergiu no período da Internacional, em grande parte sob a orientação dos socialistas, e o movimento trabalhista viria a ser politicamente a ela identificado, e mais especialmente ao marxismo. Na Dinamarca, onde a Associação Internacional dos Trabalhadores havia sido fundada em 1871, com o objetivo de organizar greves, formaram-se sindicatos independentes depois da dissolução da Internacional em 1873, a maioria dos quais reuniu-se mais tarde em uma "liga social democrata". Esta era a realização mais significativa da Internacional. Havia tornado o trabalhismo independente e socialista.

Mas, por outro lado, não o havia feito insurreicional. Apesar do terror que inspirava a governos, a Internacional não planejou a revolução imediata. O próprio Marx, apesar de não menos revolucionário do que antes, não considerou a revolução como um projeto sério naquele momento. E mesmo sua atitude em relação à única tentativa de fazer revolução proletária, a Comuna de Paris, foi bastante cuidadosa. Não acreditou que ela tivesse a mínima chance de sucesso. O melhor que poderia ter feito seria conseguir uma barganha com o governo de Versalhes. Depois de seu fim inevitável, ele escreveu um obituário nos termos mais comoventes, mas o objetivo deste magnífico panfleto *(A Guerra Civil na*

França) era dar indicações aos revolucionários no futuro, e nisto ele foi bem sucedido. Entretanto, a Internacional, isto é, Marx, permaneceu em silêncio enquanto a Comuna ocorria. Durante a década de 1860, ele trabalhou em perspectiva a longo prazo e permaneceu modesto em outras a curto termo. Ele teria ficado satisfeito com o estabelecimento, pelo menos nos países industrializados, de movimentos trabalhistas politicamente independentes (onde fosse legalmente possível) e organizados como movimentos de massa para a conquista do poder político, e também emancipados da influência intelectual do liberal-radicalismo (incluindo o simples "republicanismo" ou o nacionalismo), assim como em relação ao tipo de ideologia esquerdista (anarquismo, mutualismo etc) que ele via, com certa razão, como um retrocesso. Ele não pedia nem sequer que tais movimentos fossem "marxistas"; e mesmo, diante das circunstâncias, isso teria sido utópico, já que Marx não tinha virtualmente seguidores, exceto na Alemanha e entre alguns poucos emigrados. Ele não esperava também que o capitalismo fosse entrar em colapso ou estivesse correndo o perigo imediato de ser derrubado. Esperava meramente realizar os primeiros passos na organização dos exércitos que iriam enfrentar a longa campanha contra o bem-fortificado inimigo.

No início da década de 1870, parecia que o movimento havia fracassado em atingir mesmo estes modestos objetivos. O trabalhismo britânico permanecia firmemente nas mãos dos liberais, submetido a líderes fracos e corruptos, incapazes de conseguir representação parlamentar suficiente a partir de sua força eleitoral agora decisiva. O movimento francês estava em ruínas, como conseqüência da Comuna de Paris, e entre estas ruínas nenhum sinal de nada melhor que os obsoletos blanquismo, sansculotismo e mutualismo. A grande onda de agitação trabalhista de 1873-75 deixou atrás de si alguns sindicatos ligeiramente mais fortes, e em alguns casos mesmo até mais fracos em relação a onda de 1866-68. A própria Internacional cindiu-se, tendo sido incapaz de eliminar a influência da esquerda obsoleta, cujo fracasso era por demais evidente. A Comuna estava morta, e a outra única revolução européia, a espanhola, chegava rapidamente a um ponto sem saída: em torno de 1874, os Bourbons estavam de volta à Espanha, adiando a República Espanhola por quase 60 anos. Somente na Alemanha havia ocorrido um avanço sensível. Uma nova perspectiva revolucionária, se bem que difícil ainda de entrever, podia ser discernida nos países subdesenvolvidos, e a partir de 1870 Marx passou a colocar algumas esperanças na Rússia. Mas o movimento deste tipo imediatamente mais interessante, porque capaz de perturbar a Inglaterra, o bastião do capitalismo mundial, também tinha entrado em colapso. O movimento feniano na Irlanda estava aparentemente em ruínas (ver capítulo 5).

Um estado de espírito de retraimento e desapontamento tomou conta dos últimos anos de vida de Marx. Ele escreveu comparativamente pouco e

permaneceu politicamente mais ou menos inativo. (O principal do material postumamente publicado por Engels como *O Capital,* vols. II e II e as "Teorias da Mais-Valia" tinham, na realidade, sido escritos antes da publicação do Vol. I em 1867. Dos escritos de Marx mais importantes, excetuando-se algumas cartas, apenas a "Crítica do Programa de Gotha" (1875) é posterior à queda da Comuna [1].) Porém agora podemos constatar que duas realizações da década de 1860 foram permanentes. Daquele momento em diante, os movimentos da massa trabalhadora haveriam de ser organizados, independentes, políticos e socialistas. A influência da esquerda socialista pré-marxista havia sido quebrada. E, em conseqüência, a estrutura da política iria ser constantemente modificada.

A maioria destas modificações não iria ser evidente até o final da década de 1880, quando a Internacional renasceu, agora como uma frente comum de partidos de massa, a maioria marxista. Mas mesmo na década de 1870, pelo menos um país teve que enfrentar o novo problema: a Alemanha. Ali o voto socialista (102 mil em 1871) começou a crescer novamente com uma força aparentemente inexorável, depois de uma rápida queda: 340 mil em 1874 e meio milhão em 1877. Ninguém sabia o que fazer com essa força. Massas que não permaneciam passivas e que não se prestavam a seguir a liderança dos "superiores" tradicionais da burguesia, e cujos líderes não podiam ser assimilados, não entravam no esquema da política. Bismarck, que fazia o jogo do parlamentarismo liberal para seus próprios fins, tão bem ou mesmo melhor do que qualquer outro, não podia pensar em outra coisa senão proibir a atividade socialista pela força da lei.

---

[1] E também os *Randglossen zu Adolph Wagners Lehrbuch der politischen Okonomie* escritas em 1879-80, publicadas em *Marx-Engels Werke* XIX Berlin, 1962 e por Harper & Row Publ. New York, 1975 em Carver, *Karl Marx: Text on Method*. (N.T.).

7

PERDEDORES

Uma imitação dos costumes europeus, incluindo a perigosa arte de emprestar, tem sido ultimamente modificada: mas, nas mãos dos dirigentes orientais, a civilização do Oeste não frutifica; e ao invés de restaurar um estado vacilante, parece ameaçá-lo com uma mais rápida ruína.

— Sir T. Erksine May, 1877

O mundo de Deus não dá autoridade para a moderna ternura pela vida humana... E necessário que em todas as terras do Leste se estabeleça medo e terror ao Governo. Então, e apenas então, seus benefícios serão apreciados.

— J. W. Kaye, 1870

I

Na "luta pela existência" que forneceu a metáfora básica do pensamento econômico, político, social e biológico do mundo burguês, somente os "mais capazes" sobreviveriam, sendo sua "capacitação" comprovada não apenas pela sobrevivência mas também pela dominação. A maior parte da população mundial tornou-se vítima daqueles cuja superioridade econômica, tecnológica e conseqüentemente militar era inquestionável e parecia indestrutível: as economias e estados da Europa central e do norte, e os países estabelecidos alhures por seus imigrantes, especialmente os Estados Unidos. Com as três exceções mais importantes da Índia, Indonésia e partes da África do Norte, poucos deles se tornaram ou foram colônias formais em nosso período de estudo. (Podemos deixar de lado as áreas de colonização anglo-saxônica como a Austrália, Nova Zelândia e Canadá que, embora não sendo formalmente independentes, eram tratados de forma claramente diversa das áreas habitadas por "nativos", um termo em si neutro, mas que. adquiria uma forte conotação de inferioridade.) Estas exceções não eram negligenciáveis: a Índia sozinha possuía 14% da população mundial em 1871. Mesmo assim, a independência política do resto contava pouco. Economicamente estavam a mercê do capitalismo desde que estivessem a seu alcance. De um ponto de vista militar, sua inferioridade era evidente. O barco de guerra e a força expedicionária pareciam ser todo-poderosos.

Na realidade, não eram tão decisivos assim quando, por exemplo, europeus ameaçavam governos fracos ou tradicionais. Estes povos tinham muito daquilo que os administradores ingleses gostavam de chamar, não sem

admiração, de "raça militar", sendo capazes de derrotar forças européias em batalhas terrestres, embora nunca no mar. Os turcos tinham uma merecida reputação de soldados, e de fato a habilidade destes últimos em derrotar e massacrar não apenas os rebeldes ao sultão, mas para enfrentar o mais perigoso dos adversários, o exército russo, preservou o Império Otomano face às rivalidades entre as potências européias, e pelo menos atrasou sua desintegração. Os soldados britânicos tratavam os sikhs e pathans na Índia e os zulus na África, assim como os franceses aos bérberes do norte da África com respeito considerável. Mais uma vez a experiência mostrava que as forças expedicionárias eram severamente perturbadas pela irregular guerra de guerrilhas, especialmente em áreas montanhosas, onde faltava aos estrangeiros apoio local. Os russos lutaram por décadas contra este tipo de resistência no Cáucaso, e os ingleses desistiram da tentativa de controlar o Afeganistão diretamente, contentando-se em supervisionar a fronteira norte com a índia. Por último, a ocupação permanente de extensos países por uma pequena minoria de conquistadores estrangeiros era muito difícil e cara e, dada a capacidade dos países desenvolvidos em impor sua vontade e interesses sem precisar da presença físico-militar, a tentativa não parecia ser compensadora. E ninguém acreditava que pudesse ser feita, mesmo que necessário.

A maior parte do mundo não estava, portanto, numa posição de determinar seu próprio destino. Poderia, na melhor das hipóteses, reagir às forças externas que pressionavam com vigor cada vez maior. Este mundo de vítimas consistia em quatro setores mais importantes. Primeiro, havia os impérios não-europeus sobreviventes ou grandes reinos independentes do mundo islâmico e da Ásia: o Império Otomano, Pérsia, China, Japão e uns outros menores como o Marrocos, Bur-ma, Sião e Vietnã. Os maiores dentre estes sobreviveram, embora –com a exceção do Japão que será considerado separadamente (ver capítulo 8 mais adiante) – minados de forma crescente pelas novas forças do capitalismo do século XIX; os menores foram ocupados pelo final de nosso período com a exceção do Sião, que sobreviveu como um estado-tampão entre zonas de influência inglesa e francesa. Segundo, havia as antigas colônias da Espanha e Portugal nas Américas, agora estados nominalmente independentes. Em terceiro lugar, havia a África ao sul do Sahara, sobre o que não há muito o que dizer pois não atraía a atenção neste período. Finalmente, havia as vítimas já formalmente colonizadas ou ocupadas, sobretudo na Ásia.

Todos enfrentavam o problema fundamental de qual seria a atitude diante de uma conquista formal ou informal pelo Oeste. Que os brancos eram demasiado fortes para serem meramente rejeitados, isso era evidente. Os índios maias das selvas do Yucatan puderam expulsá-los em 1847, retornando ao antigo modo de vida como resultado da "Guerra Racial", até que, no século XX, o sisal e a goma de mascar os trouxeram de volta à órbita da civilização ocidental. Mas o

caso deles era excepcional, pois o Yucatan era isolado, o poder branco mais próximo era fraco (México), e os ingleses (dos quais uma colônia era fronteiriça aos maias) não os desencorajaram. Mas para a maioria dos povos politicamente organizados do mundo não-capitalista, a dúvida não era se o mundo da civilização branca podia ser evitado, mas como seria a reação a seu impacto: copiá-lo, resistir à sua influência ou uma combinação de ambos.

Dos setores dependentes do mundo, dois já haviam sofrido compulsoriamente a "ocidentalização" pela dominação européia, ou estavam em pleno processo: as antigas colônias das Américas e as atuais nas diversas partes do mundo.

A América Latina tinha emergido do *status* colonial espanhol e português como um agregado de estados tecnicamente soberanos, nos quais instituições e leis liberais de classe média do tipo conhecido do século XIX (inglês e francês) foram impostas por sobre a herança institucional portuguesa e espanhola do passado, sobretudo um colorido catolicismo romano passional e profundamente enraizado, característico da população local – que era índia, mixada e em grande parte africana na zona do Caribe, assim como na costa do Brasil. O imperialismo do mundo capitalista não iria fazer uma tentativa sistemática para evangelizar suas vítimas. Estes eram países agrícolas e virtualmente inacessíveis para um remoto mercado mundial, na medida em que estivessem fora do alcance de rios, portos ou mulas. Deixando de lado a área de plantações escravas e as tribos do interior inaccessível ou das remotas fronteiras do extremo norte e sul, estes países eram habitados principalmente por camponeses em comunidades autônomas em relação direta de servitude com os proprietários de vastas áreas de terra, ou mais raramente independentes. Estes países eram dominados pela riqueza de grandes proprietários de terras, cuja posição tinha sido notavelmente reforçada pela abolição do colonialismo espanhol. Eram também dominados pelos homens armados que os senhores da terra podiam mobilizar. Estes formavam a base dos *caudillos* que, a frente de seus exércitos, tornaram-se tão familiares no cenário político latino-americano. Basicamente, os países do continente eram quase todos oligarquias. Na prática, isto significava que o poder nacional e os estados nacionais eram fracos, salvo se uma república fosse muito pequena ou um ditador suficientemente feroz para instilar, pelo menos, terror temporário nos mais remotos cidadãos. Estes países estavam em contato com a economia mundial através dos estrangeiros que dominavam a importação e exportação assim como o transporte (com a exceção do Chile que tinha uma florescente frota própria). Em nosso período, estes estrangeiros eram principalmente os ingleses, embora alguns franceses e americanos pudessem também ser percebidos. A sorte dos governos dependia da percentagem que levavam sobre este tráfico exterior e do sucesso em aumentar empréstimos, mais uma vez sobretudo dos ingleses.

As primeiras décadas depois da independência viram regressão econômica e demográfica em muitas áreas, com exceções notáveis como o Brasil, que havia se separado pacificamente de Portugal sob um imperador local, evitando assim conflitos e guerra civil, e o Chile, isolado na sua faixa temperada pelo Pacífico. As reformas liberais instituídas pelos novos regimes – a maior acumulação de repúblicas no mundo – têm, como ainda até hoje, pouca importância prática. Em alguns estados maiores, e conseqüentemente mais importantes, como a Argentina do ditador Rosas (1835-52), dominavam oligarcas educados no país, olhando para dentro e hostis a inovações. A impressionante expansão mundial do capitalismo no nosso período iria mudar tudo isso.

Em primeiro lugar, ao norte do istmo do Panamá viria a ocorrer uma intervenção por parte dos países "desenvolvidos", bem maior e mais direta desde os tempos de Espanha e Portugal. México, a vítima maior, perdeu vários territórios para os Estados Unidos como resultado da agressão americana de 1847. Em segundo lugar, a Europa (e em medida menor os Estados Unidos) descobriram mercadorias valiosas para importar da grande região subdesenvolvida – guano do Peru, tabaco de Cuba e de outras áreas, algodão do Brasil e de outros lugares (especialmente durante a Guerra Civil Americana), café (depois de 1840 sobretudo do Brasil), nitratos do Peru etc. Vários destes eram produtos de *boom* temporário, passíveis de declínio tão rápido quanto a ascensão: a era do guano no Peru tinha começado antes de 1848 e não sobreviveu â década de 1870. Somente após esta década, a América Latina desenvolveu produtos relativamente estáveis de exportação, que iriam durar como tal até as décadas intermediárias de nosso século atual, ou mesmo até hoje. O investimento de capital estrangeiro começava a desenvolver a infra-estrutura do continente – estradas de ferro, instalações portuárias, utilidades públicas; mesmo a imigração européia aumentou substancialmente, na maior parte em Cuba, Brasil e sobretudo nas áreas temperadas do estuário do Rio da Prata. (Aproximadamente 250 mil europeus instalaram-se no Brasil entre 1855 e 1874, enquanto que mais de 800 mil foram para a Argentina e Uruguai no mesmo período.)

Este desenvolvimento fortaleceu as mãos da minoria de latino-americanos devotados à modernização do continente, tão pobre quanto rico em potencialidade e recursos; "um mendigo sentado em cima de ouro", como um viajante italiano descreveu o Peru. Os estrangeiros, mesmo quando ameaçadores como no México, eram um perigo menor comparado ao formidável componente de inércia nativa, representado pela soma de um campesinato tradicionalista, senhores da terra antiquados e sem visão e, sobretudo, a Igreja. Ou melhor, se estas características não fossem superadas em primeiro lugar, as chances de reagir aos estrangeiros seriam poucas. E elas não poderiam ser superadas por simples modernização ou "europeização" como se pretendia.

As ideologias do "progresso" que envolviam latino-americanos cultos não eram apenas aquelas do liberalismo dos franco-mações ou benthamitas "iluminados", que tinham sido tão populares no movimento de independência. Na década de 1840, várias formas de socialismo utópico tinham capturado intelectuais, prometendo não apenas perfeição social mas desenvolvimento econômico, e de 1870 em diante o positivismo de Augusto Comte penetrou profundamente no Brasil (cujo lema nacional ainda é o comtiano "Ordem e Progresso") e no México, em escala menor. Portanto, o "liberalismo" clássico ainda prevalecia. A combinação da revolução de 1848 com a expansão capitalista mundial deu aos liberais sua chance. Eles trouxeram a destruição real da antiga ordem legal colonial. As duas reformas mais significativas foram a liquidação sistemática de qualquer propriedade da terra que não fosse propriedade privada e sobretudo um feroz anticlericarismo, que chegou a abolir os privilégios de propriedade da igreja. Os extremos deste anticlericalismo foram atingidos no México sob o presidente Benito Juarez (1806-72), onde a Igreja e o Estado foram separados, dízimos abolidos, padres forçados a prestar um juramento de lealdade, funcionários públicos proibidos de assistir serviços religiosos e as terras eclesiásticas vendidas. Entretanto, outros países foram apenas um pouco menos militantes.

A tentativa de transformar a sociedade via modernização institucional imposta através do poder político fracassou, essencialmente porque não tinha o suporte de uma independência econômica. Os liberais eram uma elite educada e urbana num continente rural, e na medida em que tivessem um genuíno poder político, ele repousava em generais não muito fiéis e em clãs de proprietários de terras que, por razões que tinham apenas uma remota conexão com John Stuart Mill ou Darwin, escolheram a filiação daquele lado. Do ponto de vista social e econômico, muito pouco havia mudado na América Latina até a década de 1870, exceto que o poder dos senhores da terra tinha aumentado e o dos camponeses enfraquecido. E na medida em que tinha-se transformado sob o impacto do mercado mundial, o resultado era subordinar a velha economia à demanda do comércio importação-exportação, operado através de uns poucos grandes portos ou capitais e controlado por estrangeiros. A única exceção de importância eram as terras do Rio da Prata, onde a maciça imigração européia iria produzir uma população inteiramente nova, com uma estrutura social inteiramente não-tradicional. A América Latina, neste período sob estudo, tomou o caminho da "ocidentalização" na sua forma burguesa-liberal com grande zelo, e ocasionalmente grande brutalidade, de uma forma mais virtual que qualquer outro país no mundo, com a exceção do Japão, mas os resultados foram desapontadores.

Deixando de lado as áreas habitadas por (normalmente recentes) colonos europeus e sem uma grande população nativa (Austrália, Canadá), os

impérios coloniais das potências européias consistiam em umas poucas regiões onde uma maioria ou minoria de colonos brancos coexistia com uma população indígena de razoável importância (África do Sul, Argélia, Nova Zelândia) e um grande número de regiões sem uma população européia significativa ou permanente. Colônias do "colono branco" viriam criar mais tarde o mais intratável problema de colonialismo, embora em nosso período de estudo não tivessem grande importância internacional. De qualquer forma, o problema das populações nativas era o de como resistir ao avanço dos colonos brancos e, embora os Zulus, os maori e os bérberes fossem bem fornidos em armas, eles não conseguiam mais do que sucesso locais. As colônias de população indígena mais sólida levantaram problemas mais sérios, já que a escassez de brancos fez com que fosse essencial usar nativos em grande número para administrar, assim como utilizar as instituições existentes para esta administração, pelo menos ao nível local. Em outras palavras, os colonizadores estavam diante do problema de criar um corpo de nativos assimilados para tomar o lugar do homem branco e também, de depender das instituições tradicionais dos países, geralmente longe de atender a seus interesses. Por outro lado, os povos indígenas confrontavam o desafio da ocidentalização como algo muito mais complexo do que mera resistência.

II

A índia – de longe a maior colônia – ilustra as complexidades e paradoxos desta situação. A mera existência de dominação estrangeira em si mesma não colocava maiores problemas aqui, já que vastas regiões do subcontinente tinham sido, no curso de sua história, conquistadas e reconquistadas por vários tipos de estrangeiros (a maioria da Ásia central), cuja legitimidade havia sido suficientemente estabelecida pelo poder efetivo. Que os dominadores atuais tivessem pele mais clara que os afghans e uma linguagem administrativa um pouco mais incompreensível que o persa clássico, não chegou a levantar maiores problemas; que eles não procurassem conversões para sua religião peculiar com um zelo excessivo (para tristeza dos missionários) era uma conquista política. Entretanto as mudanças que eles provocaram, deliberadamente ou em conseqüência de sua curiosa ideologia e atividade econômica sem precedentes, eram mais profundas e perturbadoras que qualquer outra coisa que tivesse atravessado o Passo de Khyber.

Eles eram simultaneamente revolucionários e limitados. Os ingleses esforçaram-se para inserir um processo de ocidentalização – em alguns casos mesmo de assimilação – não apenas porque práticas locais como a cremação de viúvas *(suttee)* ultrajava realmente muito deles, mas sobretudo por causa das

necessidades mesmas da administração e da economia. Ambas destruíam a estrutura social e econômica existentes, mesmo quando tal não era a intenção. Portanto, após longos debates, T. B. Macaulay (1800-59) – e sua famosa Minuta (1835) – estabeleceu um sistema de educação puramente inglês para os poucos indianos nos quais o British Raj tinha interesse oficial, ou seja, os administradores subalternos. Uma pequena elite anglicizada emergiu, às vezes tão distante das massas indianas a ponto de perder fluência em sua própria língua vernacular ou de anglicizar os próprios nomes, embora nem o mais assimilado dos indianos viesse a ser tratado como inglês pelos ingleses. Por outro lado, os ingleses recusaram-se ou fracassaram na tentativa de ocidentalização porque, em primeiro lugar, os indianos eram enfim um povo dominado, cuja função *não* era a de competir com o capitalismo inglês, e em segundo lugar por causa dos riscos políticos da excessiva interferência em práticas populares, e também pela notável discrepância entre o número de ingleses e os aproximadamente 190 milhões de indianos (1871), tão grande a ponto de parecer insuperável, pelo menos por parte do pequeno número de administradores ingleses. A literatura extremamente capaz produzida pelos homens que dominaram ou tiveram experiência com a índia no século XIX – e que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de disciplinas como a sociologia, antropologia social e história comparativa (ver capítulo 14 mais adiante), – faz parte de uma série de variações em torno do tema da incompatibilidade numérica e da impotência.

A "ocidentalização" viria eventualmente produzir a liderança, as ideologias e os programas da luta de libertação indiana, cujos líderes culturais e políticos surgiriam dos flancos daqueles que haviam colaborado com os ingleses, beneficiado-se desta dominação na qualidade de uma burguesia compradora ou, em outras palavras, iniciando "sua modernização" pela imitação do Oeste. Isso produziu o início de uma classe de industrialistas locais, cujos interesses viriam produzir conflitos com a política econômica metropolitana. É necessário ressaltar que, neste período, a elite ocidentalizada via nos britânicos um modelo e a abertura de novas possibilidades. O nacionalista anônimo no *Mukherjees Magazine* (Calcutá 1873) era ainda uma figura isolada quando escreveu: "Maravilhados pelo brilho artificial em torno deles... os nativos aceitavam os pontos de vista de seus superiores (e) neles, depositavam sua fé como se fossem um Veda comercial. Mas dia após dia a luz da inteligência limpa-lhes o *fog* de suas mentes". Na medida em que havia resistência aos britânicos enquanto britânicos, ela vinha dos tradicionalistas e era mesmo muda – com uma importante exceção –, numa época em que, como o nacionalista B. G. Tilak mais tarde lembraria, o povo "estava primeiramente maravilhado pela disciplina dos britânicos. Estradas de ferro, telégrafo, estradas, escolas impressionavam o povo. Distúrbios haviam cessado e o povo podia aproveitar a calma e a paz... o povo começou a dizer que mesmo um cego podia viajar em segurança de Benares a

Rameshwar com ouro amarrado numa vara".

A importante exceção foi o grande levante de 1857-58 no norte da planície indiana, conhecido na tradição histórica inglesa como o "Motim indiano", um ponto crucial na história da administração britânica, que tem sido apontado retrospectivamente como um prelúdio ao movimento nacional indiano. Era o último sinal de reação do norte da Índia contra a imposição do domínio inglês direto, e finalmente fez ruir a velha East Índia Company. Este curioso sobrevivente do colonialismo de empresa privada, absorvido de forma crescente no aparato de estado inglês, vinha finalmente ser substituído definitivamente por ele. A política de anexação sistemática de territórios indianos meramente dependentes, associada ao regime do vice-rei Lord Dalhousie (1847-56), e especialmente a anexação em 1856 do Reino de Oudh, última relíquia do Império Mughal, terminou por provocar a explosão. A rapidez e a falta de tato das mudanças impostas, ou entendidas pelo nativos como iminentes, precipitaram-na. O pretexto foi a introdução de cartuchos de graxa, que os soldados do exército bengalês viam como uma deliberada provocação de sua sensibilidade religiosa. (O estabelecimento de missionários era um dos principais motivos da fúria popular.) Embora o levante tenha começado como um motim do exército bengalês (os de Bombaim e Madras permaneceram quietos), transformou-se numa insurreição popular de maior importância na planície do norte, sob a liderança dos nobres e príncipes tradicionais, na tentativa de restaurar o Império Mughal. As tensões econômicas, como as oriundas das mudanças efetuadas pelos ingleses na taxa de terra, a principal fonte de renda pública, tiveram certamente sua importância, mas até onde este fato isolado poderia produzir uma tal revolta é bastante duvidoso. Os homens rebelaram-se contra aquilo que eles acreditavam ser uma destruição rápida e rude de sua forma de vida por uma sociedade estrangeira.

O "Motim" foi esmagado num banho de sangue, mas ensinou aos ingleses a ter cuidado. Por razões práticas, a política de anexações cessou, exceto nas fronteiras ocidental e oriental do subcontinente. As grandes áreas da Índia ainda não ocupadas por administração direta foram deixadas para a administração de príncipes locais marionetes, controlados pelos ingleses, embora oficialmente respeitados e considerados, e estes, por seu turno, transformaram-se nos pilares do regime que lhes garantia riqueza, poder local e *status*. Desenvolveu-se uma tendência acentuada para buscar apoio nos elementos mais conservadores deste país, os proprietários de terras e especialmente a poderosa minoria muçulmana, seguindo a antiga regra imperial "Divide e Impera". Com o passar do tempo, esta mudança de política tornou-se mais do que o reconhecimento da resistência da Índia tradicional à dominação estrangeira. Tornou-se um contrapeso ao lento desenvolvimento da resistência da nova elite indiana classe-média – produtos da sociedade colonial, em alguns casos seus

servidores. Pois fossem quais fossem as políticas aplicadas no império indiano, sua realidade econômica e política continuava a enfraquecer e alquebrar as forças da tradição e reforçar as forças da inovação, intensificando o conflito entre estas últimas e os ingleses. Após o final do regime da Company, o crescimento de uma nova comunidade de ingleses expatriados, acompanhados de suas mulheres, que enfatizavam de forma crescente seus sentimentos segregacionistas e de superioridade racial, aumentou a fricção social com a nova camada de classe média. As tensões econômicas dos últimos 30 anos do século XIX (ver capítulo 16 mais adiante) multiplicaram argumentos antiimperialistas. Pelo final da década de 1880, o Congresso Nacional Indiano – o principal veículo do nacionalismo indiano e partido dirigente da Índia independente – já existia. No século XX as massas indianas viriam seguir a direção ideológica do novo nacionalismo.

III

O Levante Indiano de 1857-58 não foi a única rebelião colonial de massa do passado contra o presente. Dentro do império francês, o grande levante argelino de 1871, precipitado tanto pela retirada das tropas francesas durante a Guerra Franco-Prussiana como pela imigração em massa de alsacianos e lorrainianos para a Argélia depois de 1871, constitui-se num fenômeno análogo. Porém, a magnitude destas rebeliões era limitada, pois as principais vítimas da sociedade ocidental capitalista não eram colônias conquistadas, mas sociedades e estados enfraquecidos, embora nominalmente independentes. O destino de dois destes pode ser reunido em nosso período de estudo: Egito e China.

Egito, um principado virtualmente independente embora formalmente ainda dentro do Império Muçulmano, estava predestinado a ser vítima de sua riqueza agrária e de sua situação estratégica. A primeira destas transformou-o numa economia de exportação agrária, suprindo o mundo capitalista com trigo e especialmente algodão, cujas vendas cresceram dramaticamente. Já no início da década de 1860, a exportação representava 70% da renda auferida pelo país, e durante o grande *boom* da década de 1860 (quando os fornecimentos americanos foram interrompidos pela Guerra Civil) até os camponeses se beneficiaram, embora metade deles tivesse contraído doenças parasitárias devido ao aumento da irrigação. Esta vasta expansão levou o comércio egípcio decididamente para dentro do sistema internacional (britânico), atraindo levas de homens de negócios e aventureiros prontos a conceder crédito ao Khedive Ismail. Desta forma, o Khedive esperava transformar o Egito num poder moderno e imperial e reconstruir o Cairo, tendo como padrão as linhas imperiais de Paris de Napoleão III, que fornecia o modelo básico de paraíso para dirigentes deste tipo. O segundo

fator, a situação estratégica, atraia os interesses das potências ocidentais e seus capitalistas, especialmente os ingleses, cuja posição como potência mundial passou-a depender, de forma definitiva, da construção do Canal de Suez. A cultura mundial pode ficar modestamente agradecida ao Khedive por ter encomendado a Aida de Verdi (1871), cuja *premiére* teve lugar na nova ópera do Khedive, para celebrar a abertura do Canal, mas o custo de tudo isso para o povo egípcio viria a ser excessivo.

O Egito estava, portanto, integrado na economia européia como um fornecedor de produtos agrários. Os banqueiros, através dos pashas, extorquiam o povo egípcio, e quando o Khedive e seus pashas não mais podiam pagar os juros dos empréstimos que haviam aceitado com tanto entusiasmo – em 1876 eles totalizavam quase metade da receita para aquele ano –, os estrangeiros impuseram controle. Os europeus teriam talvez ficado contentes apenas em explorar um Egito independente, mas o colapso do *boom* econômico, assim com o da estrutura política e administrativa do governo do Khedive – minado pelas forças econômicas e tentações que os dirigentes egípcios não entendiam nem conseguiam manejar – tornava esta independência difícil. Os ingleses, cuja posição era mais forte e cujos interesses estavam envolvidos de forma muito mais crucial, emergiram como os novos dirigentes do país na década de 1880.

Entretanto, a incomum abertura do Egito ao Oeste tinha criado uma nova elite de senhores da terra, intelectuais, funcionários civis e militares que dirigiram o movimento nacional de 1879-82 diretamente contra o Khedive e os estrangeiros. No curso do século XIX, o velho grupo dirigente turco ou turco-circassiano tinha sido egipcianizado, ao mesmo tempo em que vários egípcios haviam galgado posições de riqueza e influência. O árabe substituiu o turco como língua oficial, reforçando a já poderosa posição do Egito como centro da vida intelectual islâmica. O notável pioneiro da ideologia islâmica moderna, o persa Jamal ad-din Al Afghani encontrou um público entusiástico entre os intelectuais egípcios durante sua influente estadia no país (1871-79). O ponto importante em Al Afghani, assim como seus discípulos egípcios, era que não advogava uma simples reação islâmica negativa contra o Oeste. Sua própria ortodoxia religiosa tem sido realmente questionada (ele tornou-se um franco maçom em 1875), embora fosse realista o bastante para saber que as convicções religiosas do mundo islâmico não deviam ser sacudidas e eram, na realidade, uma força política de grande magnitude. Seu apelo era por uma revitalização do Islã que permitisse ao mundo muçulmano absorver a ciência moderna e copiar o Oeste; demonstrar enfim que o Islã de fato absorvia a ciência moderna, parlamentos e exércitos nacionais. O movimento antiimperialista no Egito olhava para frente e não para trás.

Enquanto os pashas do Egito imitavam o tentador exemplo de Paris de Napoleão III, a maior das revoluções do século XIX ocorria no maior dos

impérios não-europeus, a chamada rebelião Taiping da China (1850-66). Ela tem sido ignorada por historiadores eurocentristas, embora Marx estivesse suficientemente bem informado sobre ela para escrever em 1853: "Talvez o próximo levante do povo europeu dependa muito mais do que agora ocorre no Império Celestial do que qualquer outra causa política". Era a maior das rebeliões, não apenas porque a China (cuja metade do atual território era controlada pelos Taipings) continha talvez 400 milhões de habitantes, de longe o estado mais populoso do mundo, mas também por causa da escala extraordinária de ferocidade que ocorreu nas guerras civis no país. Provavelmente 20 milhões de chineses morreram neste período. Estas convulsões eram, de várias formas, o produto direto do impacto ocidental na China.

Provavelmente sozinha entre os grandes impérios tradicionais do mundo, a China possuía uma tradição revolucionária popular, ideológica e prática. Ideologicamente seus intelectuais e seu povo tomavam a permanência e centralização de seu império como um dado: existiria sempre, sob um único imperador (salvo por alguns períodos ocasionais de divisão), seria sempre administrada por intelectuais-burocratas que tivessem passado pelos grandes exames nacionais do serviço civil, introduzidos aproximadamente dois mil anos antes – e somente abandonados quando o império estava próximo do desaparecimento definitivo em 1910. Portanto, a história deste país era a de uma sucessão de dinastias, cada qual passando, acreditava-se, por um ciclo de ascensão, crise e transcendência: ganhando é perdendo o "mandato do Céu" que legitimava sua absoluta autoridade. Neste processo de mudança de uma dinastia para outra, a insurreição popular derivada do banditismo social, os levantes camponeses, as atividades das sociedades secretas populares e até a rebelião de grande magnitude eram conhecidas e esperadas para desempenhar seus respectivos papéis. No entanto, as próprias ocorrências destas agitações eram uma clara indicação de que o "mandato do Céu" estava por acabar. A permanência da China, centro da civilização mundial, era conseguida através da repetição contínua do ciclo de mudanças de dinastia, que incluía este elemento revolucionário.

A dinastia Manchu, imposta por conquistadores do Norte em meados do século XVII, havia substituído a dinastia Ming, que havia, por seu turno (através de revolução popular), derrubado a dinastia Mongol no século XIV. Embora na primeira metade do século XIX o regime Manchu parecesse funcionar sem maiores problemas, com inteligência e eficiência – apesar de se dizer que havia uma grande quantidade de corrupção –, já se percebiam sinais de crise e rebelião desde a década de 1790. Malgrado quaisquer outras razões que possam ser apontadas, o fato é que o extraordinário aumento da população do país no século precedente (cujas causas ainda não estão claramente elucidadas) havia começado a criar pressões econômicas agudas. O número de chineses parece

haver subido de perto de 140 milhões em 1741 para cerca de 400 milhões em 1834. O novo elemento dramático na situação chinesa era a conquista ocidental, que havia derrotado o Império na primeira Guerra do Ópio (1839-42). O choque desta capitulação diante de uma modesta força naval inglesa foi enorme, pois tinha revelado a fragilidade do sistema imperial, e mesmo setores da opinião pública fora das poucas áreas imediatamente afetadas devem ter tomado consciência do fato. Conseqüentemente, houve um aumento marcante e imediato nas atividades das várias forças de oposição, notavelmente as poderosas e profundamente enraizadas sociedades secretas, como a *Tríade* do sul da China, dedicada à derrubada da dinastia estrangeira Manchu e a restauração da Ming. A administração imperial havia instituído forças de milícia contra os ingleses, desta forma ajudando a distribuir armas pela população civil. Só faltava uma fagulha para produzir a explosão.

Esta fagulha apareceu sob a forma de um profeta obcecado, talvez psicopata, e líder messiânico Hung HsiuChuan (1813-64), um dos fracassados no exame para o Serviço Civil imperial, e logo em seguida um descontente político. Depois de seu fracasso no exame, ele evidentemente teve um colapso nervoso que se transformou em conversão religiosa. Por volta de 1847-48 fundou uma "Sociedade dos que veneram Deus" na província de Kwangsi e teve rapidamente como seguidores camponeses e mineiros, homens da grande população chinesa de nômades empobrecidos, membros de várias minorias nacionais e de velhas sociedades secretas. Havia porém uma novidade significativa na sua pregação. Hung tinha sido influenciado pela leitura de textos cristãos, tinha até convivido com um missionário americano em Cantão e, portanto, assimilado elementos ocidentais significativos, numa mistura de idéias anti-Manchu, herético-religiosas e revolucionárias. A rebelião estourou em 1850 em Kwangsi e espalhou-se tão rapidamente que um "Reino Celestial de Paz Universal" pôde ser proclamado no ano seguinte, com Hung como o supremo "Rei Celestial". Era indubitavelmente um regime de revolução social, cujo maior apoio baseava-se nas massas populares, e dominado por idéias igualitárias taoístas, budistas e cristãs. Teocraticamente organizada na base de uma pirâmide de unidades familiares, aboliu a propriedade privada (a terra sendo distribuída apenas para uso, não para propriedade), estabeleceu a igualdade entre os sexos, proibiu tabaco, ópio e álcool, introduziu um novo calendário (incluindo a semana de sete dias) e várias outras reformas culturais, não esquecendo de abaixar as taxas. Pelo final de 1853, os Taipings eram pelo menos um milhão de ativos militantes que controlavam a maior parte do sul e do leste chinês, tendo capturado Nanking embora sem conseguir – mais pela falta de cavalaria – adentrar-se ao norte. A China estava dividida, e mesmo aquelas partes que não se encontravam sob o regime de Taiping estavam sendo convulsionadas por graves insurreições tais como as do *Nien,* uma revolta dos camponeses rebeldes do norte, não suprimida

até 1868, além da rebelião da minoria nacional Miao em Kweichow, e de outras minorias no sudoeste e noroeste.

A revolução Taiping não se manteve, e realmente não se esperava que se mantivesse. Suas inovações radicais alienavam moderados, tradicionalistas e aqueles que tinham propriedades a perder – e esses não eram apenas os ricos. O fracasso de seus líderes em guiar-se pelas suas próprias regras puritanas enfraqueceram seu apelo popular, e profundas divisões desenvolveram-se rapidamente na liderança. Após 1856 encontrava-se na defensiva, e em 1864 a capital Taiping de Nanking era recapturada. O governo imperial recuperou-se, mas o preço que pagou por tal recuperação era pesado e viria provar-se fatal. Isso também ilustrava as complexidades do impacto do Ocidente.

Paradoxalmente, os dirigentes da China eram menos propensos a adotar inovações ocidentais que os rebeldes plebeus, habituados de longa data a viver num mundo ideológico onde as idéias não-oficiais vinham de fontes estrangeiras (como o budismo). Para os intelectuais-burocratas confucianos que governavam o Império, o que não fosse chinês era bárbaro. Havia mesmo resistência à tecnologia, que obviamente fazia os bárbaros invencíveis. Mesmo em 1867, o Grande Secretário Wo Jen alertou o trono de que o estabelecimento de um colégio para ensinar astronomia e matemática iria "fazer do povo prosélito do estrangeirismo" e resultaria "no colapso da retidão e na difusão da iniqüidade", e a resistência à construção de estradas de ferro e coisas semelhantes permaneceu considerável. Por razões óbvias, um partido "modernizante" desenvolveu-se, mas pode-se adivinhar que eles prefeririam manter a China inalterada, meramente acrescentando a capacidade de produzir armamentos ocidentais. (Suas tentativas para desenvolver tal produção na década de 1860 não foram por esta razão, muito bem sucedidas.) A enfraquecida administração imperial via-se diante da escolha entre diferentes graus de concessão ao Oeste. Frente a uma revolução social de magnitude, sentia relutância em mobilizar a enorme força da xenofobia popular chinesa contra os invasores. Realmente, a derrubada do governo de Taiping parecia ao Império de longe o problema mais urgente, e para este objetivo a ajuda dos estrangeiros era, se não essencial, pelo menos desejável; sua boa vontade, então, indispensável. Portanto, a China Imperial viu-se rapidamente na completa dependência de estrangeiros. Um triunvirato anglo-franco-americano já controlava a alfândega de Shangai desde 1854, mas depois da segunda Guerra do ópio (1856-58) e do saque de Peking (1860), que terminou numa completa capitulação, um inglês foi indicado para "assistir" a administração de toda a receita da alfândega chinesa. (Neste período, não apenas a Inglaterra, mas também a França, Rússia e os Estados Unidos receberam concessões. Vários portos foram abertos, mercadores estrangeiros receberam liberdade de movimento e imunidades diante da lei chinesa, havia liberdade de ação para os missionários estrangeiros, mercado livre, incluindo navegação livre

nas águas fluviais, pesadas indenizações de guerra etc.) Na prática, Robert Hart, que foi Inspetor Geral da Alfândega Chinesa de 1863 até 1909, era o chefe da economia chinesa, e embora ele chegasse a inspirar confiança aos governos chineses e a identificar-se com o país, na realidade o arranjo implicava na inteira subordinação do governo imperial aos interesses dos ocidentais.

De fato, quando chegou o ponto crítico, os ocidentais preferiram arrastar os Manchus até sua derrubada, que teria produzido ou um regime militante nacionalista revolucionário ou, o que é mais provável, anarquia e um vazio político que o Oeste estava relutante em preencher. (A simpatia inicial da parte de alguns estrangeiros pelos elementos aparentemente cristãos dos Taiping rapidamente evaporou-se.) Por outro lado, o Império chinês recuperou-se da crise de Taiping através de uma combinação de concessões ao Oeste, um retorno ao conservadorismo e uma erosão fatal de seu poder central. Os verdadeiros vitoriosos na China eram os velhos intelectuais-burocratas. Diante do perigo mortal, a dinastia Manchu e a aristocracia aproximaram-se da elite chinesa, concedendo-lhe muito de seu antigo poder. Os melhores dos intelectuais-administradores – homens como Li Hung-Chang (1823-1901) – salvaram o Império quando Peking estava sem poder, instituindo exércitos provinciais baseados em recursos provinciais. Agindo desta forma, eles anteciparam o próximo colapso da China numa coleção de regiões sob "senhores da guerra" independentes. O grande e antigo Império da China iria, a partir de então, viver a custa dos outros.

De uma forma ou de outra, portanto, as sociedades e estados vítimas do mundo capitalista, com a exceção do Japão (a ser considerado separadamente, ver capítulo 8 mais adiante), fracassaram em chegar a um bom entendimento com este último. Seus dirigentes e elites cedo se convenceram que uma simples recusa em aceitar o estilo dos ocidentais era impraticável e, se praticável, teria meramente perpetuado sua fraqueza. Os que viviam nas colônias conquistadas, dominadas ou administradas pelo Oeste, não tinham muita escolha: seus destinos eram determinados por seus conquistadores. Os outros estavam divididos entre seguir uma política de resistência ou colaborar com concessões, entre uma sincera ocidentalização ou alguma forma de reforma que lhes permitisse adquirir a ciência e a tecnologia do Oeste sem perder, concomitantemente, suas próprias culturas e instituições. No todo, as antigas colônias dos estados europeus nas Américas optaram por uma incondicional imitação do Oeste; a cadeia das antigas monarquias que iam do Marrocos no Atlântico à China no Pacífico, eram partidários de alguma versão de reforma quando não podiam isolar-se completamente da expansão ocidental.

Os casos da China e do Egito são, nas suas particularidades, típicos desta escolha. Ambos eram estados independentes com base em antigas civilizações e uma cultura não-européia, minados pela penetração do comércio e finanças

ocidentais (aceitas com boa ou má vontade) e sem poder para resistir às forças militares e navais do Oeste, mesmo que modestamente mobilizadas. As potências capitalistas neste estágio não estavam interessadas particularmente em ocupação e administração, na medida em que seus cidadãos tivessem total liberdade em fazer o que bem entendessem, incluindo privilégios extra-territoriais. Tais cidadãos vieram encontrar-se, de forma crescente, envolvidos nas. questões internas de tais países apenas quando os governos locais começaram a se desintegrar diante do impacto ocidental, assim como também devido à rivalidade entre os poderes ocidentais. Os dirigentes da China e do Egito rejeitaram uma política de resistência nacional preferindo – onde tivessem a opção – uma dependência em relação ao Oeste que lhes mantivesse o poder político próprio. Neste período, relativamente poucos entre os que, nestes países, queriam a resistência através da regeneração nacional, favoreciam a ocidentalização. Em lugar disso, eles optavam por uma forma de reforma ideológica que lhes permitisse encarnar o que quer que fosse que tivesse feito o Oeste tão formidável dentro de seus próprios sistemas culturais.

IV

Tais políticas fracassaram. O Egito ver-se-ia cedo sob controle direto de seus conquistadores, e a China tornou-se ainda mais sem saída na via da desintegração. Já que os regimes existentes e seus dirigentes tinham optado pela dependência ocidental, era improvável que os reformadores nacionais pudessem ser bem sucedidos, já que a revolução era a pré-condição para o sucesso. (De fato, os maiores entre os velhos impérios independentes não-ocidentais viriam a ser derrubados ou transformados por revoluções no começo do século XX – Turquia, Irã e China.) Mas ainda, não era tempo para isso.

Portanto, o que é hoje chamado o "Terceiro Mundo" ou "os países subdesenvolvidos" estavam à mercê do Oeste, vítimas perdidas. Mas esta subordinação não traria nenhuma compensação para estes países? Como já vimos, havia os que, nos países atrasados, acreditavam que isto ocorresse. A ocidentalização era a única solução, e isso não implicava apenas aprender e copiar os estrangeiros, mas aceitar sua aliança contra as forças locais do tradicionalismo, isto é, sua dominação – aí o preço tinha que ser pago. E um engano ver estes passionais "modernizadores" à luz dos posteriores movimentos nacionalistas, considerando-os como simples traidores ou agentes do imperialismo estrangeiro. Eles podiam apenas sustentar o ponto de vista de que os estrangeiros, longe da invencibilidade, iriam ajudá-los a criar uma sociedade capaz de resistir ao Oeste. A elite mexicana da década de 1860 era pró-estrangeira porque havia perdido as esperanças no país. Tais argumentos eram

também usados por revolucionários ocidentais. Marx viu de forma positiva a vitória americana sobre o México na guerra de 1847, porque ela trazia progresso histórico e criava as condições para o desenvolvimento do capitalismo, quer dizer, para as condições de derrubada do próprio capitalismo. Sua posição no que toca à "missão" britânica na Índia, expressa em 1853, é conhecida. Considerava-a com uma dupla missão: "o aniquilamento da antiga sociedade asiática e o estabelecimento das fundações materiais da sociedade ocidental na índia". Realmente, ele acreditava que:

> "Os indianos não terão os frutos dos novos elementos da sociedade espalhados entre eles pela burguesia inglesa, até que na Grã-Bretanha as atuais classes dominantes tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial ou até que os hindus tenham se fortalecido suficientemente para livrar-se dos ingleses de vez".

No entanto, apesar do "sangue e sujeira... miséria e degradação" para o que a burguesia arrastava os povos do mundo, ele via estas conquistas como positivas e progressistas.

Portanto, sejam quais forem as últimas perspectivas (e os historiadores modernos são bem menos otimistas que Marx em 1850), no presente imediato os resultados mais evidentes da conquista ocidental foram "a perda de um velho mundo sem o ganho de um novo" que acrescentou uma "forma peculiar de melancolia à miséria presente dos hindus", assim como para outros povos vítimas do Oeste. Os ganhos eram difíceis de se discernir neste período, e as perdas demasiado evidentes. Do lado positivo havia os barcos a vapor, estradas de ferro e telégrafos, além de pequenos focos de intelectuais educados no Ocidente. Havia comunicação – material e cultural. Havia também crescimento na produção para exploração em algumas áreas, embora não ainda em grandes proporções. Havia uma substituição de ordem por desordem pública, segurança por insegurança em algumas áreas que ficaram sob controle colonial direto. Mas apenas o otimismo congênito iria argumentar que estes benefícios contrabalançavam o lado negativo neste período.

O contraste mais óbvio entre os mundos desenvolvidos e subdesenvolvidos era, e ainda é, aquele entre pobreza e riqueza. No primeiro, pessoas ainda morriam de fome, mas, segundo o que o século XIX considerava em números pequenos: digamos, uma média de 500 por ano na Inglaterra. Na Índia, eles morriam aos milhões – um em dez na população de Orissa durante a grande epidemia de fome de 1865-66, algo entre uma quarta parte e uma terça parte da população de Rajpu-tana em 1868-70, três e meio milhões (ou 15% da

população) em Ma-dras, um milhão (ou 20% da população) em Mysore durante a grande fome de 1876-88, a pior de todas na história da índia do século XIX. Na China, não é fácil separar a catástrofe da fome de numerosas outras catástrofes do período, mas a de 1849 parece ter custado 14 milhões de vidas, enquanto outras 20 milhões devem ter morrido entre 1854 e 1864. Partes de Java foram varridas por uma terrível fome em 1848-50. O final da década de 1860 e princípios da de 1870 viram uma epidemia de fome no cinturão dos países que ia da Índia à Espanha. A população muçulmana da Argélia caiu em 20% entre 1861 e 1872. A Pérsia, cuja população total era estimada entre 6 e 7 milhões em meados da década de 1870, parece ter perdido entre 1,5 e 2 milhões na grande epidemia de fome de 1871-73. É difícil dizer se a situação era pior na primeira metade do século (e talvez o fosse na Índia e na China) ou meramente a mesma. Em qualquer caso, o contraste com os países desenvolvidos no mesmo período era dramático, mesmo se concedermos que (como parece ser verdade para o mundo islâmico) a era dos movimentos demográficos tradicionais e catastróficos já dava lugar lentamente a um novo modelo populacional na segunda metade do século.

Em resumo, o principal dos povos do Terceiro Mundo não parecia se beneficiar de forma significativa do progresso extraordinário e sem precedentes do Oeste. Se eles percebiam este fato como sendo algo mais do que uma mera quebra de seus antigos modos de vida, era mais comum um exemplo possível do que uma realidade. O progresso não pertencia ao mundo que conheciam, e muitos duvidavam se isso era desejável. Mas aqueles que resistiram em nome da tradição foram derrotados. O dia daqueles que resistiriam com as armas do progresso ainda não havia chegado.

8

VENCEDORES

Que classes e camadas da sociedade tornar-se-ão agora os verdadeiros representantes da cultura, dar-nos-ão nossos intelectuais, artistas e poetas, nossas personalidades criativas? Ou será que tudo vai se transformar em um grande negócio, como na América?

— Jakob Burjhardt, 1868-71

A administração do Japão tornou-se esclarecida e progressista: a experiência européia ali é aceita como um guia: estrangeiros são -empregados em seu serviço: e os hábitos e idéias estão dando caminho para a civilização ocidental.

— Sir T. Erskine May, 1877

I

Nunca, portanto, os europeus dominaram o mundo de forma tão completa e inquestionável como em nosso período de estudo, de 1848 a 1875. Para ser mais preciso, nunca brancos de origem européia dominaram com menos desafio, pois o mundo da economia e do poder capitalista incluía pelo menos um estado não-europeu, ou melhor, uma federação, os Estados Unidos da América. Os Estados Unidos ainda não tinham uma participação maior nas questões mundiais, e portanto os estadistas europeus davam-lhes apenas atenção intermitente, salvo no que envolvesse seus interesses nas duas regiões do mundo nas quais os Estados Unidos estavam diretamente interessados, ou seja, os continentes americanos e o Oceano Pacífico; mas com a exceção da Inglaterra, cujas perspectivas eram consisten tem ente globais, nenhum outro estado estava constantemente envolvido nestas duas áreas. A liberação da América Latina tinha removido todas as colônias européias de sua parte continental, exceção feita às Guianas, que davam aos ingleses algum açúcar, aos franceses uma colônia penal para criminosos perigosos, e aos holandeses uma lembrança de seus antigos laços com o Brasil. As ilhas do Caribe, excetuando-se a ilha de Hispaniola (que consistia na república negra do Haiti e na República Dominicana finalmente emancipada da dominação espanhola e da preponderância haitiana), permaneceram possessões coloniais da Espanha (Cuba e Porto Rico), Inglaterra, França, Holanda e Dinamarca. Exceto pela Espanha, que desejava uma restauração parcial de seu império americano, nenhum dos estados europeus dava muita importância a suas possessões no Caribe. Somente no continente

norte-americano uma importante presença européia permaneceu até 1875, a vasta mas subdesenvolvida e grandemente vazia dependência britânica do Canadá, separado dos Estados Unidos por uma longa fronteira aberta, uma linha reta das margens do lago Ontário até o Oceano Pacífico. As áreas em disputa de cada lado desta linha eram ajustadas pacificamente – se bem que através de complicada barganha diplomática –, na maioria das vezes em favor dos. Estados Unidos no decorrer do século. Quanto às margens asiáticas do Oceano Pacífico, somente o extremo oriente russo da Sibéria, a colônia britânica de Hong-Kong e a base na Malásia marcavam a presença direta das grandes potências européias, embora os franceses estivessem começando a ocupação da Indochina. As relíquias do colonialismo espanhol e português, e os holandeses no que é hoje a Indonésia, não levantavam problemas internacionais.

A expansão territorial dos Estados Unidos não causava, portanto maior alvoroço nas chancelarias européias. Uma grande parte do sudoeste do continente – Califórnia, Arizona, Utah e partes do Colorado e Novo México – foi cedida pelo México depois de uma guerra desastrada em 1848-53. A Rússia vendeu o Alaska em 1867: estes e outros antigos territórios do Oeste foram transformados em estados da União quando se tornaram suficientemente interessantes do ponto de vista econômico ou accessíveis: a Califórnia em 1850, Oregon em 1859, Nevada em 1864, enquanto que no centro do país Minesota, Kansas, Wisconsin e Nebraska adquiriram estatuto de estado entre 1858 e 1867. Além disso, as ambições territoriais americanas não iam além deste ponto, embora os estados escravistas do sul desejassem uma expansão da sociedade escrava às grandes ilhas do Caribe e expressassem mesmo ambições maiores em relação à América Latina. O tipo básico de dominação americana era o de controle indireto, já que nenhuma potência estrangeira aparecia como um desafiante efetivamente direto: eram governos fracos e apenas nominalmente independentes, que sabiam que precisavam ficar do lado do gigante do Norte. Somente no final do século, durante a moda internacional do imperialismo, iriam os Estados Unidos quebrar por pouco tempo esta tradição estabelecida. "Pobre México", iria observar o presidente Porfirio Diaz (1828-1915), "tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos", e mesmo os estados latino-americanos que se achavam mais perto do Todo-Poderoso verificaram de forma cada vez mais consciente que, neste mundo, era sobre Washington que eles deveriam manter o olho alerta. O ocasional aventureirismo norte-americano tentou estabelecer poder direto nas estreitas pontes de terra que separavam o Oceano Atlântico do Oceano Pacífico, mas nada realmente ocorreu até que o canal do Panamá viesse a ser construído sendo ocupado por forças americanas em uma pequena república independente destacada, para esta finalidade, de um grande estado sul-americano, a Colômbia. Mas isso seria mais tarde.

A maior parte do mundo, e especialmente a Europa, estava atenta aos

Estados Unidos, porque neste período (1848-75) vários milhões de europeus haviam emigrado para lá, e porque sua grande extensão territorial e extraordinário progresso fizeram-no rapidamente o milagre técnico do planeta. Tratava-se, como os americanos foram os primeiros a reconhecê-lo, da terra dos superlativos. Onde no mundo poder-se-ia encontrar uma cidade como Chicago, que tinha uns modestos 30 mil habitantes em 1850, e veio a se tornar o sexto maior centro urbano do mundo com mais de 1 milhão de habitantes em apenas 40 anos? Ali encontravam-se as maiores estradas de ferro do mundo, atravessando inigualáveis distâncias em suas rotas transcontinentais, e nenhum outro país excedia o total em milhas construídas (49.168 em 1870). Nenhum milionário parecia mais *self-made* que os dos Estados Unidos, e se ainda não eram os mais ricos - embora cedo viessem a ser – eram pelo menos em maior número. Em nenhum lugar os jornais eram mais aventurosamente jornalísticos, políticos mais corruptos, nenhum país mais ilimitado em suas possibilidades.

A "América" ainda era o Novo Mundo, a sociedade aberta num país aberto onde o imigrante sem um centavo podia, como se acreditava, fazer-se a si mesmo (o *self-made man),* e desta forma construir uma república igualitária e democrática, a única de tamanho e importância no mundo em 1870. A imagem dos Estados Unidos como uma alternativa revolucionária política às monarquias do Velho Mundo, com sua aristocracia e sujeição, era talvez mais viva que nunca, pelo menos fora de suas fronteiras. A imagem da América como um lugar onde a pobreza não tivesse vez, de esperança pessoal através do enriquecimento individual, substituiu a velha imagem européia. O Novo Mundo confrontava crescentemente a Europa, não como a nova sociedade, mas como a sociedade dos novos ricos.

E dentro do Estados Unidos, o sonho revolucionário estava longe de desaparecer. A imagem da república era a de uma terra de igualdade, democracia, talvez de liberdade anárquica, oportunidade ilimitada, tudo isto mais tarde sendo chamado de "destino manifesto" da nação. Ninguém pode ter uma idéia correta dos Estados Unidos no século XIX ou, em relação a esta específica questão no século XX, sem apreciar este componente utópico, embora obscurecido de forma cada vez maior e transformado num dinamismo econômico e tecnológico complacente, exceto em momentos de crise. Era, por origem, uma utopia agrária de fazendeiros livres e independentes numa terra livre. Nunca chegou a bom termo com o mundo das grandes cidades e da grande indústria, e não se reconciliava com a dominação destes últimos em nosso período. Mesmo num centro tão típico da indústria americana como a cidade têxtil de Peterson, Nova Jersey, o *ethos* do comércio ainda não era dominante. Durante a greve de 1877, os fazendeiros reclamaram amargamente, e com razão, de que o prefeito republicano, os políticos democráticos, a imprensa, os tribunais e a opinião pública não os havia apoiado.

A grande maioria dos americanos ainda era rural: em 1860 apenas 16% vivia em cidades de mais de 8 mil habitantes. A utopia rural na sua forma mais literal – o solo livre – podia mobilizar mais poder político do que nunca, principalmente no seio da população crescente do meio-oeste. Ela contribuiu para a formação do Partido Republicano e para sua orientação antiescravista (pois embora o programa de uma república sem classes, de fazendeiros livres, não tivesse nada a ver com a escravidão e pouco interesse no negro, excluía a escravidão). Atingiu seu maior triunfo com o Homestead Act de 1862, que oferecia a qualquer filho de família americana, maior de 21 anos, 160 acres grátis depois de 5 anos de residência contínua ou compra por US$ 1,25 depois de seis meses. Não é preciso acrescentar que esta utopia fracassou. Entre 1862 e 1890, menos de 400 mil famílias se beneficiaram do Homestead Act, enquanto a população como um todo cresceu em 32 milhões, sendo que os estados da costa do Pacífico em mais de 10 milhões. Somente as estradas de ferro (que receberam somas enormes de terras públicas para poder recuperar as perdas de construção e operação com os lucros da especulação imobiliária) venderam mais terras a 5 dólares do que tudo que havia sido vendido sob o Act. Os verdadeiros beneficiários da terra livre eram os especuladores, financistas e intermediários capitalistas. Nas últimas décadas do século pouco se ouvia do bucólico sonho de liberdade da terra.

Seja qual for a forma que escolhermos para olhar a transformação dos Estados Unidos, se o final de um sonho revolucionário ou o início de uma era, o fato é tal que aconteceu na época 1848-75. A mitologia em si mesma testemunha a importância desta época com os dois temas mais profundos e eternos da história americana localizados na cultura popular: a Guerra Civil e o Oeste. Ambos estão intimamente interligados, já que foi a abertura do Oeste (ou mais exatamente suas partes sul e central) que precipitou o conflito entre os estados da República, entre os que representavam os colonos livres e o despontar do capitalismo do Norte, e os da sociedade escravista do Sul. Foi o conflito Kansas-Nebraska, de 1854, sobre a introdução do escravismo no centro do país que viria precipitar a formação do Partido Republicano. Este elegeria Abraham Lincoln (1809-65) presidente em 1860, um acontecimento que levaria à secessão dos Estados Confederados do Sul em 1861. (Virgínia, Carolinas do Norte e do Sul, Geórgia, Alabama, Flórida, Mississipi, Louisiana, Tenessee, Arkansas. Alguns estados fronteiriços hesitaram mas não se separaram da União: Mary-land, West Virgínia, Kentucki, Missouri e Kansas.)

A expansão da colonização para o Oeste não era coisa nova. Tinha apenas sido dramaticamente acelerada em nosso período pelas estradas de ferro – a primeira delas tendo chegado e atravessado o Mississipi em 1854-56 – e pelo desenvolvimento da Califórnia (ver capítulo 3). Depois de 1849, "o Oeste" cessou de ser uma espécie de fronteira do infinito e tornou-se um espaço vazio de

planície, deserto e montanha suspensos entre duas áreas em rápido desenvolvimento, o Leste e a costa do Pacífico. As primeiras linhas transcontinentais foram construídas simultaneamente para o Leste, a partir do Pacífico, e para o Oeste do Mississipi, encontrando-se em algum lugar em Utah. De fato, a região entre o Mississipi e a Califórnia (o "Oeste Selvagem") permaneceu bastante vazia em nosso período, diferindo do ritmo do centro, já bastante populoso, cultivado e mesmo industrializado. Estimava-se que o total de trabalho para a instalação de fazendas na vasta área da planície, no período entre 1850 e 1880, era pouco mais que o despendido para tal fim no mesmo período no sudoeste ou nos estados do Atlântico.

As pradarias a oeste do Mississipi estavam sendo lentamente colonizadas por fazendeiros, o que implicava na remoção (por transferência forçada) dos índios, incluindo aqueles já transferidos por legislação precedente e pelo massacre do búfalo, sobre o que a economia dos índios repousava. Sua exterminação começou em 1867, no mesmo ano em que o Congresso estabeleceu as mais importantes reservas indígenas. Por volta de 1883, 13 milhões haviam sido mortos. As montanhas nunca se transformaram numa área importante de colonização agrícola. Elas eram e permaneceram uma fronteira dos mineiros, com uma população ávida por metais preciosos – sobretudo prata –, dos quais o Comstock Lode em Nevada (1859) provou ser o maior. Produziu 300 milhões de dólares em vinte anos, fez fortunas espetaculares para uma meia dúzia de homens, uma quantidade semelhante de milionários, um número um pouco maior de pequenas mas expressivas acumulações de riqueza para os padrões da época antes de desaparecer, deixando atrás de si uma Virgínia City vazia, povoada pelos fantasmas dos mineiros irlandeses assombrando o Union Hall e a Opera House. Corridas semelhantes ocorreram em Colorado, Idaho e Montana. Demograficamente não tinham muita importância. Em 1870, o Colorado (admitido como estado em 1876) tinha menos do que 40 mil habitantes.

O sudoeste permanecia essencialmente campo, isto é, *cowboy* e terras. As grandes hordas de bois – uns 4 milhões entre 1865 e 1879 –eram levadas no transporte ferroviário para os grandes matadouros de Chicago. O tráfego deu origem portanto a estabelecimentos em Missouri, Kansas e Nebraska, como Abilene e Dodge City de vivida reputação em milhares de Westerns.

O "Oeste Selvagem" é um mito tão poderoso que se torna difícil analisá-lo com algum realismo. O único fato histórico mais ou menos preciso é que ele durou pouco tempo, entre a Guerra Civil e o colapso da exploração mineira em 1880. A designação "selvagem" não era devida aos índios, que estavam prontos a viver em paz com os brancos, exceto talvez no extremo sudoeste onde tribos como os Apaches (1871-86) e os (mexicanos) Yaqui (1875-1926) lutaram as últimas de várias guerras centenárias para manter suas respectivas independências em relação aos brancos. Era devido às instituições, ou melhor à

falta de instituições efetivas, de governo e lei nos Estados Unidos. (Não haveria "Oeste Selvagem" no Canadá, onde até as corridas do ouro eram menos anárquicas, e onde os Sioux que combateram e derrotaram Custer nos Estados Unidos antes de serem massacrados ali viviam calmamente.) A anarquia (ou para usar um termo mais neutro, a paixão pela autonomia individual com armas) era talvez exagerada pelo sonho de liberdade e do ouro que arrastava homens para o Oeste. Para além da fronteira das fazendas de colonos e cidades, não havia famílias: em 1870 Virgínia City tinha dois homens para cada mulher, e apenas 10% de crianças. É verdade que o mito do Oeste degradou até este sonho. O mesmo sonho de liberdades não se aplicava aos índios ou aos chineses (que eram aproximadamente um terço da população de Idaho em 1870). No sudoeste racista – o Texas pertencia à Confederação –, certamente não se aplicava aos negros. E embora muito daquilo que olhamos hoje como "Western" derivasse dos mexicanos, que talvez tenham fornecido mais *cowboys* que qualquer outro grupo, também não se aplicava a estes. Era um sonho de brancos pobres que esperavam substituir a empresa privada do mundo burguês pelo jogo, ouro e armas.

Se não há nada de muito obscuro sobre a "abertura para o Oeste", a natureza e as origens da Guerra Civil Americana (1861-65) levam a uma discussão sem fim entre os historiadores. Esta disputa gira em torno do tipo de sociedade escravista que havia nos estados do Sul e sua possível compatibilidade com o capitalismo dinâmico e em expansão do Norte. Seria de fato uma sociedade escravista, dado que os negros eram sempre uma minoria mesmo no Deep South[1] e considerando que a maioria dos escravos trabalhava não na clássica plantação de grandes dimensões, mas num pequeno número de fazendas brancas ou então como domésticos? Não se pode negar que a escravidão era a instituição central da sociedade do Sul, ou que esta questão fosse a causa principal da disputa e rompimento entre os estados do Norte e do Sul. A verdadeira questão é saber por que isto levou à secessão e à guerra civil ao invés de alguma forma de coexistência. Apesar de tudo, embora não houvesse dúvida de que grande parte da população do Norte detestava a escravidão, o abolicionismo militante por si só não era suficientemente forte para determinar a política da União. E o capitalismo do Norte, quaisquer que fossem os sentimentos privados dos homens de negócios, bem poderia ter achado possível e conveniente chegar a um bom termo com o Sul escravista e explorá-lo, assim como os centros de negócios internacionais fazem hoje com o *apartheid* da África do Sul.

Evidentemente as sociedades escravistas, incluindo a do Sul, estavam com os dias contados. Nenhuma delas sobreviveu o período de 1848 a 1890 – nem mesmo Cuba e Brasil (ver capítulo 10 mais adiante). Elas estavam isoladas fisicamente, pela abolição do tráfico negreiro que havia florescido na década de 1850, e também isoladas moralmente pelo consenso geral do liberalismo burguês que olhava-as como contrárias à marcha da história, moralmente indesejáveis e

economicamente ineficientes. É difícil imaginar a sobrevivência do Sul como uma sociedade escravista no século XX, e mais ainda a sobrevivência da servidão na Europa do Leste mesmo se (como acreditam algumas escolas de historiadores) considerarmos ambas economicamente viáveis como sistemas de produção. Mas o que trouxe o Sul para uma situação uma crise na década de 1850 foi um problema específico: a dificuldade de coexistência com um capitalismo dinâmico no Norte e um dilúvio de migração para o Oeste.

Em termos puramente econômicos, o Norte não estava muito preocupado com o Sul, uma região agrária praticamente não envolvida em industrialização. Tempo, população, recursos e produção estavam do lado do Norte. As principais disputas eram políticas. O Sul, uma virtual semicolônia dos ingleses, para os quais supria a maior parte do algodão de que a indústria inglesa necessitava, achava vantajoso o mercado livre, enquanto a indústria do Norte estava firme e militantemente comprometida, de longa data, com tarifas protecionistas, e incapaz de impô-las de forma adequada por causa dos estados do Sul (que representavam, é preciso lembrar, quase metade dos estados em 1850). A indústria do Norte estava certamente mais preocupada com uma nação, do ponto de vista do comércio, metade livre e metade protecionista, do que metade escrava e metade livre. O Sul fez o que pôde para compensar as vantagens do Norte ao cortá-lo de seu *hinterland,* tentando desta forma estabelecer uma área de tráfego e comunicações voltada para o Sul e baseada no sistema fluvial do Mississipi, ao invés de voltada para o Atlântico a leste, adiantando-as desta forma na expansão para o Oeste. Isso era bastante natural, já que seus brancos pobres haviam de longa data explorado e aberto aquela região.

Mas a grande superioridade econômica do Norte significava que o Sul precisava insistir com rigidez redobrada na sua força política –impor suas reivindicações nos termos mais formais (por exemplo, insistindo na aceitação oficial da escravidão nos novos territórios do Oeste), realçar a autonomia dos estados (direitos dos estados) contra o governo nacional, exercer seu veto na política nacional, desencorajar o desenvolvimento econômico do Norte etc. De fato, o Sul foi um obstáculo ao Norte quando prosseguiu com sua política expansionista em direção ao Oeste. Os únicos objetivos dos sulistas eram políticos, já que (dado que não iria ou não poderia derrotar o Norte no jogo próprio do desenvolvimento capitalista) a corrente da história estava contra eles. Toda melhoria em transporte reforçava as ligações do Oeste com o Atlântico. Basicamente o sistema de estradas de ferro corria de Leste a Oeste sem nenhuma linha importante entre o Norte e Sul. Além disso, os homens que povoavam o Oeste, viessem do Norte ou do Sul, não eram proprietários de escravos, mas brancos pobres e livres, atraídos pelo solo livre, ouro e aventura. A extensão formal da escravidão aos novos territórios e estados era portanto crucial para o Sul, e os conflitos crescentes entre os dois lados na década de 1850

giravam sobretudo em torno desta questão. Ao mesmo tempo, a escravidão era irrelevante para o Oeste, e de fato a expansão para o Oeste talvez tenha enfraquecido o sistema escravista. Não lhes dava maior força do que a que os líderes do Sul esperavam quando planejaram a anexação de Cuba e a criação de um império de plantação no Caribe do Sul. Em resumo, o Norte estava numa posição de unificar o continente que o Sul não tinha. Agressivos em postura, o recurso real dos sulistas estavam em abandonar a luta e separar-se da União, e isso foi o que fizeram quando a eleição de Abraham Lincoln de Illinois, em 1860, demonstrou que haviam perdido o "Meio-Oeste".

A Guerra Civil durou cinco anos. Em termos de destruição e mortes, era de longe a maior guerra em que qualquer país "desenvolvido" havia-se envolvido em nosso período, embora relativamente perca um pouco do brilho diante da Guerra do Paraguai na América do Sul e fique muito atrás das Guerras Taiping na China. Os estados do Norte, embora notavelmente inferiores em *performance* militar venceram por causa de sua vasta preponderância em homens, capacidade e tecnologia. Afinal eles tinham mais de 70% da população total nos Estados Unidos, mais de 80% dos homens em idade militar e mais de 90% da produção industrial. O triunfo do Norte também era o do capitalismo americano e o dos Estados Unidos moderno. Mas, embora a escravidão fosse abolida, não era o triunfo do Negro, fosse escravo ou livre. Depois de alguns anos de "Reconstrução" (isto é, democratização forçada), o Sul retornou ao controle dos brancos conservadores sulistas, isto é, racistas. As tropas de ocupação do Norte foram finalmente retiradas em 1877. Em certo sentido, os sulistas haviam atingido seus objetivos: os republicanos do Norte (que mantiveram o controle da presidência pela maior parte do tempo de 1860 a 1932) não podiam ganhar no Sul solidamente democrata, que desta forma guardou uma autonomia substancial. O Sul, por outro lado, através de seu voto em bloco, podia exercer alguma influência nacional, já que seu apoio era essencial para o sucesso do outro grande partido, o Democrata. De fato, o Sul permaneceu agrário, pobre, atrasado e ressentido; os brancos ressentindo a nunca esquecida derrota, os negros a franqueza e rudeza da subordinação reimposta pelos brancos.

O capitalismo americano desenvolveu-se com impressionante e dramática rapidez depois da Guerra Civil, que talvez tenha atrasado temporariamente seu desenvolvimento, embora isto também tenha fornecido consideráveis oportunidades para gigantescos homens de negócios corretamente apelidados de *robber barons* (barões medievais). Este avanço extraordinário forma a terceira grande corrente da

história dos Estados Unidos em nosso período. Diferente da Guerra Civil e do Oeste Selvagem, a era dos Robber Barons não se tornou parte da mitologia americana, exceto como componente da demonologia dos democratas e populistas, mas ainda é hoje parte da realidade americana Os Robber Barons

ainda são uma parte identificável no cenário dos negócios. Várias tentativas têm sido feitas para defender ou reabilitar os homens que mudaram o vocabulário da língua inglesa: quando a Guerra Civil estourou, a palavra *millionaire* ainda era escrita em caracteres italicizados, mas quando o maior *robber* da primeira geração, Cornelius Vanderbilt, morreu em 1877, sua fortuna de 100 milhões de dólares requeriu a cunhagem de um novo termo, *multi-millionaire*. Tem-se argumentado que muitos dos grandes capitalistas americanos foram, na realidade, inovadores criativos, sem os quais os triunfos da industrialização americana, que eram realmente expressivos, não teriam sido obtidos tão rapidamente. A riqueza destes não era, portanto, obtida a partir de banditismo econômico, mas graças à generosidade com que a sociedade reconhecia os seus benfeitores. Tais argumentos não podem ser aplicados a todos os *robber barons,* pois até a consciência dos apologistas recua diante de escroques tais como Jim Fisk ou Jay Gould, mas seria falta de sensibilidade negar que um número de magnatas deste período realizou contribuições positivas, algumas vezes importantes, para o desenvolvimento da economia industrial moderna ou (o que não é exatamente a mesma coisa) para as operações de um sistema de empresas capitalistas.

Porém, tais argumentos estão fora do ponto principal. Eles meramente encontram outra maneira de dizer o óbvio, ou melhor dizendo, que os Estado Unidos do século XIX eram uma economia capitalista na qual o dinheiro – uma boa quantidade de dinheiro – iria ser feito, entre outras formas, pelo desenvolvimento e racionalização dos recursos produtivos de um país, vasto e em rápido crescimento, inserido numa economia mundial em acelerada expansão. Três coisas distinguem a era dos *robber barons* americanos das outras florescentes economias capitalistas do mesmo período, que também produziram suas gerações de milionários, às vezes igualmente ávidos.

A primeira característica distintiva era a total falta de qualquer forma de controle sobre trocas comerciais feitas com rudeza ou escroqueria, assim como as possibilidades realmente espetaculares de corrupção em âmbito local e nacional – especialmente nos anos pós-Guerra Civil. Praticamente não existia aquilo que se poderia chamar de governo (dentro dos padrões europeus) nos Estados Unidos, e a margem de ação para os ricos poderosos e inescrupulosos era praticamente ilimitada. De fato, a expressão *robber barons* deveria ter sua ênfase na segunda palavra e não na primeira, pois como num reino medieval fraco, os homens não olhavam para a lei mas para a sua própria força – e quem era mais forte numa sociedade capitalista do que os ricos? Os Estados Unidos, sozinho entre os estados do mundo burguês, era um país de justiça privada e forças armadas privadas. Entre 1850 e 1889, esquadrões "Vigilante" mataram 530 trangressores da lei, ou acusados de tal, ou seja, 6 em cada 7 de todas as vitimas da história completa deste fenômeno caracteristicamente americano, que

vai de 1760 a 1909. (Dos 326 movimentos Vigilante registrados, 230 atuaram neste período.) Em 1865 e 1866, toda estrada de ferro, mina de carvão, grande forno ou laminadora na Pensylvania recebeu autorização para empregar quantos homens armados quisesse para agir conforme julgassem necessário, embora em outros estados xerifes e outros funcionários deviam indicar formalmente os membros destas polícias privadas. E foi durante este período que a mais notória destas forças particulares de detetives e pistoleiros, os "Pinkertons", ganharam sua sombria reputação, primeiro na luta contra criminosos e depois contra o trabalhismo.

A segunda característica específica desta era pioneira do *big business* americano, *big money* e *big power* era que a maior parte daqueles que o praticavam, diferentes da maioria dos grandes empreendedores do Velho Mundo, pareciam estar sempre obcecados pela construção tecnológica em si mesma, sem se julgarem aparentemente comprometidos com nenhuma forma especial de fazer dinheiro. Tudo o que queriam era maximizar os lucros; mas ocorreu que a maioria deles terminou por consegui-lo através do grande fazedor de dinheiro desta época, as estradas de ferro. Cornelius Vanderbilt tinha apenas uns poucos 10 ou 20 milhões de dólares antes de entrar no negócio das estradas de ferro, que lhe trouxe uns 80-90 milhões de dólares em 16 anos. Não é tão surpreendente, já que homens da turma da Califórnia – Collis P. Huntington (1821-1900), Leland Stanford (1824-93), Charles Crocker (1822-88) e Mark Hopkins (1813-78) – podiam sem modéstia pagar o triplo do custo da construção da Central Pacific Railroad, e escroques como Fisk e Gould podiam amealhar milhões com transações fraudulentas e saques abertos, sem colocar um único vagão-dormitório sobre trilhos, ou preparar a partida de uma única locomotiva.

Poucos dos milionários da primeira geração fizeram sua carreiras em um único ramo de atividade. Huntington começou vendendo material pesado para mineiros da corrida do ouro em Sacramento. Talvez seus fregueses incluíssem o magnata da carne Philip Armour (1832-1901), que tentou a sorte nas minas antes de entrar no negócio de armazéns em Milwaukee, que permitiu-lhe fazer fortuna no decorrer da Guerra Civil. Jim Fisk trabalhou em circo, garçom de hotel, mascate e vendedor ambulante antes de descobrir as possibilidades de contratos de guerra e, depois, a bolsa de valores. Jay Gould foi, por seu turno, cartógrafo e mercador de peles, antes de descobrir o que se podia fazer com estradas de ferro. Andrew Carnegie (1835-1919) não concentrou suas energias no ferro até completar 40 anos. Começou como telegrafista, continuou como executivo de estradas de ferro – sua renda já feita através de investimentos cujo valor crescia rapidamente –, entrou em petróleo (que iria ser o campo escolhido por John D. Rockefeller, que começou a vida como atendente e livreiro em Ohio), enquanto gradualmente seguiu em direção à indústria que iria dominar. Todos estes homens eram especuladores e estavam prontos para seguir

em direção do dinheiro grosso, onde quer que ele se encontrasse. Nenhum deles tinha ou poderia ter escrúpulos de forma excessiva, numa era e numa economia onde fraude, suborno, calúnia e, se necessário, revólveres eram aspectos normais da competição. Todos eram homens duros e todos olhariam as questões concernentes à honestidade de suas atividades como sendo consideravelmente menos relevantes para seus negócios do que sua esperteza. Não era por acaso que o "darwinismo social" explicava, de forma dogmática, que aqueles que subiam ao topo de tudo eram os melhores, porque eram os mais capazes de sobreviver na selva humana, teoria que se transformou na teologia nacional do final do século XIX nos Estados Unidos.

A terceira característica dos *robber barons* será bem óbvia, mas tem sido supervalorizada pela mitologia do capitalismo americano: uma proporção considerável deles eram *self-made men* e não possuíam competidores em riqueza e posição social. Claro, apesar da proeminência de vários *self-made* multi-milionários, apenas 42% dos homens de negócios deste período, que entraram no *Dictionary of American-Biography,* vinham das classes médias ou baixas. (Os nascidos entre 1820 e 1849 foram contados. Os cálculos são de C. Wright Mills.) Muitos vinham de famílias do comércio ou profissionais liberais. Apenas 8% da "elite industrial da década de 1870" eram filhos de pais de classe operária. Ainda para efeitos de comparação, é interessante recordar que dos 189 milionários ingleses que morreram entre 1858 e 1879 aproximadamente 70% vinham de uma descendência de pelo menos uma geração, e provavelmente várias de riqueza, sendo mais de 50% deles proprietários de terras. Evidentemente, a América possuía seus Astors e Vanderbilts, herdeiros de dinheiro antigo, e o maior de seus financistas, J. P. Morgan (1837-1913), era um banqueiro de segunda geração, cuja família tornou-se rica na qualidade de uma das maiores intermediárias em trazer capital inglês para os Estados Unidos. Mas o que atraía a atenção eram, fato aliás bem compreensível, as carreiras dos jovens que simplesmente viam a oportunidade, apanhavam-na e enfrentavam todos os desafios: homens que estavam imbuídos acima de tudo pelo imperativo capitalista da acumulação. As oportunidades eram realmente colossais para homens preparados para seguir a lógica da obtenção do lucro em lugar da lógica de viver, e que possuíam competência suficiente, energia, rudeza e ambição. As distrações eram mínimas. Não havia uma velha nobreza para seduzir os homens com títulos, e nem o exemplo tentador da vida descontraída de uma aristocracia agrária. A política era antes algo para se comprar do que para se praticar, exceto, evidentemente, como outro meio de fazer dinheiro.

Em certo sentido, portanto, os *robber barons* sentiam-se representantes da América como nenhum outro grupo ou pessoa. E não estavam enganados. Os nomes dos maiores milionários – Morgan, Rockefeller – entraram no domínio do mito, e esta era a razão por que, ao lado de mitos de origem bem diferente –

pistoleiros e xerifes do Oeste – eles eram provavelmente os únicos nomes de indivíduos americanos deste período (com a exceção de Abraham Lincoln) bem conhecidos no exterior, exceto entre aqueles que diziam ter um especial interesse na história dos Estados Unidos. E os grandes capitalistas impuseram seu selo ao país. "Antigamente", escreveu o *National Labor Tribune* em 1874, "os homens na América podiam ser seus próprios dirigentes. Ninguém podia ou devia tornar-se dominador". Mas agora, "estes sonhos não se realizam... A classe operária deste país... repentinamente descobriu que o capital é tão rígido como uma monarquia absoluta". "

II

De todos os países não-europeus, apenas um foi bem-sucedido em encontrar e derrotar o Ocidente no terreno inimigo. Este país foi o Japão, para uma certa surpresa dos Observadores da época. Para eles, era talvez o menos conhecido de todos os países desenvolvidos, já que havia sido virtualmente fechado ao contato direto com o Oeste no século XVII, mantendo apenas um único ponto de mútua observação, por onde os holandeses tinham recebido permissão para manter um comércio em escala restrita. Em meados do século XIX, o país não parecia ao Oeste diferente de qualquer outro país-oriental, ou em outras palavras, estava igualmente destinado ao atraso econômico e à inferioridade militar para tornar-se vítima do capitalismo. Commodore Perry, dos Estados Unidos, cujas ambições no Pacífico iam bem mais longe dos interesses de seus barcos caçadores de baleias (que haviam sido recentemente – 1851 – objeto de uma grande obra de criação artística da América do século XIX, *Moby Dick* de Herman Melville), forçou os japoneses à abertura de certos portos em 1853-54 com o método usual de ameaças navais. Os ingleses, e mais tarde as forças unidas ocidentais em 1862, bombardearam o Japão com frivolidade e a impunidade habituais: a cidade de Kagoshima foi atacada como uma simples retaliação pelo assassinato de um único inglês. Não parecia de forma alguma que em apenas meio século o Japão seria uma potência mundial, capaz de derrotar uma potência européia numa guerra de maiores proporções, usando apenas uma das mãos, e que em três quartos de século estaria perto de rivalizar com a marinha inglesa; menos ainda, que na década de 1970 alguns observadores esperassem o Japão ultrapassar a economia dos Estados Unidos em alguns anos.

Historiadores talvez tenham se surpreendido menos diante das realizações japonesas do que deveriam. Eles apontaram para o fato de que, de muitos ângulos, o Japão, embora inteiramente diferente na sua tradição cultural, era surpreendentemente análogo ao Oeste na estrutura social. O país possuía algo

muito próximo a uma ordem feudal da Europa medieval, uma nobreza agrária hereditária, camponeses semi-servis e um corpo de mercadores-empreendedores e financistas cercados por um corpo incomumente ativo de artífices, todos assentados numa crescente urbanização. Diferente de Europa, as cidades não eram independentes nem os mercadores livre, mas a crescente concentração da nobreza (os samurais) nas cidades fazia-os depender de forma crescente do setor não-agrário da população, e o desenvolvimento sistemático de uma economia nacional fechada, fora do mercado externo, criou um corpo de empreendedores essencial para a formação de um mercado nacional intimamente ligado ao governo. Os Mitsui, por exemplo – ainda hoje uma das maiores forças no capitalismo japonês –, começaram como produtores de *sakê* (aguardente de arroz) no início do século XVII, tornaram-se financistas e em 1673 estabeleceram-se em Edo (Tóquio) como lojistas, fundando filiais em Kioto e Osaka. Por volta de 1680, eles estavam ativamente jogados naquilo que a Europa teria chamado de mercado de ações, tornando-se logo depois agentes financeiros da família imperial e do Shogunate (os dirigentes *de facto* do país), assim como do diversos clãs feudais mais importantes. Os Sumitomo, também ainda hoje proeminentes, começaram no comércio de drogas e equipamentos pesado em Kioto e logo transformaram-se em grandes mercadores no comércio do cobre. No final do século XVIII, agiam como administradores regionais do monopólio do cobre e exploravam minas.

Não é impossível que o Japão, deixado a si mesmo, tivesse evoluído por si só na direção da economia capitalista, embora a questão não possa ser jamais resolvida. O que é fora de qualquer dúvida é que o Japão estava mais disposto a imitar o Oeste que muitos outros países não-europeus e mais capaz também de fazê-lo. A China era plenamente capaz de derrotar os ocidentais no próprio terreno deles, pelo menos na medida em que possuía o conhecimento técnico, sofisticação intelectual, educação, experiência administrativa e a capacidade para o comércio requerida para a tarefa. Mas a China era demasiadamente gigantesca, demasiado auto-suficiente, demasiado acostumada a se considerar o centro da civilização para que a incursão de uma leva de perigosos e narigudos bárbaros, por mais avançados tecnicamente que fossem, viesse a sugerir imediatamente a liquidação e o abandono de seus antigos meios. A China não queria imitar o Oeste. Os homens cultos do México queriam imitar o capitalismo liberal como exemplificado pelos Estados Unidos, mesmo que fosse apenas para obter um meio de resistência ao vizinho do Norte. Mas o peso de uma tradição com a qual eles eram demasiadamente fracos para romper ou destruir tornava impossível tal propósito. Igreja e campesinato, índio ou hispanizado num modelo medieval, tudo isso era. muito para eles, e eles eram muito poucos. A vontade era maior que a capacidade. Mas o Japão possuía ambas. A elite japonesa sabia que seu país era um entre muitos que confrontavam os perigos da conquista ou

sujeição, que já havia aliás sofrido no curso de sua longa história. Era mais (para usar a fraseolagia européia da época) uma "nação" potencial do que um império ecumênico. Ao mesmo tempo, possuía a capacidade técnica e outras além do pessoal necessário para uma economia do século XIX. E o que talvez fosse mais importante, a elite japonesa possuía um aparato de estado e uma estrutura social capazes de controlar o movimento de uma sociedade inteira. Transformar o país do alto sem arriscar resistência passiva, desintegração ou revolução é extremamente difícil. Os dirigentes japoneses estavam na posição histórica excepcional de serem capazes de mobilizar o mecanismo tradicional da obediência social para os propósitos de uma repentina, radical mas controlada "ocidentalização", sem maior resistência que a de uma dissidência samurai espalhada e uma rebelião camponesa.

O problema de enfrentar o Oeste havia preocupado os japoneses por algumas décadas – e a vitória inglesa sobre a China na primeira Guerra do Ópio (1839-42) demonstrou a capacidade e a possibilidade dos métodos do Ocidente. Se a própria China não podia resistir-lhes, não estariam os ocidentais predestinados a vencer em todas as partes? A descoberta do ouro na Califórnia, aquele evento crucial na história do mundo em nosso período, trouxe os Estados Unidos de forma definitiva ao Pacífico, colocando o Japão diretamente no centro das investidas ocidentais com vistas a "abrir" seus mercados, da mesma forma que as Guerras do Ópio haviam "aberto" os da China. A resistência direta era inócua, como o demonstraram as fracas tentativas de organizá-la. Meras concessões e evasões diplomáticas não eram senão expedientes temporários. A necessidade de reforma, tanto pela adoção das técnicas relevantes do Oeste e como através de restauração (ou criação) da vontade de afirmação nacional, era vigorosamente debatida pelos funcionários superiores e os intelectuais. Mas o que veio a ser a "Restauração Meiji" de 1868, isto é, uma drástica "revolução do alto" foi o evidente fracasso do sistema militar feudal-burocrático dos Shoguns em resolver a crise. Em 1853-54, os dirigentes do país estavam divididos e em dúvida diante do que fazer. Pela primeira vez o governo formalmente pediu a opinião e o conselho dos *daimyo,* ou lordes feudais, a maioria dos quais foi a favor de resistência ou contemporização. Desta forma, demonstravam sua inabilidade em agir de forma efetiva, e suas contra-medidas militares foram ineficientes e custaram o bastante para drenar as finanças e confundir o sistema administrativo do país. Enquanto a burocracia revelava sua incompetência e as frações dos nobres desentendiam-se dentro do Shogunate, a segunda derrota da China em mais uma Guerra do Ópio (1857-58) sublinhou a fraqueza do Japão diante do oeste. Mas as novas concessões aos estrangeiros e a crescente desintegração da estrutura política doméstica produziu uma contra-reação entre jovens intelectuais samurais, que em 1860-63 iniciaram, contra estrangeiros e líderes impopulares, uma destas levas de terror e assassinatos que pontuam a história japonesa. Desde

a década de 1840, ativistas patrióticos tinham iniciado estudos militares e ideológicos nas províncias e em algumas escolas de esgrima em Edo (Tóquio), onde passaram a ficar sob a influência de alguns filósofos, voltando depois para suas províncias feudais *(han)* com os dois *slogans* "Expulsar os bárbaros" e "venerar o Imperador". Ambos os *slogans* eram lógicos: o Japão precisava evitar cair vítima dos estrangeiros e, dado o fracasso do Shogunate, era natural que a atenção conservadora se voltasse para a alternativa política tradicional sobrevivente, o teoricamente todo-poderoso mas praticamente impotente Trono Imperial. A reforma conservadora (ou revolução do alto) teria praticamente que tomar a forma de uma restauração do poder imperial contra Shogunate. A reação estrangeira ao terrorismo dos extremistas, como por exemplo o bombardeamento de Kagoshima pelos ingleses, apenas intensificou a crise doméstica e minou o já desgastado regime. Em janeiro de 1868 (após a morte do velho imperador e a indicação do novo Shogun), a restauração imperial foi finalmente proclamada, com a força de algumas poderosas prefeituras dissidentes, e estabelecida após uma curta guerra civil. A "Restauração Meiji" havia sido realizada.

Se isto tivesse sido apenas uma reação conservadora xenófoba, teria sido comparativamente insignificante. As grandes forças feudais do oeste japonês, especialmente Satsuma e Choshu, cujas forças derrubaram o velho sistema, tradicionalmente hostilizavam a Casa de Tokugawa que monopolizava o Shogunate. Nem o seu poderio nem o tradicionalismo militante dos jovens extremistas eram um programa em si, e os homens que então passaram a ter a sorte do Japão nas mãos, predominantemente jovens samurais (em média 30 anos em 1868) não representavam as forças sociais da revolução social, embora tivessem claramente chegado ao poder numa época em que as tensões econômicas e sociais eram especialmente agudas e refletiam tanto em um número de levantes camponeses localizados e não muito marcadamente políticos, como também a ascensão de ativistas camponeses e de classe média. Mas entre 1853 e 1868, o núcleo principal dos jovens samurais ativistas sobreviventes (muitos dos mais xenófobos morreram em ações terroristas) tinha reconhecido que seu objetivo, salvar o país, pedia uma ocidentalização sistemática. Muitos deles em 1868 tinham contactado os estrangeiros; muitos haviam viajado ao exterior. Todos reconheciam que preservar implicava transformar.

O paralelismo entre o Japão e a Prússia tem sido freqüentemente levantado. Em ambos os países, o capitalismo tinha sido formalmente instituído não por revolução burguesa, mas por revolução de cima, efetuada por uma velha ordem aristocrático-burocrática que reconhecia que sua sobrevivência não podia ser assegurada de outra forma. Em ambos os países, os regimes econômicos e políticos subseqüentes guardaram importantes características da velha ordem:

uma disciplina obediente e ética, além do respeito que estava presente nas classes médias e mesmo no novo proletariado, eventualmente ajudando o capitalismo a resolver os problemas da disciplina do trabalho; uma forte dependência da economia de iniciativa privada em relação à ajuda e supervisão do estado burocrático; e um não menos persistente militarismo que iria-se tomar mais tarde um formidável poder na guerra, encarnando um passional e mesmo patológico extremismo da direita política. Mas há diferenças. Na Alemanha, a burguesia liberal era forte, consciente de si mesmo como classe e uma força política independente. Como as revoluções de 1848 tinham demonstrado, a "revolução burguesa" era uma genuína possibilidade. O caminho prussiano para o capitalismo passava através de uma burguesia relutante em fazer uma revolução burguesa e um estado Junker preparado para dar-lhe muito do que ela queria sem uma revolução, pelo preço da preservação do controle político nas mãos da aristocracia agrária e da monarquia burocrática. Os Junkers não iniciaram esta mudança. Eles meramente (graças a Bismarck) se asseguraram de que não seriam engolidos no processo. No Japão, por outro lado, a iniciativa, a direção e o pessoal da "revolução de cima" veio dos próprios setores feudais. A burguesia japonesa (ou seu equivalente) teve uma participação apenas na medida em que a existência de uma camada de homens de negócios e empreendedores tornava praticável a instalação de uma economia capitalista nos termos ocidentais. A Restauração Meiji não pode ser vista em nenhum sentido real como uma "revolução burguesa" mesmo que abortada, embora possa ser vista como equivalente funcional de parte de uma tal revolução.

Isso faz com que o radicalismo das mudanças introduzidas apareça de forma ainda mais impressionante. As velhas províncias feudais foram abolidas e substituídas por uma administração centralizada estatal, que então adquiriu uma nova moeda decimal e definiu uma política financeira através da inflação, de empréstimos públicos baseados num sistema bancário inspirado pelo American Federal Reserve, e (em 1873) de uma taxação adequada da terra. (Deve-se lembrar que em 1868 o governo central não possuía nenhuma renda independente, baseando-se temporariamente na ajuda das províncias feudais (que iriam logo ser abolidas), em empréstimos forçados, e na dependência dos Tokugawa ex-Shoguns.) Esta reforma financeira implicava uma reforma social radical, o Regulamento da Propriedade da Terra (1873), que estabelecia compromisso individual e não comunal em relação às taxas, definindo portanto direitos de propriedade individuais, com o conseqüente direito de venda. Os antigos direitos feudais, já em declínio no que dizia respeito à terra cultivada, caíram mais ainda de importância. Enquanto a alta nobreza e uns poucos samurais eminentes guardavam alguma terra em montanhas e florestas, o governo tomou posse sobre a propriedade comunal, os camponeses tornaram-se inquilinos de ricos proprietários de terras – e os nobres e os samurais perderam

sua base econômica. Em troca, receberam compensação e ajuda governamental, mas mesmo antes que estas provassem ser inadequadas, para muitos deles a mudança de situação tinha sid,o demasiado profunda. Iria ainda se tornar mais drástica pela Lei do Serviço Militar de 1873 que, como no modelo prussiano, introduziu o serviço militar obrigatório. Sua conseqüência maior foi de fundo igualitário, na medida em que abolia os últimos vestígios de separação e distinção de *status* dos samurais como classe. Entretanto, a resistência tanto dos camponeses como dos samurais diante das novas medidas – houve uma média de talvez 30 levantes camponeses por ano entre 1869 e 1874 e uma importante rebelião samurai em 1877 – foi aniquilada sem maiores dificuldades.

Não era o objetivo do novo regime abolir a aristocracia e distinções de classe, embora estas últimas fossem simplificadas e modernizadas. Uma nova aristocracia tinha mesmo sido estabelecida. Ao mesmo tempo, a ocidentalização implicava a abolição das antigas posições, uma sociedade na qual a riqueza, a cultura e a influência política determinavam mais do que o nascimento, trazendo portanto genuínas tendências igualitárias: desfavoráveis para o samurai mais pobre, que recusava o trabalho comum, favoráveis para o povo simples que passava a ser (a partir de 1870) autorizado a usar nomes de família e a escolher livremente tanto a profissão como o lugar de residência. Para os dirigentes japoneses, diferentemente da sociedade ocidental burguesa, tais questões constituíam não um programa em si, mas instrumentos para atingir o programa de renascimento nacional. Eles eram necessários e portanto precisavam ser criados. E eram também aceitáveis para os homens da velha sociedade, em parte por causa da enorme carga de ideologia tradicional em servir ao estado que traziam (ou mais concretamente a necessidade de "reformar o estado"). Eles não eram bem-vindos aos camponeses tradicionalistas e samurais, especialmente aqueles para os quais o novo Japão na realidade não iria melhorar o futuro. Entretanto, o radicalismo das mudanças introduzidas no espaço de alguns anos por homens formados na velha sociedade e pertencentes à orgulhosa classe da aristocracia militar ainda é um fenômeno único e extraordinário.

A força motriz era a ocidentalização. O Oeste possuía claramente o segredo do sucesso e, portanto, a todo custo precisava ser imitado. A perspectiva de tomar de roldão todos os valores e instituições de uma outra sociedade era talvez menos impensável para os japoneses do que para muitas outras civilizações, pois eles já haviam-no experimentado) uma vez – com a China –, mas mesmo assim ainda era uma idéia assustadora, traumática e problemática. Pois ela não podia ser realizada com empréstimos provisórios, seletivos ou controlados, especialmente tratando-se de uma sociedade tão diferente da japonesa como a ocidental. Daí a exagerada paixão com a qual muitos dos partidários da ocidentalização se atiraram à tarefa. Para alguns parecia implicar no abandono de tudo aquilo que fosse japonês, já que todo o passado era

necessariamente atrasado e bárbaro: a simplificação ou talvez mesmo o abandono da língua japonesa, a renovação da origem genética inferior japonesa pela miscigenação com a origem genética ocidental superior – uma sugestão, baseada na recém-digerida teoria do racismo social-darwinista, que tinha aliás apoio nas altas esferas do país. Surgiam costumes e cortes de cabelo ocidentais, hábitos alimentares (os japoneses não comiam carne) eram adotados com o mesmo zelo que a tecnologia, estilo arquitetônico e idéias ocidentais. A ocidentalização não iria implicar até na adoção de ideologias que eram fundamentais ao progresso ocidental incluindo mesmo o cristianismo? Não implicaria também no abandono de todas as antigas instituições, incluindo o imperador?

Por outro lado, a ocidentalização iria colocar um dilema ainda maior, já que o Ocidente não era um único sistema coerente, mas um complexo de idéias e instituições rivais. Quais delas iriam os japoneses escolher? Em termos práticos a escolha não era difícil. O modelo inglês servia naturalmente como um guia para estradas de ferro, telégrafo, obras públicas, indústria têxtil e muito dos métodos de comércio. O modelo francês inspirava a reforma legal, e inicialmente a reforma militar, até que o modelo prussiano veio a prevalecer (a Marinha evidentemente seguiu o exemplo inglês). As universidades deviam muito ao exemplo alemão e americano, e a educação primária, a inovação na agricultura e os serviços postais aos Estados Unidos. Por volta de 1875-76, cerca de 500 a 600 especialistas estrangeiros, e mais tarde, em 1890, 3 mil aproximadamente, estavam empregados sob supervisão japonesa. Mas politicamente e ideologicamente a escolha era mais difícil. Como iria o Japão escolher entre os sistemas rivais dos estados burgueses-liberais – França e Inglaterra – e a monarquia prussiano-germânica mais autoritária? Acima de tudo, como iria escolher entre o Ocidente Intelectual, representado pelos missionários (que tinham um grande e surpreendente apelo entre os desorientados samurais prontos para transferir sua lealdade tradicional de um senhor de Terra para um senhor nos Céus), e o Ocidente representado pela ciência agnóstica – Herbert Spencer e Charles Darwin? Ou entre as escolas religiosas e laicas?

No espaço de duas décadas apareceu uma reação contra os extremos da ocidentalização, parcialmente com a ajuda da tradição crítica ocidental do liberalismo, como a alemã, que ajudou a inspirar a constituição de 1889, em grande parte uma reação neotradicionalista que iria virtualmente inventar uma nova religião do estado centrada no culto ao imperador, o culto Shinto. Foi esta combinação de neo-tradicionalismo e modernização seletiva (como exemplificada pelo é-dito imperial educacional de 1890) que prevaleceu. Mas as tensões entre aqueles para os quais a ocidentalização implicava revolução fundamental e os outros para quem significava apenas um Japão forte

permaneceram sem solução. A revolução não iria ocorrer, mas a transformação do Japão num formidável poder moderno tornou-se realidade. Economicamente as realizações do Japão permaneceram modestas na década de 1870, baseadas quase que inteiramente numa economia de mercantilismo de estado, que contrastava de forma estranha com a ideologia oficial de liberalismo econômico. As atividades militares do novo exército eram ainda dirigidas inteiramente contra os recalcitrantes inimigos do velho Japão, e em 1873 planejou-se uma guerra contra a Coréia, evitada apenas porque os membros mais sensíveis do Meiji acreditavam que a transformação interna deveria preceder a aventura externa. Portanto, o Oeste continuava a subestimar a significação da transformação do Japão.

Observadores ocidentais não conseguiam entender este estranho país. Alguns quase nada viam nele além de um esteticismo exótico e cativante e mulheres elegantes e subservientes que confirmavam tão diretamente a superioridade masculina e (assim pensava-se) ocidental: a terra de Pinkerton e Madame Butterfly. Outros estavam tão convencidos da inferioridade não-ocidental que simplesmente não viam nada relevante. "Os japoneses são uma raça alegre, e ficam contentes com pouco, não parecendo capazes de realizar muito" escreveu o *Japan Herald* em 1881. Até o final da Segunda Guerra Mundial a crença que, do ponto de vista tecnológico, os japoneses só podiam produzir imitações baratas dos produtos ocidentais fazia parte da mitologia ocidental. Porém, já havia alguns observadores mais capazes – muitos deles americanos – que observavam a impressionante eficiência da agricultura japonesa, as técnicas dos artesãos, a potencialidade dos soldados. Já em 1878, um general americano previu que graças a eles o país "estava destinado a assumir uma parte importante da história mundial". Logo que os japoneses provaram que podiam vencer guerras, as idéias dos ocidentais sobre eles tornaram-se bem menos satisfatórias. Mas no final de nosso período, eles ainda eram vistos como a prova viva de que a civilização ocidental burguesa estava triunfante e era superior a todas as outras; e nesta época, mesmo os japoneses bem instruídos não teriam discordado.

---

[1] Termo genérico norte-americano que identifica a região constituída pelos estados secessionistas durante a guerra civil. (N.T.)

9

A SOCIEDADE EM PROCESSO DE MUDANÇA

De acordo com os comunistas: "De cada um de acordo com suas capacidades: para cada um de acordo com suas necessidades". Em outras palavras, ninguém deve lucrar por sua própria força, capacidade ou indústria; mas deve-se submeter às vontades dos fracos, estúpidos e vadios.

— Sir Thomas Erskine May, 1877

O governo está passando das mãos daqueles que possuem alguma coisa para as mãos daqueles que não possuem nada, das mãos daqueles com um interesse material na preservação da sociedade para aqueles que não se preocupam de nenhuma maneira com a ordem, estabilidade e conservação... Talvez, na grande lei da mudança na Terra, para nossas sociedades modernas os trabalhadores são o que os bárbaros foram para as sociedades da antigüidade, os agentes convulsivos da dissolução e destruição.

— Os Gongourts durante a Comuna de Paris.

Assim como o capitalismo e a sociedade burguesa triunfaram, os projetos que lhes eram alternativos recuaram, apesar do aparecimento da política popular e dos movimentos trabalhistas. Estes projetos não poderiam parecer menos promissores do que em 1872-73. Porém, em poucos anos apenas, o futuro daquela sociedade que havia triunfado tão espetacularmente mais uma vez parecia incerto e obscuro, e movimentos destinados a substituí-la ou derrubá-la novamente precisavam ser levados a sério. Precisamos, portanto, considerar agora estes movimentos de mudança social e política radicais na forma em que eles existiram no terço final do século XIX. Isto não é apenas escrever história com a capacidade de saber previamente o que vai ocorrer mais tarde, embora não haja uma boa razão por que o historiador deva despojar-se de sua capacidade mais importante, em troca da qual qualquer inventor daria seus olhos e dentes, ou seja, o conhecimento do que de fato acontecerá depois. E também escrever história como os da época a viam. Os ricos e poderosos raramente são tão confiantes em si mesmos que não temam um fim da sua dominação. E o que é mais importante, a lembrança da revolução ainda estava perto e era forte. Qualquer pessoa de 40 anos em 1868 tinha vivido a maior das revoluções européias ainda adolescente. Qualquer pessoa com 50 anos havia vivido as revoluções de 1830 como criança, e as de 1848 como adulto. Italianos, espanhóis, poloneses e outros haviam vivido insurreições, revoluções ou eventos com um forte componente insurreicional, como o movimento de liberação de Garibaldi no Sul da Itália, no decorrer dos últimos 15 anos. Não devemos ficar surpresos de

que o medo ou a esperança da revolução fossem fortes e vivos.

Agora sabemos que não iriam ser de maior conseqüência nos anos após 1848. De fato, escrever sobre a revolução social nestas décadas é semelhante a escrever sobre serpentes na Inglaterra: elas existem, mas não como uma parcela significativa da fauna. A revolução européia, tão próxima – talvez tão real – no grande ano de esperança e desapontamento, desapareceu de vista. Marx e Engels, tinham, como sabemos, depositado esperanças no seu reaparecimento nos anos imediatamente subseqüentes. Eles olharam seriamente para uma nova explosão geral em seqüência à (e conseqüência da) grande depressão global econômica de 1857. Quando isto não aconteceu, eles não a esperaram mais num futuro previsível, e certamente não mais na forma de um outro 1848. É naturalmente bastante errôneo supor que Marx transformara-se numa espécie de social-democrata gradualista (no sentido moderno do termo), ou mesmo que esperasse que a transição para o socialismo, quando viesse a ocorrer, se desse pacificamente. Mesmo nos países onde os trabalhadores pudessem se tornar capazes de tomar o poder pacificamente através da vitória eleitoral (ele mencionou os Estados Unidos, Inglaterra e talvez a Holanda), esta tomada do poder, e a subseqüente destruição da velha política e das instituições, que ele via como essencial, iria provavelmente, pensava, levar a uma violenta resistência por parte dos antigos dirigentes. E nisso ele era sem dúvida bastante realista. Governos e classes dirigentes, poderiam estar prontos a aceitar um governo trabalhista que não ameaçasse sua dominação, mas não havia razão para supor, especialmente depois da sanguinária supressão da Comuna de Paris, que eles estivessem preparados a aceitar um que o fizesse.

Entretanto, as perspectivas de revolução, e não apenas a socialistas, nos países desenvolvidos da Europa não eram mais um assunto da prática política e, como já vimos, Marx descartava-as, mesmo na França. O futuro imediato dos países capitalistas europeus residia na organização de partidos da classe operária independentes e de massa, cujas demandas políticas a curto prazo não eram revolucionárias. Quando Marx ditou o programa dos social-democratas alemães *(Gotha* 1875) para um entrevistador americano, ele deixou de lado a única cláusula que entrevia um futuro socialista ("o estabelecimento de cooperativas de produção socialista...sob o controle democrático da classe operária", como uma mera concessão tática aos lassalleanos. O socialismo, ele observou, "será o resultado do movimento. Mas isto será uma questão de tempo, educação e do desenvolvimento de novas formas de sociedade".

Este futuro remoto e imprevisível poderia ser significativamente adiantado mais pelo desenvolvimento nas margens do que no centro da sociedade burguesa. A partir do final da década de 1860, Marx começou seriamente a conceber a estratégia de uma perspectiva indireta para a derrubada da sociedade burguesa por três vias, duas das quais se tornariam proféticas e uma errada:

revolução colonial, Rússia e os" Estados Unidos. A primeira destas tornou-se parte de seus cálculos através do surgimento do movimento revolucionário irlandês (ver capítulo 5 mais acima). A Inglaterra era, então, decisiva para o futuro da revolução proletária porque era a metrópole do capital, o dirigente do mercado mundial e, ao mesmo tempo, o *único* país onde "as condições materiais de tal revolução tinham-se desenvolvido até um certo grau de maturidade"." Portanto, o objetivo principal da Internacional precisava ser o de acelerar a revolução inglesa, e a única forma de fazê-lo era conseguir a independência irlandesa. A revolução irlandesa (ou de forma mais geral, a revolução dos povos oprimidos) era vista não apenas por si mesma mas como um possível impulsionador da revolução nos países burgueses centrais, coma o calcanhar de Aquiles do capitalismo metropolitano.

O papel reservado à Rússia era talvez mais ambicioso. A partir da década de 1860, como veremos, uma revolução russa não era apenas uma possibilidade mas uma probabilidade, talvez mesmo uma certeza. Mas enquanto em 1848 tal contingência seria bem recebida apenas na medida em que removeria uma grande pedra do caminho da vitória de uma revolução ocidental, agora tornava-se significativa por si mesma. Uma revolução russa poderia de fato "dar o sinal para uma revolução • proletária no Ocidente, de tal forma que ambas se complementariam" (como Marx e Engels colocaram no prefácio de uma nova edição russa do *Manifesto Comunista*). Mais ainda: poderia concebivelmente -embora Marx nunca se tenha claramente comprometido com esta hipótese - levar a uma transição direta da Rússia de um comunalismo de aldeias a um desenvolvimento comunista, passando por cima do desenvolvimento de um capitalismo maduro. Como Marx previu de forma correta, uma Rússia revolucionária mudaria as perspectivas de revolução em todos os lugares.

O papel reservado aos Estados Unidos era menos central. Seu maior efeito era negativo: alquebrar, por força de seu desenvolvimento maciço, o monopólio industrial da Europa Ocidental, e em particular da Inglaterra, e abalar, por força também de sua exportação agrícola, as bases da grande e pequena propriedade agrária na Europa. Esta era sem dúvida uma afirmação correta. Mas iria contribuir positivamente para o triunfo da revolução? Na década de 1870, Márx e Engels esperavam realisticamente uma crise no sistema político dos Estados Unidos, já que a crise agrária iria enfraquecer os fazendeiros, "a base de toda a Constituição", e o crescente domínio da política por parte dos especuladores e grandes empresários iria provocar um sentimento de repulsa entre os cidadãos. Também sublinhavam as tendências para a formação de um movimento proletário de massa. Talvez não esperassem muito destas tendências, embora Marx expressasse algum otimismo: nos Estados Unidos, "o povo é mais resoluto que na Europa...tudo amadurece mais rapidamente". Portanto, estavam enganados ao considerar os Estados Unidos e a Rússia como os dois grandes

países que haviam sido omitidos do Manifesto Comunista: o desenvolvimento futuro de ambos iria ser bem diferente.

As idéias de Marx carregam o peso de seus triunfos póstumos. No seu tempo elas não representavam uma força política séria, embora por volta de 1875 dois sintomas de sua subseqüente influência já fossem visíveis: um poderoso Partido Social Democrata Alemão e uma penetração dramática de suas idéias – inesperado para ele, mas não retrospectivamente – na *intelligentzia* russa (ver mais adiante neste mesmo capítulo). No final da década de 1860 e começos da de 1870, o "doutor vermelho" era algumas vezes acusado de ser responsável pelas atividades da Internacional (ver capítulo 6), da qual ele era sem dúvida a figura mais formidável e a eminência parda. Entretanto, como já vimos, a Internacional não era de forma alguma um movimento marxista, ou mesmo um movimento que contivesse mais do que um punhado de seguidores de Marx, a maioria deles alemães *emigres* de sua própria geração. Consistia de uma série de grupos esquerdistas unidos basicamente, e talvez exclusivamente, pelo fato de que todos pretendiam organizar "os trabalhadores", e com substancial sucesso, embora nem sempre. Suas idéias representavam os remanescentes de 1848 (ou mesmo de 1789 transformadas entre 1830 e 1848), algumas antecipações do reformismo trabalhista e uma subvariedade peculiar de sonho revolucionário, o anarquismo.

Em certo sentido, todas as teorias de revolução eram, naquele tempo, e tinham de ser, tentativas de se chegar a um bom termo com a experiência de 1848. Isso se aplica tanto a Marx como a Bakunin, à Comuna de Paris e aos populistas russos, que discutiremos mais adiante. Alguém poderia dizer que todos vinham do fermento dos anos 1830-48, não tivesse uma das cores pré-48 desaparecido para sempre do espectro da esquerda: o socialismo utópico. As correntes utópicas maiores haviam cessado de existir enquanto tais. O saint-simonismo tinha cortado suas ligações com a esquerda. Havia-se transformado no "Positivismo" de Augusto Comte (1798-1857) e numa juvenil experiência levada a termo por um grupo de capitalistas aventureiros, na maioria franceses. Os seguidores de Robert Owen (1771-1858) tinham voltado suas energias intelectuais para o espiritualismo e o laicismo, e suas energias práticas para o modesto campo das lojas cooperativas. Fourier, Cabet e outros inspiradores das comunidades comunistas, sobretudo na terra da liberdade e das oportunidades extraordinárias, foram esquecidos. O *slogan* de Horace Greeley (1811-72) "Vá para o Oeste, jovem" provou ser mais bem-sucedido que os de Fourier. O socialismo utópico não sobreviveu a 1848.

Por outro lado, o produto da Grande Revolução Francesa sobreviveu. Este produto ia dos republicanos radicais democratas (às vezes enfatizando a libertação nacional, outras o interesse em problemas sociais) aos jacobinos comunistas com o selo de L. A. Blanqui, que aparecia breve e intermitentemente

da prisão quando uma revolução na França o libertava provisoriamente. Esta esquerda tradicional não havia aprendido nada. Alguns de seus extremistas na Comuna de Paris não podiam pensar em nada de melhor do que reproduzir exatamente os acontecimentos da Grande Revolução. O blanquismo, organizado de forma determinada e conspiratória, sobreviveu na França e teve um papel crucial na Comuna, mas seria seu canto do cisne. Nunca mais iria ter um papel de importância significativa e perder-se-ia nas tendências contraditórias do novo movimento socialista francês.

O radicalismo democrático era mais resistente, porque seu programa apresentava tanto uma expressão genuína das aspirações do "homem comum" (lojistas, professores, camponeses), um componente essencial das aspirações dos trabalhadores, como um *slogan* conveniente para os políticos liberais que pediam seus votos. Liberdade, igualdade e fraternidade podem não ser *slogans* muito precisos, mas as pessoas pobres e modestas confrontadas com os ricos e poderosos sabiam seu significado. Quando o programa oficial do radicalismo democrático foi realizado, numa república com base no sufrágio universal, igual e incondicional, como nos Estados Unidos, a necessidade do "povo" em exercer poder real contra os ricos e corruptos manteve a paixão democrática bem viva. Mas, é claro, o radicalismo democrático era uma realidade em poucos lugares, mesmo no campo modesto do governo local.

E ainda, neste período, a democracia radical não era mais um *slogan* revolucionário em si, mas um meio (não automático) para atingir um fim. A república revolucionária era a "república social", a democracia revolucionária a "democracia social" – título adotado de forma crescente pelos partidos marxistas. Isto não era tão óbvio entre os nacionalistas revolucionários, como os mazzinistas na Itália, já que o vencedor da independência e da unificação (numa base de republicanismo democrático) iria, eles acreditavam, resolver de alguma forma todos os outros problemas. O nacionalismo real era automaticamente democrático e social, e se não o fosse, não era real. Mas mesmo os mazzinistas não negavam a libertação social, e Garibaldi declarava-se mesmo um socialista, qualquer que fosse o seu entendimento do termo. Depois dos desapontamentos da unificação ou republicanismo, os dirigentes do novo movimento socialista iriam surgir dentre os antigos republicanos radicais.

O anarquismo, embora podendo ter sua origem traçada no fermento revolucionário da década de 1840, é muito mais claramente um produto do período posterior a 1848, ou mais precisamente da década de 1860. Seus dois fundadores políticos eram P. J. Proudhon, um francês pintor autodidata, além de volumoso escritor que praticamente não tomou parte em nenhuma agitação política, e Miguel Bakunin, um peripatético aristocrata russo que se jogava na agitação em todas as oportunidades que aparecessem. (Um *pedigree* intelectual para o anarquismo poderia ser realmente desenhado, mas tem pouco a ver com

o desenvolvimento do atual movimento anarquista.) Ambos, desde cedo, atraíram a desfavorável atenção de Marx e, embora admirando-o, despertaram sua hostilidade. A teoria assistemática, preconceituosa e profundamente não-liberal de Proudhon – ele era antifeminista e anti-semita, tendo seguidores na extrema direita – não tem grande interesse em si mesma, mas contribuiu com dois temas do pensamento anarquista: uma crença em pequenos grupos de ajuda mútua formados de produtores, ao invés de fábricas desumanizadas, e um ódio a governos em si mesmos, a *qualquer* governo. Este era um apelo profundo a pequenos artesãos independentes, trabalhadores especializados autônomos que resistiam à proletarização, homens que não haviam esquecido uma infância camponesa ou provinciana nas regiões às margens do industrialismo desenvolvido. Era a estes homens e em tais regiões que o anarquismo tinha força de apelo mais forte: entre os relojoeiros suíços da "Federação de Jura" iria-se encontrar as origens dos mais devotados anarquistas da Primeira Internacional.

Bakunin acrescentou pouco a Proudhon como pensador, exceto uma indiscutível paixão pela revolução imediata – "a paixão da destruição", dizia, "é simultaneamente uma paixão criadora" –, um perigoso entusiasmo pelo potencial revolucionário de criminosos e marginais da sociedade aliado a algumas poderosas intuições. Ele não era um grande pensador, mas um profeta, agitador e - apesar do descrédito por parte dos anarquistas em relação à organização e disciplina, onde viam a ensombrecedora presença e tirania do estado – um organizador conspiratório formidável. Nesta qualidade, ele espalhou o anarquismo pela Itália, Suíça e (através de discípulos) Espanha, organizando também o que viria a ser a divisão da Internacional em 1870-72. E nesta qualidade ele virtualmente criou um movimento anarquista para os proudonistas franceses, na forma de um corpo teórico onde se encontrava uma modalidade bem pouco desenvolvida de sindicalismo, ajuda mútua e cooperativismo, sendo que politicamente não muito revolucionário. Não que o anarquismo fosse uma força maior pelo final de nosso período. Mas havia estabelecido alguma base na França e Suíça francesa, alguns núcleos de influência na Itália e, acima de tudo, havia feito grandes progressos na Espanha, onde os artesãos e trabalhadores da Catalunha e os trabalhadores rurais de Andaluzia receberam com prazer o novo Testamento. Ali floresceu com a crença nativa de que pequenas cidades e oficinas poderiam conduzir-se perfeitamente se a superestrutura do estado e os ricos fossem simplesmente removidos, e que o ideal de um país constituído de cidades autônomas era facilmente realizável. De fato, o movimento "cantonista" durante a República Espanhola de 1873-74 tentou realmente realizá-lo, e seu principal ideólogo, F. Pi y Margall (1824-1901) iria ser adotado no panteão anarquista juntamente com Bakunin, Proudhon – e Herbert Spencer.

O anarquismo era tanto uma revolta do passado pré-industrial contra o presente, quanto filho do mesmo presente. Rejeitava a tradição embora a

natureza intuitiva a espontânea tanto do pensamento como do movimento forçassem a guardá-la – talvez mesmo enfatizá-la – assim como a um número de elementos tradicionais tais como o anti-semitismo ou, mais realmente, a xenofobia. Ambos ocorreram em Proudhon e Bakunin. Simultaneamente, o anarquismo detestava de forma passional a religião e as igrejas, e defendia as causas do progresso, incluindo a ciência e a tecnologia, da razão e talvez, acima de tudo, do "iluminismo" e da educação. E já que rejeitava qualquer autoridade, encontrava-se curiosamente convergindo para um ponto comum com o ultra-individualismo do *laissez-faire* burguês. Ideologicamente, Spencer (que iria escrever *Man Against the State*) era tão anarquista quanto Bakunin. A única coisa que o anarquismo não conseguia prever era o futuro, sobre o qual nada tinha a dizer salvo que só podia acontecer depois da revolução.

O anarquismo não tem grande importância política (fora da Espanha) e diz-nos respeito apenas como uma imagem distorcida do período. O movimento revolucionário mais interessante da época seria outro bem diferente: o populismo russo. Não era e nunca tornou-se um movimento de massa, e seus atos de terrorismo mais dramáticos, culminando no assassinato do Tzar Alexandre II (1881), ocorreram após o fim de nosso período. Mas é o ancestral tanto de uma importante família de movimentos nos países atrasados do século XX como do bolchevismo russo. Oferece também um ligação direta entre o re-volucionarismo das décadas de 1830 e 1840 e o de 1917 – uma ligação bem mais direta, poder-se-ia argumentar, que a Comuna de Paris. Além disso, já que era um movimento composto quase que inteiramente de intelectuais, num país onde praticamente toda a vida intelectual séria era necessariamente política, viria a ser imediatamente projetado como movimento no cenário da literatura global através dos geniais escritores da época: Turgenev (1789-1871) e Dostoievsky (1821-81). Até os observadores ocidentais da época ouviram falar dos "nihilistas" e confundiram-nos com o anarquismo de Bakunin. Isto era compreensível, já que este último estava presente no movimento russo, assim como em todos os outros movimentos revolucionários, e temporariamente foi confundido com um personagem tipicamente dostoievskiano (vida e literatura estando muito próximas na Rússia), o jovem advogado de crença quase que patológica no terror e na violência, Sergei Gennadevitch Nechaev. Mas o populismo russo não era de forma alguma anarquista.

Que a Rússia "deveria ter" uma revolução não era questionado seriamente por ninguém na Europa, desde os liberais mais moderados até a esquerda. O regime político do país, uma autocracia sob Nicolau I (1825-1855) era de forma patente um anacronismo e não podia, a longo prazo, resistir. Mantinha-se no poder pela falta de algo como uma classe média e, acima de tudo, pela existência de uma tradicional lealdade ou passividade de um campesinato atrasado e em grande parte servil, que aceitava o domínio da

nobreza porque esta era a vontade de Deus, porque o Tzar representava a Santa Rússia, e também porque eles eram deixados bastante a vontade e em paz para conduzir seus próprios modestos negócios através das poderosas comunidades de vila, cuja existência atraiu a atenção de observadores russos e estrangeiros desde a década de 1840. Eles não estavam, porém, satisfeitos. À parte sua pobreza e a coerção dos senhores, eles nunca aceitaram o direito da nobreza à terra: o camponês pertencia ao senhor, mas a terra pertencia aos camponeses, pois apenas eles a cultivavam. Eles eram somente inativos ou incapazes de fazer alguma coisa. Se abandonassem a passividade e se insurgissem, as coisas ficariam difíceis para o tzar e as classes dominantes na Rússia. E se sua rebelião fosse capitalizada pela esquerda ideológica e política, o resultado não seria certamente uma simples repetição dos grandes levantes dos séculos XVII e XVIII – os *Pugachevshchina* que assustaram os governantes russos –, mas uma revolução social.

Depois da guerra da Criméia, uma revolução russa parecia não mais apenas desejável, mas cada vez mais provável. Esta era a maior inovação da década de 1860. O regime que, por mais reacionário e ineficiente que pudesse parecer, tinha aparecido até então como estável e poderoso externamente, imune tanto à revolução continental de 1848 como capaz de fazer marchar seus exércitos contra ela em 1849, revelava-se agora internamente instável e externamente mais fraco do que parecia. Suas maiores fraquezas eram políticas e econômicas, e aí reformas de Alexandre II (1855-81) poderiam ser vistas mais como um sintoma do que remédio para estas fraquezas. Na realidade, como veremos (no capítulo 10 seguinte), a emancipação dos servos (1861) criara as condições para um campesinato revolucionário, enquanto que as reformas administrativas, jurídicas e outras do tzar (1864-70) fracassaram em remover as fraquezas da autocracia tzarista, ou mesmo em compensar a aceitação tradicional que agora se encontrava ameaçada. A revolução na Rússia não era mais um projeto utópico.

Dada a fraqueza da burguesia e (naquele momento) do novo proletariado industrial, apenas uma camada social exígua mas articulada existia que pudesse "levar" a agitação política, e na década de 1860 veio a adquirir consciência própria, uma associação com radicalismo político e um nome: *a inteltigentzia.* Sua própria exigüidade talvez tenha ajudado a este grupo de pessoas de educação superior a se sentir uma força coerente: mesmo em 1897, os "instruídos" consistiam em não mais que uns 100 mil homens, e qualquer coisa acima de 6 mil mulheres em toda a Rússia. Os números eram pequenos mas cresciam rapidamente. Moscou, em 1840, possuía pouco mais que 1.200 educadores, doutores, advogados e pessoas ativas nas artes em geral, mas por volta de 1882 já contava com 5 mil professores, 2 mil doutores, 500 advogados e 1.500 nas "artes". Mas o que é significativo em relação a eles é que não se

juntavam nem à classe dos negócios, que no século XIX praticamente não requeria qualificação acadêmica (exceto na Alemanha), talvez apenas um certificado de conhecimentos sociais, nem se ligavam com o maior empregador de intelectuais, a burocracia. Dos 333 graduados de S. Petersburgo em 1848-50, apenas 96 entraram no serviço civil.

Duas coisas distinguiam a *intelligentsia* russa das outras camadas de intelectuais: o reconhecimento enquanto grupo social especial e um radicalismo político orientado mais socialmente que nacionalmente. A primeira distinguia-os dos intelectuais ocidentais, que eram rapidamente absorvidos na classe média predominante e na ideologia liberal ou democrática vigente. Excetuando-se o boêmio literário e artístico (ver capítulo 15 mais adiante), que era uma subcultura aceita ou pelo menos tolerada, não havia nenhum grupo significativo de dissidentes, e a boêmia dissidente era política apenas marginalmente. Mesmo as universidades, tão revolucionárias em 1848, tornaram-se politicamente conformistas. Por que deveriam ser diferentes os intelectuais na era do triunfo burguês? A segunda característica distintiva era a diferença em relação aos intelectuais dos povos emergentes europeus, cujas energias políticas estavam ligadas quase que exclusivamente ao nacionalismo, isto é, à luta para a construção de uma sociedade liberal burguesa própria, na qual pudessem ser integrados. A *intelligentsia* russa não podia seguir a primeira alternativa, já que a Rússia não era, de forma patente, uma sociedade burguesa e já que o sistema tzarista havia feito mesmo do mais moderado liberalismo um *slogan* de revolução política. As reformas do tzar Alexandre II na década de 1860 – libertação dos servos, mudanças educacionais e jurídicas e o estabelecimento de um certo governo local para a nobreza (os *zemstvos* de 1864) e as cidades (1870) – eram todas demasiadamente hesitantes e limitadas para mobilizar o entusiasmo potencial dos reformistas de forma permanente, e de qualquer maneira esta fase de reformas durou pouco. Também não seguiu a seguinte alternativa, não tanto porque a Rússia já fosse uma sociedade independente ou lhe faltasse orgulho nacional, mas porque os *slogans* do nacionalismo russo – Santa Rússia, pan-slavismo etc. – eram usados pelo tzar, pela igreja, e por tudo o que fosse reacionário. O personagem de Tolstoi (1828-1910) em *Guerra e Paz,* Pierre Bezuhov, de certa forma o mais russo dos personagens do romance, era obrigado a procurar idéias cosmopolitas, mesmo a defender Napoleão, o invasor, porque não estava contente com a Rússia tal como ela era; e seus sobrinhos e netos espirituais, a *intelligentsia* das décadas de 850 e 1860, iriam ser forçados a fazer o mesmo.

Eles eram – e enquanto nativos do que era *par excellence* o país atrasado da Europa não poderiam ser outra coisa – modernizantes isto é, "ocidentalizantes". Mas, por outro lado, eles não podiam ser apenas '"ocidentalizantes", já que o liberalismo ocidental e o capitalismo da época não

ofereciam um modelo viável para a Rússia seguir, e porque a única força de massa potencialmente revolucionária na Rússia era o campesinato. O resultado veio a ser o "populismo", que segurava esta contradição numa balança tensa. Visto desta forma, o "populismo" lança muita luz sobre os movimentos revolucionários do Terceiro Mundo de meados do século XX. O rápido progresso do capitalismo na Rússia, posterior ao período que analisamos, que implicava no rápido crescimento de um proletariado industrial organizado, ultrapassaria as incertezas da era populista e o colapso da fase heróica do populismo – de 1868 a 1881 – e encorajaria reconsiderações teóricas. Os marxistas, que surgiam das ruínas do populismo, eram, pelo menos em teoria, ocidentalizantes puros. A Rússia, argumentavam, iria seguir o mesmo caminho do Ocidente, gerando as mesmas forças de mudança política e social – uma burguesia que iria estabelecer uma república democrática, um proletariado que iria cavar a cova daquela. Mas mesmo alguns marxistas cedo se tornaram conscientes – durante a revolução de 1905 – de que esta perspectiva era irreal. A burguesia russa iria ser muito fraca para assumir seu papel histórico, e o proletariado, com o apoio da força irresistível do campesinato, iria derrubar igualmente o tzarismo e o capitalismo russo imaturo, tudo isto dirigido pelos "revolucionários profissionais".

Os populistas eram modernizantes. A Rússia de seus sonhos era nova – uma Rússia de progresso, educação, e produção revolucionária – mas socialista e não capitalista. Seria baseada na mais antiga e tradicional das instituições russas, a *obshchina* ou vila comunal, que iria tornar-se ancestral direto e modelo da sociedade socialista. O tempo e os intelectuais populistas da década de 1870 perguntaram a Marx, cujas teorias haviam assimilado, se ele pensava que tal fosse possível, e Marx lutou consigo mesmo diante desta atraente mas (de acordo com suas teorias) implausível proposição, concluindo hesitantemente que talvez pudesse. Por outro lado, a Rússia precisava rejeitar as tradições da Europa ocidental – incluindo as formas de seu liberalismo e doutrinas liberais –, porque o país não possuía tais tradições. Pois mesmo aquele aspecto do populismo que possuía as ligações aparentemente mais diretas com o espírito revolucionário de 1789-1848 era, em certo sentido, diferente e novo.

Os homens e mulheres que agora juntavam-se em conspirações secretas para derrubar o tzarismo através de insurreição e terror eram mais do que os herdeiros dos Jacobinos ou dos revolucionários profissionais que descendiam destes últimos. Eles iriam quebrar todas as ligações com a sociedade para se dedicar totalmente ao "povo" e à sua revolução, para penetrar no seio do povo e expressar sua vontade. Havia uma intensidade não-romântica, uma totalidade de auto-sacrifício acerca de sua dedicação que não tinha paralelo no Ocidente. Eles estavam mais próximos de Lênin que de Buonarroti. E vieram encontrar a maior parte de seus membros (como em muitos dos movimentos similares posteriores) entre os estudantes, especialmente os mais novos e pobres

que estavam entrando na universidade, deixando de se limitar aos filhos da nobreza.

Os ativistas do novo movimento revolucionário eram de fato gente "nova" em lugar dos filhos da nobreza. De 924 pessoas presas ou exiladas entre 1873 e 1877, apenas 279 vinham de famílias nobres, 117 de funcionários não-nobres, 33 de comerciantes; 68 eram judeus, 92 vinham daquilo que se poderia chamar melhor de pequena-burguesia urbana *(meshchane),* 138 eram nominalmente camponeses – presumivelmente de meios urbanos similares – e não menos de 197 eram filhos de padres. O número de mulheres entre eles era particularmente surpreendente. Não menos de 15% dos aproximadamente 1.600 propagandistas presos no período acima eram mulheres. O movimento inicialmente oscilou entre um terrorismo meio anárquico de pequenos grupos (sob a influência de Bakunin e Nechaev) e os defensores de educação política de massa do "povo". Mas o que veio eventualmente a prevalecer foi a organização conspiratória secreta, centralizada e rigidamente disciplinada, de afinidade Jacobina-blanquista, elitista na prática fosse qual fosse a teoria, e que antecipou os bolcheviques.

O populismo é, significativo não pelo que tenha realizado, que foi praticamente nada, nem pelos números que veio a mobilizar, que pouco excederam a mil pessoas: sua importância reside no fato de que marca o início de uma história contínua de agitação revolucionária russa que, em 50 anos, iria derrubar o tzarismo e instalar o primeiro regime na história mundial dedicado à construção do socialismo. Eles eram sintomas da crise que, entre 1848 e 1870 rapidamente – e para a maioria dos observadores ocidentais inesperadamente – transformou a Rússia tzarista de um dos pilares do reacionarismo mundial num gigante claudicante, certamente a ser derrubado revolucionariamente. Mas eles eram mais do que isso. Formaram o laboratório químico no qual as mais importantes idéias revolucionárias do século XIX iriam ser testadas, combinadas e desenvolvidas. Não há dúvida de que isto se deve, em certa medida, à boa sorte – cujas razões são bem misteriosas – de que o populismo tenha coincidido com uma das mais brilhantes e impressionantes explosões de criação cultural e intelectual da história do mundo. Países atrasados procurando entrar na modernidade são geralmente copiadores e sem originalidade nas suas idéias, embora nem tanto na sua prática: intelectuais brasileiros e mexicanos apanharam de forma não crítica Auguste Comte; intelectuais espanhóis voltaram-se neste mesmo período para um obscuro filósofo alemão de segunda categoria do início do século XIX, Karl Krause, que transformaram num batalhador pelo iluminismo anticlerical. A esquerda russa não estava apenas em contato com o que de melhor e mais avançado havia no pensamento da época, assimilando-o – estudantes em Kazan liam *O Capital* mesmo antes do livro ser traduzido para o russo – mas imediatamente adaptava o pensamento social dos países avançados,

e eram reconhecidamente capazes de fazê-lo. Alguns de seus maiores nomes guardam uma reputação basicamente nacional – N. Chernishevsky (1828-89), V. Belinsky (1811-48), N. Dobrolyubov (1836-61) e mesmo, de certa forma, o esplêndido Alexandre Herzen (1812-70). Outros influenciaram – o que talvez tenha se dado uma ou duas décadas depois – a sociologia, a antropologia e a historiografia dos países ocidentais, como por exemplo P. Vinogradov (1854-1925) na Inglaterra, V. Lutchisky (1877-1949) e N. Kareiev (1850-1936) na França. O próprio Marx apreciou de forma imediata as realizações intelectuais de seus leitores russos, e não apenas porque eram o seu primeiro público intelectual.

Até agora temos considerado os revolucionários sociais. E as revoluções? A maior delas em nosso período era virtualmente desconhecida aos observadores da época, e certamente sem conexão com as ideologias do Ocidente: a de Taiping (ver capítulo 7). As mais freqüentes, as da América Latina, pareciam consistir, na maioria das vezes, em *pronunciamentos* (golpes militares) ou secessões regionais que não modificavam a forma do país. As européias, ou eram fracassos como a insurreição polonesa de 1863, absorvida por um liberalismo moderado, ou como a conquista revolucionária da Sicília e do sul da Itália por Garibaldi em 1860, ou então de significado puramente nacional, como. as revoluções espanholas de 1854 e 1868-74. A primeira destas revoluções espanholas era, como a revolução colombiana do início da década de 1850, um efeito retardado dos acontecimentos de 1848. O mundo ibérico estava geralmente fora do ritmo do resto da Europa. A segunda pareceu a observadores da época, em meio à agitação política e à Internacional, pressagiar um novo *round* de revoluções européias. Mas não haveria um novo 1848. Haveria apenas a Comuna de Paris em 1871.

A Comuna de Paris era, como a maior parte da história revolucionária de nosso período, importante não apenas por aquilo que realizou como por aquilo que anunciou; era mais formidável como um símbolo de que como um fato. Sua história verdadeira é obscurecida pelo mito enormemente poderoso que gerou, tanto na França como (através de Karl Marx) no movimento socialista internacional; um mito que reverbera até hoje, principalmente na República Popular da China. Ela foi extraordinária, heróica, dramática e trágica, mas em termos concretos foi breve, e na opinião da maioria dos observadores condenada, um governo insurreicional de trabalhadores em uma única cidade, cuja realização maior foi o fato de ser realmente um *governo,* mesmo que durasse menos de dois meses. Lênin, depois de outubro de 1917, iria contar os dias até a data em que pôde triunfantemente dizer: já duramos mais do que a Comuna. Porém, os historiadores deveriam resistir à tentação de reduzi-la retrospectivamente. Se não chegou a ameaçar seriamente a ordem burguesa, pelo menos aterrorizou a todos pela sua mera existência. Se na sua vida e morte

foi cercada por pânico e histeria, especialmente na imprensa internacional, que acusava-a de instituir o comunismo, expropriar os ricos e partilhar suas mulheres, de terror, massacre generalizado, caos, anarquia ou o que mais provocasse pesadelos nas classes respeitáveis – tudo, não é necessário dizer, arquitetado pela Internacional. Mais importante, os próprios governos sentiram a necessidade de entrar em ação contra a ameaça internacional à ordem e à civilização. Excetuando-se a colaboração internacional entre polícias e uma tendência (vista como mais escandalosa ontem do que seria hoje) em negar a *comunardos* fugitivos o *status* protetor de refugiados políticos, o chanceler austríaco – apoiado por Bismarck, homem não dado a reações de pânico – sugeriu a formação da Contra-Internacional Capitalista. O medo da revolução era um fato maior na constituição da Liga dos Três Imperadores de 1873 (Alemanha, Áustria, Rússia), vista como uma nova Santa Aliança "contra o radicalismo europeu que tem ameaçado todos os tronos e instituições", " embora o rápido declínio da Internacional tivesse feito este objetivo menos urgente na época em que foi finalmente instituída. O fato significativo sobre este nervosismo era que os governos agora temiam não a revolução social em geral, mas a revolução *proletária.* Os marxistas, que viam a Comuna essencialmente como um movimento proletário, estavam na berlinda dos governos e da opinião pública "respeitável" da época.

E de fato, a Comuna era uma insurreição *operária* – e se uma palavra descreve homens e mulheres "a meio caminho entre 'povo' e 'proletariado' " ao invés de trabalhadores de fábricas, esta palavra também serviria para os ativistas dos movimentos trabalhistas em outros lugares neste período. Os 36 mil *comunardos* aprisionados eram um corte transversal na população trabalhadora de Paris: 8% de trabalhadores de colarinho branco, 7% de funcionários, 10% de pequenos lojistas e similares, mas o resto esmagadoramente operários – da construção civil, metalurgia, trabalho em geral, seguidos pelos mais tradicionalmente especializados (carpintaria, artigos de luxo, impressão, tecidos), que também forneciam um número desproporcional ao pessoal dirigente, e evidentemente os eternos radicais sapateiros. Mas podia-se dizer que a Comuna fosse uma revolução *socialista?* Quase que certamente sim, embora seu socialismo fosse essencialmente o sonho pré-. 1848 de cooperativas autônomas ou unidades corporativas de produtores, agora reclamando intervenção governamental radical e sistemática. Seus resultados práticos foram mais modestos, mas isso não foi culpa sua.

Pois a Comuna foi um regime sitiado, o filho da guerra e do cerco de Paris, a resposta à capitulação. O avanço dos prussianos em 1870 quebrou o pescoço do império de Napoleão III. Os moderados republicanos que o derrubaram continuaram a guerra sem vontade, e desistiram ao perceber que a única resistência possível implicava a mobilização revolucionária das massas, um

novo jacobismo e outra república social. Em Paris, sitiada e abandonada pelo governo e pela burguesia, o poder de fato havia caído nas mãos dos prefeitos dos *ar-rondissements* (distritos) e da Guarda Nacional, isto é, na prática os setores populares e operários. A tentativa de desarmar a Guarda Nacional (depois da capitulação), que provocou a revolução, tomou a forma de uma organização municipal independente de Paris (a "Comuna"). Mas a Comuna foi quase que imediatamente sitiada pelo governo nacional (então localizado em Versalhes) – o exército vitorioso alemão que cercava Paris contendo-se para não intervir. Os dois meses da Comuna foram um período praticamente de guerra contínua contra as esmagadoras forças de Versalhes: quase duas semanas depois de sua proclamação em 18 de março havia perdido a iniciativa. Por volta de 21 de maio, o inimigo havia entrado em Paris e a semana final meramente demonstrou que o povo trabalhador de Paris podia morrer tão arduamente como havia vivido. Os de Versalhes talvez tenham perdido 1.100 em mortos e desaparecidos, e a Comuna talvez tenha executado uma centena de reféns.

Quem saberá dizer quantos *comunardos* foram mortos durante a luta? Milhares foram massacrados posteriormente: os de Versalhes admitiram 17 mil, mas este número não pode ser mais do que a metade da verdade. Mais de 43 mil foram feitos prisioneiros, 10 mil foram sentenciados, dos quais pelo menos metade foi enviada para o exílio penal na Nova Caledônia, o resto para a prisão. Esta era a vingança do "povo respeitável". Daquele momento em diante, um rio de sangue correu entre os trabalhadores de Paris e as "classes melhores". E daí em diante também os revolucionários sociais aprenderam o que os esperava se não conseguissem manter o poder.

Terceira parte

RESULTADOS

10

A TERRA

Assim que o índio passar a ganhar três reales por dia, não irá trabalhar mais do que a metade da semana, pois então estará recebendo os mesmos nove reales que recebe atualmente. Quando você tiver mudado tudo, terá voltado à estaca zero: a liberdade, aquela verdadeira liberdade que não quer nem taxas, nem regulamentos, nem medidas para desenvolver a agricultura: aquele maravilhoso laissez-faire que é a última palavra em economia política.

— Um proprietário de terras mexicano, 1865

O preconceito que existia contra todas as classes populares ainda existe em relação aos camponeses. Eles não recebem a educação da classe média: daí suas diferenças, a falta de consideração pelos seus compatriotas, o vigoroso desejo de escapar da opressão deste desdém geral. Daí, portanto, a decadência dos velhos costumes, a corrupção e a deterioração de nossa raça.

— Um jornal de Mantua, 1856

I

Em 1848, a população do mundo, mesmo da Europa, ainda consistia sobretudo de homens do campo. Mesmo na Inglaterra, a primeira economia industrial, a cidade não era mais numerosa do que o campo até 1851, e neste ano ultrapassava-o por pouco (51%). Em nenhum outro lugar, exceto França, Bélgica, Saxônia, Prússia e Estados Unidos, mais de 1% da população vivia em cidades de 10 mil ou mais habitantes. Por meados e pelo final da década de 1870, a situação havia substancialmente se modificado, mas com algumas poucas exceções a população rural ainda prevalecia em grande número sobre a urbana. Portanto, de longe a maior parte da humanidade e os destinos da vida ainda dependiam do que acontecesse na e com a terra.

O que acontecesse na terra, por sua vez, dependia de fatores econômicos, técnicos e demográficos que, consideradas todas as peculiaridades locais, operavam em escala mundial, ou pelo menos em grandes zonas geográfico-climáticas, assim como de fatores institucionais (sociais, políticos, legais etc.) que diferiam de forma profunda entre si, mesmo quando as linhas gerais do desenvolvimento mundial operavam através deles. Geograficamente, as planícies norte-americanas, os pampas sul-americanos, as estepes do sul da Rússia e da Hungria eram passíveis de comparação: grandes campos em zonas mais ou menos temperadas, adequadas ao cultivo em larga escala de cereais.

Todas elas desenvolveram o que era, do ponto de vista da economia mundial, o mesmo tipo de agricultura, tornando-se grandes exportadoras de trigo. Mas do ponto de vista social, político e legal, havia uma grande diferença entre as planícies norte-americanas, desocupadas em grande parte (exceção feita a algumas tribos indígenas que viviam da caça) e as européias, já ocupadas em pequena escala por uma população voltada para a agricultura; entre os fazendeiros livres do Novo Mundo e os camponeses servos do Velho Mundo, entre as formas de libertação camponesa depois de 1848 na Hungria e as formas subseqüentes na Rússia, entre os grandes ranchos da Argentina e entre os nobres senhores da terra na Europa oriental, entre os sistemas legais, a administração e as políticas da terra dos vários países em questão. Para o historiador é igualmente ilegítimo olhar apenas o que tinham em comum sem ver aquilo em que se diferenciavam.

O que uma parte crescente da agricultura tinha em comum por todo o mundo era uma sujeição à economia industrial mundial. Suas demandas multiplicavam o mercado comercial para produtos agrícolas – a maior parte alimentos e matérias-primas para a indústria, assim como alguns produtos industriais de menor importância – tanto internamente, através do rápido crescimento das cidades, como internacionalmente. Sua tecnologia tornava possível trazer regiões outrora inacessíveis de forma efetiva para as fronteiras maiores do mercado mundial através da estrada de ferro e do vapor. As convulsões sociais que sucederam a transferência da agricultura para um modelo capitalista, ou pelo menos comercializado em larga escala, fizeram com que os homens perdessem os laços tradicionais com a terra de seus ancestrais, especialmente quando estes descobriram que não ganhavam praticamente nada dela, ou pelo menos muito pouco para manterem suas famílias. Simultaneamente, a demanda insaciável de trabalho por parte das novas indústrias e ocupações urbanas, a diferença crescente entre o campo atrasado e a cidade avançada com seus estabelecimentos industriais atraíam-nos de qualquer maneira. Em nosso período vemos o crescimento enorme e simultâneo do comércio dos produtores agrícolas, uma extensão impressionante das áreas sob uso agrícola e – pelo menos nos países afetados diretamente pelo desenvolvimento capitalista mundial – uma grande "debandada da terra".

Por duas razões este processo tornou-se particularmente maciço durante nosso período de estudo. Ambos são aspectos do extraordinário crescimento e aprofundamento da economia mundial que forma o tema básico da história desta época. A tecnologia tornou possível a abertura de áreas geograficamente remotas ou inacessíveis à produção para exportação, mais especialmente as planícies do centro dos Estados Unidos e do sudeste russo. Em 1844-53 a Rússia exportou anualmente cerca de 11,5 milhões de hectolitros de trigo, e na segunda metade da década de 1870 entre 47 e 89 milhões. Os Estados Unidos, que haviam

exportado pouco na década de 1840 – uns 5 milhões de hectolitros – agora vendiam para o exterior mais de 100 milhões. Simultaneamente, encontramos as primeiras tentativas para desenvolver algumas áreas do além-mar como produtores especializados em certos produtos para o mundo "desenvolvido" – indigo e juta em Bengala, tabaco na Colômbia, café no Brasil e Venezuela, sem falar no algodão do Egito etc. Estes substituíam ou suplementavam os produtos de exportação tradicional do mesmo tipo – o açúcar do Caribe e o Brasil, o algodão dos estados sulistas da América, cujo tráfico tinha sido paralisado pela Guerra Civil de 1861-65. No todo, com algumas exceções – como o algodão egípcio e a juta indiana – estas especializações econômicas provaram ser provisórias, ou então, onde permanentes, não se desenvolveram em escala comparável à do século XX. Este último modelo de agricultura de mercado mundial não se estabeleceu antes do período de economia mundial imperialista de 1870-1930. Produtos de rápida expansão subiam e caíam; as áreas que forneciam o local de tais exportações em nosso período mais tarde estagnariam ou seriam abandonadas. Portanto, se o Brasil era o maior produtor de café, o estado de São Paulo, identificado de forma predominante com este produto em nosso século, representava naquela época apenas uma quarta parte da produção do Rio e uma quinta parte de todo o país.

Portanto, um comércio internacional de produtos agrícolas estava agora sendo normalmente – por razões óbvias – levado a extremas especializações ou mesmo à monocultura nas regiões de exportação. A tecnologia tornava-o possível, pois afinal os grandes meios de transportes através de grandes distâncias praticamente não existiam antes da década de 1840. Simultaneamente, a tecnologia acompanhava visivelmente a demanda, ou esperava mesmo antecipá-la. Isto era mais evidente nas planícies selvagens do sudoeste americano e em vários lugares da América do Sul onde o gado multiplicava-se virtualmente sem esforço humano, acompanhado por *gaúchos, llaneros, vaqueiros* e *cowboys* e atraía a atenção de todos os fazedores de dinheiro, que viam nisso um meio de enriquecer. O Texas levou alguns animais para Nova Orleães e, depois de 1849, para a Califórnia, mas era a promessa do grande mercado do Norte que apressava os donos de ranchos em explorar estes longos caminhos que se tornaram parte do romance do "Oeste Selvagem", ligando o remoto sudoeste com as estradas de ferro mais próximas e, através delas, com o gigantesco centro que era Chicago, cujos matadouros foram abertos em 1865. Os animais eram transportados em dezenas de milhares antes da Guerra Civil, em centenas de milhares nos 20 anos seguintes, até que a inauguração da rede ferroviária completa trouxe o clássico período do "Oeste Selvagem" (que era essencialmente uma economia de pecuária) a um fim na década de 1880. Entretanto, um outro método de utilizar a pecuária já estava sendo explorado: a preservação da carne, através dos métodos tradicionais de salgar e secar, por alguma forma de

concentração (os extratos de liebig começaram a ser produzidos em 1863), por enlatamento e finalmente pela solução decisiva da refrigeração. Portanto, embora Boston recebesse alguma carne congelada no final da década de 1860, e Londres alguma da Austrália a partir de 1865, este tipo de comércio não se desenvolveu de fato até o final de nosso período. Não é acidental que os dois grandes pioneiros americanos, Swift e Armour, não tenham se estabelecido em Chicago antes de 1875.

O elemento dinâmico no desenvolvimento agrícola era portanto a demanda: a crescente demanda por alimentos por parte das regiões urbanas e industriais do mundo, a crescente demanda destes mesmos setores por trabalho e, como ligação entre dois, a economia de rápida expansão que fez crescer o consumo básico das massas e, portanto, sua demanda *per capita.* Pois, com a construção de uma genuína economia global capitalista, novos mercados surgiram do nada (como notaram Marx e Engels) enquanto os mais antigos cresceram dramaticamente. Pela primeira vez desde a Revolução Industrial, a capacidade da nova economia capitalista em proporcionar emprego emparelhou-se com a capacidade de multiplicar a produção (ver capítulo 12 mais adiante). Em conseqüência, para tomar um exemplo, o consumo de chá *per capita* da Inglaterra triplicou entre 1844 e 1876, e o consumo de açúcar *per capita* cresceu de 17 para 60 libras neste mesmo período.

A agricultura mundial dividia-se de forma crescente em duas partes, uma dominada pelo mercado capitalista, nacional ou internacional, a outra grandemente dependente dele. Isto não significa que nada fosse comprado ou vendido no setor independente, embora seja provável que uma boa proporção do produto da agricultura camponesa fosse consumida pelos próprios camponeses, ou comerciada dentro dos estreitos limites de um sistema local de trocas. Porém, há uma diferença substancial entre o tipo de economia agrícola na qual as vendas para fora são marginais ou opcionais e o tipo em que as riquezas dependem deste mercado externo; para colocar de outra forma, entre aqueles perseguidores pelo espectro de uma má colheita e uma subseqüente epidemia de fome e aqueles perseguidos pelo oposto de tudo isso, a superprodução ou a súbita competição e um colapso nos preços. Pela década de 1870 uma parte suficiente da agricultura mundial estava na segunda posição, e portanto capaz de provocar depressão agrária em dimensões mundiais de forma politicamente explosiva.

Do ponto de vista econômico, o setor tradicional da agricultura era uma força negativa: era imune às flutuações dos grandes mercados ou resistia a seu impacto da melhor maneira que pudesse. Onde fosse forte, mantinha homens e mulheres ligados à terra, até onde a terra pudesse dar-lhes um meio de vida, ou se desfazia de sua população em excesso por via da migração sazonais, como as que partiram do centro da França em direção a Paris. As secas mortíferas do sertão nordestino brasileiro provocaram um êxodo periódico de homens

famintos; e as notícias de que a seca havia terminado trazia-os de volta novamente para a paisagem agreste e cheia de cactus onde nenhum brasileiro "civilizado" se aventurava, salvo em alguma expedição militar contra algum messias do interior. Havia áreas nos Cárpatos, nos Bálcãs, no oeste russo, na Escandinávia e na Espanha – para ficarmos apenas no mais desenvolvido dos continentes – onde a economia mundial, portanto o resto do mundo moderno, fosse sob forma material ou mental, não significava muito. Em 1931, os habitantes da Polésia, quando perguntados pelos censores poloneses acerca de sua nacionalidade, não entenderam direito a pergunta. Eles responderam "somos daqui mesmo" ou "somos locais".

O setor de mercado era mais complexo, já que sua fortuna dependia tanto da natureza do mercado, em alguns casos do mecanismo de distribuição, do grau de especialização dos produtores, como de estrutura social da agricultura. Num extremo, poderia haver a virtual mono-culturalização das novas áreas agrícolas, imposta por uma orientação em direção a um remoto mercado mundial e intensificada, se não mesmo criada, pelo mecanismo característico de firmas de comércios estrangeiras, nas grandes cidades portuárias, que controlavam este comércio de exportação – os tradicionais gregos que dirigiam o comércio do milho russo através de Odessa, os Bunges & Borns de Hamburgo, que estavam para preencher a mesma função nos países da Bacia do Prata de Buenos Aires e Montevidéu. Onde tais exportações eram produzidas por grandes países, como era usual nas plantações tropicais (açúcar, algodão etc), o tipo de especialização era completo. Geralmente, em tais casos a identidade de interesses produzia uma estreita simbiose entre os grandes produtores – fossem nativos ou estrangeiros – as grandes firmas de comércio e os interesses compradores dos portos de exportação-importação, e também a política dos estados representando os mercados europeus e seus fornecedores. A aristocracia escravista do sul dos Estados Unidos, os *estancieros* da Argentina e os grandes ranchos de carneiros da Austrália eram tão entusiasticamente devotados ao livre comércio e à livre empresa como os ingleses dos quais dependiam, já que suas rendas baseavam-se exclusivamente na venda livre do produto de seus países, obtendo em retorno aquilo que seus fregueses pudessem fornecer em produtos não-agrícolas.

No outro extremo, o crescimento das áreas urbanas multiplicou a demanda por uma variedade de alimentos, para cuja produção as pequenas dimensões das unidades agrárias não proporcionavam nenhuma vantagem especial, e de nenhuma forma comparável com aquelas que o cultivo intensivo e a tecnologia proporcionavam. Os que produziam produtos alimentícios mais duráveis tinham que se preocupar mais com a competição dos mercados nacional e mundial do que aqueles que vendiam produtos perecíveis como ovos, legumes, frutas ou mesmo carne fresca – ou qualquer outro alimento perecível

que não pudesse ser transportado por grandes distâncias. A grande depressão agrária das décadas de 1870 e 1880 foi, portanto, uma depressão de produtos duráveis. Fazendas mistas e agricultura camponesa, especialmente a dos camponeses ricos com espírito empresarial, floresciam em tais situações.

Esta era uma razão porque as previsões de ruína que tinham sido feitas para o campesinato falharam neste estágio, mesmo que parecendo verdadeiras em alguns dos países mais industrializados e desenvolvidos. Era fácil definir que uma unidade camponesa era inviável quando menor que um determinado tamanho e quantidade de recursos, que variavam com o solo, clima e tipo de produção. Era porém muito mais difícil mostrar que a economia de grandes unidades era superior às médias ou mesmo pequenas, especialmente quando a maior parte da demanda de trabalho de tais unidades podia ser suprida pelo trabalho virtualmente gratuito de grandes famílias camponesas. O campesinato sofria uma constante erosão por uma proletarização daqueles cujos rendimentos eram demasiado pequenos para sustentá-los.

O crescimento da economia capitalista transformou a agricultura com sua demanda maciça. Não é portanto surpreendente que nosso período tenha visto um crescimento da quantidade de terra posta em uso agrícola, sem mencionar o aumento na produção através de melhorias na produtividade. O que não é geralmente reconhecido é quão vasta era a extensão da terra agrícola. Tomando as estatísticas disponíveis do mundo como um todo, entre 1840 e 1880 esta área cresceu da metade, de 500 para 750 milhões de acres. Metade deste aumento ocorreu na América, onde a área agrícola triplicou neste período (quintuplicou na Austrália e cresceu duas vezes e meia no Canadá). Ali tomou sobretudo a forma de um simples avanço geográfico da agricultura pelo interior. Entre 1849 e 1877 a produção de trigo avançou nove graus de longitude nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1860. É importante lembrar, porém, que a região a oeste do Mississipi ainda era comparativamente subdesenvolvida.

Entretanto, embora menos imediatamente visível porque distribuído dentro e em volta da área cultivada, os números para a Europa são igualmente impressionantes. A Suécia dobrou sua área de produção entre 1840 e 1880, a Itália e a Dinamarca expandiram-na por mais da metade, a Rússia, Alemanha e Hungria por uma terça parte. Na Itália do Sul e nas ilhas, cerca de 600 mil hectares de árvores desapareceram entre 1860 e 1911. Numas poucas regiões privilegiadas, incluindo o Egito e a índia, a irrigação em larga escala também foi significativa, embora uma fé simplista e fervorosa na tecnologia tenha produzido efeitos secundários desastrosos e imprevistos então e agora. Somente na Inglaterra a agricultura havia conquistado todo o país. Ali a área cresceu em menos de 5%.

Seria tedioso multiplicar as estatísticas da crescente produtividade e produção agrícolas. Mais interessante é descobrir até onde estas eram devidas à

industrialização, e se usavam os mesmos métodos e tecnologia que estavam transformando a indústria. Antes da década de 1840 a resposta teria sido: numa escala bem pequena. Mesmo durante nosso período, uma grande parte da agricultura estava sendo conduzida por meios que eram familiares há 100, ou talvez há 200 anos antes, o que era bastante natural, já que grandes resultados podiam ser conseguidos pela generalização dos melhores métodos conhecidos pelas fazendas pré-industriais. As terras virgens da América foram esvaziadas a ferro e fogo, como na Idade Média; explosivos foram usados para derrubar árvores. Para fins de produtividade, a substituição do arado de madeira pelo de aço e a segadeira pela foice foram mais importantes que a aplicação da força do vapor, que nunca se adaptou à vida da fazenda, por ser basicamente imóvel. As colheitas foram a grande exceção, pois consistiam em uma série de operações que requeriam um grande número de trabalhadores temporários – e com a crescente falta de trabalhadores, os salários, já altos, aumentaram. A maior inovação – colheita com máquinas – estava confinada quase que exclusivamente aos Estados Unidos, onde o trabalho era escasso e os campos extensos. Mas em geral a aplicação da criatividade à agricultura aumentou sensivelmente. Entre 1849 e 1851 uma média anual de 191 patentes agrícolas foram pedidas nos Estados Unidos; em 1859-61, 1.282; em 1869-71, não menos de 3.217.

Portanto, as fazendas permaneceram visivelmente o que tinham sempre sido na maior parte do mundo: mais prósperas nas áreas desenvolvidas, onde se investia mais em melhorias, prédios etc, parecendo um centro de negócios em muitos lugares, mas nunca transformadas de modo a não mais serem reconhecidas. No entanto, a produção industrial agora contribuía de forma importante para o capital na agricultura, assim como a ciência moderna através da química orgânica (de origem germânica). Fertilizadores industriais (potássio, nitratos) não eram ainda usados em larga escala: as importações da Inglaterra de nitrato chileno ainda não tinham atingido a soma de 60 mil toneladas em 1870. Por outro lado, um extenso comércio desenvolveu-se, para benefício temporário das finanças peruanas e lucro permanente de algumas firmas inglesas e francesas, com o fertilizador natural guano; 12 milhões de toneladas foram exportadas entre 1850 e 1880, quando então o *boom* do guano entrou em colapso; um tráfico impossível de se imaginar antes da era de transporte de massa global.

II

As forças econômicas que moviam a agricultura faziam-no naquelas áreas que eram accessíveis à mudança – eram as forças da expansão. A função da expansão na economia moderna não era apenas a de suprir alimentos e matéria-prima em quantidades crescentes, mas também a de proporcionar o

mais importante reservatório de força de trabalho para ocupações não-agrícolas. Sua terceira grande função, a de proporcionar o capital para o desenvolvimento urbano e industrial, dificilmente poderia ocorrer em países agrários, onde as outras fontes de renda para governos e ricos eram escassas, embora pudesse suprir ainda que de forma ineficiente e inadequada.

Os obstáculos vinham de três fontes: os próprios camponeses, seus superiores econômicos, políticos e sociais, e o peso inteiro das sociedades tradicionais institucionalizadas, onde a agricultura pré-industrial era o coração e o corpo da sociedade. Todos os três obstáculos estavam destinados a serem vítimas do capitalismo embora, como já vimos, nem o campesinato nem a hierarquia social que escorava-se nos seus ombros,estivesse em qualquer perigo imediato de colapso. Na realidade, os três fenômenos interligados eram teoricamente incompatíveis com o capitalismo, e portanto tendentes a entrar em conflito com este último.

Para o capitalismo, a terra era um fator de produção e uma mercadoria peculiar apenas pela sua imobilidade e quantidade limitada, embora, como tenha ocorrido, as grandes aberturas de novas terras deste período fizeram com que estas limitações parecessem aparentemente insignificantes para a época. O problema do que fazer com aqueles que detinham este "monopólio natural", portanto mantendo uma espécie de pedágio sobre o resto da economia, parecia relativamente superável. A agricultura era uma "indústria" como qualquer outra, para ser conduzida por princípios de obtenção de lucro, o fazendeiro um empresário. O mundo rural como um todo era um mercado, uma fonte de trabalho, uma fonte de capital.

Não havia meio de reconciliar esta perspectiva com a dos camponeses ou senhores da terra, para os quais a terra não era apenas uma fonte de grande lucro mas a própria estrutura de vida; onde as relações entre os homens e a terra e entre si em termos da terra não eram opcionais, mas obrigatórias. Mesmo a nível de governo e pensamento político, onde as "leis da economia" poderiam ser mais aceitas, o conflito era grande. A propriedade tradicional da terra podia ser economicamente indesejável, mas não era ela o cimento da estrutura social que desabaria em anarquia e revolução caso desaparecesse? (A política inglesa da terra na Índia viu-se com graves problemas diante deste dilema.) Economicamente, talvez fosse mais simples se não houvesse campesinato, mas não era ele uma garantia da estabilidade social e a espinha dorsal dos exércitos de muitos governos? Num tempo onde o capitalismo estava arruinando suas classes trabalhadoras de forma tão evidente, podia um estado prescindir de um reservatório de saudáveis homens do campo para recrutar para as cidades?

Conseqüentemente, o capitalismo poderia somente vir a minar as bases agrárias da estabilidade política, especialmente às margens ou dentro da periferia dependente do Ocidente desenvolvido. Economicamente, como vimos, a

transição para a produção de mercado, e especialmente a exportação de monocultura, rompia as relações sociais tradicionais e desestabilizava a economia. Politicamente, a "modernização" implicava, para aqueles que desejavam sofrer o processo, uma colisão frontal com o principal apoio do tradicionalismo, a sociedade agrária (ver capítulos 7 e 8). As classes dirigentes da Inglaterra, onde senhores da terra e camponeses pré-capitalistas haviam desaparecido, e as da Alemanha e França, onde um *modus vivendi* com o campesinato fora estabelecido na base de um florescente (e onde necessário protegido) mercado interno, podiam, portanto, confiar na lealdade do campo. Mas em outros lugares não o podiam. Na Itália e na Espanha, na Rússia e nos Estados Unidos, na China e na América Latina, era mais provável que se transformassem em regiões de fermento social e explosão ocasional.

Por uma razão ou por outra, três tipos de empreendimento agrário estavam sob particular pressão: a plantação escrava, o estado servil e a economia camponesa tradicional não-capitalista. O primeiro foi liquidado dentro de nosso período pela abolição da escravidão nos Estados Unidos e na maior parte da América Latina, com a exceção do Brasil e de Cuba onde estava com os dias contados. E nestes últimos abolida oficialmente em 1889. Na prática, pelo final do nosso período, a escravidão havia recuado para as partes mais atrasadas do Oriente Médio e da Ásia, onde não tinha mais um papel significativo na agricultura. O estado servil foi formalmente liquidado na Europa entre 1848 e 1868, embora o campesinato pobre e especialmente os sem-terra nas regiões dos grandes países da Europa do sul e do leste tivessem permanecido num estado semi-servil, visto que permaneceram sujeitos a uma esmagadora coerção não-econômica. Onde os camponeses tivessem direitos legais ou civis inferiores aos usufruídos pelos ricos e poderosos, qualquer que fosse a teoria poderiam sofrer coerção não-econômica, como na Wallachia, Andaluzia e Sicília. Serviços de trabalho compulsório não haviam sido abolidos em muitos países sul-americanos, mas pelo contrário, intensificados. Portanto, poder-se-ia dificilmente falar da extinção da servidão naquele continente. (A persistência de tais obrigações – descritas em termos locais como *vanaconas, huasipungos* etc. – não devem ser confundidas com arranjos funcionalmente similares como servidão por dívida, da mesma forma que a importação de trabalho onde o trabalhador deve o transporte ao senhor não deve ser confundida com a escravidão. Ambas estas formas aceitam a abolição da escravidão e servidão formais como dadas, e procuram recriá-las dentro da estrutura de um contrato tecnicamente "livre".) Contudo, a servidão parece ter sido confinada de forma crescente aos camponeses índios, explorados por senhores não-índios. O terceiro tipo manteve-se, como já vimos.

As razões para esta liquidação geral das formas pré-capitalistas (isto é, não-econômicas) de dependência agrária são complexas. Em alguns casos,

fatores políticos foram obviamente decisivos. No Império dos Habsburgos em 1848, e na Rússia em 1861, não foi tanto a impopularidade da servidão no campesinato que determinou a emancipação, embora tivesse sido um dos fatores, mas o medo de uma revolução não-camponesa que viesse adquirir uma força decisiva através da mobilização do descontentamento camponês. A rebelião camponesa era uma possibilidade constante, como demonstrada pelos levantes agrários na Galícia em 1846, na Itália do sul em 1848, na Sicília em 1860 e na Rússia nos anos subseqüentes à guerra da Criméia. Mas não eram as rebeliões cegas dos camponeses que assustavam os governos – elas duravam pouco, e seriam aniquiladas a ferro e fogo mesmo pelos liberais, como na Sicília – mas a mobilização do descontentamento camponês reforçando um desafio político à autoridade central. Os Habsburgos tentaram, portanto, isolar os vários movimentos de autonomia nacional de suas bases camponesas, e o tzar russo fez o mesmo na Polônia. Sem apoio do campesinato, os movimentos liberais-radicais eram insignificantes nos países agrários, ou pelo menos contornáveis. Tanto os Habsburgos como os Romanov sabiam bem disso, e agiram conseqüentemente.

Porém, insurreição e revolução, por camponeses ou outros, explicam alguma coisa sobre a emancipação dos servos, mas nada sobre a abolição da escravidão. Pois, diferente da insurreição dos servos, a rebelião escrava era relativamente incomum – circunscrita aos Estados Unidos – e nunca no século XIX considerada uma ameaça política muito séria. Seria então a pressão para a abolição da servidão e a escravidão de origem econômica? Certamente em alguma medida. É bem sabido que historiadores econométricos argumentam retrospectivamente que a agricultura servil ou escrava era, de fato, mais proveitosa ou até mais eficiente que a agricultura orientada pelo trabalho livre. (O argumento tem sido elaborado para a escravidão, mas não na mesma medida para a servidão.) Isto é perfeitamente possível, e os argumentos são realmente fortes. Porém, é inegável que os observadores da época, operando com métodos da época e critérios de contabilidade, concluíssem que era inferior, embora evidentemente não possamos dizer até onde o justificável horror em relação à escravidão e à servidão fizeram estas conclusões tendenciosas. E mais, Thomas Brassey, o empresário das estradas de ferro, falando a voz do senso comum dos negócios, observou sobre a servidão que a produção na Rússia servil era a metade da inglesa e da saxônica e inferior a qualquer outro país europeu, e sobre a escravidão, que esta era "obviamente" inferior do ponto de vista da produtividade do que do trabalho livre e mais cara do que as pessoas normalmente pensavam, tendo em vista o preço de compra e manutenção do escravo. O cônsul britânico em Pernambuco (admite-se que fazendo um relatório para um governo passionalmente antiescravista) assinalou que o senhor escravo perdia 12% de juros do capital que poderia empregar ao invés de comprar escravos. Erradas ou não, estas opiniões eram comuns fora dos

ambientes de senhores de escravos.

Na realidade, a escravidão estava de forma patente em declínio, e não apenas por razões humanitárias. O final efetivo do tráfico escravo deu-se por pressão da Inglaterra, que cortou de fato o suprimento de escravos, o que aumentou seu preço. A importação de africanos para o Brasil caiu de 54 mil em 1849 para virtualmente zero em meados da década de 1850. O tráfico interno negreiro, embora muito usado em argumentos abolicionistas, parece não ter tido um papel importante. Mas a mudança do trabalho escravo para o não-escravo era espantosa Em 1872, a população de cor no Brasil era três vezes mais numerosa do que a população escrava, e mesmo entre negros puros os dois grupos eram quase iguais em número. Em Cuba, por volta de 1877, o número de escravos havia caído de 400 mil para 200 mil. Possivelmente, mesmo nas áreas mais tradicionais do cultivo escravo, a mecanização a partir de meados do século diminuiu a demanda por trabalho no processamento do produto, embora nas grandes economias açucareiras, como Cuba, produzisse um correspondente crescimento na necessidade de braços no campo. Entretanto, dada a crescente competição do açúcar de beterraba europeu e o potencial extremamente alto do componente de trabalho manual na produção da cana-de-açúcar, a pressão para abaixar os custos do trabalho era considerável. Mas poderia a economia de plantação escrava agüentar o duplo custo de investir pesadamente na mecanização e nas despesas com os escravos? Tais cálculos encorajaram a substituição (pelo menos em Cuba) de escravos não exatamente por trabalhadores livres mas por trabalhadores endividados,[1] sendo estes trabalhadores trazidos de entre os índios Maias do Yucatan, vítimas da Guerra Racial (ver capítulo 7), ou da então "recém-aberta" China. Porém, parecia não haver dúvida de que a escravidão como modo de exploração estava em declínio na América Latina, mesmo antes de ser abolida, e que o problema econômico em relação a esta forma de trabalho apareceu de forma cada vez mais forte a partir de 1850.

Quanto à servidão, o problema econômico em relação a ela era simultaneamente geral e específico. Em termos gerais, parecia claro que a permanência de camponeses imobilizados inibia o desenvolvimento da indústria, que era vista como demandando trabalho livre. A abolição da servidão iria portanto ser uma pré-condição necessária para a mobilidade de trabalho livre. Além disso, como poderia a agricultura servil ser economicamente racional se, para citar um defensor russo da servidão na década de 1850, "ela impedia a possibilidade de estabelecer o custo de produção sem qualquer precisão"? A agricultura servil também impedia o ajuste racional adequado ao mercado. Mais especificamente, tanto o desenvolvimento de um mercado interno para uma variedade de alimentos e matérias-primas agrícolas, quanto o de um mercado externo – sobretudo para o trigo – minaram a servidão. Na parte norte da Rússia,

que nunca foi muito adequada ao cultivo extensivo do trigo, fazendas de camponeses deslocaram a produção de cânhamo, fibras e outras intensivas lavouras, enquanto manufaturas proporcionaram outro tipo de mercado para o campesinato. O número de servos efetuando serviços de trabalho, já uma minoria, caiu. Servia para pagar aos senhores da terra a comutação de serviços para uma orientação de mercado. No sul vazio, onde as estepes virgens transformavam-se em campos de trigo, a servidão não era de grande importância. O que os senhores da terra precisavam para a expansão da economia de exportação era de melhores transportes, crédito, trabalho livre e máquinas. A servidão sobreviveu na Rússia, como na Romênia, sobretudo nas áreas de produção de sementes com uma densa população camponesa, onde os senhores podiam compensar sua fraqueza competitiva com o aumento de serviços, ou esperar cortar pelo mesmo método, mesmo que temporariamente, os preços no mercado de exportação.

Entretanto, a abolição do trabalho não-livre não pode ser analisada simplesmente em termos de cálculo econômico. As forças da sociedade burguesa opunham-se à escravidão e à servidão não apenas porque acreditavam que estas fossem economicamente indesejáveis, nem por razões morais, mas também porque estas formas pareciam incompatíveis com uma sociedade de mercado baseado na busca livre do interesse individual. Por outro lado, proprietários de escravos e senhores da terra apoiavam o sistema porque este parecia-lhes a coluna dorsal daquela sociedade e de suas classes. Talvez achassem mesmo impossível suas próprias existências sem escravos ou servos, que definiam o próprio *status* da classe. Os senhores da terra russos não se revoltavam contra o tzar, e nem poderiam, porque este lhes proporcionava a única legitimação possível contra um campesinato que, se por um lado estava profundamente convencido de que a terra pertencia a quem nela trabalhava, por outro lado acreditava na sua subordinação hierárquica aos representantes de Deus e do imperador. Mas os senhores se opunham à emancipação de forma bastante decidida. Ela era imposta de fora ou de cima e por uma força superior.

De fato, se a abolição/emancipação tivesse sido apenas o produto de forças econômicas, não teriam produzido os resultados insatisfatórios que produziram tanto nos Estados Unidos como na Rússia. As áreas nas quais a escravidão ou a servidão tinham sido de importância marginal ou genuinamente "não-econômica" – por exemplo, no norte e no sul da Rússia ou nos estados fronteiriços e no sudoeste dos Estados Unidos – ajustaram-se rapidamente à sua liquidação. Mas nas áreas centrais do velho sistema os problemas eram muito mais difíceis de serem enfrentados. Portanto, nas províncias russas da "terra negra" (distintas da Ucrânia e das fronteiras das estepes), a agricultura capitalista desenvolveu-se devagar, dívidas de trabalho permaneceram até meados da década de 1880, enquanto a expansão da lavoura ficava, em geral, bastante mais

atrasada em relação às plantações de semente no sul. Em resumo, os benefícios puramente econômicos do final da economia de coerção física permanecem em debate.

Nas antigas economias escravistas isto não pode ser explicado no campo político, já que o Sul tinha sido conquistado e a antiga aristocracia da terra perdera temporariamente o poder, adquirindo-o de novo, porém, logo depois. Na Rússia, os interesses da classe proprietária de terras eram, evidentemente, cuidadosamente considerados e salvaguardados. O problema, neste caso, era que a emancipação não produzia uma solução agrária satisfatória nem para a nobreza, nem para o campesinato, nem para os projetos de uma genuína agricultura capitalista. Em ambas as áreas, a resposta dependia de qual seria a melhor forma de agricultura, especialmente agricultura de larga escala, sob condições capitalistas.

Há duas formas principais de agricultura capitalista, que Lênin chamou respectivamente de caminho "prussiano" e caminho "americano": no primeiro caso, grandes fazendas operadas por proprietários-empresários capitalistas com trabalho alugado, no segundo, fazendeiros comerciais independentes de extensão variada também operando com trabalho alugado onde necessário, embora numa escala muito menor. Ambas implicavam uma economia de mercado, mas, mesmo antes do triunfo do capitalismo, a maioria das grandes fazendas operavam como unidades produtivas para vender uma grande proporção de sua produção, enquanto a maioria das propriedades camponesas, sendo primariamente para consumo próprio, não o faziam. Portanto, a vantagem das grandes fazendas e plantações para o desenvolvimento econômico não residia tanto na superioridade técnica, maior produtividade etc, mas sobretudo na sua capacidade pouco comum em gerar excedente agrícola para o mercado. Onde o campesinato permaneceu "pre-comercial", como em grande parte na Rússia e entre os escravos emancipados das Américas, que retornaram à agricultura de subsistência camponesa, a fazenda manteve esta vantagem, mas onde faltavam as antigas vantagens do trabalho compulsório, proporcionadas pela escravidão e servidão, a fazenda sentia agora mais dificuldade em obter trabalho, salvo quando os antigos escravos ou servos fossem desprovidos de terra ou a possuíssem em tão pouca quantidade que eram obrigados a se transformar em trabalhadores alugados – e que não houvesse um trabalho mais atraente como alternativa.

Mas no todo, os ex-escravos adquiriram alguma terra (embora não os "40 acres e uma mula" com que sonhavam) e os ex-servos, embora perdendo alguma terra para os senhores, especialmente nas regiões de agricultura comercial em expansão, permaneceram camponeses. Aliás, a sobrevivência – e mesmo o recrudescimento – da velha comuna de cidade, com seus arranjos de periódica distribuição equitativa de terra, salvaguardou a economia camponesa.

Daí a crescente tendência dos senhores da terra para alugar as propriedades, repondo assim os produtos que eles mesmo encontravam mais dificuldade em produzir.

Mas, se o caminho "prussiano" não era seguido sistematicamente, por outro lado, o caminho "americano" também não o era. Este dependia da criação de um grande corpo de fazendeiros empresários cultivando essencialmente produtos de venda imediata. Um tamanho mínimo de propriedade era necessário para tal, variando com as circunstâncias. Portanto, no sul dos Estados Unidos depois da Guerra Civil, a "experiência tem mostrado que é duvidoso se algum lucro pode ser obtido por um cultivador cuja produção anual é menor que 50 fardos... Um homem que não consiga produzir 8 ou 10 fardos no mínimo praticamente não tem objetivo na vida e nada para viver". Uma grande parte do campesinato permaneceu, portanto, dependente da cultura de subsistência em suas propriedade se estas o permitissem, e, quando não, dependia do trabalho em outro local como complemento. Dentro do campesinato, desenvolveu-se um bom número de fazendeiros comerciais – eles eram de importância substancial na Rússia na década de 1880 –, mas diferenças de classe ocorriam por vários fatores – racismo nos Estados Unidos, a persistência da comunidade de pequenas vilas na Rússia.

Portanto, nem a abolição nem a emancipação produziram um resultado satisfatório do ponto de vista capitalista para o "problema agrário", e é duvidoso que isto pudesse ter ocorrido, salvo se as condições para o desenvolvimento de uma agricultura capitalista já estivessem presentes, como nas áreas marginais da economia servil/escravista do Texas ou (na Europa) na Bohemia e Hungria. Nestas áreas, podemos ver os caminhos "prussiano" ou "americano" em ação. As grandes fazendas de nobres, algumas vezes ajudadas pelas injeções de capital financeiro na forma de pagamentos de compensação pela perda de serviços de trabalho, transformaram-se em empresas capitalistas. Nas terras tchecas eles detinham 43% das cervejarias, 65% das fazendas de açúcar e 60% das destilarias no começo da década de 1870. Ali floresceram, com a concentração da lavoura intensiva, não apenas grandes fazendas com trabalho alugado, mas também grandes sítios camponeses, que começavam a competir com as fazendas. Na Hungria, estes últimos permaneceram dominantes e a totalidade dos servos sem terra obtiveram liberdade sem receber, enfim, nenhuma terra.

Nas antigas áreas centrais de coerção física, como na Rússia e na Romênia, onde a servidão durou mais tempo, o campesinato tinha sido deixado como uma massa bastante homogênea (exceto quando divididos por raça ou nacionalidade) e descontente, talvez mesmo revolucionária. A incapacidade para ação, devida à opressão racial ou à dependência por não possuírem terras, mantinha-os quietos, como os negros rurais do sul dos Estados Unidos ou os trabalhadores das planícies Húngaras. Por outro lado, o campesinato tradicional,

especialmente quando organizado comunalmente, transformou-se numa força formidável. A Grande Depressão da década de 1870 abriu uma era de agitação rural e revolução camponesa.

Poderia este processo ter sido evitado por uma forma "mais racional" de emancipação? É duvidoso. Pois encontramos resultados muito similares naquelas regiões onde a tentativa de criar as condições para a agricultura capitalista tinha sido efetuada não por um édito global abolindo a economia de coerção, mas pelo processo mais geral da imposição pela lei do liberalismo burguês: transformando toda propriedade agrária em propriedade individual, e transformando a terra numa mercadoria de venda livre como qualquer outro objeto. Na teoria, este processo já havia sido amplamente aplicado na primeira metade do século (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 8), mas na prática veio a ser imensamente reforçado, depois de 1850, pelo triunfo do liberalismo. Isto significava, primeiro e acima de tudo, a quebra das antigas organizações comunais e a distribuição ou a alienação da terra de posse coletiva, ou da terra de instituições não-econômicas como as da Igreja. Isto viria a ser efetuado de maneira mais dramática e rude na América Latina, por exemplo, no México, no período de Juarez na década de 1860, ou na Bolívia sob o ditador Melgarejo (1866-71), mas também ocorreu em grande escala na Espanha depois da revolução de 1854, na Itália depois da unificação do país sob as instituições liberais de Piedmont, e onde mais o liberalismo econômico e legal tivesse triunfado. E o liberalismo avançava mesmo nos lugares onde os governos não lhe eram muito simpático. As autoridades francesas tomaram algumas providências para salvaguardar a propriedade comunal entre seus súditos muçulmanos na Argélia, e mesmo Napoleão III achou inconcebível que a propriedade individual, como direito sobre a terra, não fosse estabelecida formalmente entre os membros da comunidade muçulmana "onde possível e oportuno", uma medida que veio a ter o efeito de permitir a europeus a possibilidade de comprá-las pela primeira vez. Entretanto, ainda não era o convite à liquidação pela expropriação efetuada pela Lei de 1873 (depois da grande insurreição de 1871) que veio propor a imediata transferência da propriedade nativa para o *status* legal francês, uma medida que "beneficiou a quase ninguém, exceto aos homens de negócios e especuladores (europeus)". Com ou sem apoio oficial, os muçulmanos perderam suas terras para os colonos brancos ou para as companhias de terras.

A ambição teve um papel em tais expropriações: por parte dos governos, pelos lucros em vendas de terra ou outras rendas; por parte dos senhores da terra, colonos ou especuladores, o fato de adquirir barato fazendas e propriedades. Mas seria injusto negar aos legisladores a sinceridade da convicção de que a transformação da terra numa mercadoria livremente alienável e a transformação em propriedade privada de relíquias comunais, eclesiásticas ou

outras obsolescências de um passado irracional iriam, no todo, proporcionar uma base para um desenvolvimento agrícola satisfatório. Mas não era injusto de forma alguma em relação ao campesinato, que em sua totalidade se recusou a se transformar em uma florescente classe de fazendeiros comerciais, mesmo quando tinham a chance de consegui-lo. (A maioria não tinha esta chance, já que não podia comprar a terra posta no mercado ou mesmo compreender os complexos processos legais que levaram à sua desapropriação.) Talvez a medida não tenha reforçado o latifúndio em si – o termo é ambíguo e profundamente imbuído de mitologia política – mas onde tivesse trazido reforços não era ao camponês de economia de subsistência, velho ou novo. O maior efeito da liberalização viria a ser o aprofundamento do descontentamento camponês.

A novidade deste descontentamento era que agora podia ser mobilizado pela esquerda política. De fato, exceto em partes do sul da Europa, não iria ainda ser mobilizado. Na Sicília e no sul da Itália, a revolução camponesa de 1860 ligou-se a Garibaldi, uma grande figura de camisa vermelha que parecia, de todas as formas, o libertador do povo, e cuja crença em uma república radical-democrática, laica e mesmo vagamente "socialista" não parecia de todo incompatível com a crença em santos, na Virgem, no Papa e (fora da Itália) no rei Bourbon. No sul da Espanha, o republicanismo e a Internacional (na sua forma bakuninista) cresceram rapidamente: nenhuma cidade andaluza entre 1870 e 1874 deixou de ter sua "sociedade de trabalhadores". (Na França, é claro, o republicanismo, a forma principal da esquerda, já estava bem estabelecido em algumas áreas rurais depois de 1848, e teve o apoio da maioria, moderadamente, depois de 1871.) Talvez uma esquerda revolucionária tenha surgido na Irlanda com os fenianos na década de 1860, para irromper na formidável Land league do final da década de 1870 e inícios da de 1880.

Havia, evidentemente, mesmo na Europa, muitos países – e praticamente todos fora deste continente – onde a esquerda, revolucionária ou não, falhou em provocar qualquer impacto no campesinato; como os populistas russos iriam descobrir (ver capítulo 9) quando se decidiram a "ir ao povo" na década de 1870. De fato, enquanto a esquerda permanecesse urbana, laica ou mesmo militantemente anticlerical e sem interesse nos problemas do campo, o campesinato iria continuar nutrindo suspeita e hostilidade em relação a ela. O sucesso rural dos militantes anarquistas anticristãos na Espanha ou republicanos na França era excepcional. Mesmo assim, pelo menos na Europa, a antiquada insurreição rural pela Igreja, pelo rei e contra as cidades ímpias e liberais tornaram-se escassas. Mesmo a segunda guerra carlista na Espanha (1872-76) foi uma questão muito mais geral que a primeira da década de 1830, e virtualmente confinou-se às províncias bascas. Como o grande *boom* da década de 1860 e inícios da de 1870 abriu caminho para a depressão agrária das décadas de 1870 e 1880, o campesinato não podia mais ser tomado com um elemento

conservador na política.

Mas em que medida a vida no campo foi transformada pelas forças do Novo Mundo? Não é fácil julgar pelo ponto de vista do século XX, já que a vida rural foi mais transformada neste período do que em qualquer época anterior desde a invenção da agricultura. Olhando retrospectivamente, os caminhos de homens e mulheres no campo em meados do século XIX parecem fixados numa antiga tradição de mudança a passos de tartaruga. Evidentemente trata-se de uma ilusão, mas a natureza exata destas mudanças é agora difícil de discernir, exceto talvez entre os colonos do Oeste Americano, prontos para mudar de fazenda e produto de acordo com as perspectivas de preços ou lucros especulativos, equipados com máquinas e comprando novidades através do catálogo postal.

Mas havia de qualquer forma, mudanças no campo. Havia a estrada de ferro. Havia, com crescente freqüência, a escola primária, ensinando a língua nacional (uma nova e segunda língua para a maioria dos filhos de camponeses) e, conjuntamente com a administração nacional e a política, fragmentando suas personalidades. Por volta de 1875, o uso de apelidos pelos quais as pessoas eram conhecidas e identificadas nas vilas de Bray na Normandia havia praticamente desaparecido. Isto era devido inteiramente aos professores que não permitiam que as crianças usassem nas escolas outra coisa que não fosse seus nomes próprios. Talvez não tivessem exatamente desaparecido, mas retroagido, com o dialeto local, para o submundo privado e não-oficial da cultura não-literária. E a divisão mesma entre os alfabetizados e analfabetos no campo era uma poderosa força de mudança. Em 1849, era natural que a política camponesa na Morávia tomasse a forma de um boato de que o líder revolucionário húngaro Kossuth era o filho do "imperador camponês" Joseph II, descendente do antigo rei Svatopluk, e prestes a invadir o país a frente de um grande exército. Mas já por volta de 1875, a política na Tchecoslováquia, especialmente no campo, era conduzida em termos mais sofisticados, e aqueles que esperavam a salvação nacional através de herdeiros de "imperadores populares", antigos ou modernos, talvez se sentissem um pouco embaraçados em admiti-lo. Aquela forma de pensar confinava-se mais e mais a países analfabetos, como a Rússia, onde os populistas revolucionários, nesta mesma época, tentaram – sem sucesso – organizar uma revolução camponesa através de um "pretendente popular" ao trono do tzar.

Poucos países eram relativamente alfabetizados, exceto partes da Europa central e ocidental (principalmente as protestantes) e a América do Norte. Mas mesmo entre os atrasados e tradicionais, dois tipos de pessoas do campo eram os maiores pilares das antigas formas – os velhos e as mulheres, cujas "histórias de viúvas" passavam de geração em geração e ocasionalmente, para benefício dos homens da cidade, para colecionadores de folclore e canções populares. E é ainda um paradoxo do período, que, freqüentemente ou não, a

mudança tenha sido trazida para a vida do campo através das mulheres. Algumas vezes, na Inglaterra, meninas do campo tornaram-se mais instruídas que meninos – isto parece ter acontecido pela década de 1850. Certamente nos Estados Unidos eram as mulheres que representavam as "formas civilizadas" – aprendizado através de livros, higiene, casas "limpas" e mobília segundo o modelo e sobriedade da cidade. Os que empurravam os filhos para serem "melhores do que eles mesmos" eram mais as mães do que os pais. Mas talvez o mais poderoso agente de tal "modernização" fosse a migração de jovens camponesas para o serviço doméstico nas casas das classes médias urbanas. Tanto para homens como para mulheres, o grande processo de melhorar era inevitavelmente um processo de minar as antigas formas e aprender as novas. Para isso, voltamos agora nossa atenção.

---

[1] Onde o trabalhador deve ao senhor o preço de seu transporte (N.T.).

11

OS HOMENS SE PÕEM A CAMINHO

Perguntamos onde estava seu marido.
"Ele está na América"
"O que é que ele faz lá?"
"Ele conseguiu um emprego como Tzar"
"Mas como pode um judeu ser Tzar?"
"Tudo é possível na América", ela respondeu.

— Scholem Alejchem, 1900

Disseram-me que os irlandeses estão tirando o serviço doméstico dos negros por toda parte... Aqui isso é universal; não se encontra praticamente em lugar nenhum um empregado que não seja irlandês.

— A. H. Clough para Thomas Carlyle, Boston, 1853

I

A metade do século XIX marca o começo da maior migração dos povos na História. Seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram então, são falhas em capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre estados: o êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo este fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação. Entretanto, uma forma dramática desta migração pode ser aproximadamente documentada. Entre 1846 e 1875, uma quantidade bem superior a 9 milhões de pessoas deixou a Europa, e a grande maioria seguiu para os Estados Unidos. Isto equivalia a mais de 4 vezes a população de Londres em 1851. No meio século precedente tal movimentação não deve ter sido superior a um milhão e meio de pessoas no todo.

Movimentos populacionais e industrialização andam juntos, já que o desenvolvimento econômico moderno do mundo pede mudanças substanciais junto aos povos e, por outro lado, facilita tais movimentos tornando-os tecnicamente baratos e mais simples através de comunicações novas e melhores, assim como evidentemente permite ao mundo manter uma população bem maior. A enorme expansão das massas em nosso período não era nem inesperada nem sem precedentes muito modestos. Era certamente previsível nas décadas de 1830 e 1840. Porém, o que parecia ser uma corrente viva, transformou-se

subitamente numa torrente. Antes de 1845, somente em um ano ocorreu que mais de 100 mil passageiros tivessem chegado aos Estados Unidos. Mas entre 1846 e 1850, uma média anual de mais de 250 mil deixou a Europa, e nos cinco anos subseqüentes, uma média anual de 350 mil; somente em 1854 não menos que 428 mil chegaram aos Estados Unidos e embora os números flutuassem segundo as condições econômicas dos países de origem e de destino, o fluxo continuou numa escala ainda maior do que antes.

Entretanto, por maior que fossem tais migrações, elas ainda eram modestas em relação às cifras posteriores. Na década de 1880, entre 700 mil e 800 mil europeus emigraram em média cada ano, e nos anos posteriores a 1900, entre 1 e 1,4 milhão por ano. Assim, entre 1900 e 1910 um número consideravelmente maior de pessoas emigrou para os Estados Unidos do que durante o período inteiro que este livro estuda.

A mais evidente limitação às migrações era geográfica. Deixando de lado as relíquias do tráfico negreiro (já então ilegal e praticamente estrangulado pela marinha britânica), o maior número de migrantes internacionais era formado de europeus, ou mais precisamente neste período, europeus ocidentais e alemães. Os chineses já estavam certamente se movimentando nas fronteiras do norte de seu império para além da região do povo Han, e para as regiões do sul nas penínsulas e ilhas do sudeste asiático, mas não se pode imaginar em que número. Talvez fosse modesto. Em 1871 havia talvez uns 120 mil na Malásia. Os indianos começaram, depois de 1852, a emigrar pouco a pouco para a vizinha Birmânia. O vazio deixado pelo banimento do tráfico escravo estava sendo, de certa forma, preenchido pelo transporte de trabalho endividado, sobretudo proveniente da Índia e da China. 125 mil chineses seguiram para Cuba entre 1853 e 1874. Eles iriam criar as diásporas indianas da Guiana e Trinidad, das ilhas dos Oceanos Pacífico e Indico, e do Caribe britânico. Chineses aventureiros já estavam sendo atraídos (ver capítulo 3) em algum número para as regiões pioneiras da parte americana do Pacífico, que iriam proporcionar aos jornalistas locais algumas brincadeiras sobre lavanderias, cozinheiros (eles inventaram o restaurante chinês em São Francisco durante a corrida do ouro), e criar demagogos locais com *slogans* de exclusividade racial. A frota mercante em rápido crescimento em todo o mundo deixava então um depósito de pequenas populações de cor nos portos internacionais mais importantes. O recrutamento de tropas coloniais, sobretudo pelos franceses que esperavam através disso suplantar a superioridade demográfica dos alemães (uma questão discutida com ansiedade na década de 1860), trouxe alguns outros pela primeira vez para uma região européia.

Mesmo entre os europeus, a migração de massa intercontinental estava confinada aos povos de relativamente poucos países, neste período sobretudo ingleses, irlandeses e alemães e, a partir de 1860, noruegueses e suecos – os

dinamarqueses nunca emigraram na mesma medida – cujo pequeno número esconde o imenso vazio demográfico que deixavam. Desta forma, a Noruega enviou dois terços de seu aumento populacional para os Estados Unidos, superados apenas pelos desafortunados irlandeses que enviaram todo o seu aumento populacional para fora: o país perdeu consistentemente em população em todas as décadas depois da grande epidemia de fome de 1846-47. Por outro lado, embora os ingleses e os alemães tenham mandado apenas aproximadamente 10% de seu aumento populacional para fora, em números absolutos isso significava muito. Entre 1851 e 1880, cerca de 5,3 milhões deixaram as Ilhas Britânicas (3,5 milhões para os Estados Unidos, 1 milhão para a Austrália, meio milhão para o Canadá) – de longe a maior migração transoceânica no mundo.

Os italianos do sul e sicilianos, que iriam tornar-se um dilúvio nas grandes cidades das Américas, praticamente ainda não haviam começado a sair de suas pequenas e pobres vilas; os europeus orientais, católicos ou ortodoxos, permaneciam grandemente sedentários e apenas os judeus iam para cidades provinciais para depois seguir em direção às grandes cidades. Os camponeses russos mal haviam começado a emigrar para os grandes espaços abertos da Sibéria antes de 1880, embora tivessem seguido em grande número para as estepes da Rússia européia, cuja colonização tinha sido mais ou menos completada por volta de 1880. Os poloneses mal haviam começado a povoar as minas de Ruhr antes de 1890 embora os tchecos já estivessem se deslocando para o sul de Viena. O grande período da emigração eslava, judaica e italiana para as Américas começaria em 1880.

Já que a maioria dos europeus era de origem rural, assim eram os emigrantes. O século XIX foi uma gigantesca máquina para elevar os homens do campo. A maioria deles foi para as cidades, ou, a qualquer preço, para fora do ambiente tradicional rural, em busca do melhor caminho que pudessem encontrar em mundos estranhos, assustadores mas sobretudo promissores, onde se dizia que o pavimento das cidades era leito de ouro, embora alguns emigrantes não encontrassem mais do que algum cobre. Não é exatamente verdade que as correntes migratórias fossem todas iguais. Alguns pequenos grupos de migrantes, sobretudo alemães e escandinavos, que seguiram para a região dos Grandes Lagos nos Estados Unidos, ou os colonos escoceses no Canadá, trocaram um meio agrícola rural pobre por um melhor: somente 10% dos emigrantes para os Estados Unidos em 1880 foram para a agricultura, e a maioria não como fazendeiros, possivelmente devido ao preço dos equipamentos necessários.

Se a redistribuição dos homens do campo através do globo não pode ser negligenciada, é contudo menos surpreendente do que o êxodo da agricultura. Migração e urbanização andavam juntas, e na segunda metade do século XIX os países mais associados a este processo (Estados Unidos, Austrália, Argentina)

tinham uma taxa de concentração urbana não superada em nenhum lugar, exceto na Inglaterra e nus partes industrializadas da Alemanha. "(Em 1890, as 20 maiores cidades do mundo incluíam cinco nas Américas e uma na Austrália.) Homens e mulheres transferiram-se para as cidades, embora talvez (com certeza na Inglaterra) cada vez mais oriundos de outras cidades.

Se a transferência se dava dentro do próprio país, isto não levantava nenhum problema novo de técnica. Na maioria dos casos eles não iam muito longe, ou se fossem, os caminhos para a cidade já haviam sido percorridos por vizinhos. Novos rumos eram às vezes abertos pela tecnologia, tais como a estrada de ferro que trouxe os bretões à Paris para perder sua fé (como no provérbio) na estação de Montparnasse e para preencher os bordéis da cidade com seus habitantes mais característicos. Garotas da Bretanha substituíram as de Lorraine como as prostitutas mais familiares.

As mulheres migrantes entre países tornaram-se em sua maioria empregadas domésticas, até que se casassem com um compatriota ou passassem para alguma ocupação urbana. A migração de famílias ou mesmo de casais era incomum. Os homens seguiam o comércio tradicional de suas regiões ao se transferirem para as cidades; no caso de serem especializados, sua própria profissão; ou então, se comerciantes, alguma forma de pequeno comércio, sobretudo de alimentos ou bebidas. Além destes casos eles encontravam emprego sobretudo nas duas grandes ocupações que não requeriam nenhuma especialização particular estranha a homens do campo, ou seja, construção e transporte. Em Berlim, em 1885, 81% dos homens engajados no suprimento de alimentos, 83,5% dos envolvidos em construção e mais de 85% daqueles em transporte tinham nascido fora da cidade. Se eles não tinham muita sorte nos empregos mais especializados, exceto quando aprendizes, por outro lado estavam em melhor situação do que os mais pobres nascidos na própria cidade. O pior dos quarteirões pobres era habitado mais freqüentemente pelos nativos do que pelos emigrantes. No nosso período ainda não havia muita alternativa de trabalho fabril na maioria das grandes capitais.

A maior parte desta estrita produção industrial encontrava-se nas cidades médias (embora crescendo rapidamente) ou mesmo – sobretudo nas minas e em algumas espécies têxteis – nas vilas e pequenas cidades. Ali não havia uma demanda comparável para mulheres imigrantes, exceto nos têxteis, e os empregos para os imigrantes homens eram, quase que por definição, não especializados e mal pagos

Migrações através de fronteiras e oceanos levantavam problemas mais complexos, e isso não era de nenhuma forma devido ao fato de os imigrantes não entenderam a língua do país. Na realidade, a maior parte dos imigrantes, aqueles das Ilhas Britânicas, não tinham dificuldades lingüísticas significativas, embora alguns migrantes internos a tivessem, como por exemplo, dentro dos impérios

multinacionais da Europa central e oriental. Entretanto, fora a língua, a emigração sem dúvida aumentou de forma aguda a questão da origem nacional dos indivíduos (ver também capítulo 5). Se alguém permanecesse num país novo, deveria ser obrigado a romper as ligações com o antigo? A questão não se levantava na transferência para as colônias do Estado, onde era possível manter as nacionalidades inglesa ou francesa, fosse na Nova Zelândia ou na Argélia, pensando no velho país como "o lar". Levantava problemas mais agudos, porém, nos Estados Unidos, que recebia imigrantes mas impunha que estes se transformassem rapidamente em cidadãos americanos falando inglês, já que qualquer cidadão racional não poderia desejar outra coisa senão ser americano. De fato, a maioria deles assim o fez.

Uma mudança de cidadania não implicava, evidentemente, um divórcio em relação ao velho país. Bem ao contrário. O imigrante típico, largado em um lugar estranho que o havia recebido de forma suficientemente fria, voltava-se naturalmente para o único agrupamento humano que lhe era familiar e que podia ajudá-lo, a companhia dos compatriotas. A América que havia-lhe ensinado as primeiras frases formais em inglês – "Ouço a sirene. Preciso andar depressa" – não era uma sociedade mas um meio de fazer dinheiro. Podia-se ler numa brochura da *International Harvest Corporation,* feita para ensinar inglês aos trabalhadores poloneses, as frases subseqüentes da primeira lição:

> "Ouço a sirene de cinco minutos.
> É hora de ir para a fábrica.
> Apanho meu cartão no portão e entrego no departamento.
> Mudo minhas roupas e fico pronto para trabalhar.
> Toca a primeira sirene do início do trabalho.
> Como meu almoço.
> É proibido comer antes disso.
> Apronto-me para ir para o trabalho.
> Trabalho até que a sirene toque novamente.
> Deixo meu lugar limpo e bem arrumado.
> Preciso ir para a casa"

A primeira geração de imigrantes, por mais zelosa que fosse ao tentar aprender as técnicas da nova vida, terminava por viver num gueto auto-imposto, apoiando-se nas velhas tradições e nas memórias do antigo país que tinha abandonado tão prontamente. Mesmo os ricos financistas judeus de Nova York, os Guggenheims, Kuhns, Sachs, Seligmanns e Lehmajins, que tinham o que o dinheiro podia comprar nos Estados Unidos, não eram americanos da forma que

os Wertheimsteins em Viena consideravam-se austríacos, os Bleichroeders em Berlim consideravam-se prussianos e mesmo os internacionais Rothschilds em Londres e Paris consideravam-se ingleses e franceses. Eles permaneceram tanto alemães como americanos. Falavam, escreviam e pensavam em alemão, freqüentemente enviavam seus próprios filhos para serem educados no antigo país, juntavam-se e apoiavam financeiramente associações germânicas.

Mas a emigração levantou muito mais dificuldades materiais elementares. Os homens precisavam descobrir aonde ir e o que fazer ao chegar no novo lugar. Eles precisavam ir para Minesota de algum remoto fiorde norueguês; para o condado de Green Lake ou Wisconsin, da Pomerânia ou Brandemburgo; para Chicago, de alguma vila em Kerry. O custo em si mesmo não era uma dificuldade insuperável, embora as condições de viagem para emigrantes através do oceano fossem famigeradas especialmente nos anos posteriores à epidemia de fome na Irlanda, se não assassinas. Em 1885 a passagem de um emigrante de Hamburgo para Nova York custava 7 dólares. As tarifas eram baixas, não apenas porque considerava-se que este tipo de passageiro não necessitava ou merecia melhores acomodações do que animais (mas afortunadamente necessitando menos espaço), ou porque faltassem melhorias nas comunicações, mas também por razões econômicas. Emigrantes eram carga. Provavelmente para a maioria das pessoas, o custo da viagem para o porto final de embarque – Le Havre, Bremen, Hamburgo e sobretudo Liverpool – era bem maior que a travessia em si.

Mesmo assim, este dinheiro não estava ao alcance dos mais pobres entre todos, embora estas somas pudessem ser facilmente economizadas e enviadas da América ou Austrália, com seus altos salários, para os parentes nos antigos países. De fato, tais pagamentos eram parte da vasta soma de remessas para o exterior de imigrantes que, estranhos às altas formas de gastos de seus novos países, podiam economizar bastante. Os irlandeses sozinhos enviaram de volta entre 1 e 7 milhões de libras esterlinas anualmente, no começo da década de 1850. Entretanto, quando o parente não podia ajudar, uma variedade de intermediários com interesse financeiros entrava em ação. Onde havia uma grande demanda por trabalho de um lado, uma população ignorante das condições no país escolhido de outro e uma longa distância pelo meio, o agente ou contratador florescia.

Tais indivíduos faziam seus lucros acumulando gado humano nas mãos das companhias de navegação ansiosas para encher seus navios, para enviá-lo às autoridades públicas e companhias de estradas de ferro interessadas em povoar seus territórios vazios, para proprietários de minas, donos de siderúrgicas e outros empregadores de trabalho primário que necessitavam de braços. Os agentes eram pagos pelos empregadores, e pelos centavos de homens e mulheres que talvez fossem forçados a atravessar metade de um continente estranho antes de

embarcar para cruzar o Atlântico: da Europa central para o Havre, ou através do Mar do Norte via Inglaterra para Liverpool. Podemos deduzir que eles geralmente exploravam a pobreza e a ignorância, embora os extremos do contrato de trabalho e servidão de dívida fossem talvez incomuns neste período, exceto entre os indianos e os chineses enviados para plantações. Em geral, tais intermediários não sofriam nenhum controle, exceto alguma supervisão quanto às condições sanitárias a bordo, depois das terríveis epidemias do final da década de 1840. Eles tinham a opinião pública dos influentes por detrás. A burguesia de meados do século XIX ainda acreditava que a Europa era superpovoada por pobres. Quanto maior quantidade fosse embarcada para fora melhor para todos eles (porque melhorariam suas condições) e melhor para os que ficassem (porque o mercado de trabalho seria aliviado) Sociedades beneficentes, até sindicatos, trabalharam para arranjar subsídios para a emigração de seus clientes ou membros, como o único meio prático de lidar com o pauperismo e o desemprego. Parecia uma boa justificativa o fato de que, em nosso período, os países em processo de industrialização mais rápida fossem, ao mesmo tempo, os maiores exportadores de homens, como a Inglaterra e a Alemanha. O argumento era, hoje se sabe, errado. Dando um balanço, a economia dos países que despachavam homens teria se beneficiado mais se tivesse empregado estes recursos humanos ao invés de expulsá-los. Por outro lado, as economias do Novo Mundo beneficiaram-se enormemente com o êxodo do Velho Mundo. E também os imigrantes. O pior período de sua pobreza e exploração nos Estados Unidos parece ter ocorrido depois do final de nosso período.

Por que pessoas emigravam? Sobretudo por razões econômicas, quer dizer, porque eram pobres. Apesar das perseguições políticas depois de 1848, refugiados políticos ou ideológicos formavam apenas uma pequena fração da emigração de massa, mesmo em 1849-54, embora houvesse um tempo em que radicais controlaram metade da imprensa em língua alemã nos Estados Unidos, onde eles aproveitavam para denunciar seu país de refúgio. Seu ardor entretanto rapidamente esmaeceu, assim como a maioria dos imigrantes não-ideológicos que transferiram suas energias revolucionárias para a campanha antiescravista. A fuga de seitas religiosas procurando maior liberdade para prosseguir em suas atividades, freqüentemente peculiares, era provavelmente menos significativa que no meio-século precedente, já que os governos vitorianos não tinham uma posição muito forte em ortodoxia como tal, embora não achassem desagradável se livrarem dos mórmons ingleses ou dinamarqueses, cuja tendência à poligamia causava problemas. Mesmo na Europa oriental, as ativas campanhas anti-semitas, que iriam estimular a emigração de massa dos judeus, ainda era coisa para o futuro.

As pessoas emigravam para escapar às más condições em casa ou para procurar melhores no exterior? Tem havido uma longa e inútil discussão sobre

este ponto. Não há dúvida de que pobres tendiam a emigrar mais do que ricos, e que eles tenderiam a fazê-lo mais ainda se as condições tradicionais de vida viessem a se tornar difíceis ou impossíveis. Portanto, na Noruega artesãos emigraram mais do que trabalhadores de fábrica; mais tarde foi a vez dos pescadores, quando a vela deu lugar ao vapor. Há igualmente pouca dúvida de que neste período, quando a idéia de jogar fora o antigo era ainda estranha e assustadora para a maioria das pessoas, alguma forma de força cataclísmica ainda era necessária para levá-los ao desconhecido. Um trabalhador de fazenda em Kent, escrevendo da Nova Zelândia, agradeceu aos fazendeiros por havê-lo expulsado por causa de uma greve, já que agora ele se encontrava muito melhor: ele não teria pensado em partir de outra maneira.

Entretanto, como a emigração maciça tornava-se parte integrante da experiência do povo comum, em que cada criança do condado de Kildare tinha algum primo, tio ou irmão já na Austrália ou nos Estados Unidos, a partida se tornou uma opção normal – e não necessariamente irreversível –, baseada numa escolha de perspectivas, e não meramente uma força do destino. Se chegassem notícias de que havia sido descoberto ouro na Austrália, ou que empregos abundavam e eram bem pagos nos Estados Unidos, a emigração aumentava. Inversamente, caiu nos anos depois de 1873, quando a economia dos Estados Unidos encontrou-se em depressão aguda. Portanto, não pode haver dúvida de que a primeira grande onda de emigração de nosso período (1845-54) foi essencialmente uma fuga da fome ou pressão da população na terra, basicamente na Irlanda e na Alemanha, que forneceu 80% de todos os emigrantes transatlânticos nestes anos.

Nem era a emigração necessariamente permanente. Emigrantes – em que proporção não sabemos – sonhavam em fazer sua fortuna no exterior e depois voltar para casa, ricos e respeitados. Uma grande proporção – entre 30 e 40% – realmente o fez, embora na maioria das vezes pela razão oposta, porque não tinham gostado do Novo Mundo ou tinham tido dificuldades em lá se estabelecer. Outros emigraram novamente. Na medida em que as comunicações revolucionarizavam-se, o mercado de trabalho, especialmente para trabalhadores especializados, expandia-se até abarcar todo o mundo industrializado. A lista dos líderes sindicais ingleses deste período estava cheia de homens que haviam trabalhado no exterior, nos Estados Unidos ou em outro lugar qualquer, já que teriam podido trabalhar tanto em Newcastle como em Barrow-in-Furness dado às suas qualidades profissionais. Portanto, agora se tornava possível fazer emigração através dos oceanos por estação do ano ou temporariamente.

De fato, o aumento maciço da emigração continha uma quantidade considerável de movimento não-permanente – temporário, por estações ou meramente nômade. Nada em si havia de novo nestes movimentos. Todos estes

viajantes eram familiares antes da Revolução Industrial. Porém, a rápida extensão mundial da nova economia iria pedir, e portanto criar, novos tipos de tais viajantes.

Consideremos o símbolo desta extensão, a estrada de ferro. Seus donos cobriam o globo, e com eles o pessoal (de maioria inglesa ou irlandesa) composto de gerentes, trabalhadores especializados e elite proletária; algumas vezes estabelecendo-se para sempre, seus filhos tornando-se os anglo-argentinos da geração seguinte ou então movendo-se de país para país, como muitos dos homens ligados ao petróleo hoje em dia. Já que estradas de ferro eram construídas em qualquer lugar, não se podia confiar necessariamente na força de trabalho local, mas, em lugar disso, desenvolver um corpo de trabalhadores nômades que ainda caracteriza os grandes projetos de construção através do mundo Na maioria dos países industriais estes eram recrutados entre homens marginais e sem lugar fixo, prontos para trabalhar duro por um bom pagamento; mesmo em más condições, e beber ou jogar o dinheiro ganho também de forma dura, pensando pouco no futuro. Pois assim como para o marinheiro há sempre um outro navio, para estes trabalhadores ambulantes haveria também sempre um outro grande projeto de construção quando o atual tivesse terminado. Homens livres nas fronteiras da indústria, chocando o respeitável de todas as classes,, heróis de um folclore de masculinidade não-oficial, eles assumiam o mesmo tipo de papel que os marinheiros e mineiros de fronteiras, embora recebendo mais que os primeiros, sem porém ter a esperança de fortuna dos últimos.

Nas sociedades agrárias mais tradicionais, estes construtores móveis formavam uma importante ponte entre a vida rural e industrial. Organizados em grupos ou times regulares, liderados por um capitão eleito que negociava termos e partilhava das negociações dos contratos, camponeses pobres da Itália, Croácia ou Irlanda atravessariam continentes ou mesmo oceanos para fornecer trabalho aos construtores de cidades, fábricas ou estradas de ferro. Tais migrações desenvolveram-se nas planícies húngaras a partir da década de 1850. Os menos organizados dentre estes camponeses, freqüentemente ofereciam uma eficiência superior e maior disciplina (ou docilidade), e a disposição para trabalhar por salários baixos.

Não é suficiente, entretanto, chamar a atenção para o crescimento daquilo que Marx denominou a "cavalaria ligeira" do capitalismo, sem observar concomitantemente uma diferença significativa entre os países desenvolvidos; ou, mais precisamente, entre o Velho e Novo Mundo. A expansão econômica produziu uma "fronteira" em todos os lugares. Algumas vezes, uma comunidade mineira, tal como em Gelsenkirchen (na Alemanha), que cresceu de 3.500 habitantes para quase 96 mil entre 1858 e 1895, era um "Novo Mundo" comparável a Buenos Aires ou Pensilvânia como centro industriais. Mas no Velho

Mundo, em geral, a necessidade de uma população móvel foi obtida sem que todavia se criasse mais do que uma população flutuante comparativamente modesta, exceto nos grandes portos e nos centros tradicionais como as grandes cidades. Isto talvez tenha acontecido porque seus membros possuíam algum sentido de comunidade ligando-os a uma sociedade estruturada. Foi nas regiões escassamente povoadas ou além das fronteiras da colonização no além-mar, onde grupos de trabalhadores ambulantes eram mais necessitados, que tais grupos de indivíduos flutuantes fizeram sentir sua presença como comunidade, ou pelo menos foram mais "visíveis". O Velho Mundo estava cheio de viajantes e aventureiros, mas nenhum deles atraiu a atenção como os *cowboys* americanos de nosso período, embora seus equivalentes na Austrália, os itinerantes fazendeiros de ovelhas e outros trabalhadores rurais do *hinterland* também tenham produzido um poderoso mito local.

II

A forma característica de viagem para o pobre era a migração. Para a classe média e os ricos, era mais e mais turismo, essencialmente um produto da estrada de ferro, barco a vapor e (até onde a invenção de nosso período, o cartão postal, também é uma parte essencial do processo) da nova magnitude e rapidez das comunicações postais. (Estas foram sistematizadas internacionalmente com o estabelecimento da *International Postal Union* em 1869.) Homens pobres nas cidades viajavam por necessidade, mas raramente por prazer, salvo quando era a pé – as autobiografias dos artesãos vitorianos estão repletas de titânicas caminhadas campestres – e por períodos restritos. Homens pobres no campo nunca viajavam somente por prazer, combinando prazer com negócios nos mercados e feiras. A aristocracia viajava muito por razões não-utilitárias, mas de uma forma que nada tem em comum com o turismo moderno. Famílias nobres partiam das casas na cidade para as casas de campo regularmente nas estações, com um cortejo de empregados e veículos de bagagem como se fossem pequenos exércitos. (Aliás, o pai do príncipe Kropotkin dava à sua mulher e à criadagem ordens específicas dentro de uma tradição militar.) Eles poderiam também se estabelecer em algum centro adequado de vida social por algum tempo, como aquela família latino-americana (como atesta o *Guide de Paris* de 1867) que desembarcou com 18 vagões de bagagem. O Grand Tour dos jovens nobres ainda não implicava no Grand Hotel do turismo da era capitalista, em parte porque esta instituição ainda estava se desenvolvendo – mais ou menos em conexão com as estradas de ferro – e em parte também porque estes nobres desdenhavam parar em hotéis de passagem.

O capitalismo industrial produziu duas novas formas de viagens de

prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia, e pequenas excursões mecanizadas para as massas, em alguns países como a Inglaterra. Ambas eram os resultados diretos da aplicação do vapor no transporte, já que pela primeira vez na história, viagens regulares e seguras eram possíveis para grandes quantidades de pessoas e bagagem, e por qualquer tipo de terreno ou mar. Diferente das diligências, que poderiam ter seu caminho interrompido por bandoleiros em regiões remotas, as locomotivas eram imunes desde o princípio – exceto no Oeste Americano –, mesmo em áreas notoriamente pouco seguras como na Espanha e nos Bálcãs.

As viagens de um dia para as massas, se excluirmos as excursões em navios, tinham nascido na década de 1850 – para ser mais preciso, na Grande Exibição de 1851, que atraiu um vasto número de visitantes para suas maravilhas em Londres, um tráfico encorajado pelas estradas de ferro com bilhetes a preços especiais e organizado pelos membros de inúmeras sociedades locais e comunidades. O próprio Thomas Cook, cujo nome iria tornar-se sinônimo de turismo organizado nos 25 anos seguintes, tinha começado sua carreira fazendo tais arranjos e mais tarde desenvolvendo-os em um grande negócio, a- partir de 1851. As numerosas exposições internacionais (ver capítulo 2) traziam cada uma seu exército de visitantes, e a reconstrução de capitais encorajou cidades provincianas a exibir suas maravilhas. Pouco mais precisa ser dito sobre o turismo neste período. Permaneceu confinado a pequenas viagens, extenuantes para o padrão contemporâneo, trazendo na sua bagagem uma florescente indústria menor, a dos *souvenirs* Em geral, as estradas de ferro (de qualquer maneira na Inglaterra) tinham pouco interesse nas viagens de terceira-classe, embora o governo obrigasse-as a fornecer pelo menos um mínimo. Porém em 1872 as estradas de ferro inglesas iriam obter 50% de suas passagens neste nível Aliás, na medida em que viagens regulares de terceira-classe aumentavam, o tráfico de excursão em trens especiais tornava-se menos importante.

A classe média, porém, viajava com mais seriedade. A forma mais importante de tais viagens, em termos quantitativos, era provavelmente a da viagem de verão da família ou (para os mais ricos) uma estação de águas. Este período viu um grande desenvolvimento de tais lugares – na costa da Inglaterra, nas montanhas do continente. (Embora Biarritz já fosse bastante famosa na década de 1860, graças ao patrocínio de Napoleão III e a pinturas impressionistas que demonstravam um interesse visível nas praias da Normandia, a burguesia do continente ainda não se sentia comprometida com a água salgada e o sol.) Em meados da década de 1860, um *boom* de férias classe-médias já transformava partes da costa britânica, com lugares para passeios na beira do mar, *piers* e outros embelezamentos que tornaram possível a proprietários de terras obter lucros insuspeitados de faixas de terra antes sem nenhum valor. Estes eram fenômenos de classe média e de baixa classe média. No total, as regiões de lazer

da classe operária não se tornaram muito significativas até a década de 1880, quando então a nobreza certamente não consideraria uma estadia em Bournemouth (onde o poeta francês Verlaine passaria uma temporada) ou Ventnor (onde Turgenev e Karl Marx foram tomar um pouco de ar) como uma atividade propícia para o verão.

As estações de água do continente (as inglesas não tinham atingido tal proeminência) eram bem mais estilizadas, proporcionando portanto hotéis de luxo e os divertimentos necessários para clientela tão distinta, como cassinos e bordéis de alta classe. Vichy, Spa, Baden-Baden, Aix-les-Baines, mas sobretudo todas as grandes estações de águas da monarquia dos Habsburgos, Gastein, Marienbad, Karlsbad etc., eram para a Europa do século XIX o que Bath havia sido para a Inglaterra do século XVIII, lugares da moda para passear, justificados pela desculpa de beber alguma água mineral de gosto desagradável ou de imergir em alguma forma líquida sob o controle benevolente de algum médico. O *status* destes lugares era determinado pelo papel desempenhado na diplomacia do período. Napoleão III encontrou Bismarck em Biarritz e Cavour em Plombières, e uma convenção foi encerrada em Gastein. Entretanto, o fígado era um grande nivelador, e as estações de águas minerais atraíram uma boa quantidade de ricos não-aristocráticos e profissionais de classe média, cujas tendências para comer e beber demasiadamente eram reforçadas pela prosperidade. Afinal, Dr. Kugelmann recomendou Karlsbad para um membro tão pouco típico da classe média como Karl Marx, que cuidadosamente registrou-se como "homem de meios privados" para evitar identificação até que descobriu que, como Dr. Marx, ele poderia economizar uma *Kurtaxe* mais ou menos elevada. Na década de 1840, poucos destes lugares haviam saído da simplicidade rural. Em 1858, o *Murray's Guide* descrevia Mariembad como um lugar "comparativamente recente" e indicava que Gastein tinha apenas 200 quartos para hóspedes. Mas na década de 1860, todos estes lugares floresciam.

Sommerfrische (férias de verão) e *Kurort* (estação de águas) eram para os burgueses coisas normais; a França e a Itália tradicionalistas confirmam hoje que o descanso anual era então uma instituição burguesa. Para os mais delicados, um sol tépido era indicado, isto quer dizer, invernos no Mediterrâneo. A Cote d'Azur havia sido descoberta pelo Lorde Brougham, o político radical cuja estátua ainda domina a vista em Cannes, e embora os nobres russos viessem a se tornar seus clientes mais lucrativos, o nome "Promenade des Anglais" em Cannes ainda indica quem abriu esta nova fronteira do rico lazer. Monte Carlio construiu seu Hotel de Paris em 1866. Depois da abertura do Canal de Suez, e especialmente depois da construção da estrada de ferro ao longo do Nilo, o Egito tornou-se o lugar para aqueles cuja saúde desaconselhava os outonos e invernos do Norte, combinando as vantagens climáticas, o exotismo, os monumentos de antigas civilizações com a dominação européia. O incansável Baedeker editou

seu primeiro guia para este país em 1877.

Ir para o Mediterrâneo no verão, exceto com o objetivo de procurar arte e arquitetura, ainda era visto como loucura até no início do século XX, era do culto ao sol e das peles bronzeadas. Somente alguns lugares, como a baía de Nápoles e Capri (estabelecidos graças ao patrocínio da Imperatriz da Rússia) eram considerados toleráveis na estação quente. A modéstia dos preços locais na década de 1870 indica uma era de início de turismo. Americanos ricos, saudáveis ou doentes – ou melhor, suas esposas e filhas – faziam fila nos centros da cultura européia, embora no final de nosso período os milionários já estivessem começando a estabelecer seu estilo de residência de verão. Xanadus construídos ao longo da costa da Nova Inglaterra. Os ricos nos países quentes tomaram o caminho das montanhas.

Precisamos, entretanto, distinguir duas formas de passeio: o mais longo (verão ou inverno) e o *tour* que tornava-se cada vez mais prático e rápido. Como sempre, as maiores atrações eram as paisagens românticas e os monumentos da cultura, mas pela década de 1860, os ingleses (pioneiros como sempre) exportavam sua paixão pelo exercício físico para as montanhas da Suíça onde mais tarde encontrariam o esqui como esporte de inverno. O Clube Alpino foi fundado em 1858, e Edward Whymper escalou o Matterhorn em 1865. Por razões de certa forma obscuras, tais atividades extenuantes cercadas de um cenário inspirador atraíam particularmente intelectuais a profissionais liberais anglo-saxões, a ponto do alpinismo juntar-se ao costume de fazer longas caminhadas como hábito característico dos acadêmicos de Cambridge, altos funcionários, professores de escolas privadas, filósofos e economistas, para surpresa de intelectuais latinos, mas não tanto dos alemães. Quanto aos viajantes menos ativos, seus passos eram guiados por Thomas Cook e os sólidos guias do período, sendo que o pioneiro *Murray's Guides* começava a ser obscurecido por aquelas bíblias do turismo, os *Baedekers* alemães, então publicados em diversas línguas.

Estes *tours* não eram baratos. No início da década de 1870, uma viagem de seis semanas para duas pessoas de Londres via Bélgica, Vale do Reno, Suíça e França – talvez o itinerário turístico mais comum – custava cerca de 85 libras, ou aproximadamente 20% da renda anual de uma pessoa recebendo 8 libras por semana, que seria o salário de um respeitável empregado doméstico naqueles dias. Tal soma tomaria mais de três quartas partes do salário anual de um bem-pago operário especializado britânico. É evidente que o turista que era objeto das estradas de ferro, hotéis, guias turísticos etc. pertencia à confortável classe média. Estes eram os homens e mulheres que sem dúvida reclamavam do custo das casas desocupadas em Nice, que havia subido entre 1858 e 1876 de 64 libras para 100 por ano, e salário de empregados domésticos que tinha igualmente subido de 8-10 libras para o escândalo de 24-30 por ano. Mas estas também eram

as pessoas que, é seguro dizer, podiam pagar tais preços.

Estava então o mundo da década de 1870 dominado por migrações, viagens e fluxo demográfico? É fácil esquecer que a maioria das pessoas deste planeta ainda vivia e morria no lugar onde havia nascido, e que toda esta movimentação não era maior ou diferente do que havia sido antes da Revolução Industrial. Havia certamente mais gente no mundo que se parecia com os franceses, 88% dos quais em 1861 vivia no *département* de nascimento – no *département* de Lot, 97% vivia ainda na *parish* de nascimento –, do que com populações mais móveis e migratórias. E portanto, as pessoas que iam sendo gradualmente arrancadas de suas tradições, habituavam-se a viver de uma forma em que viam coisas que seus pais nunca haviam feito e eles mesmos não esperavam fazer. Pelo final de nosso período, os imigrantes formavam uma substancial maioria não apenas em países como a Austrália e cidades como Nova York e Chicago, mas em Estocolmo, Christiania (atualmente Oslo), Budapeste, Berlim e Roma (entre 55 e 60%), assim como Paris e Viena (65%). As cidades e as novas áreas industriais eram, cada vez mais, os magnetos que os atraíam. Que tipo de vida os esperava ali?

12

A CIDADE, A INDÚSTRIA, A CLASSE TRABALHADORA

Agora eles fazem até o nosso pão diário
Com vapor e com turbina
E muito em breve, a nossa própria conversa
Vamos empurrá-la com uma máquina
Em Trautenau há duas igrejas,
Uma para os ricos e outra para os pobres;
Nem mesmo na sepultura
É o pobre desgraçado seu igual.

— Poema in *Trautenau Wochenblatt*, 1869

Nos velhos tempos, se alguém chamasse um artesão de "trabalhador" ele seria levado certamente a uma briga... Mas agora disseram aos artesãos que os trabalhadores estão no topo do Estado, e portanto todos insistem em ser trabalhadores.

— M. May, 1848

A questão da pobreza é a mesma que a da morte, doença, inverno ou qualquer outro fenômeno natural. Não sei qual delas é possível de impedir.

— William Makepeace Thackeray, 1848

I

Dizer que os novos migrantes chegaram, ou que novas gerações então nasceram num mundo de indústria e tecnologia é bastante óbvio, mas não muito esclarecedor em si. Que tipo de mundo era este?

Era, em primeiro lugar, um mundo que não consistia apenas de fábricas, empregadores e proletários, ou que tivesse sido transformado pelo enorme progresso de seu setor industrial. Por mais espantosas que fossem estas medidas em si mesmas não são adequadas para medir o impacto do capitalismo. Em 1866, Reichenberg (Liberec), o centro têxtil da Bohemia, ainda tinha metade de sua produção total através de trabalho manual, embora estes dependessem de alguma forma de algumas grandes fábricas. Era uma região sem dúvida menos avançada em organização industrial que Lancashire, onde os últimos dentre os trabalhadores manuais foram absorvidos por alguma outra forma de trabalho na década de 1850. No ponto culminante do *boom* do açúcar do início da década de 1870, apenas 40 mil trabalhadores foram empregados na indústria açucareira. Mas este fato mede menos o impacto da nova indústria de açúcar do que o fato

de quantidade de acres ocupados na sua produção haver sido multiplicada, no campo da Bohemia, por vinte vezes entre 1853-54 (4.800 hectares) e 1872-73 (123. 800 hectares). O número dos passageiros nas linhas de estradas de ferro na Inglaterra quase que dobrou entre 1848 e 1854 – de 58. para 108 milhões – enquanto que a receita das companhias de carga multiplicou-se em duas vezes e meia – e isto é mais significativo que o percentual preciso de mercadorias industriais ou viagens de negócios ocultadas por estes números.

E ainda, o trabalho industrial em si mesmo, na sua estrutura e organização característica, além da urbanização – vida nas cidades que cresciam rapidamente – eram certamente as formas mais dramáticas da nova vida; nova porque mesmo a continuação pura e simples de alguma ocupação local escondia mudanças de longo alcance. Alguns anos depois do fim de nosso período (1887), o professor alemão Ferdinand Toennies formulou a distinção entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (uma sociedade de indivíduos), gêmeos hoje familiares a qualquer estudante de sociologia. A distinção é similar a outras feitas por observadores da época, entre jargões criados para denominar.as sociedades 'tradicionais" e "modernas" – por exemplo, a fórmula de Sir Henry Maine reduzindo o progresso da sociedade ao percurso "do *status* ao contrato". O ponto a observar, entretanto, é que Toennies baseou sua análise não na diferença entre comunidade camponesa e sociedade urbanizada, mas entre a cidade antiquada e.a metrópole capitalista, "essencialmente uma cidade comercial e, na medida em que o comércio domina o trabalho produtivo, uma cidade-fábrica". Este novo ambiente e sua estrutura são o objeto do presente capítulo.

A cidade era sem dúvida o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, exceção feita à estrada de ferro. A urbanização cresceu rapidamente depois de 1850. Na primeira metade do século, somente a Inglaterra tinha tido uma taxa anual de urbanização superior a 0,20 pontos (representando a mudança do ponto percentual no nível da população urbana entre o primeiro e último censo do período, dividido pelo número de anos), embora a Bélgica praticamente atingisse aquele nível. Mas entre 1850 e 1890 até a Austro-Hungria, Noruega e Irlanda urbanizavam-se àquela taxa, sendo que a Bélgica e os Estados Unidos entre 0,30 e 0,40, Prússia, Austrália e Argentina entre 0,40 e 0,50, Inglaterra e País de Gales, além da Saxônia, a mais de 0,50 por ano. Dizer que a concentração de pessoas em cidades era "o mais impressionante fenômeno social do atual século" era dizer o óbvio. Para os nossos padrões ainda era modesta – pelo final do século pouco mais de uma dúzia de países havia atingido à taxa de concentração urbana da Inglaterra e País de Gales em 1801. Porém todos (exceto Escócia e Holanda) já haviam atingido este nível desde 1850.

A cidade industrial típica era neste período uma cidade de tamanho médio, mesmo por padrões atuais, embora, como ocorresse na Europa central e

oriental, algumas cidades (que tendiam a ser muito grandes) também se tornaram centros maiores de produção – por exemplo, Berlim, Viena e São Petersburgo. Oldham tinha 83 mil habitantes em 1871, Barmen 75 mil, Roubaix 65 mil. Mas as antigas cidades industriais de maior reputação geralmente não atraíam as novas formas de produção, e conseqüentemente a nova região industrial típica tomava em geral a forma de pequenas vilas, que se transformavam em pequenas cidades, que depois se desenvolviam transformando-se em grandes cidades. Poucos de seus habitantes estavam a uma distância do campo superior a uma caminhada. Até a década de 1870, as grandes-cidades da Alemanha industrial do ocidente, tais como Colônia e Dusseldorf, alimentavam-se com os mantimentos trazidos ao mercado semanal pelos camponeses das regiões circunvizinhas. Em certo sentido, o choque da industrialização residia precisamente no grande contraste entre as habitações escuras, monótonas, repletas de gente e as fazendas coloridas circunvizinhas, como em Sheffield, por exemplo.

Isso é o que tornava possível que trabalhadores em áreas em processo de industrialização – embora tal fenômeno diminuísse rapidamente – permanecessem meio-agricultores. Até depois de 1900, os mineiros na Bélgica tiravam férias na estação certa (se necessário através de uma "greve de batatas") para ir tomar conta de suas plantações de batatas. Mesmo na Inglaterra do norte, os desempregados na zona urbana podiam facilmente voltar ao trabalho nas fazendas próximas em época de verão.

A grande cidade – quer dizer, um povoamento de mais de 200 mil, incluindo um punhado de cidades metropolitanas de mais de meio milhão – não era exatamente um centro industrial (embora pudesse contar um bom número de fábricas), mas mais precisamente um centro de comércio, transporte, administração e uma multiplicidade de serviços que uma grande concentração de pessoas atraía. A maioria de seus habitantes era de fato composta de trabalhadores, de um tipo ou de outro, incluindo um grande número de empregados domésticos – quase que um entre cinco habitantes de Londres (1851), mas uma proporção bem inferior em Paris. E ainda, estas mesmas dimensões garantiam que estas cidades também contivessem uma boa porcentagem de classe média e baixa classe média – digamos, entre 20 e 23% tanto em Londres como em Paris.

Tais cidades cresceram com extraordinária rapidez. Viena cresceu de mais de 400 mil em 1846 para 700 mil em 1880, Berlim de 378 mil (1X49) para quase um milhão (1875), Paris de 1 para 1,9 milhão e Londres de 2,5 para 3,9 milhões (1851-81), embora estes números percam o brilho diante de alguns outros de além-mar: Chicago ou Melbourne. Mas a forma, imagem e estrutura mesma da cidade havia mudado, tanto sob pressão para construção e planejamento politicamente motivada (sobretudo em Paris e Viena) como pela

fome de lucro das construtoras. Ambas não recebiam bem a presença dos pobres nas cidades, que eram a maioria da população, embora reconhecessem que eram um mal necessário.

Para os planejadores de cidades, os pobres eram uma ameaça pública, suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser impedidas e cortadas por avenidas e bulevares, que levariam os pobres dos bairros populosos a procurar habitações em lugares menos perigosos. Esta também era a política das estradas de ferro, que fazia suas linhas passarem através destes bairros, onde os custos eram menores e os protestos negligenciáveis. Para os construtores, os pobres eram um mercado que não dava lucro, comparado ao dos ricos com suas lojas especializadas e distritos de comércio, e também às sólidas casas e apartamentos para a. classe média. Quando os pobres não ocupavam os distritos centrais das cidades abandonados pelas classes mais elevadas, seus lugares eram construídos por empresários especuladores ou pelos construtores dos grandes blocos de aluguel, conhecidos na Alemanha como "barracões de aluguel" *(Mietskasernen)*. Das casas populares construídas em Glasgow entre 1866 e 1874, 75% eram de um ou dois quartos apenas, e mesmo assim foram rapidamente ocupadas.

Quem diz cidade de meados do século XIX, diz "superpovoada" e "cortiço" e, quanto mais rápido a cidade crescesse, pior era em superpopulação. Apesar da reforma sanitária e do pequeno planejamento que ali havia, o problema da superpopulação talvez tenha crescido neste período sem que a saúde tenha melhorado, quando não piorou decididamente. As maiores melhorias neste setor só começaram a ocorrer no final de nosso período. As cidades ainda devoravam suas populações, embora as cidades inglesas, na qualidade de mais antigas da era industrial, estivessem próximas de se reproduzirem a si mesmas, isto é, crescer sem a constante e maciça transfusão de sangue representada pela imigração.

Dar mais atenção às necessidades dos pobres em si não chegaria a dobrar o número dos arquitetos londrinos em 20 anos (de pouco mais de 1 mil para 2 mil – na década de 1830 eles deveriam perfazer menos de uma centena), embora a construção de casas populares viesse a se transformar num negócio bastante lucrativo ". Era, na realidade, uma época de *boom* na arquitetura e na construção – para a burguesia. Sua história foi escrita, em relação a Paris, por Emile Zola. A época iria assistir a construção de casas em lugares caros que aumentavam constantemente de preço, e conseqüentemente o nascimento do "elevador", depois seguido da construção dos primeiros arranha-céus nos Estados Unidos. E importante lembrar que, no momento em que os negócios de Manhattan começaram a atingir os céus, o setor leste de Nova York era provavelmente o mais populoso cortiço do mundo ocidental, com mais de 520 pessoas por acre. Ninguém construía arranha-céus para eles: talvez para sorte

deles.

Paradoxalmente, tanto mais a classe média crescia e florescia, drenando recursos para seu próprio sistema habitacional, escritórios, lojas que eram tão características do desenvolvimento da época e seus prestigiosos edifícios, relativamente menos recursos eram dedicados aos bairros da classe operária, exceto nas formas mais gerais de despesas públicas – ruas, esgotos, iluminação e utilidades públicas. A única forma de empresa privada (incluindo construção) que se dirigia basicamente ao mercado de massa, exceção feita ao mercado e pequena loja era a taverna – que transformou-se no elaborado *gin-palace* da Inglaterra das décadas de 1860 e 1870 – e seu corolário, o teatro e *o music-hall.* Pois, na medida em que as pessoas se tornavam urbanizadas, as antigas tradições e práticas que haviam trazido do campo ou da cidade pré-industrial tornavam-se irrelevantes ou impraticáveis.

II

A grande cidade era um portento, embora só contivesse uma minoria da população. A grande empresa industrial era ali ainda pouco significativa. De fato, pelos padrões modernos, o tamanho de tais em- presas não era muito expressivo, embora tendesse a aumentar. Na década de 1850, uma fábrica com 300 trabalhadores na Inglaterra podia ser ainda considerada muito grande, e em 1871 uma fábrica de tecidos inglesa empregava normalmente 180 pessoas. A indústria pesada, tão característica de nosso período, era muito maior do que isso, e tendia a desenvolver as concentrações de capital que controlavam cidades ou regiões inteiras, mobilizando vastos exércitos de trabalho sob seu comando.

Companhias de estradas de ferro eram gigantescos empreendimentos, mesmo quando construídas e dirigidas em condições de livre iniciativa e competição, como normalmente não o eram. Na época em que o sistema ferroviário inglês havia-se estabilizado, no final da década de 1860, cada metro de trilho entre a fronteira escocesa, as montanhas Pennine, o mar e o Rio Humber era controlado pela North-Eastern Railway. Minas de carvão eram ainda, na maioria dos casos, empreendimentos individuais e freqüentemente pequenos, embora as dimensões de alguns grandes desastres operacionais dêem alguma idéia da escala em que operavam: 145 mortos em Risca em 1860, 178 em Ferndaleem 1867, 140 em Swaithe (Yorkshire), 110 em Mons (Bélgica) em 1875, e 200 em High Blantyre (Escócia) em 1877. De forma crescente, e em especial na Alemanha, a combinação do horizontal com o vertical produziu aqueles impérios industriais que controlavam a vida de milhares. A empresa conhecida desde 1873 como *Gutehoff-nungshütte A. G.* era sem dúvida a maior da Ruhr, mas já havia então se estendido de siderurgia para minas de carvão –

produzindo praticamente todas as 215 mil toneladas de ferro e a metade das 415 mil toneladas de carvão que a Ruhr inteira requeria – e havia se diversificado em transporte, construção de pontes, navios e uma grande variedade de máquinas.

Não deve causar admiração o fato de que os Krupp em Essen cresceram de 72 trabalhadores em 1848 para quase 12 mil em 1873, ou que Schneider na França tivesse atingido 12.500 em 1870, de forma que mais da metade da população da cidade de Creusot trabalhava nos seus fornos e maquinaria diversa. A indústria pesada produziu a região industrial da mesma forma que produziu a companhia que englobava cidades, onde o destino de homens e mulheres dependia do humor e boa-vontade de um único gerente, atrás do qual estava a força da lei e do poder do Estado, olhando esta autoridade como necessária e benfazeja.

Pois, fosse pequena ou grande, era o "gerente" e não a autoridade impessoal da "companhia" que dirigia os negócios, e até a companhia era identificada com um único homem, e não com um corpo de diretores. Na maioria das mentes das pessoas, e na realidade capitalismo ainda significava um único homem, uma única família, um único negócio a coordenar. Este fato mesmo veio a gerar alguns sérios problemas para a estrutura das empresas. Eles diziam respeito ao fornecimento de capital e a forma de administrá-lo.

A empresa característica da primeira metade do século tinha, esmagadoramente, sido financiada de forma privada – por exemplo, com recursos familiares – e sofrido expansão através de reinvestimento dos lucros, embora isto possa também querer dizer que, com a maior parte do capital comprometido desta maneira, a firma talvez necessitasse de uma boa quantidade de crédito para suas operações correntes. Mas o tamanho e o custo crescentes de empreendimentos tais como estradas de ferro, atividades metalúrgicas e outras que requeriam um grande empate de capital inicial, tornavam isso mais difícil, especialmente em países que estavam entrando em processo de industrialização, não dispondo de grandes acumulações de capital privado para investimento. É verdade que em alguns países tais reservatórios de capital já eram disponíveis suficientemente, não apenas para suas próprias necessidades, mas também ansiosos para serem exportados (com uma adequada taxa de juros) para o resto da economia mundial. Os ingleses investiram no exterior neste período como nunca antes ou, em termos relativos, desde então. Assim também o fizeram os franceses, provavelmente em detrimento de suas próprias indústrias, que cresceram a uma taxa inferior às suas rivais inglesas. Mas mesmo na Inglaterra e na França, novas formas de mobilizar estes recursos, ou de canalizá-los convenientemente para as empresas, precisavam ser encontradas.

Nosso período foi, assim, um tempo fértil para experimentos na mobilização de capital para o desenvolvimento industrial. Com a notável exceção da Inglaterra, a maioria das transações, de uma forma ou de outra, envolvia os

bancos, direta ou indiretamente, ou eram feitas através da forma da moda, o *crédit mobilier,* uma espécie de companhia industrial financeira que olhava os bancos ortodoxos como insuficientemente preparados para (ou desinteressados em) o financiamento industrial, competindo com eles. Os irmãos Pereire, estes dinâmicos industrialistas inspirados pelas idéias de Saint-Simon e desfrutando de algum apoio de Napoleão III, desenvolveram o modelo protótipo desta invenção. Eles se espalharam por toda a Europa, competindo com seus raivosos rivais, os Rothschilds, que não gostaram da idéia mas foram obrigados a segui-la e – como freqüentemente acontece em períodos de grande expansão da economia em que financistas sentem-se heróis e o dinheiro corre – eram muito imitados, especialmente na Alemanha. *Crédits mobiliers* era a sensação, pelo menos até que os Rothschilds venceram a batalha contra os Pereires e – como também freqüentemente acontece em períodos de grande expansão econômica – alguns operadores se aventuraram um pouco longe demais atravessando a tênue fronteira que separa o otimismo nos negócios e a fraude. Entretanto, uma variedade de outras soluções com objetivos similares estava também sendo desenvolvida, especialmente o banco de investimento ou *banque d'affaires.* E evidentemente as bolsas de valores, agora comerciando principalmente com as ações das empresas comerciais e de transporte, floresciam como nunca. Em 1856, a Bolsa de Paris sozinha apresentava uma lista de 33 companhias de estradas de ferro e canais, 38 companhias de mineração, 11 portuárias, 7 de transportes urbanos, 11 de gás e 42 de vários empreendimentos industriais, indo de têxteis a ferro galvanizado e borracha, com um valor total de cinco e meio milhões de francos-ouro.

Em quanto realmente eram requeridas estas vastas mobilizações de capital? Em que medida eram elas eficazes? Industriais em geral nunca apreciaram muito os financistas, e os primeiros tentaram sempre ter o mínimo possível de negócios a tratar com bancos. "Lille", escreveu um observador em 1869, "não é uma cidade capitalista, é antes de tudo um grande centro industrial e comercial", onde os homens aplicavam seus lucros de volta nos negócios, não brincavam com eles, e onde todos esperavam nunca ter de pedir emprestado a bancos. Nenhum industrial gostava de ficar a mercê de credores. Mas às vezes precisavam fazê-lo. Krupp cresceu tão rapidamente entre 1855 e 1866 que ficou sem capital. Há um elegante modelo histórico, segundo o qual quanto mais atrasada a economia e quanto mais tardio o início da industrialização, maior a dependência nos métodos de mobilização de recursos e poupança em larga escala. Nos países desenvolvidos ocidentais, recursos privados e mercado de capital eram bastante adequados. Na Europa central, os bancos e instituições similares tinham que atuar muito na qualidade de sistemáticos "desenvolvedores" da história. Mais a Leste, Sul e além-mar, os governos tinham que apoiar-se em si mesmos, geralmente com a ajuda de investimento estrangeiro, fosse para

garantir capital ou, talvez mais corretamente, fazer com que os investidores tivessem seus dividendos garantidos (ou pelo menos pensassem que tinham), dividendos que iriam sozinhos mobilizar o dinheiro. Fosse qual fosse a validade desta teoria, não há dúvida de que em nosso período, os bancos (e instituições similares) tinham um papel muito mais relevante como atores do desenvolvimento e direção da indústria na Alemanha, o grande recém-chegado industrial, do que em qualquer outro país no Ocidente. Se eles apenas pretendiam – como os *crédits mobiliers* – ou se eles eram realmente, eficazes no papel, é uma questão um pouco obscura. Provavelmente eles não eram particularmente preparados para tal, até que os grandes industriais, então reconhecendo a necessidade de um financiamento muito mais elaborado do que nos velhos dias, colonizaram os grandes bancos, como fizeram de forma crescente na Alemanha a partir da década de 1870.

As finanças não afetaram muito a organização dos negócios, mas talvez tenham influenciado na sua política. O problema da direção era mais complicado. Para o modelo básico da empresa individual ou em mãos de uma única família, a autocracia patriarcal familiar, este era um problema irrelevante nas indústrias da segunda metade do século XIX. "O melhor aprendizado é aquele proporcionado pela palavra que sai da boca", dizia um manual alemão em 1868, "deixem o empreendedor dar o exemplo por si mesmo, onipresente e sempre accessível, cujas ordens sejam reforçadas pelo exemplo pessoal que seus empregados têm constantemente diante dos olhos." Este conselho, adequado a artesãos ou fazendeiros, era válido na medida em que a instrução era um aspecto essencial da gerência nos novos países em vias de industrialização. Até homens com os conhecimentos básicos dê artesãos (preferentemente em metais) precisavam aprender a habilidade do trabalhador especializado de fábrica. A grande maioria dos trabalhadores especializados dos Krupp parece ter sido treinada no trabalho desta maneira. Somente na Inglaterra podiam os empregadores confiar no suprimento de trabalhadores deste tipo que já tinham experiência industrial. O paternalismo de tantos empreendimentos no continente devia alguma coisa a esta longa associação entre os trabalhadores e as firmas onde tinham crescido e de onde dependiam. Mas os senhores dos trilhos, minas e siderúrgicas não podiam olhar paternalmente por cima dos ombros de seus empregados todo o tempo, e certamente não o fizeram.

A alternativa e complemento à instrução era o comando. Mas nem a autocracia da família nem as pequenas operações da indústria especializada e comércio supriam a necessidade de direção para as grandes organizações capitalistas. Portanto, a iniciativa privada na sua forma mais irrestrita e anárquica tendeu para os únicos modelos disponíveis de gerência em grande escala, o militar e o burocrático. As companhias de estradas de ferro, com suas pirâmides de trabalhadores uniformizados e disciplinados, possuindo segurança de trabalho,

promoção por antigüidade e até mesmo pensões, são um exemplo extremo O apelo exercido pelos títulos militares, que ocorria livremente entre os primeiros executivos ingleses de estradas de ferro e os executivos dos grandes portos, não era apenas devido ao orgulho em relação às hierarquias de soldados e oficiais (como era o caso dos alemães), mas à inabilidade da iniciativa privada em determinar uma forma específica de gerência para os grandes negócios. Havia vantagens evidentes do ponto de vista organizacional. Não resolvia o problema da manutenção do trabalho de forma leal, diligente e modesta. Tudo estava muito bem para países onde uniformes estavam na moda – e eles certamente não estavam na Inglaterra e nos Estados Unidos –, encorajando entre os trabalhadores as virtudes militares dos soldados, e entre elas sem dúvida a de ser mal pago.

Sou um soldado, um soldado da indústria
E como você, tenho minha bandeira.
Meu trabalho, tem enriquecido a pátria.
Vou te dizer, meu destino é glorioso.

Assim cantava um poeta em Lille (França). Mas mesmo este patriotismo era um pouco demasiado.

A era do capital encontrou dificuldades em acertar os termos com este problema. A insistência da burguesia na lealdade, disciplina e modesta satisfação não podia realmente esconder que sua verdadeira percepção de que o que fazia os trabalhadores trabalharem era algo bem diferente. Mas o que era então? Na teoria eles deveriam trabalhar para deixar de serem trabalhadores logo que possível, entrando então no universo burguês. Como "E.B." colocou nas *Songs for English Work men to Sing* em 1867:

Trabalhem, rapazes, trabalhem e fiquem satisfeitos
Desde que vocês tenham o suficiente para comprar um refeição;
O homem em que vocês podem confiar
Ficará rico mais e mais
Somente se puser seus ombros na roda.

Mas embora esta esperança pudesse ser suficiente para alguns que

tivessem conseguido subir e sair da classe operária, era perfeitamente evidente que a maioria dos trabalhadores permaneceria trabalhador por toda a. vida, e de fato o sistema econômico requeria deles exatamente isso. A promessa do marechal-de-campo não tinha a intenção de promover todos os soldados a marechais.

Se a promoção não era um incentivo adequado, seria então o dinheiro? Entretanto era um axioma dos empregadores de meados do século XIX que os salários precisavam ser mantidos o mais baixo possível, embora empreendedores inteligentes com experiência internacional como Thomas Brassey, o construtor de estradas de ferro, começassem a apontar para o fato de que o trabalho do operário inglês bem pago era de fato mais barato que o do abissalmente mal pago *coolie, já* que a produtividade do primeiro era muito superior. Mas tais paradoxos não eram suficientes para convencer homens de negócios crescidos dentro da teoria econômica do *wage-fund,* acreditando ser ela uma demonstração científica de que aumentar salários era impossível, e que os sindicatos estavam portanto condenados ao fracasso. A "ciência" tornou-se um pouco mais flexível a partir de 1870, quando o trabalhismo organizado começou a parecer um ator permanente na cena industrial, ao invés de aparecer apenas como um extra. A grande autoridade em economia, John Stuart Mill (1806-73) (que chegou a simpatizar pessoalmente com o trabalhismo), modificou sua posição na questão em 1869, depois do que a teoria do *wage-fund* perderia sua autoridade canônica. Mas não haveria ainda mudanças nos princípios de negócios. Poucos empregadores tinham a intenção de pagar mais do que precisavam.

Além disso, economia a parte, nos países do Velho Mundo a classe média acreditava que os trabalhadores deveriam ser pobres, não apenas porque sempre tinham sido, mas também porque a inferioridade econômica era um índice adequado de inferioridade de classe. Se, como aconteceu ocasionalmente – por exemplo no grande *boom* de 1872-73 –, alguns trabalhadores chegassem a receber suficientemente para se darem ao luxo de desfrutar dos privilégios que os empregadores olhavam como seus direitos naturais, a indignação que isto levantava era sincera e vinha do fundo do coração. O que é que mineiros tinham a ver com pianos de cauda e champagne? Em países com carência de trabalhadores, hierarquia social subdesenvolvida e uma população operária truculenta e democrática, as coisas poderiam ser diferentes; mas na Inglaterra e na Alemanha, França e Império dos Habsburgos, diferente da Austrália e dos Estados Unidos, o máximo adequado para a classe trabalhadora era uma quantidade suficiente de comida boa e decente (preferivelmente sem muita bebida), um lugar modesto para vida social, vestimenta adequada para proteger a moral, e saúde e conforto sem arriscar uma tendência à imitação dos melhores na escala social. Esperava-se que o progresso capitalista viesse eventualmente trazer os trabalhadores próximo a este ideal, e infelizmente (o que não implicava

em aumentar salários) muitos ainda estavam abaixo deste nível. Portanto, era desnecessário, indesejável e perigoso aumentar salários além daquele limite.

De fato, as teorias econômicas e os princípios aceitos do liberalismo de classe média não iam muito bem juntos. Em certo sentido as teorias triunfaram. Em nosso período, a relação de salário iria ser crescentemente transformada em uma relação de mercado. Conseqüentemente, vimos o capitalismo inglês da década de 1860 abandonar formas de compulsão não-econômica de trabalho (tais como os Master e Servants Acts que puniam com cadeia quebras de contratos por trabalhadores), contratos de longo termo (tais como o *annual bond* dos mineiros de carvão do Norte), enquanto a duração média de contratos era diminuída, o período médio de pagamento gradualmente reduzido para uma semana ou mesmo um dia ou uma hora, fazendo portanto a barganha no mercado muito mais sensível e flexível. Por outro lado, as classes médias teriam ficado chocadas se os trabalhadores pedissem de fato por um tipo de vida que elas tinham como dado, e mais ainda se eles viessem a consegui-lo. Desigualdade de vida e expectativas cresciam com o sistema.

Isso limitava os incentivos econômicos que os patrões estavam preparados para conceder. Eles desejavam ligar salários à produção por vários sistemas de *piece-work,* que parece haverem se espalhado durante nosso período, e assinalar que os trabalhadores deviam agradecer por ter afinal algum trabalho, já que havia um grande exército industrial de reserva do lado de fora esperando por aqueles empregos.

Pagamentos contra resultados tinham algumas vantagens evidentes: Marx chamou-a a melhor forma de retribuição por salários para o capitalismo. Fornecia um incentivo genuíno para o trabalhador intensificar o seu trabalho e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade, uma garantia contra a negligência em geral, uma solução para reduzir a conta de salários em tempos de depressão, assim como um método adequado para reduzir os custos do trabalho e impedir que salários aumentassem mais do que era necessário e conveniente. Também dividia os trabalhadores entre si, já que o que recebiam podia variar enormemente dentro do mesmo estabelecimento, ou diferentes tipos de trabalho poderiam ser pagos através de formas inteiramente diferentes. Algumas vezes os especializados faziam o papel de subempregadores, pagos por produção, contratando então assistentes não-especializados por um mínimo e controlando o que estes produziam. O problema era que o trabalho por empreitada sofria alguma resistência, especialmente por parte dos especializados, já que era um arranjo muito complexo e obscuro, não apenas para os trabalhadores mas também para os empregadores que não tinham, na maioria das vezes, idéias das normas de produção que deveriam ser estipuladas. Também, não era fácil de ser aplicado em algumas ocupações. Os trabalhadores tentaram remover estas desvantagens reintroduzindo o conceito de um salário básico previsível e

impossível de ser comprimido, que seria um "salário padrão" determinado através dos sindicatos ou de práticas informais. Os empregadores estavam próximos da remoção destas idéias por aquele processo que os partidários da indústria americanos iriam chamar de "gerência científica" *(scientific management),* mas no nosso período eles ainda tinham problemas em lidar com esta solução.

Talvez isto tenha levado a uma ênfase maior no outro incentivo econômico. Se um único fator dominava a vida dos trabalhadores do século XIX, este fator era a *insegurança.* Eles não sabiam no princípio da semana quanto iriam levar para casa na sexta-feira. Eles não sabiam quanto tempo iria durar o emprego presente ou, se viessem a perdê-lo, quando voltariam a encontrar um novo trabalho e em que condições. Eles não sabiam que acidentes ou doenças iriam afetá-los, e embora soubessem que algum dia no meio da vida – talvez 40 anos para os trabalhadores não-especializados, talvez 50 para os especializados – iriam se tornar incapazes para o trabalho pleno e adulto, não sabiam o que iria acontecer então entre este momento e a morte. Diversa era a insegurança dos camponeses, à mercê de periódicas – e, para ser honesto, mais assassinas – catástrofes tais como secas e fome, mas capazes de prever com maior precisão como um homem ou uma mulher pobre passaria a maioria dos dias da vida do nascimento até a morte. A primeira era uma imprevisibilidade mais profunda, apesar do fato de que a maioria dos trabalhadores era empregada por longos períodos de suas vidas por um único empregador. Não havia certeza no trabalho mesmo para os mais especializados: durante a queda de 1857-58 o número de trabalhadores na indústria de engenharia em Berlim caiu em quase uma terça parte. Não existia nada que correspondesse à moderna segurança social, exceto caridade e readmissão no serviço, mas algumas vezes nem isso.

Para o mundo do liberalismo, insegurança era o preço a pagar por progresso e liberdade, sem mencionar riqueza, e tornava-se tolerável pela contínua expansão econômica. Segurança deveria ser comprada – pelo menos algumas vezes – não por homens e mulheres livres, mas, como a terminologia inglesa especificava muito bem, por "empregados" – cuja liberdade era bastante limitada: empregados domésticos, empregados de estradas de ferro, servidores civis etc. Na realidade, o maior grupo entre estes, os empregados domésticos urbanos não desfrutavam da segurança das famílias da nobreza tradicional, mas freqüentemente viam-se diante da insegurança na sua pior forma: demissão imediata sem uma carta de recomendação do antigo senhor para futuros empregadores. Pois o mundo dos burgueses estabelecidos também era considerado como sendo basicamente inseguro, um estado de guerra onde a qualquer momento eles poderiam ser as vítimas da competição, fraude ou desastre econômico, embora os homens de negócios que eram vulneráveis a esse ponto talvez formassem apenas uma pequena minoria das classes médias, e a

penalidade do fracasso raramente era o trabalho manual, menos ainda o trabalho de casa. A expansão econômica mitigava esta constante insegurança. Não há muita evidência de que salários reais na Europa tenham começado a aumentar antes do final da década de 1860, mas mesmo antes que o sentimento geral de que os tempos melhoravam passasse a ser uma certeza nos países desenvolvidos, o contraste com as décadas desesperadas e sofridas de 1830 e 1840 era palpável. Nem o aumento súbito no custo de vida nos anos 1853-54, nem a catástrofe financeira de 1858 trouxeram distúrbios sociais sérios. A verdade é que o grande *boom* econômico havia fornecido emprego – em casa e para os imigrantes afora – numa escala sem precedentes. Não havia evidentemente falta de trabalho, já que os exércitos de reserva da população rural (em casa e fora) estavam agora pela primeira vez avançando *en masse* sobre os mercados de trabalho. Somente o fato de que a competição destes últimos não reverteu as condições da classe operária sugere que o ímpeto e a escala desta expansão econômica eram realmente imensos.

A classe operária, porém, muito diferente da classe média, via a insegurança como uma coisa muito mais constante e real. Ela não tinha reservas significativas. Aqueles que podiam viver de economias por algumas semanas eram considerados privilegiados. Até os salários dos especializados eram modestos. Em tempos normais, um operário em Preston que, com seus sete filhos empregados, ganhasse 4 libras por semanas numa semana de pleno emprego, teria sido objeto de inveja de seus vizinhos. Mas não foram precisas muitas semanas da epidemia de fome em Lancashire (devida a interrupção do suprimento de algodão dos Estados Unidos por causa da Guerra Civil) para reduzir esta mesma família à miséria. O caminho normal, ou mesmo inevitável da vida passava por estes abismos nos quais o trabalhador e sua família iriam provavelmente cair: o nascimento de crianças, a velhice e a impossibilidade de continuar o trabalho. Em Preston, 52% de todas as famílias operárias com crianças abaixo da idade de trabalho, trabalhando em pleno serviço num ano de comércio memorável (1851) poderia esperar viver abaixo da linha de miséria. A idade avançada era uma catástrofe para ser esperada com estoicismo, um declínio na capacidade de produção a partir dos 40, quando a força física começava a decair –especialmente para os menos especializados –, seguida de pobreza. Para a classe média, os meados do século XIX foram a idade de ouro das pessoas em idade madura, quando os homens atingiam o ponto culminante de suas carreiras, renda e atividade e o declínio fisiológico ainda não havia-se tornado muito óbvio. Para os oprimidos – trabalhadores de ambos os sexos e mulheres de todas as classes – a flor da vida só aparecia na juventude.

Nem incentivos econômicos nem insegurança forneciam um mecanismo geral realmente efetivo para manter o trabalho no seu ponto máximo; o primeiro porque sua amplitude era limitada, o último porque sua

obtenção parecia tão impossível como a previsão do tempo. As classes médias achavam este argumento de difícil compreensão. Por que deveriam ser exatamente os melhores, mais capazes e sóbrios trabalhadores, aqueles com maior tendência a formar sindicatos, já que eles eram precisamente os que mereciam os melhores salários e o emprego mais regular? Mas os sindicatos eram de fato compostos e liderados por estes homens, embora a mitologia burguesa visse os sindicatos como multidões de estúpidos e desencaminhados, instigados por agitadores que não conseguiriam obter uma melhor forma de vida de outra maneira. Certamente não havia nenhum mistério nisso. Os trabalhadores que eram objeto de competição entre empregadores não eram apenas aqueles que tinham força de barganha para fazer a existência de sindicatos possível mas também aqueles mais conscientes de que "o mercado" sozinho não lhes garantia nem segurança nem aquilo a que eles pensavam ter direito.

Entretanto, desde que eles não se organizassem – e algumas vezes mesmo quando chegavam a fazê-lo – os trabalhadores proporcionavam a seus empregadores uma solução para o controle do trabalho: na sua esmagadora maioria eles gostavam de trabalhar e suas expectativas eram espantosamente modestas. Os não-especializados ou recém-chegados do interior eram orgulhosos de sua força, vindo de um meio onde o trabalho pesado era o critério do valor de uma pessoa e onde mulheres eram escolhidas não pela aparência mas pela potencialidade para o trabalho. "Minha experiência tem mostrado", declarou um superintendente de siderurgia americano em 1875, "que os alemães, irlandeses, suecos e aquilo que eu chamo de *Buckwheats* –jovens americanos do campo – criteriosamente misturados, produzem a força mais efetiva e tratável que se possa encontrar."

Por outro lado, os especializados eram sensíveis aos incentivos (não-capitalistas) do orgulho e conhecimento de suas especializações. Até as máquinas deste período, de ferro e bronze, limpas e polidas com o toque do amor, em condições perfeitas de funcionamento depois de um século, são um vivo exemplo disso. O catálogo sem fim dos objetos dispostos nas exposições internacionais, embora horríveis do ponto de vista estético, eram monumentos para orgulho daqueles que os construíram. Estes homens não aceitavam muito bem as ordens e supervisão, e estavam freqüentemente fora de qualquer controle efetivo, exceto pelo coletivo que eram suas oficinas. Eles também recusavam métodos para fazer com que seus serviços fossem feitos mais rapidamente, ou que rebaixassem o respeito devido ao trabalho. Mas se eles não trabalhavam nem mais ou nem mais rapidamente do que o que o trabalho pedia, eles não trabalhavam nem menos nem com menor vigor: ninguém precisava oferecer-lhes maiores incentivos para que dessem do seu melhor. "Um dia justo de trabalho por um dia justo de pagamento" dizia o refrão, e se eles esperavam que o pagamento os satisfizesse, esperavam também que o trabalho tornasse a todos

satisfeitos, inclusive a eles mesmos.

Evidentemente, esta visão não-capitalista do trabalho beneficiava mais aos empregadores que aos operários. Ê necessário observar que os compradores no mercado de trabalho operavam segundo o princípio de comprar no mercado mais barato e vender no mais caro, embora às vezes ignorantes dos métodos de avaliação corretos. Mas os vendedores não estavam geralmente pedindo o salário máximo que o mercado pudesse agüentar e oferecendo em troca a quantidade mínima de trabalho que pudessem. Estes últimos estavam apenas buscando uma forma decente de ganhar a vida. Eles estavam apenas tentando melhorar um pouco. Em resumo, embora naturalmente não fossem insensíveis às diferenças entre salários altos e baixos, eles estavam comprometidos mais com a vida humana do que com transações econômicas.

III

Mas é possível falarmos dos "trabalhadores" como uma categoria única ou como uma classe? O que havia em comum entre grupos de pessoas freqüentemente tão diferentes no meio, origem social, formação, situação econômica ou mesmo até na língua e costumes? Nem mesmo a pobreza, pois embora para os padrões da classe média todos tivessem baixas rendas – exceto em paraísos do trabalho como a Austrália na década de 1850, onde os trabalhadores em composição de jornais ganhavam até 18 libras por semana –, pelos padrões dos pobres havia uma grande diferença entre os "artesãos" bem pagos ou menos regularmente empregados, que usavam uma cópia das vestimentas da classe média nos domingos ou mesmo no caminho para o trabalho e os trabalhadores famintos que nem sabiam quando receberiam a próxima refeição, ou a de sua família. Todos estavam realmente unidos através de um sentido comum do trabalho manual e da exploração, e de forma crescente, pelo destino de serem operários. Eles estavam unidos pela crescente segregação da sociedade burguesa, cuja riqueza crescia dramaticamente enquanto a situação dos trabalhadores permanecia precária, uma burguesia que se tornava mais e mais inflexível na admissão dos que vinham de baixo. Pois havia uma real diferença entre as modestas conquistas de conforto que um trabalhador bem-sucedido, ou mesmo um ex-trabalhador pudessem conseguir e as brutais acumulações de riqueza. Os trabalhadores foram empurrados para uma consciência comum não apenas pela polarização social mas, nas cidades pelo menos, por um estilo comum de vida – no qual a taverna ("a igreja do trabalhador", como um burguês liberal chamou-a) tinha um papel central – e por um estilo comum de pensamento. Os menos conscientes tendiam a ser tacitamente laicizados, os mais conscientes radicalizavam-se – os que apoiaram a

Internacional na década de 1860, os futuros seguidores dos socialistas. Os dois fenômenos estavam interligados, pois a religião tradicional tinha sido sempre um liame de unidade social dentro do ritual de afirmação da comunidade. Mas as procissões e cerimônias comuns atrofiaram-se em Lille durante o Segundo Império. Os trabalhadores especializados de Viena, cuja piedade e ingênua alegria na pompa católica Lé Play havia notado na década de 1850, tornaram-se indiferentes a estas coisas. Em menos de duas gerações haviam transferido sua fé para o socialismo.

Os grupos heterogêneos dos "trabalhadores pobres" sem dúvida tenderam a se tornar parte do "proletariado" nas cidades e regiões industriais. A importância crescente dos sindicatos na década de 1860 registrou bem esta circunstância, e a existência mesma – para não mencionar a força – da Internacional teria sido impossível sem ela. Porem, os "trabalhadores pobres" não eram apenas o conjunto de grupos disparatados. Eles haviam, especialmente nos anos desesperados da primeira metade do século, fundido-se numa massa homogênea de descontentes e oprimidos. Esta homogeneidade estava agora sendo perdida. A era do capitalismo liberal estável e florescente oferecia à classe operária" a possibilidade de melhorar sua barganha coletiva através de organização coletiva. Mas aqueles que permaneciam mera-mente a miscelânea de "pobres" não podiam esperar muito dos sindicatos, e menos ainda das Sociedades de Ajuda Mútua. Sindicatos eram, especialmente, organizações que favoreciam minorias, embora greves pudessem ocasionalmente mobilizar as massas. Além disso, o capitalismo oferecia ao trabalhador individual perspectivas diferentes de melhorias em termos burgueses, que porções maiores da população trabalhadora eram incapazes ou estavam sem vontade de obter.

Uma fissura, portanto, apareceu dentro daquilo que se transformava, de forma crescente, na "classe operária". Ela separava os "trabalhadores" dos "pobres", ou de outra forma, "os respeitáveis" dos "sem respeito". Em termos políticos (ver capítulo 6) separava pessoas como o "artesão inteligente", aos quais os radicais de classe média ingleses estavam ansiosos para dar o voto, das massas enraivecidas que eles estavam ainda determinados a excluir.

Nenhum termo é mais difícil de analisar que "respeitabilidade" na classe operária de meados do século XIX, pois expressava simultaneamente a penetração de *standards* e valores da classe média e também as atitudes sem as quais o amor-próprio da classe operária não teria sido possível de ser criado, assim como um movimento de luta coletiva impossível de construir: sobriedade, sacrifício, o adiamento da gratificação. Se o movimento dos trabalhadores tivesse sido claramente revolucionário, ou pelo menos radicalmente segregado do mundo da classe média (como havia sido antes de 1848 e voltaria a sê-lo na era da Segunda Internacional), a distinção teria sido suficientemente clara. Porém, no nosso período, a linha entre melhoria individual e coletiva, entre imitar a

classe média e combatê-la com as próprias armas era difícil de traçar. Onde devemos situar William Marcroft (1822-94)? Ele poderia ser facilmente apresentado como um modesto exemplo da "ajuda-a-si-mesmo" de Samuel Smiles – o filho ilegítimo de um empregado de fazenda e uma tecelã, sem nenhuma educação, que começou como um trabalhador na indústria têxtil, passando a capataz numa firma de engenharia até que, em 1861, estabeleceu-se de forma independente como um dentista, morrendo com 15 mil libras acumuladas, o que não era nada negligenciável: um radical-liberal por toda a vida e advogado da moderação. Mas seu lugar modesto na história também é devido à sua paixão (igualmente por toda a vida) pela produção cooperativa (isto é, socialismo através de "ajuda-a-si-mesmo") ao qual ele dedicou todos os seus dias. Por outro lado, William Allan (18)3-74) era sem dúvida nenhuma um seguidor da luta de classe e, nas palavras de seu obituário, "em questões sociais ele inclinava-se para a escola de Robert Owen". Portanto, este trabalhador radical, formado na escola revolucionária de antes de 1848, iria deixar sua marca na história do trabalhismo como o cauteloso, moderado e acima de tudo eficiente administrador do maior dos sindicatos de trabalhadores especializados do "novo modelo", a Amalgamated Society of Engineers; era um anglicano convicto e "em política um liberal consistente, não dado a nenhum tipo de politicagem".

O fato é que o trabalhador capaz e inteligente, especialmente se especializado, oferecia tanto o principal esteio do controle social de classe média e de disciplina industrial no trabalho, como também os melhores indivíduos para a autodefesa coletiva dos trabalhadores. Ele fornecia o primeiro porque o capitalismo estável, próspero e em expansão precisava dele, proporcionando-lhe perspectivas de melhoria modesta. Estas não pareciam mais provisórias ou temporárias. Mas ele também fornecia o segundo, porque (com a possível exceção dos Estados Unidos, aquela terra que parecia prometer ao pobre um meio pessoal de livrar-se de uma pobreza que se arrastava por toda a vida, de sair da classe operária, e a cada cidadão igualdade diante de todos) as classes trabalhadoras sabiam que o mercado livre liberal por si só não lhes daria os direitos ou lhes supriria as necessidades. Eles precisavam se organizar e lutar. A "aristocracia do trabalho", inglesa, uma camada peculiar a este país onde a classe de pequenos produtores independentes, lojistas etc. era relativamente insignificante, como era também a baixa classe dos *white-collar* e burocratas menores, ajudou a transformar o Partido Liberal num partido de apelo genuinamente de massa. Ao mesmo tempo, formava o coração do movimento sindical, incomumente poderoso. Na Alemanha, mesmo os trabalhadores mais "respeitáveis" eram empurrados para as fileiras do proletariado pela distância que os separava da burguesia e pela força das classes intermediárias. Ali o homem que mergulhava nas associações de "melhoria" *(Bildungsvereine)* na

década de 1860 – havia mil destes clubes em 1863, 2 mil em 1872 somente na Baviera – afastava-se rapidamente do liberalismo de classe média destas associações, embora não tanto da cultura de classe média que ali lhe fora inculcada ". Outros como ele iriam se transformar no pessoal dirigente do novo movimento social-democrata, especialmente depois do fim de nosso período. Mas eles eram trabalhadores "respeitáveis", e levaram o bom e o mau lado de sua respeitabilidade para o partido de Lassalle e Marx. Somente onde a revolução parecia ser a *única* solução plausível para as condições dos trabalhadores pobres, ou onde – como na França – a tradição de insurreição e república social revolucionária era a tradição política dominante do povo trabalhador, a "respeitabilidade" era um fator relativamente insignificante, ou confinado às classes médias e àqueles que desejavam identificar-se com elas.

E os outros? Embora fossem objeto de muito mais interesse que as classes trabalhadoras "respeitáveis" (bem menos nesta geração do que antes de 1848 ou depois de 1880), deles sabemos muito pouco, exceto pela pobreza e abandono a que estavam relegados. Não expressavam opiniões publicamente, e raramente eram requisitados mesmo Por aquelas organizações sindicais, políticas ou outras que se preocupassem em chegar até eles. Mesmo o Exército da Salvação, criado tendo especificamente estes setores pobres "não-respeitáveis" em mente, não conseguiu tornar-se mais do que uma atração de entretenimento público (com seus uniformes, bandas e hinos) e uma fonte útil de caridade. De fato, para a maioria dos não-especializados, as organizações que começavam a dar expressão ao movimento trabalhista dos "respeitáveis" eram inatingíveis. Grandes levantes de cunho político, tal como o Cartismo ná década de 1840, podiam recrutá-los: os vendedores de mercado descritos por Henry Mayhew eram todos cartistas. Grandes revoluções poderiam inspirar, talvez apenas brevemente, até os mais oprimidos e apolíticos: as prostitutas de Paris foram decididamente a favor da Comuna em 1871. Mas a era do triunfo burguês não eram precisamente uma era de revoluções ou mesmo de movimentos de massas políticos, Bakunin não estava talvez inteiramente errado ao supor que o espírito de uma insurreição pelo menos potencial estava talvez mais entre os marginais e o subproletariado, embora estivesse bastante enganado ao vê-los como base para um movimento revolucionário. A miscelânea dos pobres apoiou a Comuna, mas seus ativistas eram os especializados e artesãos; as seções mais marginais entre os pobres – os adolescentes – estavam pouco representados entre eles. Os adultos, especialmente aqueles suficientemente velhos para ter, mesmo que falha, uma memória a cerca de 1848, eram os revolucionários característicos de 1871.

A linha que dividia os trabalhadores pobres entre militantes potenciais do movimento trabalhista e o resto não era cortante, mas certamente existia. "Associação" – a formação livre e consciente de sociedades democráticas para melhorias e defesa social – era a fórmula mágica da época liberal; através dela,

até os movimentos trabalhistas que iriam abandonar o liberalismo se desenvolveriam. Aqueles que quisessem e pudessem efetivamente "associar-se" deveriam dar os ombros e desprezar os que não quisessem ou pudessem, e não apenas as mulheres que estavam virtualmente excluídas do mundo das formalidades dos clubes e de suas propostas de associados. As fronteiras daqueles setores da classe operária que iriam ser reconhecidos como forças sociais e políticas coincidia com o mundo dos clubes – Sociedades de Ajuda Mútua, ordens fraternas de beneficência, clubes de esportes e ginástica e mesmo associações religiosas voluntárias num extremo e associações políticas e de trabalho ao outro. Estas últimas cobriam uma parte variada mas substancial da classe operária – talvez uns 40% no final de nosso período. Mas deixava muitos de fora. Estes eram os objetos e não os sujeitos da era liberal.

Ê difícil, olhando retrospectivamente, formar uma idéia equilibrada das condições de todos estes trabalhadores. Em um aspecto, a lista dos países onde havia cidades e indústrias modernas era agora muito maior, e conseqüentemente o nível de desenvolvimento industrial que representavam. Portanto, generalizações não são fáceis, e seu valor é circunscrito mesmo se nos limitarmos – e precisamos fazê-lo – aos países relativamente desenvolvidos em oposição aos atrasados, as classes trabalhadoras urbanas em distinção aos setores camponeses e agrários. O problema é determinar um meio termo entre, de um lado, a violenta pobreza que ainda dominava a vida da maior parte dos trabalhadores pobres, o meio físico e moral repulsivo que cercava muitos deles e, de outro, a melhoria geral das condições e perspectivas que havia ocorrido desde a década de 1840. Porta-vozes satisfeitos de parte da burguesia tendiam a dar maior ênfase a estas melhorias, embora ninguém pudesse negar o que Sir Robert Giffen (1837-1900), olhando para o meio século da história inglesa de 1883, chamou de "um resíduo ainda não desenvolvido", ou que as melhorias, "mesmo quando medidas por um ideal baixo, ainda são muito pequenas", ou então que "ninguém pode contemplar as condições das massas populares sem desejar alguma coisa como uma revolução para que elas melhorem". Reformadores sociais menos satisfeitos, embora não negando as melhorias – no caso da elite de trabalhadores cujas qualificações relativamente escassas punham-nos numa condição de vendedores privilegiados no mercado de trabalho – , davam um retrato menos cor de rosa:

> "Sobram ainda (escrevia Miss Edith Simcox, no começo da década de 1880) ... uns dez milhões de trabalhadores de cidades, incluindo todos os mecânicos e trabalhadores cujas vidas não estão ameaçadas pela miséria. Nenhuma linha precisa pode ser traçada entre os trabalhadores que podem ser contados entre "os pobres" e aqueles que estão fora; há um fluxo

constante, e exceto aqueles que sofrem de má remuneração crônica, artesãos assim como mercadorias, estão todos constantemente mergulhando, com culpa ou não, nas profundezas da miséria. Não e fácil julgar quantos dentre estes dez milhões pertencem à próspera aristocracia das classes trabalhadoras, aquela camada com a qual os políticos entram em contato e da qual saem aqueles que a sociedade apressadamente acolhe como "trabalhadores representativos"... Eu confesso que deveria estimar que apenas um pouco mais de dois milhões de trabalhadores especializados, representando uma população de cinco milhões, esteja vivendo habitualmente com alguma facilidade e segurança de qualquer espécie... Os outros cinco milhões incluem os trabalhadores e operários menos especializados, homens e mulheres, cujo salário máximo lhes proporciona as necessidades e decência mínimas da existência e para os quais, por conseguinte, qualquer azar significa miséria, uma queda rápida na penúria."

Mas mesmo estas impressões bem informadas e evidentes eram um tanto otimistas, por duas razões. Primeiro, porque (como pesquisas sociais que começaram a ser feitas a partir do final da década de 1880 deixam claro) os trabalhadores pobres – que formavam aproximadamente 40% da classe operária de Londres – pouco desfrutavam das "decências mínimas da existência", mesmo pelos padrões austeros aplicados para os setores mais baixos. Segundo, porque o "estado de alguma facilidade e segurança de qualquer espécie" representava demasiado pouco. A jovem Beatrix Potter, vivendo anonimamente entre os operários têxteis de Bacu, não teve dúvida de que tivesse partilhado das vidas da "confortável classe operária" – dissidentes e colaboradores, uma comunidade fechada excluindo os "não-respeitáveis" e marginais, cercada pelo "bem-estar geral e bem remunerado", sendo as casas "bem decoradas e mobiladas, e as refeições excelentes". E mesmo esta observadora perspicaz iria descrever estes mesmos indivíduos – quase sem perceber o que estava descrevendo – como parecendo vítimas de excesso de trabalho físico nos períodos de grande comércio, comendo e dormindo muito pouco, fisicamente exaustos para esforços intelectuais, a mercê de "muitas chances de esgotamento, significando falta de conforto físico". A profunda e simples fé puritana destes homens e mulheres era, como ela via, uma resposta ao medo das "vidas gastas e fracassadas":

"Vida em Cristo" e esperança em outro mundo trazem facilidade e refinamento na mera luta pela existência, acalmando a busca desenfreada pelas boas coisas desta vida com "uma outra existência", e fazendo do

fracasso um "meio de atingir a graça" ao invés de uma busca incansável pelo sucesso".

Este não é o quadro de famintos prestes a se rebelarem nos seus cortiços, mas também não é um quadro de homens e mulheres "melhores, muito melhores do que eram há cinqüenta anos atrás", e menos ainda de uma classe que "tinha tido o benefício material dos últimos cinqüenta anos" (Giffen) ", como economistas satisfeitos e ignorantes mantinham. Era um quadro de pessoas com algum respeito e segurança, cujas expectativas eram enormemente modestas, mas conscientes de que poderia ser bem pior, que se lembravam de tempos quando eram bem mais pobres, e que estavam freqüentemente perseguidas pelos aspectos da miséria (como entendiam o termo). O pauperismo estava sempre próximo. "Ninguém deve usar muito de uma coisa boa porque senão gasta-se dinheiro com muita facilidade", disse um dos hospedeiros de Beatrix Potter, colocando o cigarro que ela havia-lhe oferecido em cima da lareira depois de uma ou duas baforadas, guardando para a noite seguinte. Aquele que esquecer que esta era a forma pela qual homens e mulheres pensavam sobre os bens de suas vidas, naqueles dias, não será certamente a pessoa indicada para julgar a pequena mas genuína melhoria que a grande expansão capitalista trouxe para uma parte substancial das classes trabalhadoras no nosso período. E a distância que as separava do mundo burguês era imensa – e intransponível.

13

O MUNDO BURGUÊS

Você sabe que pertencemos a um século em que os homens são valorizados apenas pelo que são. Todos os dias algum chefe pouco enérgico ou sério é forçado a descer os degraus da sociedade que parecia pertencer-lhe de forma permanente, e algum balconista inteligente e esperto toma-lhe o lugar.

— Mme. Motte-Bossut a seu filho, 1856

Com seus rebentos a volta, eles aquecem-se no calor de seu sorriso.
Uma inocência infantil e alegre ilumina suas faces contentes.
Ele é sagrado, eles o honram, ele é adorável, eles o adoram.
Ele é seguro, eles o estimam, ele ê firme, eles o temem.
Seus amigos são os mais excelentes entre os homens.
Ele retorna à casa bem-ordenada.

— Martin Tupper, 1876

I

Precisamos olhar agora a sociedade burguesa. Os fenômenos mais . superficiais são às vezes os mais profundos. Comecemos nossa análise desta sociedade, que atingiu seu apogeu neste período, pela aparência das roupas que seus membros usavam, pelos interiores que os cercavam. "As roupas fazem o homem", dizia um ditado alemão, e nenhuma época seguiu mais a risca tal idéia do que a época em que a mobilidade social poderia de fato colocar numerosas pessoas dentro de uma situação histórica inteiramente nova para desempenhar papéis sociais novos (e superiores), e portanto, tendo que usar as roupas apropriadas. Não havia muito que o austríaco Nestroy havia escrito sua farsa descontraída e um pouco amarga *The Talisman* (1840), onde as aventuras da vida de um pobre ruivo são dramaticamente alteradas pela aquisição e subseqüente perda de uma peruca preta. O lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade serem esquecidos e artificialmente eliminados. Ali, e somente ali, os burgueses e mais ainda os pequenos burgueses podiam manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e hierárquica, cercada pelos objetos materiais que a demonstravam e faziam-na possível, a vida de sonho que encontrou sua expressão culminante no ritual doméstico sistematicamente criado e desenvolvido para este fim, a celebração do Natal. O jantar de Natal (celebrado por Dickens), a árvore de Natal (inventada na Alemanha, mas rapidamente aclimatada na Inglaterra

graças ao patrocínio real), a canção de Natal – mais conhecida através da *Stille Nacht* alemã – simboliza ao mesmo tempo o frio do mundo do lado de fora, o calor do círculo familiar do lado de dentro e o contraste entre os dois.

A impressão mais imediata do interior burguês de meados do século é a de ser demasiadamente repleto e oculto, uma massa de objetos, freqüentemente escondidos por cortinas, toldos, tecidos e papéis de parede, e sempre muito elaborados, fosse o que fosse. Nenhum quadro sem uma rebuscada moldura, nenhuma cadeira sem tecido de proteção, nenhuma peça de tecido sem borla, nenhuma peça de madeira sem o toque do torno mecânico, nenhuma superfície sem algum tecido ou objeto repousando em cima. Isto era sem dúvida um sinal de riqueza e *status:* a bela austeridade dos interiores Biedermayer refletia mais a severidade das finanças burguesas das províncias alemães do que um gosto inato, e a mobília dos quartos dos empregados, por seu lado, era deserta. Objetos expressavam seu custo e, no tempo em que a maioria dos objetos domésticos era produzida ainda por processos manuais, a elaboração era um índice adequado para expressar o valor de objetos caros. O custo também comprava conforto, que era tanto visível como desfrutável. Mesmo assim, os objetos eram mais do que meramente utilitários ou símbolos de *status* e sucesso. Tinham valor em si mesmo como expressões de personalidade, como sendo o programa e a realidade da vida burguesa, e mesmo como *transformadores* do homem. No lar tudo isso era expresso e concentrado. Daí a sua grande acumulação.

Estes objetos, como as casas que os continham, eram *sólidos,* um termo usado caracteristicamente para melhor elogiar uma empresa de comércio. Eram construídos para durar para sempre, e duraram. Ao mesmo tempo, precisavam expressar as aspirações mais altas e espirituais da vida através de sua beleza, salvo quando as expressavam através de sua mera existência como os livros e os instrumentos musicais, que permaneciam surpreendentemente funcionais no seu *design,* exceto por alguns floreados exteriores, ou quando faziam parte do mundo das utilidades domésticas como peças para a cozinha ou bagagem. Beleza significava decoração, já que a simples construção das casas da burguesia ou os objetos que as mobilizavam não eram suficientemente grandiosos para oferecer apoio espiritual ou moral em si mesmos, como as grandes estradas de ferro e navios a vapor. A parte de fora das casas permanecia funcional: a questão era relativa ao interior, na medida em que pertencessem ao mundo burguês, como ocorria com os novos carros-dormitórios Pullman (1865) e os salões e quartos de primeira classe dos navios a vapor que tinham *décor.* Beleza portanto significava decoração, uma coisa aplicada à superfície dos objetos.

Esta dualidade entre solidez e beleza expressava uma grande divisão entre o material e o ideal, o corpóreo e o espiritual, muito típica do mundo burguês, já que espírito e idéia dependiam da matéria e podiam ser expressos somente através da matéria, ou pelo menos através do dinheiro que pudesse

comprá-la. Nada era mais espiritual do que a música, mas a forma característica em que ela entrava no lar burguês era o piano, um aparato excessivamente grande, rebuscado e caro, mesmo quando reduzido – para o benefício de uma camada mais modesta aspirante a valores burgueses – às dimensões mais manuseáveis de um piano de parede *(pianino)*. Nenhum interior burguês era completo sem ele; todas as filhas diletas da burguesia eram obrigadas a praticar escalas sem fim naquele instrumento.

A ligação entre moral, espiritualidade e miséria, tão óbvia nas sociedades não-burguesas, não tinha sido inteiramente eliminada. Era geralmente reconhecido que a busca exclusiva de coisas mais elevadas era não-remunerada, exceto no que toca a algumas artes mais vendáveis, mas mesmo assim a prosperidade era para ser alcançada somente nos anos maduros: o estudante pobre ou o jovem artista, na qualidade de professor particular ou de convidado para o jantar de domingo, eram reconhecidamente uma parte subalterna da família burguesa, e seguramente naquelas partes do mundo onde a cultura fosse altamente respeitada. Mas a conclusão definitiva era de que não havia uma contribuição entre a busca de sucesso material e espiritual, mas que um era a base necessária para o outro. Como o romancista E. M. Forster colocou no período áureo da burguesia: "Entravam os dividendos, elevavam-se grandiosos pensamentos". O destino mais certo para um filósofo era o de nascer filho de banqueiros, como George Lukacs. A glória do ensino alemão, o *Privatgelehrter* (professor particular), era depender de renda própria. Era correto que o pobre professor judeu casasse com a filha do comerciante local mais rico, já que era impensável que uma comunidade com ensino respeitável remunerasse seus luminares apenas com elogios.

Esta dualidade de matéria e espírito implicava uma hipocrisia que observadores não-simpáticos ao mundo burguês consideravam uma característica fundamental deste mundo. Em nenhum outro aspecto era isso mais óbvio, no sentido literal de ser visível, do que em questões de sexo. Isso não quer dizer que o burguês (homem) de meados do século XIX (ou aqueles que aspiravam ser como ele) fossem simplesmente desonestos, pregando uma moralidade e deliberadamente praticando outra, embora evidentemente o hipócrita consciente seja mais facilmente encontrável onde a diferença entre a moralidade oficial e as demandas da natureza humana sejam separada por uma distância abissal, e esta sociedade o era. Certamente Henry Ward Beeches, o grande pregador novaiorquino do puritanismo, deveria ter evitado manter tumultuados casos de amor extraconjugais, ou então ter escolhido uma carreira que não lhe demandasse ser um advogado tão proeminente da moderação sexual; embora ninguém possa deixar de simpatizar com a má sorte que o ligou, em meados da década de 1870, com a bela feminista e advogada do amor-livre Victoria Woodhull, uma senhora cujas convicções tornavam difícil manter uma

vida privada. Esta esplêndida mulher, uma de duas irmãs igualmente atraentes e emancipadas, deu a Marx alguns momentos de irritação por causa de seus esforços para converter a seção americana da Internacional num órgão de propagação de amor-livre e espiritualismo. As duas irmãs saíram-se muito bem de suas relações com Commodore Vanderbilt, que tomava conta de seus interesses financeiros. Mais tarde casou-se bem e morreu na atmosfera da respeitabilidade na Inglaterra, em Bredon's Norton, Worcestershire. Mas é um puro anacronismo pensar, como vários escritores recentes do "The other Victorians" tem feito, que a moralidade sexual oficial da época fosse uma mera fachada. Em primeiro lugar, esta hipocrisia não era simplesmente uma mentira, exceto talvez entre aqueles cujas preferências sexuais fossem tão irresistíveis quanto publicamente inadmissíveis, como, por exemplo, políticos proeminentes dependendo de votos puritanos ou respeitáveis negociantes homossexuais em cidades provincianas. Mas era menos hipócrita nos países (por exemplo, na maioria dos católicos) onde um comportamento francamente duplo era aceito: castidade para mulheres solteiras e fidelidade para as casadas, a caça livre de todas as mulheres (exceto talvez filhas casadoiras das classes médias e altas) por todos os jovens burgueses solteiros, e uma infidelidade tolerada para os casados. Aqui as regras do jogo eram perfeitamente entendidas, incluindo a necessidade de uma certa discrição nos casos onde a estabilidade da família ou da propriedade burguesa pudesse ser ameaçada: paixão, como qualquer italiano da classe média ainda conhece, é uma coisa, "a mãe dos meus filhos" é outra bem diferente. A hipocrisia entrava neste tipo de comportamento apenas pelo fato de que as mulheres deveriam permanecer totalmente fora do jogo, quer dizer, na ignorância do que os homens (e outras mulheres) faziam. Nos países protestantes, esperava-se que a moralidade das restrições sexuais e da fidelidade atingisse os dois sexos, mas o próprio fato de que isto era percebido mesmo por aqueles que quebravam-na, levava-os não exatamente à hipocrisia mas ao tormento pessoal. É bastante ilegítimo tratar uma pessoa em tal situação como um mero trapaceiro.

Mais do que isso, a moral burguesa era consideravelmente aplicada; na verdade, talvez tenha se tornado muito mais efetiva a partir do momento em que a massa das classes trabalhadoras "respeitáveis" passou a adotar os valores da cultura hegemônica, e que as classes médias baixas, que seguiam a burguesia por definição, cresceram em número. Tais questões resistiam mesmo ao intenso interesse do mundo burguês nas "estatísticas morais", desmentindo todas as tentativas de medir a extensão da prostituição. A única tentativa adequada de medir infecções venéreas, que evidentemente tinham uma forte conexão com algumas formas de sexo extraconjugal, revelou pouco, exceto que na Prússia era muito maior na megalópole Berlim do que em qualquer outra província (tendendo normalmente a diminuir de acordo com o tamanho das cidades e vilas) e que atingia o ponto máximo nas cidades com portos, guarnições e

institutos de educação, isto é, com alta concentração de jovens solteiros longe de suas casas. Não há razão para supor que o membro vitoriano médio da classe média, baixa classe média, ou "respeitável" classe operária, na Inglaterra vitoriana ou nos Estados Unidos, não conseguisse viver de acordo com seus princípios de fidelidade sexual. As jovens americanas que surpreendiam cínicos homens, experimentados na Paris de Napoleão III, com a liberdade que os pais lhes permitiam de saírem sozinhas e em companhia de jovens americanos, são uma evidência tão forte sobre a moralidade sexual quanto as reportagens jornalísticas do espectro do vício na Londres vitoriana: talvez até mais forte. É inteiramente ilegítimo aplicar *standards* pós-freudianos num mundo pré-freudiano, ou entender que o comportamento sexual de então devesse ser como o nosso. Pelos padrões modernos, aqueles monastérios leigos, as universidades de Oxford e Cambridge, pareceriam casos literários de patologia sexual. O que pensaríamos hoje de um Lewis Carroll cuja paixão era fotografar menininhas nuas? Pelos padrões vitorianos, os vícios maiores eram certamente a gula e não a luxúria, e a tendência sentimental de muitos professores por jovens rapazes – quase que certamente (o termo é revelador) "platônica" – seria colocada entre as esquisitices de educadores inveterados. Foi nesta época que a expressão "to make love" (na língua inglesa) tornou-se sinônimo de ato sexual. O mundo burguês era perseguido pelo sexo, mas não necessariamente pela promiscuidade sexual: a *nemesis* característica do mito burguês, como o romancista Thomas Mann viu tão claramente, acompanhava uma *única* queda do estado de graça, como a sífilis do compositor Adrian Leverkuchn em *Dr. Faustus.* O próprio extremismo de seu medo reflete uma ingenuidade prevalecente, ou melhor, inocência. A força dos padrões morais nos países protestantes foi revelada pelo comportamento dos senhores de escravos em relação a suas escravas. Contrariamente ao que se poderia esperar, e também em relação ao *ethos* dominante nos países católicos-mediterrâneos –"não há nada de melhor do que um tamarindo doce ou uma mulata virgem" dizia um ditado cubano – parece que a extensão de miscigenação, ou mesmo de filhos ilegítimos no Sul rural e escravo, foi bastante pequena.

Esta inocência, entretanto, nos permite ver o poderoso elemento sexual no mundo burguês de forma clara nas suas roupas, uma extraordinária combinação de tentação e interdição. O burguês vitoriano era coberto por tecidos, deixando pouca coisa publicamente visível, exceto a face, e mesmo isso nos trópicos. Em casos extremos (como nos Estados Unidos), até objetos que lembrassem o corpo (como os pés das mesas) podiam vir a ser ocultos. Ao mesmo tempo, e nunca tanto quanto nas décadas de 1860 e 1870, todas as características sexuais secundárias eram enfatizadas grotescamente: cabelos e barbas nos homens, cabelos, seios e ancas nas mulheres, aumentadas para proporções gigantescas através de enchimentos postiços, *culs-de-Paris* etc. O

efeito de choques do famoso quadro de Manet *Déjeuner sur l'Herbe* (1863) deriva precisamente do contraste entre a enorme respeitabilidade das roupas dos homens e a nudez das mulheres. A verdadeira obsessão com a qual a civilização burguesa insistia que a mulher era essencialmente um ser espiritual implicava que os homens não o eram, e também que a óbvia atração física entre os sexos não cabia dentro do sistema de valores. Sucesso era incompatível com prazer, como o folclore do esporte ainda assume, ao sentenciar jogadores à abstenção sexual temporária antes do grande jogo ou da grande luta. De forma mais geral, a civilização apoiava-se na repressão das urgências sexuais. O maior dos psicólogos da burguesia, Sigmund Freud, fez desta proposição a pedra de toque de suas teorias, embora gerações posteriores tenham lido nele uma chamada pela abolição da repressão.

Mas por que era este aspecto visto de forma tão passional e até patológica, tão contrastante com o ideal de moderação e *juste milieu* que definia as ambições e papéis sociais das classes médias? Nos degraus mais baixos das aspirações da classe média a resposta é fácil. Somente esforços heróicos poderiam elevar um homem e uma mulher pobres, ou mesmo seus filhos, para fora da desmoralização, colocando-os no lugar firme da respeitabilidade e, acima de tudo, definir ali as suas posições. Para os membros dos Alcoólatras Anônimos, não havia solução de compromisso: era ou a total abstinência ou o colapso completo. De fato, o movimento pela total abstinência do álcool, que floresceu nos países protestantes e puritanos, ilustra esta questão de forma clara. Não era efetivamente um movimento para abolir ou mesmo para limitar o alcoolismo de massa, mas para definir e separar a classe dos indivíduos que tivessem demonstrado pela força pessoal de seu caráter que eram distintos dos pobres não-respeitáveis. O puritanismo sexual preenchia a mesma função. Mas este era um fenômeno "burguês" apenas na medida em que refletia a hegemonia da respeitabilidade burguesa. Como as leituras de Samuel Smiles ou a prática de outras formas de "ajuda-a-si-mesmo", aquilo substituía o sucesso burguês ao invés de preparar para ele. Ao nível do artesão ou funcionário "respeitável", a abstinência era freqüentemente a única gratificação. Em termos materiais dava apenas compensações modestas.

O problema do puritanismo sexual burguês é mais complexo. A crença de que o burguês de meados do século XIX era incomumente vigoroso e portanto obrigado a construir defesas incomumente impenetráveis contra a tentação da carne não é convincente: o que fazia as tentações tão tentadoras era precisamente o extremismo dos padrões morais aceitos, que tornavam a queda igualmente dramática, como o caso do católico-puritano conde Muffat em *Nana* de Emile Zola, a novela *par excellence* da prostituição em Paris na década de 1860. Evidentemente, o problema era também de certa forma econômico, como veremos. A "família" não era meramente a unidade social básica da sociedade

burguesa, mas também a unidade básica do sistema de propriedade e das empresas de comércio, ligada com outras unidades similares através de um sistema de trocas mulher-mais-propriedade (o dote do casamento) em que as mulheres deveriam, por estrita convenção derivada de uma tradição pré-burguesa, ser *virgines inlactae*. Qualquer coisa que enfraquecesse esta unidade familiar era inadmissível, e nada a enfraquecia mais do que a paixão física descontrolada, que introduzia herdeiros e noivas "inadequados" (isto é, economicamente indesejáveis), separava maridos de mulheres e desperdiçava recursos comuns.

Mas as tensões eram mais que econômicas. Elas eram particularmente fortes em nosso período, quando a moral da abstinência, moderação e contenção entrava dramaticamente em conflito com a realidade do sucesso burguês. Os burgueses não viviam mais numa economia familiar de escassez ou num nível social remotamente longe das tentações da alta sociedade. O problema era mais o de gastar que o de economizar. Não apenas os burgueses ociosos tornavam-se mais e mais numerosos – em Colônia o número de *rentiers* pagando imposto de renda cresceu de 162 em 1854 para 600 em 1874 – como de que outra forma, exceto gastar, poderiam os bem-sucedidos burgueses demonstrar o seu sucesso, tendo ou não poder político enquanto classe? A palavra *parvenu* (novo-rico) automaticamente tornou-se sinônimo do gastador destemperado. Se estes burgueses tentavam alcançar o estilo de vida da aristocracia ou então, como os conscientes Krupp e outros magnatas da Ruhr, construir castelos e impérios feudais paralelos e até mais impressionantes que aqueles dos Junkers, cujos títulos haviam recusado, precisavam gastar, e de uma forma que inevitavelmente fazia com que seu estilo de vida se parecesse mais próximo ao da aristocracia não-puritana, e as mulheres mais ainda. Antes da década de 1850, isto havia sido um problema relativamente de poucas famílias; em alguns países, como a Alemanha, praticamente nenhuma. Mas agora transformava-se no problema de toda uma classe.

A burguesia como classe encontrava enorme dificuldade em combinar aquisições e despesas de uma forma moralmente satisfatória, da mesma maneira que era incapaz de resolver o problema material equivalente de como garantir uma sucessão de homens de negócios igualmente dinâmicos e capazes dentro de uma mesma família, um fato que aumentava o papel das filhas, que podiam trazer sangue novo para dentro do complexo de negócios. Dos quatro filhos do banqueiro Friedrich Wichelhaus em Wuppertal (1810-86), apenas Robert (nascido em 1836) permaneceu banqueiro. Os outros três (nascidos em 1831, 1842 e 1846) terminaram como fazendeiros e um acadêmico, mas ambas as filhas (nascidas em 1829e 1838) casaram-se com industriais, inclusive um membro da família de Engels. A coisa mais importante pela qual os burgueses lutavam, o lucro, cessava de ser uma motivação adequada assim que trazia

riqueza em quantidade adequada. No final do século, a burguesia descobriu pelo menos uma fórmula temporária para combinar aquisições e despesas através da compra de antiguidades Estas décadas finais antes da catástrofe de 1914 iriam ser o *Indian summer,* a *belle époque* da vida burguesa, lamentada de forma retrospectiva por seus sobreviventes. Mas em nosso período, as contradições estavam talvez no seu ponto mais agudo: esforço e prazer coexistiam, mas esbarravam-se. E a sexualidade era uma das vítimas do conflito, a hipocrisia um dos vencedores.

II

Sufocada por roupas, paredes e objetos, ali estava a família burguesa, a instituição mais misteriosa de nossa época. Pois, se é fácil descobrir ou indicar as conexões entre puritanismo e capitalismo, como testemunha uma grande literatura especializada, as conexões entre a família do século XIX e a sociedade burguesa permanecem obscuras. De fato, o aparente conflito entre as duas tem sido raramente até percebido. Por que deveria uma sociedade dedicada a uma economia de obtenção de lucro, livre iniciativa competitiva, esforços do indivíduo isolado, igualdade de direitos, oportunidades e liberdade, por que enfim deveria ela apoiar-se numa instituição que negava todos estes ideais?

Sua unidade básica, a casa de uma única família, era uma autocracia patriarcal e um microcosmo da espécie de sociedade que a burguesia como classe (ou seus porta-vozes teóricos) denunciava e destruía: uma hierarquia de dependência pessoal.

> "Ali firmemente estava e dirigia o pai, marido, senhor.
> Trazendo prosperidade, como guardião, guia e juiz."

Abaixo dele – continuando a citar o Grande Filósofo Martin Tupper, estavam "o bom anjo da casa, a mãe, esposa e amante" cujo trabalho, para o grande Ruskin era:

> I Agradar as pessoas
> II Alimentá-las de forma agradável
> III Vesti-las
> IV Mantê-las em ordem
> V Fazê-las aprender.

uma tarefa para a qual, curiosamente, ela não precisava demonstrar possuir nem inteligência nem conhecimento. Isto não era assim apenas porque sua nova função de esposa burguesa (admirar a capacidade do marido burguês e mantê-lo em paz e conforto) conflitasse com as velhas funções de dirigir o lar, mas também porque sua inferioridade em relação ao homem precisava ser demonstrada:

> "Tem ela saber? É precioso, mas tome cuidado para que ela não se exceda
> Pois as mulheres precisam ser dominadas, e a verdadeira dominação é da mente."

Entretanto, este ser atraente, ignorante e idiota era requisitado para exercer também dominação; não sobre as crianças, cujo senhor era ainda o *pater famílias,* mas sobre os criados, cuja presença distinguia os burgueses dos que lhes eram socialmente inferiores. Definia-se uma "lady" pelo fato de que era alguém que não trabalhava mas dava ordens para outra pessoa fazê-lo, sua superioridade estando estabelecida por esta relação. Os empregados eram cada vez mais mulheres – entre 1841 e 1881 a percentagem de homens no serviço doméstico na Inglaterra caiu de 20 para 12 – portanto a casa ideal burguesa consistia em um senhor dominando um número de mulheres hierarquicamente dispostas, já que os filhos homens tendiam a deixar o lar ao crescerem, ou então – entre as classes altas inglesas – logo que chegavam a idade de ir para o colégio interno.

Mas a doméstica, embora recebendo salário, o que a igualava ao trabalhador cujo emprego definia o homem burguês na economia, era essencialmente bem diferente deste mesmo trabalhador, já que ela (ou mais raramente ele) mantinha uma ligação com o empregador maior que a de meramente receber um salário, pois era uma ligação muito mais pessoal, e de fato, de forma prática, uma ligação de dependência total. Tudo na sua vida era estritamente prescrito e controlado, já que vivia num quarto magramente mobiliado. Desde o uniforme que usava até a carta-testemunho de boa conduta e "caráter" sem a qual era impossível conseguir novo emprego, tudo simbolizava uma relação de poder e dominação. Isto não excluía relações pessoais próximas, se desiguais, às que haviam nas sociedades escravas. Talvez até encorajasse, embora não deva ser esquecido que para cada babá ou jardineiro que viviam

suas vidas inteiras a serviço de uma única família havia uma centena de meninas do interior que passavam brevemente através da casa para a gravidez, o casamento ou outro emprego, sendo tratadas apenas como uma outra instância daquele "problema de empregadas" que preenchia as conversas das patroas. O ponto crucial era o de que a estrutura da família burguesa estava em direta contradição com a sociedade burguesa. Dentro dela a liberdade, a oportunidade, o nexo do dinheiro e a busca do lucro individual não eram a regra.

Poderia ser argumentado que tal ocorria porque o anarquismo social hobbesiano, que formava o modelo teórico da economia burguesa, não dava nenhuma base para nenhum tipo de organização social, incluindo a família. E, de fato, era um contraste deliberado com o mundo de fora, um oásis de paz num mundo de guerra, *le repos du guerrier*:

> "Você sabe (escreveu a mulher de um industrial francês a seus filhos em 1856) que vivemos numa época em que os homens têm seu valor determinado apenas por seus próprios esforços. Todo dia que passa, o bravo e esperto assistente toma o lugar do senhor, cuja negligência e falta de seriedade desloca-o do lugar que lhe parecia ser atribuído permanentemente."[1]

"Que batalha", escreveu seu marido, encurralado em competição com industriais têxteis ingleses. "Muitos morrerão na luta, muitos mais serão seriamente feridos." '" A metáfora da guerra vinha naturalmente aos lábios dos homens quando discutiam suas "lutas pela existência" ou a "'sobrevivência dos melhores", da mesma forma como a metáfora da paz quando descreviam seus lares: "o acolhedor lugar da felicidade", o lugar onde "a ambição do coração encontrava sua paz", já que nunca podia encontrá-la no mundo exterior, desde que nunca podia ser satisfeita.

Mas pode também ser que a desigualdade essencial sobre a qual o capitalismo se apoiava encontrasse uma expressão necessária na família burguesa. Precisamente porque não era baseada em desigualdades coletivas, institucionalizadas e tradicionais, a dependência precisava ser uma relação individual. Já que a superioridade era algo tão incerto para o indivíduo, ela precisava tomar uma forma em que fosse permanente e segura. Já que sua expressão essencial era o dinheiro, que expressa meramente a relação de troca, outras formas de expressão que demonstrassem a dominação de pessoas sobre pessoas precisavam suplementá-la. Não havia evidentemente nada de novo na estrutura da família patriarcal baseada na subordinação da mulher e filhos. Mas

onde poderíamos esperar que a sociedade burguesa logicamente quebrasse a instituição ou a transformasse – como ela iria de fato se desintegrar mais tarde – a fase clássica da sociedade burguesa reforçou-a e exagerou-a.

Até onde este patriarcado burguês "ideal" representava acuradamente a realidade é outra história, Um historiador fez um sumário adequado do burguês típico de Lille como um homem que "teme a Deus, mas mais ainda à sua mulher e lê o *Echo du Nord."* A existência e o reforço do tipo-ideal da família burguesa deste período é significativo. É suficiente para explicar o início de um movimento feminista sistemático entre as mulheres da classe média deste período, pelo menos nos países anglo-saxônicos ou protestantes.

A casa burguesa, entretanto, era meramente o núcleo de uma conexão familiar mais ampla, dentro da qual o indivíduo operava: "os Rothschilds", "os Krupps", ou igualmente "os Forstyes" que fizeram muito da história econômica e social do século XIX um assunto essencialmente dinástico. Mas embora uma enorme quantidade de material sobre tais famílias tenha sido acumulada desde o século passado, nem os antropólogos sociais nem os livros genealógicos (uma ocupação aristocrática) deram-lhe suficiente atenção específica para tornar fácil uma generalização com alguma base que seja sobre tais grupos familiares.

Em que medida se promoviam a partir das classes mais baixas? Não em grande número, embora em teoria nada lhes impedisse. Dos chefes de oficina ingleses em 1865, 89% vinham de famílias de classe média, 7% da classe média baixa (incluindo pequenos lojistas, artesãos independentes etc.) e apenas 4% de trabalhadores, especializados ou – menos ainda – não-especializados ″. A maior parte dos manufatores têxteis do norte da França no mesmo período eram igualmente filhos daquilo que poder-se-ia chamar de camada média; os fundadores da empresa capitalista no sudoeste alemão não eram sempre necessariamente ricos, mas o número daqueles com longa experiência familiar em negócios, e freqüentemente nas indústrias que iriam se desenvolver, é significativo – protestantes suíço-alsacianos corno os Koechlin, Geigy ou Sarrasin, judeus nascidos nas finanças de pequenos negócios. Homens de cultura – sobretudo filhos de pastores protestantes ou funcionários civis – modificaram-se mas não alteraram seu *status* de classe média com o advento da empresa capitalista. As carreiras do mundo burguês estavam de fato abertas ao talento, mas as famílias com um certo grau de educação, propriedade e ligações sociais, entre outras, certamente começavam com uma enorme vantagem relativa; pelo menos a de poder estabelecer relações de casamento com outras do mesmo *status* social, da mesma linha de negócios ou com recursos que podiam ser combinados entre si.

As vantagens de uma família grande ou de um grupo fechado de famílias era certamente substancial. Dentro dos negócios garantia capital, talvez contatos proveitosos, e sobretudo gerentes de confiança. Os Lefebvres de Lille

em 1851 financiaram os negócios de lã de um cunhado, Amedée Prouvost. Siemens e Halske, a famosa firma elétrica estabelecida em 1847, obteve seu capital inicial de um primo; e os três irmãos, Werner, Carl e William tomaram conta respectivamente das filiais de Berlim, São Petersburgo e Londres. A história dos negócios do século XíX está repleta de tais alianças familiares e interpenetrações. Elas demandavam um grande número de filhos e filhas disponíveis, mas deles não havia carência e portanto – diferente do campesinato francês que requeria que um e apenas um filho tomasse conta dos negócios da família – não havia nenhum controle na quantidade de filhos, exceto entre as famílias dos pobres e das classes médias baixas.

Mas como eram organizados estes clãs? Como operavam? Em que ponto deixavam de representar grupos de família e se transformavam num grupo social coerente, numa burguesia local, ou mesmo (como talvez no caso dos banqueiros protestantes e judeus) numa rede mais espalhada, da qual as alianças de família formavam apenas um aspecto? Não podemos responder estas questões ainda.

III

O que, em outras palavras, queremos dizer com "burguesia" como classe neste período? As definições econômicas, políticas e sociais diferiam de alguma forma, mas ainda eram suficientemente próximas umas das outras para causar relativamente pouca dificuldade.

Portanto, economicamente, a quintessência do burguês era um "capitalista" (isto é, o possuidor de capital, ou aquele que recebia renda derivada de tal fonte, ou um empresário em busca de lucro, ou todas estas coisas juntas). E, de fato, o "burguês" característico ou o membro da classe média de nosso período incluía poucas pessoas que não entrassem numa destas categorias. As 150 famílias principais de Bordeaux em 1848 incluíam 90 homens de negócios (comerciantes, banqueiros, lojistas etc, embora poucos industriais), 45 possuidores de alguma propriedade e *rentiers* e 15 membros de profissões liberais que eram, naqueles dias, variedades da empresa privada. Havia entre eles uma ausência total de executivos assalariados, que formavam o maior grupo dentro das 450 famílias mais ricas de Bordeaux em 1960. Podemos acrescentar que, embora a propriedade da terra, ou melhor, de propriedades urbanas permanecesse uma fonte importante de renda, especialmente dentro da pequena e média burguesia em áreas de pouca industrialização, esta fonte diminuía aos poucos de importância. Mesmo na Bordeaux não-industrial, formava apenas 40% da riqueza deixada por herança em 1873 (23% das maiores fortunas) enquanto que na Lille industrial no mesmo ano formava apenas 31%.

O aspecto da política burguesa era naturalmente diferente de alguma forma, pelo menos na medida em que a política é uma atividade especializada e que consome tempo, além de não atrair a todos igualmente, ou que para a qual nem todos têm as mesmas qualificações. De qualquer maneira, neste período, o número de burgueses que praticava a política burguesa chegava a impressionar. Na segunda metade do século XIX, entre 25 e 40% dos membros do Conselho Federal Suíço consistia de negociantes ou *rentiers* (20 a 30% dos membros do Conselho eram "barões federais" que dirigiam os bancos, estradas de ferro e indústrias), uma percentagem maior que no século XX. Outros 15% consistiam de profissionais liberais, isto é, advogados – embora 50% de todos os membros do Conselho tivessem diplomas em Direito, uma espécie de *standard* educacional que dava qualificação para a vida pública e a administração na maioria dos países. Outros 20 a 30% consistiam de "figuras públicas" profissionais (prefeitos, juízes do campo e outros magistrados). O Grupo Liberal na Câmara Belga de meados do século tinha 83% de seus membros burgueses: 16% eram homens de negócios, 16% *proprietaires,* 15% *rentiers,* 18% administradores profissionais e 42% de profissões liberais, isto é, advogados e uns poucos médicos. Assim ocorria, e talvez até em maior escala, na política das cidades, dominadas como eram naturalmente pelas notabilidades burguesas (normalmente liberais) do lugar. Se os escalões mais elevados do poder eram em grande parte ocupados por grupos mais idosos tradicionalmente estabelecidos, a partir de 1830 (França) e 1848 (Alemanha), a burguesia "tomou de assalto e conquistou os escalões intermediários do poder político" como conselhos municipais, prefeituras, conselhos distritais etc, e manteve-os sob controle até o surgimento da política de massa nas últimas décadas do século. A partir de 1830 Lille foi governada por prefeitos que eram proeminentes homens de negócios. Na Inglaterra as grandes cidades estavam notoriamente nas mãos da oligarquia dos homens de negócios locais.

Socialmente, as definições não eram tão claras, embora a "classe média" incluísse todos os grupos acima descritos, desde que fossem abastados e bem estabelecidos: homens de negócios, proprietários, profissionais liberais e os escalões mais altos da administração que eram, evidentemente, um grupo numericamente bem pequeno fora das cidades principais. A dificuldade está em definir os limites "altos" e "baixos" desta camada dentro da hierarquia de *status* social, assim como levar em conta a marcada heterogeneidade dos membros dentro destes limites: havia, pelo menos, uma estratificação interna aceita em *grande moyenne* e *petite bourgeoisie,* a última mergulhando dentro do que seria, *de faceto,* o limite da classe.

No topo da escala, a burguesia era mais ou menos diferenciada da aristocracia (alta ou baixa) dependendo parcialmente da exclusividade social e

legal deste grupo ou pela sua própria consciência de classe. Nenhum burguês poderia transformar-se num verdadeiro aristocrata na Rússia ou na Prússia, e mesmo nos lugares onde títulos de baixa nobreza fossem distribuídos livremente, como no Império dos Habsburgos, nenhum conde Chotek ou Auersperg, embora pronto para juntar-se aos diretores de uma empresa comercial, consideraria um barão von Wertheimstein qualquer coisa além de um banqueiro de classe média ou judeu. A Inglaterra estava sozinha em aceitar sistematicamente, embora ainda de forma modesta neste período, homens de negócios na aristocracia – preferindo banqueiros e financistas antes de industriais.

Por outro lado, até 1870 e mesmo depois, ainda havia industriais alemães que se recusavam a permitir que seus sobrinhos se tornassem oficiais da reserva, como sendo algo inadequado a jovens daquela classe, ou que seus filhos insistissem em fazer o serviço militar na infantaria ou engenharia, ao invés de escolher a cavalaria mais socialmente exclusiva. Mas é preciso acrescentar que quando os lucros começaram a rolar – e eles eram bastante substanciais em nosso período – a tentação das condecorações, títulos, casamentos com a nobreza, e em geral o estilo da vida aristocrática, tornou-se irresistível para os ricos. Os produtores ingleses inconformados iriam se transferir para a Igreja da Inglaterra, e no norte da França o "Voltaireanismo mal-oculto" de antes de 1850 iria se transformar no fervoroso catolicismo de depois de 1870.

No outro extremo, a linha divisória era bem mais claramente econômica, embora os homens de negócios – pelo menos na Inglaterra – viessem a traçar uma linha demarcatória entre eles mesmos e os vendedores que ofereciam suas mercadorias diretamente ao público, como lojistas; pelo menos até que a venda a varejo viesse a mostrar que poderia trazer milhões àqueles que a praticavam. O artesão independente e o pequeno lojista claramente pertenciam à baixa classe média ou *Mittelstand,* que tinha pouco em comum com a burguesia exceto a aspiração ao *status* social desta última. O camponês rico não era um burguês; nem o era o funcionário *white-collar.* Entretanto havia, em meados do século XIX, um reservatório suficientemente grande do velho tipo de produtor ou vendedor de pequena mercadoria economicamente independente, e mesmo de trabalhadores especializados ou capatazes, para que a linha divisória fosse nebulosa: alguns prosperariam e, pelo menos nas suas localidades, seriam aceitos como burgueses.

Uma das principais características da burguesia como classe era que consistia num corpo de pessoas com poder e influência, independente do poder e influência derivados de nascimento ou *status.* Para pertencer a ela, um homem tinha que ser "alguém"; uma pessoa que contasse como *indivíduo,* por causa da sua riqueza, capacidade de comandar outros homens, ou de influenciá-los de alguma forma. Portanto, a forma clássica da política burguesa era, como já vimos, inteiramente diferente da política de massa daqueles abaixo dela,

incluindo a pequena burguesia. O recurso clássico do burguês em apuros ou com razão para reclamações era exercer ou pedir influência pessoal: ter uma palavra com o prefeito, o deputado, o ministro, o velho companheiro de escola ou universidade, o "contato" na indústria. A Europa burguesa cresceu cheia de sistemas informais de proteção mútua, redes de velhos amigos ou máfias ("amigos de amigos"), entre os quais aqueles saídos das mesmas instituições educacionais eram naturalmente muito mais importantes, especialmente se fossem instituições universitárias, que produziam ligações nacionais ao invés de meramente locais. Na Inglaterra, entretanto, as chamadas *public schools,* que se desenvolveram rapidamente neste período, reuniram os filhos da burguesia de diferentes partes do país numa idade ainda menor. Na França, alguns dos grandes *lycées* de Paris talvez tenham servido a um fim similar, de qualquer forma para os intelectuais. Uma destas redes, a franco-maçonaria, serviu a um objetivo ainda mais importante, sobretudo nos países católicos, pois foi usada de fato como a cimentação ideológica da burguesia liberal para a sua dimensão política ou mesmo, como na Itália, como virtualmente a única organização permanente e nacional da classe. O burguês individual, que se via chamado a comentar sobre assuntos públicos, sabia que uma carta ao *The Times* ou ao *Neue Freie Presse* atingiria não apenas uma grande parte de sua classe e as decisões a serem tomadas mas, o que era mais importante, ela seria impressa com a força de sua afirmação enquanto indivíduo. A burguesia como classe não organizou movimentos de massa, mas grupos de pressão. Seu modelo na política não era o Cartismo, mas a Anti-Corn-Law League.

Evidentemente, o grau em que um burguês era "notabilidade" variava enormemente, da *grande bourgeoisie* cujo campo de ação era nacional ou mesmo internacional às figuras mais modestas que eram pessoas importantes em Aussig ou Groningen. Krupp esperava e recebeu mais consideração que Theodor Boeninger de Duisburg, que a administração regional apenas recomendara para o título de Conselheiro Comercial *(Kommerzienrat)* porque era rico, industrial capaz, ativo na vida pública e religiosa, e havia apoiado o governo nas eleições para os conselhos municipal e distrital. Portanto ambos, cada qual a seu modo, eram "pessoas que contavam". Se esnobismo dividia milionários dos ricos e estes por seu turno dos meramente confortáveis, o que era natural numa classe cuja verdadeira essência era elevar-se mais alto na escala do conforto individual, esta divisão não chegava a destruir a consciência de grupo que transformou o "meio" da sociedade na "classe média" ou "burguesia".

Apoiava-se em pressupostos comuns, credos comuns, formas de ação comuns. A burguesia de nosso período era esmagadoramente "liberal", não necessariamente num sentido partidário (embora como já vimos, os partidos liberais prevalecessem), mas num sentido ideológico. Acreditava no capitalismo, empresa privada competitiva, tecnologia, ciência e razão. Acreditava no

progresso, numa certa forma de governo representativo, numa certa quantidade de liberdades e direitos civis, desde que estes fossem compatíveis com a regra da lei e com o tipo de ordem que mantivesse os pobres no seu lugar. Acreditava mais na cultura que na religião, em casos extremos substituindo a freqüência ritual à igreja pela ida à ópera, teatro e concertos. Acreditava na carreira aberta ao empreendimento e talento, e as próprias vidas de seus membros provavam estes méritos. Como já vimos, neste tempo a fé tradicional e puritana nas virtudes da moderação e abstenção encontrava dificuldades no caminho de sua realização, mas este fracasso não era muito lamentado. Se a sociedade alemã viesse a entrar em colapso algum dia, escreveu um cronista em 1855, seria porque as classes médias tinham começado a procurar aparência e luxo "sem buscar contrabalançar isso com o sentido burguês para o trabalho, com o respeito pelas forças espirituais da vida, com o esforço de identificar ciência, idéia e talento com o desenvolvimento progressivo do Terceiro Estado". Talvez o sentido da luta pela existência – uma seleção natural na qual vitória ou mesmo sobrevivência provavam tanto a capacitação quanto as qualidades essencialmente morais que sozinhas poderiam proporcionar esta capacitação – reflita a adaptação da antiga ética burguesa a uma nova situação. Darwinismo, social ou de outra forma, não era apenas uma ciência mas também uma ideologia, mesmo antes de ser formulada. Ser burguês não era apenas ser superior, mas implicava também ter demonstrado as qualidades morais equivalentes às antigas qualidades puritanas.

Mas, antes de qualquer outra coisa, significava superioridade. O burguês não era apenas independente, um homem a quem ninguém (exceto o Estado ou Deus) dava ordens, mas que determinava-as a si mesmo. Não era apenas um empregador, empresário ou capitalista, mas socialmente um "senhor", um *lord (Fabrikherr),* um *patron* ou *chef.* O monopólio do comando – na casa, no negócio, na fábrica – era fundamental para sua própria definição, e seu reconhecimento formal, fosse nominal ou real, é um elemento essencial em todas as disputas industriais deste período: "Mas eu também sou o Diretor das Minas, quer dizer o dirigente *(chef)* de uma grande população de trabalhadores... Represento o princípio da autoridade e preciso fazê-la respeitada na minha própria pessoa: tal tem sido sempre meu objetivo consciente em minhas relações com as classes trabalhadoras". Somente os membros das profissões liberais, ou o artista ou o intelectual que não fosse essencialmente um empregador ou alguém com subordinados, não se definiam como *master.* Mesmo aqui, o "princípio da autoridade" estava longe de ser ausente, fosse a partir do comportamento do professor universitário tradicional do continente, do médico autocrático, do regente ou do pintor cheio de caprichos. Se Krupp comandava seus exércitos de trabalhadores, Richard Wagner esperava subserviência total de suas platéias.

Dominação implica inferioridade. Mas a burguesia de meados do século

XIX estava dividida quanto à natureza daquela inferioridade das classes baixas (inferioridade sobre a qual não havia desacordo) embora tentativas tenham sido feitas para distinguir, dentro da massa subalterna, entre aqueles que se poderia esperar uma ascensão para, pelo menos, a condição de baixa classe média e outros para os quais não havia redenção possível. Já que o sucesso era devido ao mérito pessoal, o fracasso era claramente devido à falta de mérito. A ética tradicional burguesa, puritana ou laica, havia determinado que isso era devido mais à fraqueza moral ou espiritual do que à falta de inteligência, pois era evidente que cérebro não era uma necessidade indispensável para o sucesso nos negócios. Isso não implicava necessariamente em antiintelectualismo, embora na Inglaterra e nos Estados Unidos esta atitude fosse bem difundida, na medida em que o triunfo em negócios era sobretudo dos homens pobremente ilustrados, que usavam o empiricismo e o senso comum. Samuel Smiles colocou esta questão de forma simples:

> "A experiência a ser obtida através de livros, embora freqüentemente valiosa, é da natureza do aprender; enquanto que a experiência ganha da vida real é da natureza da sabedoria; e uma pequena loja da última vale muito mais que um estoque da primeira".

Mas uma classificação simplista em moralmente superiores e inferiores, embora adequada para distinguir os "respeitáveis" da massa trabalhadora bêbada e licenciosa, não mais era de forma geral adequada, exceto para a baixa classe média, pois as antigas virtudes não mais eram visivelmente aplicáveis para a burguesia afluente e bem-sucedida. A ética da abstinência e do esforço praticamente não podia mais ser aplicada ao sucesso dos milionários americanos das décadas de 1860 e 1870, ou mesmo ao rico produtor, aposentado numa casa de campo com todo o conforto e menos ainda para seus parentes *rentiers;* àqueles cujo ideal era, nas palavras de Ruskin:

> "Que a vida deveria ser vivida num mundo agradavelmente ondulante, sustentado por toda parte com ferro e carvão. Para cada banco agradável deve existir uma bela mansão... um parque de tamanho moderado; um grande jardim e estufas; uma carruagem agradável para passeios. Na casa devem viver... o *gentleman* inglês com sua graciosa esposa e sua bela família; ele sempre capaz de fornecer o *boudoir* e as jóias para a esposa,e belos vestidos de salão para as filhas e instrumentos de caça para os filhos,

e caça nos Highlands para si mesmo".

Daí a crescente importância das teorias alternativas da superioridade biológica de classe, que tanto atravessa o *Weltanschauung* burguês do século XIX. Superioridade era o resultado da seleção natural, transmitida geneticamente (ver capítulo 14). O burguês era, senão de uma espécie diferente, pelo menos de uma raça superior, um nível mais alto na evolução humana, diferente dos níveis mais baixos que permaneciam no equivalente cultural ou histórico da infância ou, no máximo, adolescência.

De senhor à raça superior era apenas um passo; portanto, o direito de dominar, a inquestionável superioridade do burguês como espécie, implicava não apenas inferioridade mas idealmente uma inferioridade aceita nas relações entre homens e mulheres (que mais uma vez simbolizavam muito sobre a visão burguesa do mundo). Os trabalhadores, como as mulheres, deveriam ser leais e satisfeitos. Se não o fossem, era devido àquela figura crucial do universo social da burguesia, "o agitador de fora". Embora nada fosse mais óbvio a olho nu que o fato de que os membros dos sindicatos eram sempre os melhores trabalhadores, os mais inteligentes, os mais preparados, o mito do "agitador de fora" explorando as mentes simples mas basicamente operativas dos trabalhadores era indestrutível. "A conduta dos trabalhadores é deplorável", escreveu um gerente de minas francês em 1869, no processo de violenta repressão a uma espécie de greve que o livro *Germinal* de Zola nos deu um retrato tão vivo, "mas é preciso ter-se em conta que eles foram apenas vítimas de agitadores." Para ser mais preciso: o militante operário ativo ou o líder potencial *precisava,* por definição, ser um "agitador", já que não podia ser classificado dentro do estereótipo de obediência, boçalidade e estupidez. Quando em 1859 nove dos melhores operários mineiros de Seaton Delaval – "seis deles metodistas primitivos, e dois deles dados à predica" – foram enviados à prisão por dois meses depois de uma greve *à qual eles tinham se oposto,* o gerente da mina deixou este ponto bem claro: – "Sei que eles são homens respeitáveis, e é por isso que eu os ponho na prisão. Não adianta nada prender aqueles que não sentem". Tal atitude refletia a determinação em decapitar as classes menos favorecidas, quando elas não perdiam seus líderes potenciais espontaneamente através da absorção por parte da classe média. Mas também refletia um grau considerável de confiança. Estávamos longe daqueles proprietários de fábricas da década de 1830, vivendo em terror constante de algo como uma insurreição escrava (ver *A Era das Revoluções,* epígrafe ao capítulo 11). Quando, agora, os donos de fábricas falavam do perigo do comunismo espreitando atrás de qualquer limitação do direito absoluto de admitir e despedir, eles não se referiam à revolução social, mas meramente ao fato de que o direito de propriedade e o direito de dominação

eram indissociáveis, e uma sociedade burguesa iria perder-se completamente a partir do momento em que qualquer interferência em relação à propriedade fosse permitida. Portanto, a reação de medo e ódio foi bem mais histérica quando o espectro da revolução social irrompeu mais uma vez dentro do confiante mundo capitalista. Os massacres dos *Communards* de Paris (ver capítulo 9) o testemunham de forma contundente.

IV

Uma classe de senhores: sim. Uma classe dirigente? A resposta é mais complexa. A burguesia não era evidentemente uma classe dirigente no sentido em que o velho tipo de senhor da terra o era, cuja posição proporcionava-lhe, *de jure* ou *de facto* o direito de governo por sobre os habitantes de seu território. O burguês normalmente operava dentro de uma rede de poder de governo e administração que não era de sua propriedade, pelo menos fora dos prédios que ocupasse ("meu lar é meu castelo"). Somente em áreas muito distantes da autoridade do Estado, como em campos remotos de mineração, ou onde o próprio Estado fosse fraco, como nos Estados Unidos, podiam os senhores burgueses exercer aquele tipo de comando direto, fosse através do comando sobre as forças locais da autoridade pública, por exércitos privados como os homens de Pinkerton, ou pela criação de grupos armados como os "Vigilantes" para manter a "ordem". Além disso, em nosso período, era bastante excepcional o caso de estados onde a burguesia houvesse conquistado o controle político formal, ou não precisasse partilhá-lo com elites políticas pregressas, Na maioria dos países a burguesia, embora bem definida, realmente não controlava ou exercia o poder político, exceto talvez nos níveis subalternos ou municipais.

O que ela realmente exerceu foi hegemonia, e foi o que determinou de forma crescente a sua política. Não havia alternativa para o capitalismo como método de desenvolvimento econômico, e neste período isto implicava a realização do programa econômico e institucional da burguesia liberal (com variações locais), assim como a posição crucial da burguesia dentro do Estado. Mesmo para os socialistas, a via para o triunfo proletário passava através de um capitalismo completasse desenvolvido. Antes de 1848, havia parecido, por um momento, que sua crise de transição poderia também ser sua crise final, pelo menos na Inglaterra, mas na década de 1850 ficou claro que seu período maior de crescimento havia apenas começado. Era indestrutível no seu bastião principal, Inglaterra, e em outros lugares as perspectivas de revolução social paradoxalmente pareciam depender mais do que nunca dos projetos da burguesia, doméstica ou estrangeira, ao criar o capitalismo triunfante que faria possível sua derrubada. Em certo sentido tanto Marx (que recebeu bem a

conquista da Índia pela Inglaterra e metade do México pelos Estados Unidos como historicamente progressista no seu tempo) quanto os elemento progressistas no México ou na Índia, que procuravam aliança com os Estados Unidos, ou o Rajá britânico contra seus próprios tradicionalistas, reconheciam a mesma situação global. Em relação aos dirigentes dos regimes conservadores, antiburgueses e antiliberais da Europa, fosse em Viena, Berlim ou São Petesburgo, eles reconheciam que a alternativa para o desenvolvimento econômico capitalista era o atraso e o conseqüente enfraquecimento. O problema destes últimos era como fazer crescer o capitalismo e com ele a burguesia sem a contra-partida de um regime político burguês-liberal. A simples rejeição da sociedade burguesa e de suas idéias não era mais possível. A única organização que resolveu combater esta tendência sem tréguas, a Igreja Católica, conseguiu apenas isolar-se. A encíclica *Syllabus of Errors* de 1864 e o Concilio do Vaticano demonstraram, pelo seu extremismo na rejeição de tudo que caracterizava o século XIX, que estavam inteiramente na defensiva.

A partir da década de 1870, o monopólio do programa burguês (na sua forma "liberal") começou a desagregar-se. Mas, no nosso período, era imbatível. Em questões econômicas, mesmo os dirigentes absolutistas da Europa central e do leste foram forçados a abolir a servidão e desmantelar o aparato tradicional do controle econômico estatal assim como os privilégios corporativos. Em questão políticas, estes mesmos dirigentes chegaram a um bom termo com os liberais burgueses mais moderados e, embora nominalmente, com o tipo burguês de instituições representativas. Culturalmente, era o estilo burguês de vida que prevalecia por sobre o aristocrático, inclusive através de uma retirada geral da velha aristocracia do mundo da cultura (como esta palavra era então entendida): eles se tornaram, seja não o fossem, os "bárbaros" de Matthew Arnold (1822-88). Depois de 1850, é difícil pensar em reis que fossem grandes patronos das artes, exceto loucos como Ludwig II da Baviera (1864-86), ou em magnatas nobres que fossem colecionadores importantes de objetos de arte. Antes de 1848, as certezas da burguesia ainda eram ameaçadas pelo medo da revolução social. Depois de 1870, elas seriam mais uma vez minadas, sobretudo pelo medo dos movimentos da classe operária em expansão. Mas no período intermediário eles triunfaram fora de qualquer dúvida ou ameaça. A era, julgou Bismarck, que não tinha simpatia pela sociedade burguesa, era uma de "interesses materiais". Interesses econômicos eram uma "força elementar". "Acredito que o avanço das questões econômicas no desenvolvimento interno progride e não pode ser interrompida." Mas o que representava esta força elementar neste período, senão o capitalismo e o mundo feito pela e para a burguesia?

[1] Citado em L. Trénard, "Un Industriel roubásien du XIX siécle", *Reme du Nord*, 50 (1968) pag. 38. O texto do trecho desta carta parece ser o mesmo da epígrafe do capítulo. A tradução do francês para o inglês difere em pouca coisa mas mantivemos as duas versões na tradução portuguesa.(N.T.)

14

CIÊNCIA, RELIGIÃO, IDEOLOGIA

Nossa aristocracia é mais bela do que as classes médias, do melhor de suas mulheres; mas, ah, que pena que a primogenitura destrua a Seleção Natural

— Charles Darwin, 1864

É freqüente hoje em dia que pessoas queiram mostrar quão inteligente são pelo grau de emancipação em relação à Bíblia e ao Catecismo.

— F. Schaubach sobre a literatura popular, 1863

John Stuart Mill não vai conseguir nada em reclamar o sufrágio para os negros e as mulheres. Tais conclusões são os resultados inevitáveis das premissas de onde ele partiu... (e sua) reductio ad ab-surdum.

— *Anthropological Review*, 1866

I

A sociedade burguesa de nosso período estava confiante e orgulhosa de seus sucessos. Em nenhum outro campo da vida humana isso era mais evidente que no avanço do conhecimento, da "ciência". Homens cultos deste período não estavam apenas orgulhosos de suas ciências, mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas. Em 1861 o estatístico e economista Cournot observou que "o fato de acreditar em verdades filosóficas saiu tanto de moda que nem o público nem nenhuma academia se dispõe a receber mais obras deste tipo, exceto como produtos de puro academicismo ou curiosidade histórica". Não era, de fato, um bom período para filósofos. Mesmo no seu reduto tradicional, Alemanha, não havia ninguém de estatura comparável para suceder às grandes figuras do passado. O próprio Hegel saíra de moda no seu país natal, e o modo pelo qual os medíocres que agora davam o tom para o povo alemão tratavam o grande filósofo alemão, fez com que Marx, em 1860, se declarasse um discípulo daquele grande pensador. As duas grandes correntes filosóficas subordinavam-se elas mesmas à ciência: o positivismo francês, associada com a escola do curioso Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado com John Stuart Mill, sem mencionar o medíocre pensador cuja influência era então maior do que qualquer outro no mundo, Herbert Spencer (1820-1903). A base dupla da "filosofia positiva" de Augusto Comte era a imutabilidade das leis da natureza e a impossibilidade de qualquer conhecimento infinito ou absoluto. Na medida em que não foi além da excêntrica "Religião da

Humanidade" comtiana, o positivismo foi pouco mais do que uma justificação filosófica do método convencional das ciências experimentais, e, da mesma forma, para a maior parte dos da época Mill foi, nas palavras de Taine, o homem que "abriu o caminho certo da indução e do experimento". Portanto, esta perspectiva estava explicitamente baseada em Comte e Spencer, numa visão histórica do progresso evolucionista. O método positivo ou científico era (ou seria) o triunfo do último dos estágios através dos quais a humanidade precisava passar – na terminologia de Comte, os estágios teológico, metafísico e científico; cada qual com suas instituições próprias das quais, Mill e Spencer pelo menos concordavam, o liberalismo (numa compreensão larga do termo) era a expressão mais adequada. Alguém poderia dizer, com algum exagero, que sob este ponto de vista o progresso da ciência fazia a filosofia redundante, exceto como uma espécie de laboratório intelectual assistindo ao cientista.

Além disso, com tal confiança nos métodos da ciência, não é de se surpreender que os homens instruídos da segunda metade do século XIX estivessem tão impressionados com suas conquistas. De fato, às vezes chegaram a pensar que estas conquistas não eram apenas impressionantes mas também finais. William Thompson (Lord Kelvin), o celebro físico, pensava que todos os problemas básicos da física haviam sido resolvidos, e só alguns problemas menores ainda precisavam ser solucionados. Ele estava, como sabemos, redondamente enganado.

Entretanto, o erro era significativo e compreensível. Em ciência, como na sociedade, há períodos revolucionários e não-revolucioná-rios e, enquanto o século XX é revolucionário em ambas, mais ainda que a "era das revoluções" (1789-1848), o período de que trata este livro não foi (com algumas exceções) revolucionário em nenhuma das duas. Isto não quer dizer que todos os homens convencionais de inteligência e habilidade pensassem que a ciência ou a sociedade tivessem resolvido todos os problemas, embora em alguns aspectos particulares, como os que diziam respeito ao tipo básico de economia e o tipo básico do universo físico, alguns dos mais capazes dentre eles sentissem que os problemas mais substanciais tivessem sido solucionados. Mas isto quer dizer, com absoluta certeza, que estes homens não tinham dúvidas sérias sobre a direção que estavam seguindo ou deveriam seguir, assim como em relação aos métodos teóricos ou práticos de lá chegar. Ninguém duvidava do progresso, tanto material como intelectual, já que parecia tão óbvio para ser negado. Este era, sem dúvida, o conceito dominante da época, embora houvesse uma divisão fundamental entre aqueles que pensavam que o progresso seria mais ou menos contínuo e linear e aqueles (como Marx) que sabiam que ele precisaria e iria ser descontínuo e contraditório. Dúvidas poderiam surgir apenas sobre questões de gosto, maneiras e moral, onde a simples acumulação quantitativa não fornecia um guia certo. Não havia dúvida de que os homens em 1860 sabiam mais do que nunca em

relação a períodos anteriores, mas a questão de que eles fossem "melhores" não podia ser demonstrada com a mesma facilidade. Mas estas eram questões que preocupavam teólogos (cuja reputação intelectual não era muito alta), filósofos e artistas (que eram admirados mas aproximadamente da mesma forma com que homens ricos admiram os diamantes que podem comprar para suas mulheres) e críticos sociais, da esquerda ou da direita, que não gostavam do tipo de sociedade em que viviam ou em que eram forçados a viver. Entre pessoas cultas em 1860, estes eram uma minoria.

Embora o progresso maciço fosse possível em todos os ramos do conhecimento, parecia evidente que alguns estavam mais adiantados, mais bem formados que outros. Parecia que a física estava mais madura que a química, e que já havia deixado para trás o estágio de progresso efervescente e explosivo dentro do qual a ciência estava ainda tão visivelmente engajada. A química, por seu turno, mesmo a "química orgânica", estava muito mais adiantada do que as ciências sobre a vida, que pareciam estar começando a tomar impulso naquela era de excitante progresso. De fato, se uma única teoria científica deva representar o avanço das ciências naturais em nosso período, e era de fato reconhecida como crucial, esta teoria é a da evolução, e se uma única figura dominou a imagem pública da ciência esta foi a do indivíduo de aparência simiesca Charles Darwin (1809-82). O estranho, abstrato e logicamente fantástico mundo dos matemáticos permaneceu de certa forma isolado, tanto do público geral como do científico, talvez mais do que antes, já que seu maior contato com a física (através da tecnologia física) parecia, neste estágio, ter menor utilidade para as abstrações avançadas e aventurosas que nos grandes dias da construção da mecânica do espaço. O cálculo, sem o qual as realizações da engenharia e das comunicações do período não teriam sido possíveis, estava então bem mais atrás da móvel fronteira da matemática. Esta questão e talvez melhor representada pelo maior matemático de.nosso período, Georg Bernhard Riemann (1826-66), cuja tese universitária de 1854, "Sobre as hipóteses que são subjacentes à geometria" (publicada em 1868), não pode ser omitida de uma discussão sobre a ciência do século XIX da mesma maneira que os *Principia* de Newton não podem sê-lo sobre o século XVII. Ela estabeleceu os fundamentos da topologia a geometria diferencial, a teoria do espaço-tempo e a gravitação. Riemann chegou a propor uma teoria de física compatível com a moderna teoria dos quanta. Porém, estes e outros desenvolvimentos altamente originais da matemática não tiveram seu lugar até a nova era revolucionária da física, que iria começar somente no final do século.

Entretanto, em nenhuma das ciências naturais parecia haver alguma dúvida séria sobre a direção geral na qual o conhecimento avançava, ou sobre a estrutura básica conceituai ou metodológica sobre a qual estava baseada. Descobertas não faltavam, teorias às vezes novas mas não inesperadas. Mesmo a

teoria darwinista da evolução impressionava não porque o *conceito* de evolução fosse novo – era familiar havia décadas – mas porque fornecia, pela primeira vez, um modelo de explanação satisfatório para a origem das décadas, e o fez em termos que eram inteiramente conhecidos até para não-cientistas, já que refletiam os conceitos mais familiares da economia liberal, a competição. De fato, um número pouco comum de grandes cientistas escreveu uma terminologia que os permitia rapidamente a popularização –alguns até excessivamente – tais como Darwin, Pasteur, os fisiologistas Claude Bernard (1813-78.) e Rudolf Virchow (1821-1902) e Helmholtz (1821 -§4), sem mencionar os físicos William Thompson e Lord Kelvin. Os modelos básicos ou "paradigmas" das teorias científicas pareciam firmes, embora grandes cientistas como James Clerk Maxwell (1831-79) formulassem suas versões com a precaução instintiva que as fizessem compatíveis com outras teorias posteriores que surgissem baseadas em modelos diferentes.

No interior das ciências naturais havia pouco daquela confrontação passional que ocorre quando há um impasse, não de hipóteses diferentes, mas de diferentes formas de olhar o mesmo problema, isto é, quando um lado propõe não apenas uma resposta diferente, mas que pensa que o outro lado é inaceitável, "impensável". Tal impasse ocorreu no mundo pequeno e remoto das matemáticas quando H. Kronec-ker (1839-1914) atacou K. Wierstrass (1815-1897), R. Dedekind (1831-1916) e G. Cantor (1845-1918) na questão da matemática do infinito. Tais *Methodenstreite* (batalhas de métodos) dividiam também o mundo dos cientistas sociais, mas na medida em que entravam nas ciências naturais – mesmo as biológicas na sensível questão da evolução – refletiam uma intrusão de preferências ideológicas em lugar de debates profissionais. Não há nenhuma razão científica convincente para que elas não ocorressem. Portanto, aqueles cientistas vitorianos mais típicos como William Thompson, Lord Kelvin (típico na sua combinação entre grande poder teórico convencional, enorme fertilidade tecnológica e conseqüente sucesso nos negócios) estavam claramente descontentes com a matemática de Clerk Maxwell e sua teoria eletromagnética da luz, vista por muitos como o ponto de partida para a física moderna. Portanto, como ele conseguiu reformulá-la em termos de seu próprio tipo de matemática de engenharia (o que não é), não chegou a discutir a questão. Além disso, Thompson demonstrou, para sua própria satisfação que, baseado nas leis da física conhecidas, o sol não poderia ser mais velho que 500 milhões de anos, e que portanto o tempo requerido pela evolução geológica e biológica na Terra era impossível. (Na qualidade de cristão ortodoxo, ele recebeu muito bem esta conclusão.) Realmente, de acordo com a física de 1864, ele estava correto: seria apenas a descoberta das forças desconhecidas da energia nuclear que permitiria aos cientistas supor uma vida muito mais longa para o sol e conseqüentemente para a Terra. Mas Thompson não se preocupava com o fato de que a física

pudesse estar incompleta ou se entrava em conflito com a geologia aceita, ou ainda se os geólogos estavam simplesmente adiante da física. O debate talvez nem tivesse ocorrido, se o desenvolvimento das ciências tivesse sido levado em consideração.

Portanto, o mundo da ciência andava para frente nos seus próprios trilhos intelectuais, e o seu progresso interior parecia, como o das ferrovias, oferecer a perspectiva da colocação de mais trilhos do mesmo tipo em novos territórios. Os céus pareciam conter pouco daquilo que teria surpreendido velhos astrônomos, afora uma série de novas observações através de telescópios mais poderosos ou instrumentos de medição melhores (ambos desenvolvimentos alemães) e o uso da nova técnica de fotografia, assim como da análise espectroscópica, pela primeira vez aplicada à luz das estrelas em 1861, que viria a transformar-se num instrumento de pesquisa extremamente poderoso. .

As ciências físicas tinham-se desenvolvido dramaticamente no meio-século precedente, quando fenômenos aparentemente disparatados como o calor e a energia foram unificados pelas leis da termodinâmica, enquanto que a eletricidade, o magnetismo e mesmo a luz convergiam para um único modelo analítico. A termodinâmica não avançou muito em nosso período, embora Thompson tivesse completado o processo da reconciliação das novas doutrinas sobre o calor com as antigas da mecânica em 1851 *(The dynamical equivalent of Heat)*. O espantoso modelo matemático da teoria eletromagnética da luz, formulada pelo ancestral da moderna física teórica, James Clerk Mawwell, em 1862, era profunda e não-acabada. Deixava o caminho aberto para a descoberta do elétron. Portanto Maxwell, talvez porque nunca tenha conseguido fazer uma exposição adequada daquilo que ele mesmo descrevia como "estranha teoria" (só viria a ser feito em 1941!) fracassou em convencer os seus contemporâneos mais célebres como Thompson e Helmholtz, ou mesmo o brilhante austríaco Ludwig Boltzmann (1844-1906), cuja intervenção em 1868 praticamente lançou a mecânica estatística como um campo de conhecimento. Provavelmente a física de meados do século XIX não era tão espetacular quanto dos períodos precedentes e subseqüente, mas seu desenvolvimento teórico era bastante expressivo. Portanto, a teoria eletromagnética e as leis da termodinâmica pareciam, entre elas, (citando Bernal) implicar uma certa finalidade mútua". De qualquer forma os ingleses (liderados por Thompson) e mesmo outros físicos que haviam desenvolvido sua capacidade criativa na termodinâmica, estavam atraídos pela idéia de que o homem ainda não havia adquirido um conhecimento definitivo das leis da natureza (embora Helmholtz ou Boltzmann não estivessem bem convencidos). Talvez a impressionante fertilidade tecnológica da física do modelo mecânico tornasse a ilusão da finalidade mais tentadora.

Não havia certamente tal finalidade em vista no que toca à segunda grande ciência natural, talvez a mais florescente de todo o século XIX, a

química. Sua expansão era dramática, especialmente na Alemanha, não apenas porque seu uso industrial parecesse não ter fim: de fertilizantes a produtos médicos e explosivos. Os químicos estavam a caminho de formarem mais da metade dos profissionais engajados nas ciências. As fundações da química como uma ciência madura haviam sido estabelecidas nos últimos 30 anos do século XVIII. Ela havia florescido desde então, e continuou desenvolvendo-se numa excitante fonte de idéias e descobertas em nosso período.

Os processos elementares básicos da química eram conhecidos e os instrumentos analíticos essenciais, disponíveis; a existência de um número limitado de elementos químicos, compostos de diferentes números de unidades básicas (átomos) e componentes de elementos compostos de unidade de moléculas multiatômicas, além de alguma idéia das leis destas combinações, dariam a partida para os grandes avanços nas atividades dos químicos, a análise e síntese de várias substâncias. O campo especial da química orgânica já florescia neste tempo, embora estivesse confinada às propriedades – a maioria delas eram úteis na produção – de materiais derivados de fontes que um dia haviam sido orgânicas, como o carvão. Ainda estava a um longo caminho da bioquímica, isto é, a compreensão de como estas substâncias funcionavam no organismo vivo. Assim mesmo, os modelos da química permaneciam bastante imperfeitos, mas avanços substanciais na compreensão destes vieram a ser feitos no nosso período. Eles iluminaram a estrutura dos componentes químicos, que ate então haviam sido vistos apenas em termos quantitativos (isto é, o número de átomos numa molécula).

Tornou-se então possível determinar o correto número de cada tipo de átomo numa molécula através da Lei de Avogrado de 1811 (já existente), que um químico patriota italiano fez com que fosse objeto das atenções durante um simpósio em 1860 sobre a questão, o ano da unidade italiana. Além disso – mais um empréstimo frutífero da física – Pasteur descobriu em 1848 que substâncias quimicamente idênticas poderiam ser fisicamente diferentes, por exemplo, girando ou não girando no plano da luz polarizada. Destas descobertas, seguiu-se, entre outras coisas, que as moléculas têm uma forma no espaço tridimensional, e o brilhante químico alemão Kekülé (1829-96), na situação bastante vitoriana de um passageiro sentado no segundo andar de um ônibus londrino em 1865, imaginou o primeiro dos modelos complexos estruturais moleculares, o famoso anel de seis átomos de carbono cada qual com um átomo de hidrogênio ligado. Poder-se-ia dizer que a concepção arquitetônica ou de engenharia de um modelo que até então tinha sido conhecido pela sua forma escrita – C_6H_6, a mera contagem dos átomos – era a fórmula química.

Talvez ainda mais sensacional fosse a generalização maior no campo da química produzida por este período, a Tabela Periódica dos Elementos (1869) de Mendeleev (1834-1907). Graças à solução dos problemas do peso atômico e de

sua valência (o número de ligações que o átomo de um elemento possui com outros elementos), a teoria atômica, negligenciada de alguma forma depois de haver florescido no começo do século XIX, veio à tona novamente depois de 1860, e simultaneamente a tecnologia na construção do espectroscópio (1859) permitiu que vários novos elementos fossem descobertos. Além disso, a década de 1860 foi um grande período de padronização e mensura-mento. (Entre outras coisas, a fixação das unidades familiares das medidas elétricas, volt, ampere, watt e ohm.) Várias tentativas foram então feitas para reclassificar os elementos químicos de acordo com a valência e o peso atômico. A de Mendeleev e a do alemão German Lotar Meyer (1830-95) baseava-se no fato de que as propriedades dos elementos variavam de forma periódica com seus respectivos pesos atômicos. A Tabela de Mendeleev parecia à primeira vista concluir o estudo da teoria atômica pelo estabelecimento de um limite à existência de tipos fundamentalmente diferentes de matéria. De fato, "tratava-se de encontrar a interpretação completa num novo conceito de matéria não mais feita de átomos imutáveis mas de relações relativamente provisórias de umas poucas partículas fundamentais, elas mesmas sujeitas a mudanças e transformações". Mas Mendeleev, como Clerk Maxwell, via suas conclusões como a última palavra em uma velha discussão, ao invés de a primeira num novo debate.

A biologia ficava bem atrás das ciências físicas, agrilhoada não apenas pelo conservadorismo dos dois grupos maiores de homens interessados na sua aplicação prática, mas também pelos fazendeiros e especialmente pelos médicos. Retrospectivamente, o maior dos primeiros fisiologistas é Claude Bernard, cujo trabalho fornece a base para toda a fisiologia moderna assim como a bioquímica, e que, além de tudo, escreveu uma das melhores análises dos processos da ciência jamais escritos – a sua *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental* (1865). Entretanto, embora reconhecido, especialmente no seu país natal, a França, suas descobertas não foram imediatamente aplicadas e sua influência foi, conseqüentemente inferior a de seu compatriota Louis Pasteur que se tornou, juntamente com Darwin, talvez o cientista de meados do século XIX mais conhecido do grande público. Pasteur foi atraído para o campo da bacteriologia, do qual tornou-se o grande pioneiro (juntamente com Robert Koch [1843-1910], um doutor alemão), através da química industrial, mais precisamente a análise de por que a cerveja e o vinagre às vezes estragavam por razões que a analise química não conseguia revelar. Tanto as técnicas da bacteriologia – o microscópio, a preparação de culturas e lâminas etc. – e sua aplicabilidade imediata – a erradicação de doenças em animais e homens – fizeram a nova disciplina accessível, compreensível e atraente. Técnicas como antissépticos (desenvolvidas por Lister [1827-1912] por volta de 1865), pasteurização ou outros métodos de preservação de produtos orgânicos do contágio de micróbios, assim como a isolação estavam à mão, e os argumentos e

resultados eram suficientemente palpáveis para derrubar mesmo a ferrenha hostilidade da comunidade médica. O estudo da bactéria iria fornecer à biologia um *approach* extremamente útil para a natureza da vida, mas neste período não levantou nenhuma questão teórica que o mais convencional dos cientistas não pudesse imediatamente reconhecer.

O mais significativo e dramático avanço na biologia pouco tinha a ver na época com o estudo da estrutura física e química da vida e seu mecanismo. A teoria da evolução pela seleção natural ia bem mais longe dos limites da biologia, e nisto reside sua importância. Ela ratificava o triunfo da história sobre todas as ciências, embora "história" neste sentido fosse normalmente confundida pelos da época com "progresso". Além disso, ao trazer o próprio homem para dentro do esquema da evolução biológica, abolia a linha divisória entre ciências naturais, humanas ou sociais. Portanto, todo o cosmos, ou pelo menos todo o sistema solar precisavam ser concebidos como um processo de mudança histórica constante. O sol e os planetas estavam no centro desta história, e portanto, como os geólogos já haviam estabelecido (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 15), também estava a Terra. Coisas vivas eram então incluídas neste processo, embora a questão de que a vida tivesse evoluído da não-vida permanecesse sem solução e, sobretudo por razões ideológicas, extremamente delicada. (O grande Pasteur acreditava que havia demonstrado que não poderia evoluir desta forma.) Darwin trouxe não apenas os animais mas também o homem para o esquema evolucionista.

A dificuldade para a ciência de meados do século XIX não residia na admissão de tal historicização do universo – nada era mais fácil de conceber numa era de mudanças históricas tão esmagadoramente óbvias e maciças – mas de combiná-la com as operações uniformes, contínuas e não-revolucionárias das leis naturais permanentes. Um descrédito em relação a revoluções sociais não estava ausente de suas considerações, assim como um descrédito da religião tradicional, cujos textos estavam comprometidos com mudança descontínua ("criação") e interferência na regularidade da natureza ("milagres"). Entretanto, parecia também que neste estágio a ciência dependia de uniformidade e invariância. O reducionismo parecia ser essencial. Somente pensadores revolucionários como Marx achavam fácil conceber situações onde dois mais dois não fosse mais igual a quatro, mas que pudesse ser igual a outra coisa no seu lugar.

A grande conquista dos geólogos havia sido a explicação de como a operação das mesmas forças exatamente visíveis hoje podia explicar a enorme variedade do que podia ser observado na Terra inanimada, passado e presente. A grande conquista da seleção natural era poder explicar a grande variedade das espécies, inclusive o homem. Este sucesso era tentador, e ainda tenta pensadores a negar ou minimizar os processos inteiramente diferentes ou novos que governam a mudança histórica, e que reduzem as mudanças nas sociedades

humanas a regras da evolução biológica – com importantes conseqüências (e às vezes, intenções) políticas – "social-darwinismo". A sociedade na qual os cientistas ocidentais viviam – e todos os cientistas pertenciam ao mundo ocidental, mesmo aqueles situados nas margens da Rússia – combinavam estabilidade e mudança, assim como suas teorias revolucionárias.

Eles eram, apesar de tudo, dramáticos ou mesmo traumáticos, já que pela primeira vez investiam em direção a uma confrontação deliberada e militante com as forças da tradição, o conservadorismo e especialmente a religião. Eles aboliram o *status* especial que os homens haviam concebido para si mesmos há milênios atrás. Como conceber que o homem, criado à imagem de Deus, não fosse nada mais que um macaco modificado? Diante da escolha entre macacos e anjos, os opositores de Darwin tomaram o lado dos anjos. A força desta resistência demonstra a força do tradicionalismo e da religião organizada mesmo entre os grupos mais emancipados e instruídos das populações ocidentais, pois a discussão estava limitada aos altamente cultos. Mas o que é igualmente ou talvez mais espantoso é a disposição dos evolucionistas de publicamente desafiar as forças da tradição – e seu triunfo relativamente rápido. Havia existido muitos evolucionistas na primeira metade do século, mas entre eles os biólogos tinham lidado com a questão com extremo cuidado e mesmo algum medo pessoal. O próprio Darwin retraiu-se em algumas idéias que havia concebido.

Isso não era devido ao fato de que a evidência da descendência do homem de macacos agora era demasiadamente esmagadora para que qualquer resistência lhe fosse oposta mas, como terminou por suceder, ela acumulou-se rapidamente na década de 1850. O crânio de tipo simiesco do Homem de Neanderthal (1856) não podia ser negado. Mas a evidência havia sido suficientemente forte mesmo antes de 1848. Era devido sim, à feliz conjuntura de dois fatos, ao rápido avanço da burguesia liberal e "progressista'' e à ausência de revoluções. O desafio às forças da tradição cresceram e ficaram mais fortes, mas não mais pareciam implicar em mudanças sociais. O próprio Darwin ilustra esta combinação. Um burguês, homem da esquerda moderadamente liberal e inquestionavelmente pronto para confrontar as forças do conservadorismo e da religião a partir do final da década de 1850 (embora nunca antes disso), ele polidamente rejeitou o oferecimento de Karl Marx que queria dedicar-lhe o segundo volume do Capital. Ele não era, apesar de tudo, um revolucionário.

A sorte do darwinismo portanto dependia não tanto do seu sucesso em convencer o público científico, isto é, dos méritos evidentes de *A Origem das Espécies,* mas da conjuntura política e ideológica do tempo e do país. Iria ser, evidentemente, adotada de imediato pela extrema esquerda, que havia de fato há muito tempo atrás fornecido um poderoso componente do pensamento evolucionista. Alfred Russel Wallace (1823-1913), que aliás descobriu a teoria da seleção natural independentemente de Darwin e partilhou esta glória com ele,

vinha da tradição de ciência e radicalismo que teve um papel tão importante no começo do século XIX e que achava a "história natural" tão normal. Formado no meio do cartismo, permaneceu um homem da extrema esquerda que voltou à política, mais tarde na vida, dando apoio militante à nacionalização da terra e mesmo ao socialismo, enquanto mantinha sua crença em outras teorias características da ideologia plebéia e heterodoxa, como a frenologia e o espiritualismo (ver próximo capítulo). Marx imediatamente colocou a *Origem* de Darwin como a "base das ciências naturais do nosso ponto de vista", e a social democracia tornou-se fortemente – e para alguns discípulos de Marx como Kautski de maneira excessiva – darwinista.

Esta evidente afinidade entre socialistas e darwinismo biológico não impediu que as classes médias liberais, dinâmicas e progressistas também o acolhessem de braços abertos. O darwinismo triunfou rapidamente na Inglaterra e na confiante atmosfera liberal da Alemanha na década da unificação. Na França, onde a classe média preferia a estabilidade do império napoleônico e os intelectuais de esquerda não sentiam nenhuma necessidade de importação de idéias não-franceses, e portanto atrasadas, o darwinismo não avançou rapidamente até o final do império e a derrota na Comuna de Paris. Na Itália, seus defensores estavam mais nervosos por causa das implicações social-revolucionárias do que por causa dos rompantes papais, mas de qualquer forma ainda suficientemente confiantes em si mesmos. Nos Estados Unidos, não apenas triunfou rapidamente, mas cedo transformou-se na ideologia do capitalismo militante. Por outro lado, a oposição à evolução darwinista, mesmo entre cientistas, veio dos socialmente conservadores.

II

A evolução liga as ciências naturais às ciências humanas ou sociais, embora o último termo seja anacrônico. Porém, a necessidade de uma ciência específica e geral da sociedade (distinta das várias disciplinas relevantes já tratando com assuntos humanos), era pela primeira vez sentida. A British Association for the Promotion of Social Science (1857) tinha meramente o modesto objetivo de aplicar métodos científicos às reformas sociais. Entretanto, a sociologia, termo inventado por Auguste Comte em 1839 e popularizado por Herbert Spencer (que escreveu um livro prematuro sobre os princípios desta e de numerosas outras ciências em 1876), era muito falada. Pelo final de nosso período, ainda não havia produzido nem uma disciplina reconhecida nem um assunto de pesquisa acadêmica. Por outro lado, o amplo mas cognoscível campo da antropologia emergia rapidamente como uma ciência reconhecida, saindo da filosofia, direito, etnologia, literatura de viagem, do estudo da língua e do Folclore

e das ciências médicas (via o então popular assunto da "antropologia física", que levou à moda de medir e colecionar os crânios de vários povos). A primeira pessoa a ensiná-la oficialmente foi provavelmente Quatrefages em 1855, na cadeira que existia para esta matéria no Museu Nacional de Paris. A fundação da Sociedade Antropológica de Paris (1859) foi seguida por um repentino interesse na década de 1860, quando associações similares foram fundadas em Londres, Madri, Moscou, Florença e Berlim. A psicologia (outro termo cunhado recentemente, desta vez por John Stuart Mill) ainda estava ligada à filosofia – A. Bain e seu livro *Mental and Moral Science* (1868) ainda combinava-a com a ética – mas recebia cada vez mais uma orientação experimental com W. Wundt (1832-1920), que havia sido assistente do grande Hemholtz. Era inquestionavelmente uma disciplina aceita pela década de 1870, pelo menos nas universidades alemães. Esta matéria também atingia os campos da sociologia e da antropologia, e em 1859, um jornal era fundado ligando-a com a lingüística.

Pelos padrões das ciências "positivas" e especialmente as experimentais, os resultados destas novas ciências não impressionavam muito, embora três pudessem clamar resultados sistemáticos e genuínos como ciências antes de 1848: economia, estatística e lingüística (ver *A Era das Revoluções,* capítulo 15). A ligação entre economia e matemática tornou-se então direta com A. A. Cournot (1801-77) e L. Walras (1834-1910), ambos franceses, e a aplicação da estatística aos fenômenos sociais já estava suficientemente avançada para estimular sua aplicação às ciências físicas. Pelo menos isto é o que era defendido pelos estudantes das origens da mecânica estatística, iniciada por Clerk Maxwell. Por conseguinte, a estatística social floresceu como nunca antes, seus praticantes encontrando emprego público à vontade. Congressos internacionais estatísticos passaram a ocorrer a partir de 1853, e o estatuto científico da matéria foi então reconhecido pela eleição do célebre e admirável Dr. William Farr (1807-83) para a Royal Society. A lingüística, como veremos, seguiria uma linha diferente de desenvolvimento.

Mas, no total, estes resultados não eram excepcionais. A escola econômica utilitarista desenvolvida simultaneamente na Inglaterra, Áustria e França, por volta de 1870, era formalmente elegante e sofisticada, mas sem dúvida consideravelmente mais limitada que a velha economia política" (ou mesmo a recalcitrante "escola histórica econômica" dos alemães), e desta forma uma abordagem menos realística aos problemas econômicos. Diferente das ciências naturais, numa sociedade liberal as ciências sociais não tinham nem mesmo o estímulo ao progresso tecnológico. Já que o modelo básico da economia parecia perfeitamente satisfatório, não deixava nenhum grande problema a resolver, tais como o do crescimento, possível colapso econômico ou distribuição de renda. Na medida em que estes problemas não estivessem ainda resolvidos, as operações automáticas da economia de mercado (sobre as quais as

análises então se concentravam) iriam resolvê-los, desde que não estivessem fora de solução humana. De qualquer maneira, as coisas estavam progredindo e melhorando, uma situação que fazia difícil que as mentes dos economistas se concentrassem em aspectos mais profundos de sua ciência.

As reservas que os pensadores burgueses tinham sobre seu mundo eram de natureza mais social e política que econômica, especialmente onde o perigo de revolução não estava esquecido como na França, ou estava emergindo com o crescimento do movimento trabalhista, como na Alemanha. Mas se os pensadores alemães (que nunca engoliram direito teorias liberais extremas) estavam, como os conservadores em todos os lugares, preocupados com o fato de que a sociedade produzida pelo capitalismo liberal mostrava-se perigosa e instável, por outro lado pouco tinham a propor exceto reformas sociais preventivas. A imagem básica do sociólogo era a imagem biológica de um "organismo social", a cooperação funcional de todos os grupos na sociedade, muito diferente da luta de classes. Era no fundo o antigo conservadorismo vestido com roupa, do século XIX e, aliás, difícil de se combinar com a outra imagem biológica do século, que propunha mudança e progresso, a "evolução". Era de fato uma base melhor para propaganda do que para ciência.

Portanto, o único pensador do período que desenvolveu uma teoria compreensível da estrutura e mudança social que ainda impõe respeito foi o revolucionário social Karl Marx, que desfruta da admiração, ou pelo menos do respeito, de economistas, historiadores e sociólogos. Esta é uma realização admirável, já que seus contemporâneos (exceto alguns economistas) estão agora esquecidos, mesmo pelos homens mais instruídos. Mas o que é mais espantoso não é tanto o fato de que Auguste Comte ou Herbert Spencer fossem, apesar de tudo, pessoas de alguma estatura intelectual reconhecida, mas que os homens que eram então olhados como os Aristóteles do mundo moderno praticamente tenham desaparecido de vez. Eles eram, no seu tempo, incomparavelmente mais famosos e influentes que Marx, cujo *Capital* foi descrito em 1875 por um especialista anônimo alemão como a obra de um autodidata ignorante do progresso dos últimos 25 anos. Pois nesta época no Ocidente, Marx era levado a sério apenas dentro do movimento trabalhista internacional, e especialmente pelo crescente movimento socialista de seu próprio país, e mesmo assim sua influência ali era superficial. Entretanto, os intelectuais de uma Rússia cada vez mais revolucionária liam-no avidamente. A primeira edição alemã do *Capital* (1867) – mil cópias – levou cinco anos para vender, mas em 1872 as primeiras mil cópias da edição russa esgotaram-se em menos de dois meses.

O problema com o qual Marx se defrontava era o mesmo que outros cientistas sociais tentavam enfrentar: a natureza e mecânica da transição de uma sociedade pré-capitalista para uma capitalista e suas específicas formas de operação e tendências de futuro desenvolvimento. Já que suas respostas são

relativamente familiares, não precisamos recapitulá-las aqui, embora valha a pena assinalar que Marx resistiu à tendência, que em outros lugares cresceu com força sempre maior, de separar a análise econômica de seus contextos históricos sociais. O problema do desenvolvimento histórico da sociedade do século XIX levou tanto teóricos como inclusive homens práticos a penetrar profundamente no passado remoto. Pois, tanto dentro dos países capitalistas quanto nos lugares onde a sociedade burguesa em expansão encontrava – e destruía – outras sociedades, o passado vivo e o presente nascente encontravam-se em conflito aberto. Pensadores alemães viam a ordem hierárquica dos "estratos" dar lugar, em seu próprio país, a uma sociedade de classes conflitantes. Advogados ingleses, especialmente aqueles com experiência na Índia, contrastavam a antiga sociedade do "status" com a nova do "contrato" e viam a transição da primeira para a segunda como a principal forma do desenvolvimento histórico. Escritores russos viviam de fato simultaneamente nos dois mundos – o antigo comunalismo dos camponeses, que muitos deles conheciam dos longos verões em suas fazendas, e o mundo do intelectual ocidentalizado e viajado. Para o observador de meados do século XIX, toda a história coexistia ao mesmo tempo, exceto as antigas civilizações e impérios como a antigüidade clássica, que haviam sido (literalmente) enterrados, esperando as pás de H. Schliemann (1822-90) ,em Tróia e Micenas ou as de Flinders Petrie (1853-1942) no Egito.

Poder-se-ia talvez esperar que a disciplina ligada mais de perto ao passado proporcionasse uma contribuição mais importante ao desenvolvimento das ciências sociais, mas na realidade a história como um especialização acadêmica foi curiosamente de pouca ajuda. Seus praticantes estavam sobretudo interessados com dirigentes, batalhas, tratados, acontecimentos políticos ou instituições político-legais, num mundo politicamente retrospectivo, senão com política cotidiana vestida com roupas históricas. Eles elaboraram a metodologia de pesquisa baseados nos documentos dos arquivos públicos, hoje admiravelmente organizados e preservados, e (seguindo a liderança dos alemães) organizaram suas publicações em torno dos dois pólos da tese acadêmica e da revista especializada para *scholars:* a *Historische Zeitschrift* foi publicada pela primeira vez em 1858, a *Revue Historique* em 1876, a *Historical Review* inglesa em 1886 e a *American Historical Review* em 1895. Mas o que eles produziram foi no máximo alguns monumentos permanentes de erudição, aos quais ainda hoje recorremos, e no mínimo uns gigantescos panfletos que hoje, se são lidos, é por mero interesse literário. A história acadêmica, apesar do moderado liberalismo de alguns de seus praticantes, tinha uma natural inclinação em preservar o passado, e tinha uma atitude de suspeita, senão de deploração, em relação ao futuro. As ciências sociais, neste período, tinham a inclinação contrária.

Apesar de tudo, se os historiadores acadêmicos seguiam seus caminhos

de erudição, a história permanecia como a estrutura básica das novas ciências sociais. Isto era particularmente óbvio no florescente (e, como em tantos outros, proeminentemente alemão) campo da lingüística, ou melhor, para usar o termo da,época, da filologia. O maior interesse desta ciência residia na reconstituição da evolução histórica das línguas indo-européias que, talvez porque fossem conhecidas na Alemanha como "indo-alemãs", atraíam ali a atenção nacional, quando não nacionalista. Esforços para estabelecer uma tipologia evolucionista mais ampla das línguas, isto é, descobrir as origens e o desenvolvimento histórico da fala e da linguagem também foram feitos – por exemplo, H. Steinthal (1823-99) e A. Schleicher (1821-68) – mas as árvores das linguagens então construídas permaneciam altamente especulativas e as relações entre os vários *genera* e *species* extremamente duvidosas. Na realidade, com a exceção do hebreu e de alguns dialetos semitas que atraíam estudiosos judeus ou bíblicos e também algum trabalho feito com as línguas fino-uralianas (que por acaso tinham um representante na Europa central, a Hungria) pouco, fora das línguas indo-européias, havia sido sistematicamente estudado nos países onde a filologia de meados do século XIX havia florescido. (A escola americana de lingüística, baseada no estudo das línguas ameríndias, ainda não se tinha desenvolvido.) Por outro lado, os *insights* fundamentais da primeira metade do século eram agora sistematicamente aplicados e desenvolvidos na lingüística evolucionista indo-européia. Os tipos regulares de mudanças sonoras descobertas por Grimm para o alemão eram agora investigados e especificados de forma mais aprofundada, métodos de reconstrução de formas de palavras antigamente não-escritas e a construção de modelos das "árvores de família" lingüísticas eram estabelecidos, outros modelos de mudança evolutiva (como a "teoria das ondas" de Schmidt) eram sugeridos, e o uso da analogia – especialmente analogia gramatical – era desenvolvido, já que a filologia não era nada se não fosse comparativa. Pela década de 1870, a escola líder de *Junggrammatiker* (Jovens Gramáticos) se julgava capaz de reconstruir o Indo-Europeu original, do qual tantas línguas desde o sânscrito no Leste e o celta no Oeste descendiam, e o temível Schleicher chegou a escrever textos neste idioma reconstruído. A lingüística moderna tomou um caminho inteiramente diverso, rejeitando os interesses históricos e evolucionistas de meados do século XIX talvez com violência excessiva, e nesta medida o principal desenvolvimento da filologia em nosso período produziu princípios conhecidos ao invés de antecipar novos. Mas era bem tipicamente uma ciência social evolucionista, e pelos padrões da época, muito bem sucedida, tanto entre especialistas como junto ao grande público. Infelizmente, entre os últimos (apesar dos desmentidos específicos de *scholars* como F. Marx-Muller (1823-1900) de Oxford, encorajou a crença no racismo – os que falavam as línguas indo-européias (um conceito puramente, lingüístico) sendo identificados com a "raça ariana".

O racismo tinha um papel central em outra ciência social que se desenvolvia rapidamente, a antropologia, uma fusão de duas disciplinas sensivelmente diferentes, a "antropologia física" (basicamente derivada de interesses anatômicos e similares) e a "etnografia", ou a descrição de várias comunidades – geralmente atrasadas ou primitivas. Ambas inevitavelmente confrontaram e foram de fato dominadas pelo problema da diferença entre diversos grupos humanos e (como estavam calcadas no modelo evolucionista) o problema da descendência do homem, assim como os diferentes tipos de sociedade, dos quais o mundo burguês parecia sem dúvida o mais elevado. Antropologia física automaticamente levava ao conceito de "raça", já que as diferenças entre povos brancos, amarelos ou pretos, negros, mongóis, caucasianos (ou qual fosse a classificação empregada) eram indiscutíveis. Isso não implicava em si mesmo nenhuma crença em desigualdade racial, superioridade ou inferioridade, embora quando combinado com o estudo da evolução do homem na base do fóssil pré-histórico certamente a sugerisse. Pois os ancestrais mais identificáveis e mais remotos – principalmente o Homem de Neanderthal – eram claramente mais simiescos e culturamente inferiores que os seus descobridores. Logo, se algumas raças existentes poderiam ser demonstradas como estando mais próximas ao macaco do que outras, não iria isso provar sua inferioridade?

O argumento é frágil, mas era um apelo natural para aqueles que queriam provar a inferioridade racial, por exemplo, negros em relação a brancos – ou melhor, de qualquer um em relação a brancos. (A forma de macaco poderia ser discernida pelo olho do preconceito até nos chineses e japoneses, como testemunham muitos desenhos da época.) Mas se a evolução biológica darwinista sugeria uma hierarquia das raças, assim o fez o método comparativo aplicado na "antropologia cultural", da qual *Primitive Culture* (1871) de E. B. Tylor é a obra mais Importante. Para E. B. Tylor (1832-1917), assim como para muitos dos maravilhados pelo "progresso" que observavam comunidades e culturas (que diferentes dos fósseis humanos não haviam desaparecido), estas não eram diferentes por natureza, mas representativas de um estágio anterior da evolução no caminho da civilização moderna. Elas eram iguais à infância na vida do indivíduo. Isso implicava uma teoria de estágios – Tylor tinha sido influenciado por Comte – que ele aplicava (com a caução habitual de homens respeitáveis tocando este assunto ainda explosivo) à religião. Do primitivo "animismo" (uma palavra inventada por ele) o caminho levava a religiões monoteístas mais elevadas, e eventualmente para o triunfo da ciência que, capaz de explicar ares cada vez maiores da experiência, sem recurso ou referência ao espírito iria, "em cada departamento, um após outro, substituir a descoberta de uma lei sistemática à ação independente voluntária". Nesse ínterim, entretanto, "sobrevivências" historicamente modificadas estágios da civilização poderiam ser discernidas em

qualquer lugar, mesmo nas partes evidentemente "atrasadas" das nações civilizadas, por exemplo, nas superstições e costumes do campo. Portanto, o camponês transformara-se na ligação entre o selvagem e o civilizado. Tylor, que pensou a antropologia como "essencialmente uma ciência reformadora", não acreditava que isso indicasse qualquer incapacidade dos camponeses em se tornarem membros completos da sociedade civilizada. Mas, o que seria mais fácil de concluir do que aqueles que representavam o estágio da infância ou adolescência no desenvolvimento da civilização eram de fato "infantis" e precisavam ser tratados como crianças pelos seus "pais" maduros?

> "Assim como o tipo do negro (escreveu a *Anthropological Review*) é fetal, o tipo do mongol é infantil. E, de acordo com isto, encontramos que o governo, literatura e artes deles também são infantis. Crianças sem barba cuja vida é uma tarefa e cuja maior virtude consiste numa obediência indiscutível."

Ou, como o capitão Osborn colocou de maneira meio naval em 1860: "Trate-os como crianças. Faça-os fazer o que sabemos que é melhor para eles como é para nós, e todas as dificuldades com a China chegarão a um fim."

Outras raças eram "inferiores" porque representavam um estágio anterior da evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas. E esta inferioridade era comprovada porque, de fato, a "raça superior" era superior pelo critério de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais "bem-sucedida". O argumento era tão lisonjeiro quanto conveniente – tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores e, por outro lado, se cidadãos pertenciam às "raças inferiores", não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados. O argumento ainda não estava vestido com o aparato da genética moderna, que virtualmente ainda não havia sido inventada: os agora celebrados experimentos do monje Gregor Mendel (1822-84) com feijões no jardim de seu monastério moraviano (1865) passaram completamente desapercebidos até que foram redescobertos em 1900. Mas, de uma forma primitiva, a idéia de que as classes superiores eram um tipo mais elevado de humanidade, desenvolvendo sua superioridade por endogamia, e ameaçada pela mistura com as ordens inferiores e, mais ainda, pelo rápido aumento numérico destes inferiores, era largamente aceita. Por outro lado, como a escola

(sobretudo italiana) da "antropologia criminal" pretendia provar, o criminoso, o anti-social, o desprivilegiado social pertenciam a uma linhagem humana diferente e inferior da "respeitável", e podia ser reconhecida como tal pelo mensuramento do crânio e outros métodos simples.

O racismo atravessa o pensamento de nosso período numa extensão difícil de julgar hoje, e nem sempre fácil de compreender. (Por que, por exemplo, o horror generalizado da miscigenação e a crença quase universal entre os brancos de que os mestiços herdavam precisamente as piorescaracterísticas das raças de seus pais?) Exceto pela sua conveniência enquanto legitimização da dominação do branco sobre indivíduos de cor, ricos sobre pobres; isto talvez seja melhor explicado como um mecanismo através do qual uma sociedade fundamentalmente inegalitária, baseada sobre uma ideologia fundamentalmente egalitária, racionalizava suas desigualdades, uma tentativa para justificar e defender aqueles privilégios que a democracia (implicitamente nas suas instituições) precisava inevitavelmente desafiar. O liberalismo não tinha nenhuma defesa lógica diante da igualdade e da democracia, portanto a barreira ilógica do racismo foi levantada: a própria ciência, o trunfo do liberalismo, podia provar que os homens *não* eram iguais.

Mas evidentemente, a ciência do nosso período não chegou a prová-lo embora alguns cientistas tenham se esforçado bastante. A tautologia darwinista ("sobrevivência dos melhores", sendo que a prova de "ser melhor" era precisamente a sobrevivência) não podia provar que os homens fossem superiores às minhocas, já que ambos sobreviviam com sucesso. A "superioridade" era entendida através da redução à equação de nivelar história evolucionista com "progresso". E mesmo que a história evolutiva do homem discernisse corretamente o progresso em algumas questões importantes – principalmente ciência e tecnologia – embora não dando atenção a outras, não conseguiu, e aliás não poderia, fazer do "atraso" um fato permanente e irreparável. Pois ela era baseada na premissa de que os seres humanos, pelo menos na sua emergência como *homo sapiens,* eram os mesmos, seus comportamentos obedecendo às mesmas leis uniformes, embora em circunstâncias históricas diferentes. O inglês era diferente do indo-europeu original, mas não porque os ingleses modernos operassem de uma maneira linguisticamente diferente das tribos ancestrais da Ásia central. O paradigma básico da "árvore de família", que aparece tanto na filologia como na antropologia, implica o contrário das formas de desigualdade genéticas ou outras quaisquer permanentes. Os sistemas de parentesco dos aborígenes australianos, habitantes das ilhas do Pacífico e índios iraquianos, que os ancestrais da antropologia social moderna como Lewis Morgan (1818-81) então começavam a estudar seriamente – embora o assunto fosse ainda basicamente mais estudado nas bibliotecas ao que no campo – eram vistos como "sobreviventes" dos estágios

ancores da evolução daquilo que se tornara a família do século XIX. Mas o ponto principal sobre eles residia em que eram comparáveis: diferentes, mas não necessariamente inferiores. O "darwinismo social" e antropologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política.

Se olharmos retrospectivamente por sobre as ciências naturais e sociais do período ficaremos espantados com sua impressionante confiança em si mesmas. Isso era mais justificado talvez nas ciências naturais do que nas sociais, mas era um fato igualmente marcante. Os físicos, que pensavam haver deixado a seus sucessores pouco mais para fazer do que arranjar pequenas soluções, expressavam o mesmo estado de espírito de August Schleicher, que tinha certeza de que os arianos haviam se comunicado na mesma língua que eles haviam há pouco reconstruído. Este sentimento não era muito baseado nos resultados – os das disciplinas evolucionistas dificilmente eram suscetíveis de falsificação – mas na crença da infalibilidade do "método científico". Ciência "positiva", operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo "leis" uniformes e invariantes além de qualquer possível modificação, era a chave-mestra do universo, e o século XIX a possuía. Mais do que isso: com o crescimento do mundo do século XIX, os estágios anteriores e infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação tinham acabado, e o "terceiro estágio" da ciência positiva de Comte havia chegado. E fácil agora achar graça de tal confiança, tanto pela adequação dos métodos como pela permanência dos modelos teóricos, mas talvez fosse uma reação um tanto deslocada. E se os cientistas sentiam que podiam falar com certeza, mais ainda os propagandistas e os ideólogos, que tinham ainda mais certeza que as certezas dos cientistas, porque eles podiam bem entender o que diziam estes cientistas, desde que tal pudesse ser dito sem o recurso à alta matemática. Mesmo a física e a química pareciam estar ao alcance do "homem prático" – digamos, um engenheiro civil. A *Origem das Espécies* de Darwim estava inteiramente ao acesso de um advogado bem instruído. Nunca mais iria ser tão simples para o senso comum, que sabia que o mundo triunfante do progresso liberal capitalista era o melhor dos mundos possíveis, mobilizar o universo para confirmar seus próprios preconceitos.

Os publicistas, popularizadores e ideólogos eram agora encontrados através do mundo ocidental onde quer que houvesse uma elite atraída pela "modernização" Os cientistas e estudiosos originais –aqueles que desfrutavam, e ainda desfrutam, de reputação fora de seus países – eram distribuídos de forma mais irregular. Na Realidade, eles estavam virtualmente confinados a partes da Europa e da América do Norte (Na Europa, as penínsulas Ibérica e Balcânica permaneceram meio atrasadas neste particular.) Trabalho de considerável qualidade e interesse internacional era agora produzido em quantidade significativa na Europa central e do leste, e mais curiosamente na Rússia – e esta

era provavelmente a mais espantosa mudança no mapa "acadêmico" do mundo ocidental em nosso período, embora nenhuma história da ciência deste período possa ser escrita sem referência a alguns eminentes norte-americanos, principalmente o físico Willard Gibbs (1839-1903). Portanto, seria difícil negar que, digamos, em 1875, o que acontecia nas universidades de Kazan e Kiev era mais significativo do que o que acontecia em Yale ou Princeton.

Mas a mera distribuição geográfica não pode revelar suficientemente o que era cada vez mais o fator dominante sobre a vida acadêmica de nosso período, em outras palavras, a hegemonia dos alemães, apoiados pelo fato de diversas universidades usarem aquela língua (que incluía as da maior parte da Suíça, Império dos Habsburgos e regiões bálticas da Rússia), e a poderosa atração que a cultura alemã exercia na Escandinávia e Europa do leste e sudeste. Fora do mundo latino e da Inglaterra, e mesmo numa certa medida em ambos, o modelo alemão de universidade era geralmente adotado. A predominância alemã era sobretudo quantitativa: em nosso período provavelmente um número maior de jornais científicos foram publicados nesta língua do que em francês e inglês juntos. Afora alguns campos das ciências naturais, como a química e provavelmente a matemática, que eles claramente dominavam, a qualidade extremamente alta de suas realizações era menos óbvia, porque (diferente do início do século. XIX) não havia neste tempo um gênero especificamente alemão de filosofia. Enquanto que os franceses, talvez por razões nacionalistas, mantiveram seu próprio, estilo (embora não a matemática francesa) –exceto por alguns indivíduos célebres, os alemães seguiram outro caminho. Talvez o estilo dos alemães, que se tornou dominante no século XX, não tenha emergido como tal até que as ciências tivessem passado para a fase da teoria e sistematização que (por razões mais ou menos obscuras) caía-lhes admiravelmente. De qualquer maneira, as ciências naturais inglesas – que desfrutavam de um público expressivo de especialistas, burgueses e mesmo artesãos – continuavam a produzir cientistas de renome extraordinário, como Thompson e Darwin.

Exceto na história acadêmica e na lingüística, não havia uma tal dominação alemã nas ciências sociais. A economia era ainda bastante inglesa, embora em retrospectiva possamos detectar alguma obra analítica importante na França, Itália e Áustria. (O Império dos Habsburgos, embora de alguma forma parte da cultura alemã, seguiu uma trajetória intelectual bastante diferente.) A sociologia, pelo pouco que valia, estava basicamente associada à França e à Inglaterra, tendo sido recebida entusiasticamente no mundo latino. Na antropologia, as conexões internacionais dos ingleses deram-lhes uma vantagem notável. A "evolução" em geral – a ponte entre as ciências naturais e sociais – tinha seu centro de gravidade na Inglaterra. A verdade é que as ciências sociais refletiam as pré-concepções e problemas do liberalismo burguês na sua forma clássica, tal como não eram encontrados na Alemanha, onde a sociedade

burguesa inseria-se dentro do contexto bismarkiano de aristocratas e burocratas. O mais eminente cientista social do período, Karl Marx, trabalhou na Inglaterra, fazendo derivar o contexto de sua análise concreta de uma ciência econômica não-alemã e a base empírica de sua obra da sociedade burguesa "clássica" – a inglesa – embora já a esta época não mais isenta de desafios.

III

A "ciência" era o centro daquela ideologia laica de progresso, quer liberal quer, numa medida menor mas de crescente importância, socialista, que não demanda uma discussão especial, pois sua natureza geral deveria, por agora, ter claramente surgido de sua história.

Comparada com a ideologia laica, a religião no nosso período é de interesse incomparavelmente menor e não merece um tratamento mais prolongado. Mas, mesmo assim, merece alguma atenção, não apenas porque ainda formava o idioma no qual a esmagadora maioria da população mundial pensava, mas também porque a própria sociedade burguesa, apesar de sua crescente laicização, estava bastante preocupada em relação às possíveis conseqüências de sua própria audácia. A descrença em Deus tornou-se relativamente fácil em meados do século XIX, pelo menos no mundo ocidental, já que muitas das idéias passíveis de verificação das escrituras judaico-cristãs haviam sido minadas ou mesmo desmentidas pelas ciências sociais históricas, e sobretudo naturais. Se Lyell (1797-1875) e Darwin estavam certos, então o livro da Gênesis estava simplesmente errado no seu sentido literal; e os oponentes intelectuais de Darwin e Lyell estavam visivelmente em debandada. O pensamento livre das classes altas era familiar de longa data, pelo menos entre senhores distintos. O ateísmo intelectual e de classe média também não era novo e tornou-se militante com a importância crescente do anticlericalismo. O pensamento livre da classe operária, embora já associado a ideologias revolucionárias, tomou uma forma especial, tanto porque as velhas ideologias revolucionárias declinavam deixando atrás apenas seus aspectos políticos menos diretos como também porque as novas ideologias, firmemente baseadas numa filosofia materialista, ganhavam terreno. O movimento "laicizante" na Inglaterra derivava diretamente dos velhos movimentos operários Cartista e Owenita, mas agora existia como um corpo independente, particularmente atraente a homens e mulheres que reagiam contra uma herança religiosa especialmente intensa. Deus estava não apenas despedido, mas sob ferrenho ataque.

Este ataque militante à religião coincidia, mas não era exatamente idêntico à corrente igualmente militante do anticlericalismo que abarcava todas as correntes intelectuais dos liberais moderados aos marxistas e anarquistas. Os

ataques a igrejas, e mais obviamente igrejas oficiais do estado e a Igreja Católica Romana internacional – que clamava para si o direito de definir a verdade ou o monopólio de certas funções atingindo o cidadão (como casamento, enterro e educação) – não implicava ateísmo em si mesmo. Nos países contendo mais do que uma religião essa luta poderia ser conduzida pelos membros de uma corrente religiosa contra outra. Na Inglaterra a luta era basicamente levada pelas seitas não-conformistas contra a Igreja Anglicana; na Alemanha, Bismarck, que entrou numa *Kulturkampf* (luta cultural) amarga contra a Igreja Católica Romana em 1870-71, certamente não pretendia na qualidade oficial de luterano, que a existência de Deus ou a divindade de Jesus estivessem em questão. Por outro lado, em países com uma única fé monolítica, mais obviamente os católicos, o anticlericalismo normalmente implicava rejeição de toda e qualquer religião. Havia, é certo, uma fraca corrente "liberal" dentro do catolicismo que resistia ao cada vez mais rígido ultraconservantismo da hierarquia romana, formulada na década de 1860 (ver referência anterior à Syllabus of Errors) e oficialmente triunfante no Concilio Vaticano de 1870 com a declaração da infalibilidade papal. Entretanto, esta pequena corrente era facilmente assimilada pela Igreja; e mesmo apoiada por alguns eclesiásticos que queriam preservar uma relativa autonomia de suas igrejas católicas regionais, e que eram provavelmente mais fortes na França. Mas o "galicanismo" não pode ser realmente chamado de "liberal" no sentido aceito do termo, mesmo levando em conta que estava mais preparado, em termos pragmáticos e anti-romanos, para chegar a um bom termo com os governos laicos modernos e liberais.

O anticlericalismo era militantemente laico, na medida em que pretendia tomar da religião qualquer *status* oficial na sociedade ("desestabelecimento da igreja", "separação da igreja do Estado"), deixando-a como uma questão puramente privada. Deveria ser transformada em uma ou diversas organizações puramente voluntárias, análogas aos clubes de colecionadores de selos, somente que em dimensões um pouco maiores. Mas isso não era baseado tanto na falsidade da crença em Deus ou qualquer versão particular desta crença, mas na crescente capacidade administrativa, amplitude e ambição do estado laico – mesmo na sua forma mais *laissez-faire* e liberal – que estava decidido a expulsar organizações privadas daquilo que então considerava seu campo de ação. Entretanto, o anticlericalismo era basicamente político, porque a certeza passional por detrás de tudo era de que religiões bem estabelecidas eram hostis ao progresso. E de fato eram, sendo do ponto de vista sociológico e político instituições bastante conservadoras. A Igreja Católica Romana, tinha aliás uma hostilidade manifesta por tudo aquilo que o século XIX se punha firmemente a favor. As seitas ou os heterodoxos poderiam ser liberais ou mesmo revolucionários, minorias religiosas poderiam ser atraídas pela tolerância liberal, mas igrejas ou ortodoxias nunca poderiam sê-lo. E, na medida

em que as massas – especialmente as massas rurais – estavam ainda nas mãos destas forças do obscurantismo, tradicionalismo e reacionarismo político, seu poder precisava ser destruído para que o progresso continuasse seu curso. Conseqüentemente, o anticlericalismo era mais militante e passional na proporção do "atraso" do país. Na França, os políticos argumentavam sobre o *status* das escolas católicas, mas no México, muito mais estava em disputa na luta entre o governo e os padres. O "progresso", a emancipação da tradição – tanto para a sociedade como para os indivíduos – parecia entretanto implicar uma ruptura militante com as antigas crenças que encontravam expressão passional no comportamento dos militantes dos movimentos populares, assim como no dos intelectuais da classe média. Um livro chamado *Moisés ou Darwin* iria ser lido por um número maior de trabalhadores social-democratas nas bibliotecas dos sindicatos alemães que os escritos do próprio Marx. Progresso, educadores, emancipadores e ciência (logicamente desenvolvida em "socialismo científico") era a chave para a emancipação intelectual dos grilhões do passado de superstições e do presente opressivo. Os anarquistas da Europa ocidental, que refletiam os instintos espontâneos destes militantes de forma bastante precisa, eram selvagemente anticlericais. Não é nenhum acidente que, na Romagna italiana, um ferreiro radical tenha dado o nome de Benito Mussolini a seu filho em homenagem ao presidente mexicano anticlerical Benito Juarez.

Apesar de tudo, mesmo entre os livre-pensadores, uma nostalgia pela religião permaneceu. Ideólogos da classe média, que apreciavam o papel da religião como uma instituição mantenedora de um estado de adequada modéstia entre os pobres e uma garantia da ordem, algumas vezes flertaram com neo-religiões, como a "religião da humanidade" de Comte que substituía os santos por uma seleção de grandes homens para o Panteão, embora tais experimentos não tenham sido muito bem sucedidos. Mas também havia uma tendência genuína de substituir as consolações da religião pelas da idade da ciência. A "Ciência Cristã", fundada por Mary Baker Eddy (1821-1910) que publicou seus escritos em 1875, indicava uma destas tentativas. A impressionante popularidade do espiritualismo, que teve sua primeira voga na década de 1850, é talvez provavelmente devida a essa tendência. Suas afinidades políticas e ideológicas se faziam com o progresso, a reforma e a esquerda radical, e não menos com a emancipação feminina, especialmente nos Estados Unidos que eram o seu centro maior de difusão. Mas afora suas outras atrações, tinha a vantagem considerável de colocar a sobrevivência após a morte dentro de um contexto da ciência experimental, talvez mesmo (como a nova arte da fotografia poderia demonstrar) no de uma imagem objetiva. Quando milagres não podiam ser mais aceitos e a parapsicologia aumentava seu público potencial. Algumas vezes, porém, não indicava nada mais que a sede humana geral por rituais coloridos que a religião tradicional normalmente fornecia de forma tão eficiente. A metade do século

XIX está plena de rituais laicos inventados, especialmente nos países anglo-saxônicos, onde sindicatos elaboraram complicadas bandeiras e certificados alegóricos, Sociedades de Ajuda Mútua, cercadas por sua vez com a parafernália da mitologia e do ritualismo nas suas "lojas", Ku-Klux-Klans e outras ordens políticas menos "secretas". A mais antiga, e sem dúvida a mais influente de todas estas sociedades secretas, ritualizadas e hierarquizadas estava de fato comprometida com o pensamento livre e o anticlericalismo, pelo menos afora dos países anglo-saxônicos: os franco-maçons. Se o número de seus adeptos cresceu neste período não sabemos, embora seja provável; certamente sua importância política cresceu.

Mas se mesmo os livre-pensadores reclamavam pelo menos algum consolo espiritual do tipo tradicional, eles pareciam, por outro lado, estar perseguindo um inimigo em debandada. Pois – como os escritos vitorianos da década de 1860 eloqüentemente testemunham – o indivíduo com fé tinha "dúvidas", especialmente se fosse intelectual. A religião estava sem dúvida em declínio, não meramente entre intelectuais, mas nas grandes cidades onde a pressão comunitária.para a prática religiosa e a moralidade era pouco sentida.

E portanto as décadas de meados do século XIX não chegaram a ver um declínio de religião de massa comparável ao caminho intelectual tomado" pela teologia. O centro das classes médias anglo-saxônicas permaneceu religioso, em geral praticantes, ou pelo menos hipócritas. Dos grandes milionários americanos apenas um (Andrew Carnegie) propagandeava falta de fé. A taxa de expansão das seitas protestantes não-oficiais decaiu, mas – pelo menos na Inglaterra – a "consciência não-conformista" que representavam tornou-se politicamente muito mais influente na medida em que se tornava mais classe média. A religião não chegou a declinar no meio das novas comunidades de imigrantes no resto do mundo: na Austrália, o percentual de freqüência à Igreja no meio da população de mais de 15 anos aumentou de 36,5% em 1850 para quase 59% em 187C e estacionou em torno de 40% nas últimas décadas do século. Os Estados Unidos, a despeito de Col. Ingersoll, o célebre ateu (1833-99), era um país sem Deus numa medida muito maior que a França.

Na medida em que as classes médias estavam em questão, o declínio da religião era, como vimos, inibido não apenas pela tradição e fracasso em larga escala do racionalismo liberal em fornecer um substituto coletivo para o ritual e a fé religiosa (exceto talvez através da arte – ver capítulo seguinte), mas também pela relutância em abandonar um pilar de estabilidade, moralidade e ordem social tão valioso, talvez tão indispensável. Na medida em que as massas estavam em questão, a expansão da religião pode ter sido devido sobretudo àqueles fatores geográficos sobre os quais a Igreja Católica gostava de apoiar-se para os seus maiores triunfos: as migrações de massa de homens e mulheres de regiões mais tradicionais para as novas cidades, regiões e continentes, e a alta taxa de

fertilidade dos pobres comparadas a dos não-crentes corrompidos pelo progresso. Não há evidência de que os irlandeses tenham se tornado mais religiosos em nosso período, mas há alguma certeza de que as migrações enfraqueceram sua fé, embora sua dispersão e sua taxa de natalidade fizessem com que a Igreja Católica crescesse de forma relativa e absoluta através da cristandade. E além disso, não haviam forças dentro da própria religião para revivê-la e dispersá-la?

Certamente neste estágio os missionários cristãos não eram notavelmente bem-sucedidos, fosse ao lidar com o proletariado perdido em casa ou ainda menos ao tentar converter indivíduos de religiões rivais pelo mundo afora. Considerando as despesas substanciais – entre 1871 e 1877 os ingleses sozinhos contribuíram com 8 milhões de libras para as missões – os resultados foram bastante modestos. O Cristianismo de todas e quaisquer denominações fracassou em tornar-se um competidor sério em relação à única religião realmente em expansão, o Islamismo. Este continuava a espalhar-se de forma irresistível, sem o benefício de uma organização missionária, dinheiro ou o apoio das grandes potências, através da África e partes da Ásia – sem dúvida ajudado não apenas por seu igualitarismo mas também pela consciência da superioridade dos valores em relação aos conquistadores europeus. Nenhum missionário conseguiu jamais abrir uma brecha dentro da população maometana. Conseguiram apenas entrar um pouco dentro de algumas não-islâmicas, já que faltava ainda aos missionários a grande arma da penetração cristã, ou seja, a conquista colonial direta, ou pelo menos a conversão oficial de governantes que traziam seus cidadãos com eles, como aconteceu em Madagascar, que declarou-se uma ilha cristã em 1869. O Cristianismo fez alguns avanços no sul da índia (sobretudo no meio da camada mais baixa do sistema de castas), apesar da falta de entusiasmo do governo – na Indochina, em seqüência à conquista francesa, mas nada de significativo na África, até que o imperialismo multiplicasse o número de missionários (de uns 3 mil protestantes em meados da década de 1880 para talvez uns 18 mil em 1900) e pusesse um poder material bem mais persuasivo atrás do poder espiritual do Redentor. Portanto, nos melhores dias do liberalismo, a ação missionária talvez tenha perdido algum ímpeto. Somente uns três ou quatro novos centros católicos missionários foram abertos na África em cada uma das décadas entre 1850 e 1880, comparado com seis na década de 1840, 14 na de 1880 e 17 na de 1890. O Cristianismo era mais efetivo quando alguns elementos da religião eram absorvidos pela ideologia religiosa local, sob a forma de cultos "nativistas" sincréticos. O movimento Taiping na China (ver capítulo 7) foi de longe o maior e o mais influente de tais fenômenos.

Mas dentro do Cristianismo havia sinais de um contra-ataque em relação ao avanço da laicização. Nem tanto no mundo protestante, onde a formação e expansão de novas seitas não-oficiais parecia ter perdido muito do dinamismo que possuía antes de 1848 – com a possível exceção dos negros na América

anglo-saxônica –, da mesma forma que os católicos. O culto do milagre em Lurdes, na França, que começou com a visão de uma pequena pastora em 1858 expandiu-se com enorme rapidez; talvez espontaneamente no começo, mas logo depois com ativo apoio eclesiástico. Por volta de 1875 uma filial de Lurdes era aberta na Bélgica. De forma menos dramática, o anticlericalismo provocou um movimento substancial de evangelização entre os crentes e um reforço maior da influência clerical. Na América Latina, a população rural havia sido em larga escala cristã sem a presença de padres: até depois de 1860, a igreja no México havia sido sobretudo urbana. Contra o anticlericalismo oficial a Igreja sistematicamente capturou ou reproselitizou o campo. Em certo sentido, diante da ameaça da reforma laica, a Igreja reagiu da mesma forma como havia feito no século XVI com a Contra-Reforma. O Catolicismo, agora totalmente intransigente, recusando qualquer acomodação com as forças do progresso, industrialização e liberalismo, tornou-se uma força muito mais poderosa depois do Concilio Vaticano de 1870 do que antes – mas ao custo de abandonar muito do seu terreno aos adversários.

Fora da cristandade as religiões apoiavam-se sobretudo na força do tradicionalismo para resistir à erosão da era liberal ou à confrontação com o Ocidente. Tentativas para "liberalizá-las" eram bem vistas por burguesias semi-assimiladas (como a Reforma Judaica que surgiu no final da década de 1860), execradas pelos ortodoxos e desprezadas pelos agnósticos. As forças da tradição ainda eram esmagadoramente poderosas, e freqüentemente reforçadas pela resistência ao "progresso" e à expansão européia. Como já vimos, o Japão chegou a criar uma nova religião de estado, o shintoísmo, a partir de elementos tradicionais, em grande parte com propósitos antieuropeus (ver capítulo 8). Mesmo os ocidentalistas e revolucionários do Terceiro Mundo iriam aprender que o caminho mais fácil para ser bem sucedido como político entre as massas era adquirir o papel, ou pelo menos o prestígio, de um monje budista ou de um santo hindu. E portanto, apesar de que o número dos francamente descrentes permanecesse relativamente pequeno em nosso período (afinal, mesmo na Europa, a metade feminina da raça humana não era praticamente afetada pelo agnosticismo), eles dominavam um mundo essencialmente laico. Tudo que a religião poderia fazer contra eles era recuar para trás de suas vastas e poderosas fortificações e preparar-se para um cerco muito longo.

15

AS ARTES

Precisamo-nos convencer definitivamente que nossa história hoje é feita pelos mesmos seres humanos que também fizeram um dia as obras da arte grega. Mas tendo aceito este ponto, nossa tarefa é então descobrir o que é que transformou estes seres humanos de forma tão fundamental, que agora só conseguimos produzir o que sai das indústrias de luxo, onde antes criavam-se obras de arte.

— Richard Wagner

Por que você escreve em versos? Ninguém dá importância a isso agora... Na nossa era de maturidade cética e independência republicana, o verso é uma forma aposentada. Preferimos a prosa, que em virtude de sua liberdade de movimento está mais de acordo com os instintos da democracia.

— Eugene Pelletan, deputado francês, 1877

I

Se o triunfo da sociedade burguesa parecia congênito à ciência, tal não ocorria da mesma forma com as artes. O reconhecimento de valor em relação às artes criativas é sempre muito subjetivo, mas não se pode praticamente negar que a era da revolução dual (1789-1848) viu extraordinárias realizações de homens e mulheres de dons bastante notáveis. A segunda metade do século XIX, especialmente as décadas que são o objeto deste livro, não dão uma impressão equivalente, exceto em um ou dois países atrasados, sendo de longe o mais notável deles a Rússia. Isto não quer dizer que as realizações criativas deste período fossem medíocres, embora ao rever aqueles criadores cuja obra maior ou a aclamação pública ocorreram entre 1848 e a década de 1870, precisamos lembrar que muitos deles já eram pessoas maduras e com uma expressiva produção antes de 1848. Afinal – para mencionar apenas três dos mais inquestionavelmente importantes – Charles Dickens (1812-70) já estava na metade de sua *ouvre,* Honoré Daumier (1808-79) tinha sido um ativo artista gráfico desde a revolução de 1830, e mesmo Richard Wagner (1813-83) já tinha várias óperas atrás de si: *Lohengrin* foi produzida em 1851. Porém, não há dúvida de que a literatura de prosa, e especialmente o romance, floresceu de forma admirável graças principalmente à continuada glória dos ingleses e dos franceses e à nova glória dos russos. Na história da pintura houve claramente um admirável e grandioso período, graças quase que exclusivamente aos franceses. Na música,

a era de Wagner e Brahms é inferior apenas em comparação com a era precedente de Mozart, Beethoven e Schubert.

Porém, se olharmos mais de perto a cena criativa, verifica-se que ela é bem menos inspirada. Já vimos como se distribuía geograficamente. Para a Rússia tratava-se de uma era espantosamente triunfante na música e sobretudo na literatura, para não mencionar as ciências naturais e sociais. Uma década como a de 1870, que viu os pontos culminantes de Dostoievsky e Tolstoi, P. Tchaikovsky (1840-93), M. Mussorgsky (1835-81) e o balé imperial clássico, não teme nenhum tipo de comparação. A França e a Inglaterra, como vimos, mantiveram um nível bastante elevado sobretudo na literatura da prosa, mas também na pintura e poesia. (Na poesia inglesa, a obra de Tennyson, Browning e outros é menos impressionante que a dos grandes românticos da era das revoluções; na França, com a obra de Baudelaire e Rimbaud, ocorreu o contrário.) Os Estados Unidos, embora ainda contribuindo de forma insignificante no campo das artes visuais e da música, já começa a estabelecer-se como uma força literária com Melville (1819-91), Hawthorne (1804-64) e Whitman (1819-91) no leste, e com uma nova geração de escritores populistas emergindo do jornalismo no oeste, entre os quais Mark Twain (1835-1910) iria ser o mais expressivo. Mesmo assim, numa comparação global, esta era uma realização de nível provinciano e de várias formas menos importante, e ainda menos influente internacionalmente do que a obra criativa que era produzida por algumas pequenas nações que afirmavam suas nacionalidades. (Curiosamente, um bom número de escritores americanos menores da primeira metade do século fizeram mais de uma viagem ao exterior.) Os compositores dos tchecos (A. Dvorak (1841-1904), S. Smetana (1824-84)) acharam mais simples conseguir aceitação internacional que os escritores daquele povo, isolados por uma língua que poucos de fora conheciam ou se incomodavam em aprender. Dificuldades lingüísticas também "localizaram" a reputação de escritores de algumas outras regiões, alguns dos quais ocupam uma posição-chave na história literária de seus respectivos povos – por exemplo, os holandeses e os flamengos. Somente os escandinavos conseguiram captar um público maior, talvez devido ao fato de que seu representante mais célebre – Henrik Ibsen (1828-1906) que atingiu a maturidade exatamente no término de nosso período – tenha escolhido escrever peças para o teatro.

Contra tudo isso, precisamos observar um declínio visível e de certa forma espetacular na qualidade das melhores obras daqueles dois centros de atividade criativa, os povos de língua germânica e os italianos. Talvez possa haver alguma discussão sobre música, mas na Itália não há quase nada além de Verdi (1813-1901), cuja carreira estava bem estabelecida desde antes de 1848 e na Austro-Alemanha, entre os compositores reconhecidos, apenas Brahms (1833-97) e Bruckner (1824-96) surgiram essencialmente neste período, Wagner já

sendo virtualmente maduro. Mesmo assim, estes nomes são suficientemente impressivos, especialmente Wagner, um gênio absoluto e fenômeno cultural apesar de ter um caráter vil. Mas qualquer relutância em aceitar inferioridade das artes destes dois povos deve permanecer restrita inteiramente à música. Não há dúvida quanto à inferioridade literária e das artes visuais em relação às do período anterior a 1848.

Tomando as diversas artes separadamente, a queda geral de nível é igualmente óbvia em algumas, sendo que em outras a superioridade em relação ao período precedente é inegável. A literatura floresceu, como já vimos, através do meio conveniente dos romances. Podem ser vistos como o gênero que achou uma forma possível de adaptar-se àquela sociedade burguesa cuja ascensão e crises formavam o assunto preferido dos escritores. Tentativas foram feitas para salvar a reputação da arquitetura do século XIX, mas há de qualquer forma algumas realizações expressivas. Entretanto, quando se considera a orgia de construções na qual a próspera sociedade burguesa atirou-se a partir da década de 1850, estas não são nem grandiosas nem particularmente numerosas. Paris reconstruída por Haussman impressiona por seu planejamento, mas não pelos edifícios que guarnecem suas esquinas e bulevares. Viena, que aspirou a obras-primas mais pessoais, foi apenas duvidosamente bem-sucedida. Roma do rei Vittorio Emmanuel, cujo nome está provavelmente ligado com um maior número de peças de má arquitetura do que qualquer outro soberano, é um desastre. Comparados com as extraordinárias realizações do, digamos, neo-classicismo – o derradeiro estilo unificado de arquitetura antes do triunfo da "moderna" ortodoxia do século XX –, os edifícios da segunda segunda metade do século XIX são mais capazes de demandar desculpas do que admiração universal. Isto não se aplica, evidentemente, às obras dos engenheiros brilhantes e imaginativos, embora tudo tendesse a ser escondido atrás de fachadas *fine art*.

Mesmos os entusiastas têm até bem recentemente encontrado dificuldades em dizer muito a favor da pintura deste período. A obra que tem se tornado uma parte permanente do museu do século XX é, quase sem exceção, francesa: sobreviventes da era das revoluções como Daumier e G. Courbet (1819-77), a escola de Barbizon e o grupo *avant-garde* dos Impressionistas (um rótulo indiscriminado que não precisamos analisar detidamente no momento), que surgiu na década de 1860. Esta façanha é de fato muito impressionante, e um período que viu o surgimento de E. Manet (1832-83), E. Degas (1834-1917) e o jovem P. Cézanne (1839-1906) não precisa se preocupar com sua reputação. Mesmo assim, estes pintores não eram apenas atípicos em relação ao que era posto sobre telas em quantidades cada vez maiores neste tempo, mas também muito suspeitos à arte respeitável e ao gosto do público. Sobre a arte oficial acadêmica ou sobre a popular, o máximo que pode ser razoavelmente dito é que não era uniforme em caráter, que seus padrões de técnica eram altos, e que

alguns méritos modestos podem ser redescobertos aqui e ali. A maior parte era e é horrível.

Pode ser que a escultura de meados e fins do século XIX, amplamente dispostos em inumeráveis obras monumentais, mereça um pouco mais de atenção do que se lhe tem dado normalmente – afinal, produziu o jovem Rodin (1840-1917). Entretanto, qualquer coleção de obras plásticas vitorianas *en masse,* como ainda podem ser vistas nas casas dos ricos Bengalis, constituiu-se numa visão tremendamente depressiva.

II

Esta era, de alguma forma, uma situação tragicômica. Poucas sociedades valorizaram tanto as obras dos gênios criadores (em si mesmo virtualmente uma invenção burguesa como fenômeno social –ver *A Era das Revoluções,* capítulo XIV) do que a burguesa do século XIX. Poucas estavam prontas a gastar dinheiro tão livremente com as artes e, em termos puramente quantitativos, nenhuma sociedade precedente comprou tanto como a quantidade de livros velhos e novos, objetos materiais, quadros, esculturas, estruturas decoradas de madeira e bilhetes para representações teatrais ou musicais. (Apenas o crescimento da população colocaria esta afirmação fora de disputa.) Sobretudo, e paradoxalmente, poucas sociedades tinham estado tão convencidas de que viviam numa era dourada das artes criadoras.

O gosto deste período não era nada se não fosse contemporâneo, como era de fato natural para uma geração que acreditava no progresso universal e constante. Herr Ahrens (1805-81), um industrial do norte da Alemanha, mudou-se para o clima culturalmente mais propício de Viena por volta dos seus 50 anos e começou a colecionar quadros modernos ao invés de obras de velhos mestres, e isto era típico como fenômeno. Os Bolckow (ferro), Holloway (patente das pílulas) e Mendel (algodão), que competiam entre si para aumentar os preços das pinturas a óleo na Inglaterra, fizeram afortunados pintores acadêmicos da época. Os jornalistas que registravam orgulhosamente a abertura e o custo total destes gigantescos edifícios públicos, que começaram a desfigurar a imagem das cidades depois de 1848, genuinamente acreditavam que estavam celebrando uma nova Renascença, financiada por príncipes industriais comparáveis aos Medici. Enfim, a conclusão mais evidente que os historiadores podem tirar do final do século XIX é que a mera aplicação de dinheiro não é capaz de garantir uma idade de ouro para as artes.

Mais ainda, a quantidade de dinheiro gasta era impressionante por quaisquer padrões exceto os da capacidade produtiva sem precedentes do capitalismo. Entretanto, estas quantidades não mais eram gastas pelas mesmas

pessoas. A revolução burguesa era vitoriosa mesmo no campo característico da atividade dos príncipes e da nobreza. Nenhuma das grandes reconstruções de cidades entre 1850 e 1875 colocou como ponto dominante da paisagem um palácio real ou imperial, nem mesmo um complexo de palácios aristocráticos. Onde a burguesia fosse fraca, como na Rússia, o tzar e os grão-duques podiam ainda ser os patronos principais em caráter individual, mas mesmo assim o papel deles em tais países parece ter sido bem menos central do que fora antes da Revolução Francesa, Em outros lugares, um príncipe menor ocasional e excêntrico como Ludwig II da Baviera ou a marquesa de Hertford poderiam colocar toda a paixão em comprar arte e artistas mas, no total, cavalos, jogo e mulheres eram mais capazes de pô-los em dívidas do que a patronagem das artes.

Quem pagava então pelas artes? Governos e outras entidades públicas, a burguesia e – este ponto merece atenção – uma seção cada vez mais significativa das "ordens menores" para os quais os processos industriais e tecnológicos faziam com que os produtos das mentes criativas se tornassem accessíveis em quantidades cada vez maiores e a preços cada vez menores.

Autoridades públicas laicas eram quase os únicos fregueses para os edifícios gigantescos e monumentais, cujo propósito era comprovar a riqueza e esplendor da era em geral e da cidade em particular. Seus propósitos eram raramente utilitários. Na era do *laissez-faire,* os edifícios governamentais não eram injustificadamente conspícuos. Normalmente não eram religiosos, exceto nos países católicos ou quando construídos para uso interno pelos grupos (minoritários) religiosos como os judeus e os não-conformistas ingleses, que desejavam registrar sua riqueza e satisfação crescentes. A paixão pela "restauração" e acabamento das grandes igrejas e catedrais da Idade Média que varreu a Europa de meados do século como uma doença contagiosa, era mais cívica que espiritual. Mesmo nas monarquias mais esplêndidas, pertencia mais ao público do que à corte: coleções imperiais eram agora museus, as óperas abriam suas bilheterias. Eram, na realidade, os símbolos característicos da glória e da cultura, pois mesmo as titânicas prefeituras que os dirigentes das cidades mandavam construir eram de longe muito maiores do que requeriam as modestas necessidades da administração municipal. Os meticulosos homens de negócios de Leeds deliberadamentw rejeitaram os cálculos utilitários na construção de seus prédios. O que era uns poucos milhares a mais, quando a meta a fixar era de que "no ardor das disputas mercantis, os habitantes de Leeds não se esqueceram de cultivar a percepção do belo e um gosto pelas belas artes"? (De fato, gastaram 122 mil libras ou cerca de três vezes mais que a estimativa original, equivalente a mais de 1% do *total* em renda para o Reino Unido *inteiro* no ano de sua inauguração, 1858.)

Um exemplo pode ilustrar o caráter geral de tais edifícios. A cidade de

Viena derrubou suas velhas fortificações na década de 1850, e encheu o espaço vazio nas décadas subseqüentes com um magnífico bulevar circular cercado de edifícios públicos. O que eram estes edifícios? Um deles representava o comércio (a bolsa de valores), outro a religião (a Votivkirche), três deles universidades, três outros de importância civil e questões públicas (a prefeitura, o palácio da justiça e o parlamento) e não menos de oito representavam as artes: teatros, museus, academias etc.

As demandas da burguesia eram individualmente mais modestas, coletivamente bem maiores. Sua patronagem enquanto indivíduos não era talvez tão importante como iria ser na última geração antes de 1914, quando os milionários dos Estados Unidos aumentaram os preços de certas obras de arte, a um nível mais alto do que nunca ou desde então. (Mesmo no final do nosso período os *robber barons* estavam ainda muitos ocupados na espoliação geral para poderem exibir de coração os frutos de seu banditismo.) Era portanto evidente, particularmente a partir da década de 1860, que havia muito dinheiro sobrando. A década de 1850 produziu apenas um artigo de mobília francesa do século XVI11 (o símbolo de *status* internacional de um rico interior) que tenha passado de 1 mil libras num leilão; a de 1860, oito; a de 1870, 14 incluindo um lote que atingiu 30 mil libras; artigos como um vaso de Sèvres (um símbolo de *status* bastante similar) chegou a 1 mil libras, três vezes mais na década de 1850, sete vezes mais na de 1860 e 11 vezes na de 1870. Um punhado de príncipes-competidores é suficiente para fazer a fortuna de pintores e *marchands,* mas mesmo um público numericamente modesto é capaz de manter uma produção artística substancial se lhe fornecer uma boa saída. O teatro, e numa certa medida a música clássica, concertos, provavam esta afirmação. (A ópera e o bale clássico, então como agora, sustentavam-se como subsídios do governo ou de ricos a procura *de status,* nem sempre ignorantes das facilidades de acesso a belas bailarinas e cantoras.) O teatro florescia, pelo menos financeiramente. O mesmo ocorria com os editores de livros caros e sólidos para um mercado limitado, cujas dimensões são talvez indicadas pela circulação do *Times* de Londres, que andava entre 50 mil e 60 mil nas décadas de 1850 e 1860, atingindo 100 mil em algumas poucas ocasiões especiais. Quem poderia reclamar quando o livro *Traveis* de Livingstone (1857) vendeu 30 mil exemplares numa edição de um guinéu em seis anos? De qualquer maneira, as necessidades domésticas e de comércio da burguesia fizeram a fortuna de inúmeros arquitetos que construíram e reconstruíram áreas substanciais das cidades para aquela classe.

O mercado burguês era novo apenas na medida em que agora era especialmente grande e cada vez mais próspero. Por outro lado, os meados do século produziram um fenômeno realmente revolucionário: pela primeira vez, graças à tecnologia e à ciência, alguns tipos de obras criativas tornaram-se tecnicamente passíveis de reprodução barata, e numa dimensão sem

precedentes. Apenas um destes processos chegava de fato a competir com o ato da criação artística em si mesma, em outras palavras, a fotografia, que nasceu na década de 1850. Como veremos, seus efeitos na pintura foram imediatos e profundos. O resto apenas trouxe versões de qualidade inferior de produtos individuais ao alcance do público de massa: escrita, através da multiplicação de edições baratas, estimuladas principalmente pelas estradas de ferro (os seriados principais eram chamados tipicamente de bibliotecas "ambulantes ou "de viagem"), retratos através de gravação em ferro, em que os novos processos de eletrogravação (1845) tornaram possível a produção em grandes quantidades sem perda de detalhes ou refinamentos, assim como através do desenvolvimento do jornalismo, literatura, autoditatismo etc. (Que tais novidades tenham aparecido nas décadas de 1830 e 1840 não diminui a importância de sua expansão quantitativa a partir de 1850)

O enorme significativo econômico deste nascente mercado de massa é freqüentemente subestimado. As rendas dos principais pintores, impressionantes mesmos pelos padrões modernos – Millais tinha uma média de 20 a 25 mil libras anuais de libras esterlinas vitorianas entre 1868 e 1874 – eram baseadas sobretudo nas gravuras de dois guinéus em molduras de 5 shillings que Gambart, Flatou e outros *marchands* lançavam. A *Railway Station* de Frith (1860) conseguiu 4.500 libras em tais direitos subsidiários e mais 750 libras por direitos de exibição. Em 1853, E. Bulwer-Lytton (1803-73), um escritor que não negligenciava assuntos de finanças, vendeu 10 anos de direito para edições baratas de romances que ele já havia escrito para Routledge's Railway Library por 20 mil libras. Com a única exceção de *Uncle Toms Cabin (A cabana do pai Tomás),* 1852, de Harriet Beecher Stowe, que deve ter vendido 1,5 milhão em um ano apenas no Império Britânico, o mercado de massas para as artes não pode ser comparado com o dos tempos atuais. Apesar disso, ele existia e sua importância é inegável.

Duas observações precisam ser feitas sobre isso. A primeira é realçar a desvalorização da produção tradicional, que era mais diretamente afetada pelo avanço da reprodução mecânica. Em uma geração isso iria produzir, especialmente na Inglaterra, a pátria da industrialização, uma reação político-ideológica do movimento *art sand crafts* (em larga escala socialista), cujas raízes antiindustrialistas, implícitaamente anticapitalistas, podem ser encontradas através da firma de desenho de William Morris de 1860 e com os pintores pré-rafaelitas da década de 1850. Estes últimos dizem respeito à natureza do público que influenciava os artistas. Era, evidentemente, não apenas uma clientela aristocrática ou burguesa, como a que naturalmente determinava o conteúdo do que era apresentado no West End londrino ou na região dos teatros de Paris. Era também um público de massa da modesta classe média e outras, incluindo trabalhadores especializados, que aspiravam à respeitabilidade e à cultura. As artes de nossa época eram em todos os sentidos *populares,* como os técnicos de

propaganda de massa da década de 1880 sabiam quando compravam algumas das mais lamentáveis e caras pinturas para nelas afixar seus anúncios.

As artes eram prósperas, e assim também eram os talentos criativos que tinham apelo junto ao público – e eles eram, de todas as formas, claramente os piores. É um mito afirmar que os melhores talentos do período eram normalmente deixados à míngua e na boêmia por filistinos que não sabiam apreciá-los. Podemos certamente descobrir aqueles que, por várias razões, resistiram ou tentaram chocar o público burguês, ou simplesmente falharam em atrair compradores, a maioria na França (G. Flaubert, 1821-80, os primeiros simbolistas e os impressionistas), mas também em outros lugares. Entretanto, era mais freqüente que os homens e mulheres, cuja fama tenha passado pelo teste de sobreviver um século, fossem pessoas cujas reputações na época iam do muito respeito à idolatria, e cuja renda ia de classe média confortável até o fabuloso. A família de Tolstoi iria viver confortavelmente da renda de algumas novelas quando o grande homem distribuiu suas fazendas. Charles Dickens, sobre o qual estamos bem informados quanto à situação financeira, recebia por volta de 10 mil libras anuais em quase todos os anos a partir de 1848 até a década de 1860, quando sua renda anual cresceu atingindo 33 mil libras em 1868 (a maior parte vindo do circuito americano de leitura). Cento e cinqüenta mil dólares seria uma renda substancial hoje em dia, mas por volta de 1870 punha uma pessoa na classe dos muito ricos. Por força disso, o artista tinha que chegar a um bom termo com o mercado. E mesmo aqueles que não chegaram a ficar ricos eram respeitados. Dickens, W. Thackeray (1811-63), George Eliot (1819-80), Tennyson (1809-92), Victor Hugo (1802-85), Zola (1840-1902), Tolstoi, Dostoievsky, Turgenev, Wagner, Verdi, Brahms, Liszt (1811-86), Dvorak, Tchaikovsky, Mark Twain, Henrik Ibsen: estes são nomes de pessoas que em vida não sentiram falta de sucesso e reconhecimento.

III

E mais do que isso, ele (e ela – neste período muito mais raramente que na primeira metade do século) desfrutava não apenas da possibilidade de conforto material, mas especialmente de estima. Na sociedade aristocrática e monárquica, o artista tinha sido quando muito um ornamentador ou ornamento da corte ou *palazzo,* uma valiosa peça da propriedade, e na pior alternativa alguns daqueles caros fornecedores de serviços e artigos de luxo como cabelereiros e costureiros que a moda demandava. Para a sociedade burguesa ele representava o "gênio", que era uma versão não-financeira da empresa individual, "o ideal" que complementava e coroava o sucesso material e, de forma mais geral, os valores espirituais da vida.

Não há como compreender as artes do final do século XIX sem este sentido da necessidade social delas deverem agir como fornecedoras do conteúdo espiritual da mais materialista das civilizações. Poder-se-ia até dizer que eles tomavam o lugar das religiões tradicionais, entre os cultos e emancipados, isto é, as classes médias bem-sucedidas, suplementadas, evidentemente, pelos espetáculos inspiradores da "natureza" quer dizer, paisagens. Isso era mais evidente entre os povos de língua germânica, que tinham passado a considerar a cultura como seu monopólio especial numa época em que os ingleses haviam tomado conta do econômico e os franceses se apossado do político. Ali, óperas e teatros tornaram-se templos onde homens e mulheres cultuavam, devotadamente mas nem sempre apreciando de fato as obras do repertório clássico, e onde as crianças eram formalmente iniciadas na escola primária pelo *Guilherme Tell* de Schiller para avançar eventualmente dentro dos mistérios adultos do *Fausto* de Goethe. O gênio desagradável de Richard Wagner tinha uma clara compreensão desta função quando construiu sua catedral em Bayreuth (1872-76), onde os piedosos peregrinos vêm até hoje assistir, em religiosa exaltação, por longas horas e diversos dias, e ainda proibidos das frivolidades do aplauso, ao neopaganismo do mestre alemão. Wagner mostrava assim uma clara compreensão não apenas em perceber a conexão entre sacrifício e exaltação religiosa, mas também em entender a importância das artes como portadoras da nova religião laica do nacionalismo. Pois o que mais, exceto os exércitos, poderia expressar melhor este conceito ilusório de nação do que os símbolos da arte – primitiva, como nas bandeiras e hinos, elaborada e profunda, como naquelas escolas nacionais de música que se tornaram tão intimamente identificadas com as nações de nosso período no seu momento de aquisição de uma consciência coletiva, independência ou unificação – um Verdi no *Risorgimento* italiano, um Dvorak ou Smetana entre os tchecos?

Nem todos os países empurraram a exaltação religiosa das artes até o ponto que esta atingiu na Europa central, e mais especificamente entre as classes médias judias – na maior parte da Europa e dos Estados Unidos culturalmente alemãs ou germanizadas. (O que as artes, e principalmente a música clássica devem ao patrocínio desta pequena e rica comunidade, tão profundamente imbuída de cultura no final de século XIX, é incalculável.) Em geral, os capitalistas da primeira geração eram filisteus, embora suas mulheres se esforçassem o quanto podiam para ter algum interesse em coisas mais elevadas. O único milionário americano que tinha uma genuína paixão pelas coisas do espírito – ocorria também ser o único livre pensador anticlerical – era Andrew Carnegie, que não podia esquecer a tradição de seu pai rebelde e culto. Fora da Alemanha, talvez na Áustria, havia banqueiros que desejavam ver seus filhos transformados em compositores ou maestros, talvez porque não tivessem uma alternativa de vê-los como ministros ou *premiers.* A substituição da religião pela

exaltação em relação à natureza e às artes era característica apenas de setores intelectuais, das classes médias, como aqueles que iriam formar mais tarde o *Bloomsburv* inglês, homens e mulheres com renda privada proveniente de heranças, raramente envolvidos em negócios.

Apesar de tudo, mesmo nas sociedades burguesas mais filistéias, talvez com a exceção dos Estados Unidos, as artes ocupavam um lugar especial de respeito e estima. Os grandes símbolos coletivos de *status* do teatro e da ópera cresceram nos centros das capitais – o foco do planejamento das cidades como em Paris (1860) e Viena (1869), visível em catedrais como em Dresden (1869), invariavelmente gigantescas e monumentalmente elaboradas como em Barcelona (a partir de 1862) e Palermo (a partir de 1875). Os museus e as galerias públicas de arte surgiram, ou foram ampliadas, reconstruídas e transformadas, como também as grandes bibliotecas nacionais – o salão de leitura do Museu Britânico foi construído em 1852-57, a Bibliothèque Nationale reconstruída em 1854-75. De forma mais geral, o número das grandes bibliotecas (diferente das universidades) multiplicou-se de forma fenomenal na Europa, e mais modestamente nos Estados Unidos. Em 1848 havia cerca de 400 com talvez 17 milhões de volumes na Europa; por volta de 1880 havia quase 12 vezes mais com quase o dobro de volumes. A Áustria, Rússia, Itália, Bélgica e Holanda multiplicaram o número de suas bibliotecas por 10, a Inglaterra quase a mesma coisa, mesmo Espanha e Portugal quase 4 vezes, e os Estados Unidos menos de 3 vezes. (Por outro lado, os Estados Unidos quase que quadruplicaram o número de seus livros, um fato superado apenas pela Suíça.)

As estantes das casas burguesas encheram-se com elaboradas obras encadernadas dos clássicos nacionais e internacionais. Os visitantes de galerias e museus multiplicaram-se: a exibição da Royal Academy em 1848 atraiu talvez uns 90 mil visitantes, mas pelo final da década de 1870 atraía quase 400 mil. Por esta época, os *vernissages* haviam-se tornado moda entre a alta classe, um sinal seguro do *status* social ascendente da pintura, assim como as pré-estréias teatrais londrinas que começavam a competir com as parisienses depois de 1870; em ambos os casos com efeitos desastrosos sobre as artes objetos destes eventos. Os turistas burgueses praticamente não podiam evitar aquela peregrinação sem fim aos andares do Louvre, Uffizi e San Marco. Os próprios artistas, mesmo os duvidosos artistas de teatro e líricos, tornaram-se respeitados e respeitáveis, candidatos adequados para se tornarem *sirs* ou portadores de outros títulos nobiliárquicos. Eles não precisavam nem mesmo se conformar aos ditames dos burgueses normais, já que as gravatas, chapéus e outros elementos da indumentária eram razoavelmente caros. (Aqui também Richard Wagner mostrou uma impecável percepção do público burguês: mesmo seus escândalos tornaram-se parte de sua imagem criativa.) Gladstone, no final da década de 1860, foi o primeiro primeiro-ministro a convidar luminares das artes e da vida

intelectual para seus jantares oficiais.

Mas *divertia-se* realmente com as artes aquele público burguês que as patrocinava e aplaudia? A questão é anacrônica. É verdade que havia algumas formas de criação artística que mantinham uma relação direta com um público que elas apenas pretendiam entreter. Sobretudo havia a "música ligeira" que, talvez sozinha entre as artes, teve sua idade de ouro em nosso período. A palavra "opereta" apareceu pela primeira vez em 1856, e a década de 1865 e 1875 iria ver o ponto culminante das realizações de Jacques Offenbach (1819-80), Johann Strauss (1825-99) – a "Valsa do Danúbio Azul" data de 1867, *Die Fledermaus* de 1874 – a "Cavalaria Ligeira" de Suppé (1820-95) e os sucessos de Gilbert e Sullivan (1836-1911, 1842-1900). Até que o peso da "arte culta" caísse de forma bruta sobre ela, a ópera manteve seu *rapport* com um público que buscava diretamente entretenimento *(Rigoletto, II Trovatore, Lm Traviata* – obras posteriores a 1848) e o palco comercial multiplicou seus dramas e farsas intrincadas, dos quais apenas o último tipo sobreviveu ao tempo (Labiche – 1815-88; Meilhac – 1831-97; Halévy – 1834-1908). Mas tais diversões eram aceitas como culturalmente inferiores, como os vários *girl-shows* que Paris havia lançado na década de 1850, com os quais eles tinham muito em comum. (A construção do Folies Bergère secundou a da Ópera e se deu muito antes da Comédie Française.) Arte culta de verdade não era uma questão de mero entretenimento ou mesmo algo que pudesse ser isolado como uma "apreciação estética".

A "arte pela arte", era ainda um fenômeno minoritário mesmo entre os artistas românticos, uma reação contra o ardente compromisso político e social da era das revoluções, intensificado pelos amargos resultados de 1848, o movimento que havia arrastado tantos espíritos criativos. O esteticismo não iria se tornar uma moda burguesa até o final da década de 1870 e 1880. Os artistas criativos eram sábios, profetas, mestres, moralistas, fontes da *verdade*. O esforço era o preço pago pelos seus rendimentos vindos de uma burguesia pronta a acreditar que tudo que tinha valor (financeiro ou espiritual) requeria abstenção de prazer. As artes eram parte deste esforço humano. O cultivo das artes coroava-o.

IV

Qual era a natureza desta verdade? Aqui precisamos destacar a arquitetura das outras artes, pois faltava-lhe o tema que dava às outras a aparência de unidade. De fato, a coisa mais característica acerca da arquitetura é o desaparecimento daqueles "estilos" morais-ideológicos-estéticos aceitos, que tinham sempre deixado sua marca em outras épocas. O ecletismo comandava. Como Pietro Selvático observou, já em 1850 na sua *Storia dell'Arte del Disegno,*

não havia um estilo único de beleza. Cada estilo era adaptado a uma função. Portanto, dos edifícios ao longo da Ringstrasse vienense à igreja, o estilo era naturalmente gótico, o parlamento grego, a prefeitura uma combinação de renascença com gótico, a bolsa de valores (como muitas outras oeste período) um classicismo opulento, os museus e a universidade alta renascença, o Burgtheater e a Opera o que melhor pode ser descrito como Segundo Império, no qual elementos ecléticos da renascença predominavam.

A necessidade de pompa e esplendor normalmente encontrava a alta renascença e o gótico tardio mais adequados como idioma. (Barroco e rococó foram desprezados até o século XX.) A renascença, idade dos príncipes mercadores, era naturalmente o estilo que mais caía aos homens que se viam a si mesmos como sucessores destes príncipes, mas outras reminiscências eram também aceitas livremente. Por conseguinte, os nobres da terra da Silésia, que se tornaram milionários capitalistas graças ao carvão de suas fazendas, e seus colegas mais burgueses invadiram toda a história da, arquitetura de vários séculos. O *Schloss* (castelo) do banqueiro von Eichborn (1857) é claramente prussiano-neoclássico, um estilo mais favorecido pelos ricos burgueses do final de nosso período. O gótico, com sua sugestão conjunta, de glória do burgo medieval e de fama dos cavaleiros, tentava aos mais aristocráticos e afluentes, como em Koppitz (1859) e Miechowitz (1858). A experiência de Paris de Napoleão III, na qual milionários silesianos mais conhecidos como o príncipe Henckel von Donnersmarck deixaram sua marca, quando não apenas por seu casamento com uma das cortesãs mais famosas, La Paiva, sugeria naturalmente modelos maiores de esplendor, pelo menos aos príncipes de Hohenlohe e Pless. A renascença italiana, holandesa e alemã do norte forneciam modelos igualmente aceitáveis ao menos grandioso, sozinhas ou combinadas. Mesmo os motivos menos previsíveis apareceram. Os ricos judeus de nosso período demonstraram uma preferência pelo estilo islâmico-mouro para suas sinagogas cada vez mais opulentas, uma afirmação (com eco nas novelas de Disraeli) da aristocracia oriental que não precisava competir com a ocidental, e talvez este seja o único exemplo de um uso deliberado de modelos não-ocidentais nas artes da burguesia ocidental, até a irrupção da moda japonesa no final da década de 1870 e na de 1880.

Em resumo, a arquitetura não expressava nenhum tipo de "verdade", mas apenas a autoconfiança da sociedade que a construía, e este (sentido de imensa e indiscutível fé no destino burguês é que torna expressivos seus melhores exemplos. Era uma linguagem de símbolos sociais. Daí o deliberado encobrimento do que era realmente novo e interessante nela, a magnífica tecnologia e técnicas de engenharia, que mostrava sua face em público apenas em raras ocasiões, quando o que era para ser simbolizado era o progresso técnico em si mesmo: no Crystal Palace de 1851, a Rotunda da exibição de Viena de

1873, mais tarde a Torre Eiffel (1889). De outra forma, mesmo o glorioso funcional dos edifícios utilitaristas era disfarçado, como nas estações das estradas de ferro – alucinadamente ecléticas como a de London Bridge (1862), gótica como a de St. Pancras, Londres (1868), renascença com(a de Südbahnhof em Viena (1869-73). (Entretanto, numerosas outras importantes estações sobreviveram afortunadamente ao gosto luxuriante da nova era.) Só as pontes eram gloriosas na beleza de sua engenharia – mesmo isso talvez um pouco pesado agora, dada à abundância e ao baixo preço do ferro – embora este fenômeno curioso, a ponte suspensa gótica (Tower Bridge, Londres), já aparecesse no horizonte. E, portanto, do ponto de vista técnico, atrás daquelas fachadas góticas as coisas mais *modernas,* originais e imaginativas estavam acontecendo. A decoração dos apartamentos Segundo Império em Paris já começava a esconder aquela avançada invenção, original e sensacional, o elevador ou ascensor para passageiros. Talvez a única peça que era uma justificativa *tour-de-force* da imaginação técnica e à qual os arquitetos raramente resistiam, mesmo nos edifícios com fachadas públicas "artísticas", era a gigantesca cúpula – como nos mercados, salões de leitura de bibliotecas, arcadas de comércio como a Galeria Victor Emmanuel em Milão. De outra forma, nenhuma era escondeu de forma tão persistente seus próprios méritos.

A arquitetura não tinha uma "verdade" própria, porque não tinha significado que pudesse ser expresso em palavras. As outras artes tinham, porque seu sentido assim permitia. Nada é mais surpreendente para as gerações de meados do século XX, educadas em dogmas críticos bem diferentes, que a crença de meados do século XIX na qual a forma da arte não era importante, que o conteúdo valia tudo. Seria errado concluir daí a simples subordinação das outras artes à literatura, embora se acreditasse que seu conteúdo pudesse ser expresso em palavras, com vários graus de adequação, e embora a literatura fosse de fato a chave artística do período. Se "cada quadro contava uma história" e freqüentemente a música também – esse era, afinal, o tempo característico das óperas, música de bale e suítes descritivas – a nota programática estava destinada a ser proeminente. Seria mais verdadeiro dizer que se esperava que cada arte fosse expressiva também em termos de outras, que o ideal da "obra total de arte" (o *Gesamt-kunstwerk* do qual Wagner, como usualmente, fez-se o porta-voz) unia elas todas. Mas as artes em que o sentido podia ser expresso de forma precisa, isto é, em palavras ou imagens representativas, tinham vantagem sobre as outras que não podiam. Era mais fácil transformar uma história numa ópera *(Carmen)* ou mesmo quadros numa composição *(Quadros de uma Exposição* de Mussorgsky) do que transformar uma composição musical num quadro, ou mesmo em poesia lírica.

A questão "do que se trata?" era portanto não apenas legítima mas fundamental para qualquer julgamento das artes de meados do século. A resposta

era geralmente: "realidade" e "vida". "Realismo" era o termo que mais comumente vinha aos lábios dos observadores da época e posteriores acerca deste período, e sempre quando lidando com a literatura ou as artes visuais. Nenhum termo poderia ser mais ambíguo. Implicava uma tentativa de descrever, representar ou de qualquer modo encontrar um equivalente preciso de fatos, imagens, idéias, sentimentos, paixões – em caso extremo o exemplo especificamente musical do *Leitmotiv* wagneriano, cada um deles representando uma pessoa, situação ou ação, ou suas recriações musicais do êxtase sexual *(Tristan und Isolde* – 1865). Mas qual é esta realidade assim representada, a vida "exatamente como" a arte deveria ser? A burguesia de meados do século estava dividida num dilema que seu triunfo fazia ainda mais agudo. A imagem de si mesma a qual aspirava não podia representar *toda* a realidade, na medida em que a realidade fosse de pobreza, exploração e miséria, materialismo, paixões e aspirações cuja existência ameaçasse uma estabilidade que, apesar de toda confiança que a burguesia tinha em si mesma, era sentida como sendo precária. Havia, para citar um adágio do *New York Times,* uma diferença entre as notícias e "all the news that's fit to print" (as notícias adequadas para publicação). Por outro lado, numa sociedade dinâmica e progressista, a realidade era, afinal, não-estática. Não iria então o realismo representar não o presente necessariamente imperfeito, mas a situação melhor à qual os homens aspiravam e que já estava, seguramente, sendo criada? A arte tinha uma dimensão futura (Wagner, como sempre, dizia representá-la). Em resumo, as imagens do "real" e do "como a vida" na arte divergiam cada vez mais das.imagens estilizadas e sentimentalizadas. Na melhor das hipóteses a versão burguesa de "realismo" era cuidadosamente seleta, como o famoso *Angelus* de J-F. Millet (1814-75), no qual a pobreza e o trabalho duro pareciam mais aceitáveis pela piedade obediente dos pobres; na pior das hipóteses transformava-se no sentimentalismo do retrato de família.

Nas artes representativas havia três formas de escapar a este dilema. Uma era insistir em representar toda a realidade, incluindo o desagradável ou o perigoso. O "realismo" transformava-se então em "naturalismo" ou "verismo". Isso normalmente implicava uma consciência social crítica da sociedade burguesa, como Courbert na pintura, Zola e Flaubert na literatura, ou mesmo obras que não tinham tal intenção crítica deliberada, como a obra-prima de Bizet (1838-75), a ópera das classes baixas *Carmen* (1875), que eram percebidas pelo público e pela crítica como se fossem políticas. A alternativa era abandonar totalmente qualquer realidade, fosse cortando as ligações entre arte e vida, ou mais especificamente vida contemporânea ("arte pela arte") ou então pela escolha da abordagem visionária (como no *Bateau Ivre* de 1871 do jovem revolucionário Rimbaud), ou ainda a fantasia evasiva dos humoristas como Edward Lear (1812-88) e Lewis Carroll (1832-98) na Inglaterra, Wilhelm Busch

(1832-1908) na Alemanha. Mas na medida em que o artista não se retirasse (ou avançasse) para a fantasia deliberada, as imagens básicas ainda eram entendidas como sendo "como a vida". E neste ponto as artes visuais tiveram um choque traumático, profundo: a competição da tecnologia através da fotografia.

A fotografia, inventada na década de 1820 e divulgada publicamente na França na década seguinte, tornou-se um meio para se trabalhar na reprodução em massa da realidade de nosso período e foi rapidamente desenvolvida num negócio comercial na França da década de 1850, em grande parte por membros da *bohème* artística sem sucesso como Nadar (1820-1911), para quem, por exemplo, viria a trazer sucesso artístico e financeiro, e para todos os outros pequenos empreendedores que entraram num negócio relativamente barato. As insaciáveis demandas da burguesia, especialmente a pequena burguesia cheia de aspirações por retratos baratos, forneceu a base de seu sucesso. (A fotografia inglesa permaneceu por muito mais tempo nas mãos de cavalheiros e damas que praticavam-na por razões experimentais ou como *hobby.)* Era automaticamente óbvio que ela destruía o monopólio do artista representativo. Um crítico conservador observou, já em 1850, que ela ameaçava seriamente a existência de "vários ramos da arte, tais como as gravuras, litogravura, e alguns tipos de retratos". Como poderiam estes competir com a completa reprodução da natureza (exceto na cor) com um método que transcrevia os próprios "fatos" numa imagem direta, tudo de forma científica? A fotografia substituía então a arte? Os neoclassicistas e os (então) românticos reacionários inclinavam-se em acreditar que sim, e que tal era indesejável. J. A. D. Ingres (1780-1867) via-a com uma invasão imprópria do progresso industrial no domínio da arte. Charles Baudelaire (1821-67), de um ponto de vista bastante diferente, pensava o mesmo: "Qual o homem, merecedor do nome de artista, que genuíno amante das artes iria confundir a indústria com a arte?" O papel correto de fotografia para ambos era o de ser uma técnica subordinada e neutra, análoga à impressão na literatura.

Mas, curiosamente, os realistas que estavam mais diretamente ameaçados por ela não eram uniformemente hostis. Aceitavam o progresso e a ciência. Não era a pintura de Manet – como observou Zola – como as suas próprias novelas, inspiradas pelo método científico de Claude Bernard (ver capítulo 16)? E, portanto, mesmo quando defendiam a fotografia, resistiam a identificar como arte a reprodução exata e naturalista que suas teorias pareciam implicar. "Nem" desenho, nem cor, nem a exatidão da representação" argumentava o crítico naturalista Francis Wey, "constituem o artista: é a *mens divina,* a inspiração divina... O que faz o pintor não é a mão mas o cérebro: a mão apenas obedece." A fotografia era útil, porque podia ajudar o pintor a ir além de uma simples e mecânica cópia dos objetos. Duvidosos entre o idealismo e o realismo do mundo burguês, os realistas também rejeitavam a fotografia, mas com um certo embaraço.

O debate era passional, mas foi resolvido através daquela invenção característica da sociedade burguesa, o direito de propriedade. A lei francesa, que protegia a "propriedade artística" especialmente contra plágios sob a lei da Grande Revolução (1793), deixava os produtos industriais sujeitos à proteção muito mais vaga do artigo 1382 do Código Civil. Todos os fotógrafos argumentavam que os modestos fregueses que compravam seus produtos estavam comprando não apenas imagens baratas e reconhecíveis mas também os valores espirituais da arte. Simultaneamente, os fotógrafos que não conheciam celebridades de forma suficientes para tirar seus valiosos retratos não podiam resistir à tentação de piratear cópias, o que implicava que as fotografias originais não estavam legalmente protegidas como a arte. Os tribunais foram chamados para decidir quando os senhores Mayer e Pierson processavam uma firma rival por piratear as fotografias do conde Cavour e Lord Palmerston. No decorrer de 1862 o caso percorreu todos os tribunais até a Corte de Cassação, que decidiu que a fotografia era, afinal, uma arte, já que esta era a única maneira de proteger efetivamente seu *copyright.* Mas podiam – tais eram as complexidades que a tecnologia introduzia no mundo das artes – as leis na sua majestade falar de uma só maneira? O que ocorreria quando as demandas de propriedade entrassem em conflito com as da moralidade, como aconteceu quando, inevitavelmente, os fotógrafos descobriram as possibilidades comerciais do corpo feminino, especialmente na forma de fácil divulgação do "cartão-de-visitas"?

Que estes "nus fotográficos, de forma feminina, em quaisquer posições, provocativas aos olhos em sua nudez total" " eram obscenos, não havia dúvida: uma lei assim já os havia declarado em 1850. Mas como seus sucessores do século XX, os fotógrafos de garotas de meados do século XIX podiam – inutilmente neste período – refutar os argumentos da moralidade com os da arte: a arte radical do realismo. *Tecnologia, comércio e a avant-garde* formavam uma aliança *underground,* contrapondo-se à aliança oficial do dinheiro com os valores espirituais. O ponto de vista oficial prevalecia com dificuldade. Condenando tal fotógrafo, o promotor público também condenava "aquela escola de pintura que se chamava realista e suprimia a beleza...que substituía as graciosas ninfas da Grécia e Itália por ninfas de uma raça desconhecida, até então, tristemente notória nas margens do Sena". Este discurso foi registrado em *Le Moniteur de la Photographie* de 1863, o ano do *Déjeuner sur 1'Herbe* de Manet.

O realismo era portanto ambíguo e contraditório. Seus problemas podiam ser evitados apenas ao preço da trivialização do artista "acadêmico" que pintava o que era aceitável e vendável, deixando as relações entre ciência e imaginação, fato e ideal, progresso e valores eternos e o resto se arranjarem por si. O artista sério, fosse crítico da sociedade burguesa ou suficientemente lógico para levá-la a sério, estava numa posição mais difícil, e a década de 1860 iniciaria uma fase de desenvolvimento que se mostrou ser não apenas difícil mas

insolúvel. Com o "realismo" programático, isto é, naturalista de Courbet, a história da pintura ocidental, complexa mas coerente desde a Renascença italiana, chegava a seu fim. O historiador alemão da arte Hildebrand concluiu caracteristicamente seu estudo da pintura do século XIX com Courbet nesta década. O que veio depois – ou melhor, o que já estava surgindo simultaneamente com os Impressionistas – não podia ser ligado tão facilmente ao passado: eles antecipavam o futuro.

O dilema fundamental do realismo era ao mesmo tempo o do conteúdo e da técnica, e também as relações entre ambos. Na medida em que se discutia o conteúdo, o problema não era apenas o de escolher o comum ao invés do "nobre" e "distinto", os tópicos intocados pelos artistas respeitáveis contra os que formavam o centro das academias, como francamente os artistas políticos de esquerda – como o Courbet revolucionário e comunardo – estavam inclinados a fazê-lo. Portanto, eram todos os artistas que tomavam a sério o realismo, já que precisavam pintar o que os olhos viam, que eram coisas, ou melhor, impressões aos sentidos e não idéias, qualidades ou julgamentos de valores. *Olympia* certamente não era uma Venus idealizada mas –nas palavras de Zola – "sem dúvida algum modelo que Manet copiou tal como era - na sua nudez juvenil", e o que era mais chocante, ecoava formalmente a famosa Venus de Tiziano. Mas fosse ou não fosse uma atitude política, o realismo *não podia* pintar Venus mas apenas garotas nuas, assim como não podia pintar a majestade, mas apenas pessoas com coroas; e esta é a razão por que o Kaulbach da proclamação de Guilherme I como imperador alemão em 1871 tem um efeito consideravelmente inferior aos *ikons* de David ou Ingres sobre Napoleão I.

Mas embora o realismo parecesse politicamente radical, porque estava mais à vontade com os assuntos populares, ele de fato limitava, talvez mesmo tornasse impossível, a arte comprometida política ou ideologicamente que havia dominado o período anterior a 1848, pois pintura política não existe sem idéias e julgamentos. A pintura política mais comum da primeira metade do século foi certamente eliminada da arte séria, ou seja, a pintura histórica em rápido declínio a partir da metade do século. O realismo naturalista de Courbet, o republicano, democrata e socialista, não fornecia a base de uma arte politicamente revolucionária, nem mesmo na Rússia, onde uma técnica naturalista estava subordinada a um relato de histórias pelos *Percchizhniki,* alunos do teórico revolucionário Chernishevski, tornando-se indistinguível, exceto pelo conteúdo, da pintura acadêmica. Marcava o fim de uma tradição, não o início de uma nova.

A revolução na arte e a arte da revolução começaram então a divergir, apesar dos esforços dos teóricos e propagandistas como o *qua-rante-huitard* Théophile Thoré (1807-69) e o radical Emile Zola no sentido de juntá-las. Os Impressionistas foram importantes não pelos motivos populares que retratavam –

danças populares, visões das cidades e as cenas das ruas, teatros, corridas e bordéis da sociedade burguesa – mas por suas inovações de método. Mas estas eram simplesmente tentativas de continuar a representação da realidade, "o que os olhos vêem", através de técnicas análogas à fotografia e tomadas emprestadas a ela, assim como ao eterno progresso das ciências. Isto também implicava o abandono dos códigos convencionais de pintura. O que é que os olhos realmente "viam" quando a luz caía sobre objetos? Certamente não os sinais de código aceitos para um céu azul, nuvens brancas e traços de fisionomia. Portanto, a tentativa de fazer um realismo mais "científico" inevitavelmente removia-o do senso comum, até que as novas técnicas em si tornaram-se um código convencional. Como acontece de fato, hoje lemos estes códigos sem dificuldades quando admiramos Manet, A. Renoir (1841-1919), Degas, C. Monet (1840-1926) ou C. Pisarro (1830-1903). No seu tempo eles eram incompreensíveis, "um jarro de tinta atirado na cara do público" como Ruskin exclamaria sobre James MacNeill Whistler (1834-1903).

Este problema se mostraria temporário, mas outros dois aspectos da nova arte iriam ser mais difíceis de se lidar. Primeiro, trazia a pintura diante dos inevitáveis limites de seu caráter "científico". Por exemplo, o Impressionismo logicamente não implicava somente em pinturas, mas num filme colorido e de preferência tridimensional, capaz de reproduzir o constante movimento de luz e objetos. As séries de quadros de Monet da fachada da catedral de Rouen foram tão longe quanto possível nesta direção através de tintas e pincéis, mas não muito longe. Mas se a busca pela ciência na arte não encontrava uma solução definitiva, então tudo o que se havia conseguido tinha sido a destruição de um código de comunicação visual convencional e geralmente aceito, que não havia sido substituído pela "realidade" ou nenhum outro código equivalente – e em seu lugar encontrava-se uma multiplicidade de convenções possíveis e iguais. Em última análise – mas as décadas de 1860 e 1870 estavam ainda longe de chegar a esta conclusão – talvez não houvesse meio de escolher entre as visões subjetivas de nenhum indivíduo; e quando este ponto estava para ser descoberto, a busca da perfeita objetividade do concreto visual veio a ser transformada no triunfo da perfeita subjetividade. O caminho era tentador, pois se a ciência era um dos valores básicos da sociedade burguesa, o individualismo e a competição eram outros. Os cânones do treinamento e padrões acadêmicos nas artes estavam, algumas vezes inconscientemente, substituindo os critérios de "perfeição" e "correção" pelo novo de "originalidade", abrindo caminho para a sua própria eventual superação.

Segundo, se a arte era análoga à ciência, ela partilhava então também a característica do *progresso* que (com algumas qualificações) igualava "novo" ou "último" a "superior". Isso não levantava maiores dificuldades com a ciência, pois qualquer estudante em 1875 entendia evidentemente melhor de física do que

Newton ou Faraday. Isso não é verdade nas artes: Courbet era melhor do que, digamos, Baron Gros, não porque ele tivesse aparecido mais tarde ou fosse um realista, mas porque tinha mais talento. Além disso, a palavra "progresso" em si mesma era ambígua, já que podia ser e era aplicada igualmente a qualquer mudança historicamente observada. O "progresso" podia ou não ser um fato, mas "progressista" era uma declaração de intenção política. O revolucionário nas artes poderia ser facilmente confundido com o revolucionário na política, especialmente por mentes desvairadas como a de P. J. Proudhon, e ambas podiam por sua vez ser confundidas com outra coisa muito diferente, "modernidade" – uma palavra usada pela primeira vez em 1849.

Ser "contemporâneo" neste sentido também tinha implicações de mudança e inovação técnica, assim como de motivos. Por essa razão, como Baudelaire observou com acuidade, o prazer de representar o presente vem não apenas de sua possível beleza, mas também de "seu caráter essencial de ser o presente", portanto cada "presente" precisa encontrar sua forma própria de expressão, já que nenhum outro poderia expressá-lo adequadamente. Isso poderia ou não ser "progresso" na medida de uma melhora objetiva, mas era certamente "progresso" na medida em que os meios de apreensão de todo o passado precisavam dar lugar aos meios de apreensão do tempo presente, que eram melhores porque eram contemporâneos. As artes precisavam portanto renovar-se constantemente. E assim fazendo, inevitavelmente, cada sucessão de inovadores iria – pelo menos temporariamente – perder a massa dos tradicionalistas, filisteus, aqueles aos quais faltava aquilo que o jovem Rimbaud (1854-91) – que formulou tanto dos elementos deste futuro nas artes – chamou "a visão". Em resumo, começamos a nos encontrar naquele mundo hoje familiar da *avant-garde* – embora o termo ainda não fosse corrente. Não é acidente que a genealogia retrospectiva das artes *avant-garde* normalmente não nos conduza além do Segundo Império na França – para Baudelaire e Flaubert na literatura e para os Impressionistas na pintura. Historicamente é em grande medida um mito, mas sua localização no tempo é importante. Marca o colapso da tentativa de produzir uma arte intelectualmente consistente (embora constantemente crítica) com a sociedade burguesa – uma arte assumindo as realidades físicas do mundo capitalista, do progresso e da ciência natural da forma que era concebida pelo positivismo.

V

Este colapso afetava mais as camadas marginais do mundo burguês que seu centro: estudantes e jovens intelectuais, escritores e artistas com aspirações, a *bohème* em geral daqueles que se recusavam (embora temporariamente) a

adotar uma,espécie de respeitabilidade burguesa e se misturavam rapidamente aos que eram incapazes de fazê-lo, ou cujo tipo de Vida impedia-os de fazer. Os distritos cada vez mais especializados das grandes cidades onde todos se encontravam – o Quartier Latin ou Montmartre – tornaram-se os centros de tais *avant-gardes* e jovens rebeldes provincianos como o garoto Rimbaud que lendo avidamente pequenas revistas ou poesia heterodoxa em lugares como Charleville, eram atraídos para tais lugares. Eles forneciam para os produtores e consumidores aquilo que iria ser chamado, um século depois, *underground* ou contracultura, e que não era, de forma alguma, um mercado negligenciável, embora ainda incapaz de dar à *avant-garde* um meio de vida. O desejo crescente da burguesia em acercar-se das artes multiplicou os candidatos em abraçá-las – estudantes de arte, aspirantes a escritores etc. O livro *Scenes of Bohemian Life* de Henry Murger (1851) produziu uma voga enorme para o que poderia ser chamado o equivalente da sociedade burguesa da *fête champeíre* do século XVIII – o paraíso laico do mundo ocidental e o centro da arte, com o qual a Itália não mais podia competir. Talvez houvesse na segunda metade do século entre 10 e 20 mil pessoas em Paris denominando-se a si mesmos de "artistas".

Embora alguns movimentos revolucionários deste período estivessem praticamente confinados ao *milieu* do Quartier Latin – por exemplo, os blanquistas – e embora os anarquistas viessem a identificar o mero fato de pertencer à contracultura com revolução, a *avant-garde* como tal não tinha uma linha política específica, ou nenhuma linha de todo. Entre os pintores, os da extrema-esquerda, Pisarro e Monet, fugiram para Londres em 1870 para evitar tomar parte na guerra franco-prussiana, enquanto Cézanne no seu refúgio de província francamente não tinha interesse nos pontos de vista políticos de seu maior amigo, o novelista radical Zola. Manet e Degas – burgueses de renda privada – e Renoir calmamente foram para a guerra e evitaram a Comuna de Paris; Courbet tomou uma parte demasiado pública nela. Uma paixão por gravuras japonesas – um dos subprodutos mais significativos da abertura do mundo ao capitalismo – unia os Impressionistas, o feroz republicano Clemenceau – prefeito de Montmartre sob a Comuna – e os irmãos Goncourt que eram histericamente anticomunardos. Eles estavam unidos, como os Românticos de antes de 1848, apenas por um desagrado comum em relação à burguesia e seus regimes políticos – naquela altura o Segundo Império –, o reino da mediocridade, da hipocrisia e do lucro.

Até 1848 estes Quartiers Latins espirituais da sociedade burguesa tinham esperança em uma revolução republicana ou social – e talvez até, com todo o ódio possível, uma certa admiração relutante pelo dinamismo dos mais ativos *robber barons* do capitalismo, que faziam seu caminho através das barreiras da tradicional sociedade aristocrática. A *Educação Sentimental* (1869) de Flaubert é a história daquela esperança nos corações dos jovens da década de 1840 e de seu

duplo desapontamento pela própria revolução de 1848 e pela era subseqüente na qual a burguesia triunfou a preço de abandonar até mesmo os ideais de sua própria revolução, "Liberdade, Igualdade e Fraternidade". Em certo sentido o romantismo de 1830-48 era a principal vítima desta desilusão. Seu realismo visionário transformou-se em realismo "científico" ou positivo, mantendo – talvez desenvolvendo – o elemento de criticismo social ou pelo menos de escândalo, mas perdendo a visão. Este processo, por seu turno, ocasionou a "arte pela arte" ou as preocupações com as formalidades da linguagem, estilo e técnica. "Todos têm inspiração", o velho poeta Gautier (1811-72) disse a um jovem. "Todo burguês é movido pela aurora e pelo pôr-do-sol. O poeta tem a habilidade de um artesão." Quando uma nova forma de arte visionária viria surgir no meio da geração que havia vivido a infância em 1848 ou mesmo não era ainda nascida – Arthur Rimbaud escreveu sua obra principal em 1871-73, Isidore Ducasse, o "conde de Lautréamont (1846-70) publicou seus *Chantsde Maldororem 1869* – ela seria esotérica, irracionalista e, fossem quais fossem as intenções de seus criadores, apolítica.

Como o colapso do sonho de 1848 e a vitória da realidade da França do Segundo Império, da Alemanha de Bismarck, da Inglaterra Palmerstoniana e Gladstoniana, e da Itália de Vittorio Emmanuel, as artes ocidentais burguesas, a começar pela pintura e poesia, bifurcaram-se naquelas com apelo ao público de massa e naquelas outras dirigidas apenas a uma minoria bem definida. Elas não eram tão marginais em relação à sociedade burguesa quanto pode fazer crer a história mitológica da *avant-garde,* mas no todo é inegável que os pintores e poetas que chegaram à maturidade entre 1848 e o final de nosso período e que até hoje admiramos, tinham um apelo indiferente ao mercado de sua época e quando eram famosos, o eram por causar escândalos: Courbet e os Impressionistas, Baudelaire e Rimbaud, os pré-rafaelitas, A. C. Swinburne (1837-1909), Dante Gabriel Rossetti (1828-82). Mas este não é exatamente o caso em relação a todas as artes nem mesmo a todas as que dependiam inteiramente do patrocínio burguês, com a exceção do drama falado do período. Isto é talvez devido ao fato de que as dificuldades que cercavam o "realismo" nas artes visuais eram mais fáceis de serem enfrentadas em algumas outras.

VI

A música praticamente não era afetada, já que nenhum realismo representativo é de fato possível naquela arte, e qualquer tentativa de introduzir realismo ali precisava ser necessariamente metafórica ou dependente de palavras ou drama. A não ser no caso da fusão wagneriana da *Gesamtkunstwerk* (a arte total de suas obras) ou na modesta canção, o realismo na música

significava a representação de emoções identificáveis: incluindo – como no *Tristan* de Wagner (1865) – as conhecidas emoções do sexo. Mais comumente, como nas florescentes escolas nacionais de compositores – Smetana e Dvorak na Bohemia, Tchaikovsky, Rinsky Korsakov (1844-1908), Mussorgsky etc, na Rússia, E. Grieg (1843-1907) na Noruega e evidentemente os alemães (mas não os austríacos) – elas eram as emoções do nacionalismo para o qual existiam símbolos convenientes na forma de motivos oriundos da música folclórica etc. Mas, como já foi sugerido, a música séria floresceu não tanto porque sugeria o mundo real, mas porque sugeria as coisas dos espírito e, portanto, fornecia entre outras coisas uma substituição para a rebelião, como sempre fornecera um poderoso adjunto a ela. Se pretendia ser tocada, precisava, exercer alguma forma de apelo aos patrões ou ao mercado. Nesta medida, a música podia opor-se ao mundo burguês apenas de dentro, o que era uma tarefa fácil, já que os Próprios burgueses não percebiam direito quando estavam sendo criticados – eles poderiam até sentir que suas próprias aspirações e a glória de sua cultura estavam ali sendo expressas. Portanto, a música floresceu em um idioma mais ou menos tradicionalmente romântico. Seu maior militante vanguardista, Richard Wagner, também era sua figura pública mais célebre, já que foi bem sucedido em convencer (graças à patronagem do rei louco Ludwig da Baviera) as autoridades culturais financeiramente em melhor situação, assim como os membros burgueses de seu público, que eles mesmos pertenciam àquela elite espiritual, bem superior às massas filistéias, e que só eles merecem a arte do futuro.

A literatura de prosa, e especialmente a arte formal característica da era burguesa, a novela, floresceu exatamente pela razão oposta: As palavras podiam, diferentemente das notas musicais, representar a "vida real" assim como idéias, e diferentemente das artes visuais, a técnica literária não reclamava para si a capacidade de imitá-la. O "realismo" na novela não colocava portanto contradições imediatas e insolúveis tais como a fotografia introduziu em relação à pintura. Algumas novelas podiam pretender uma verdade rigorosamente documentária mais do que outras, algumas poderiam desejar estender seus assuntos e campos vistos como impróprios ou inadequados para receber a atenção pública (ambos ocorriam em relação aos naturalistas franceses), mas quem poderia negar que mesmo os mais subjetivos escreviam histórias sobre o mundo presente e mesmo sobre a sociedade da época? Não há nenhum novelista deste período cuja obra não possa ser transformada em novela de televisão. Daí a popularidade e a flexibilidade da novela como um *genre,* e suas realizações extraordinárias. Com algumas poucas exceções – Wagner na música, alguns pintores franceses e talvez alguma poesia – as maiores realizações de nossa época foram novelas: russas, inglesas, francesas, talvez mesmo (se incluirmos *Moby Dick* de Hermann Melville) americanas. E (com a exceção de Melville) as

maiores novelas dos grandes novelistas receberam reconhecimento imediato, e às vezes até mesmo foram compreendidas.

O grande potencial da novela residia na sua amplitude: os temas mais vastos e ambiciosos estavam dentro do campo de alcance do romancista: *Guerra e Paz* (1869) tentou a Tolstoi, *Crime e Cativo* (1866) a Dostoievsky, *Pais e Filhos* (1862) a Turgenev. A novela tentava apreender a realidade de uma sociedade inteira embora, fato bastante curioso, as tentativas deliberadas de fazê-lo em nosso período, através de seriados em conexão segundo o modelo de Scott ou Balzac, não atraíssem os grandes talentos: mesmo Zola somente veio dar início ao seu gigantesco retrato retrospectivo do Segundo Império (a série dos Rougon-Macquart) em 1871, PerezGaldós (1843-1920) seus *Episódios Nacionales* em 1873, Gustav Freytag (1816-95) – num nível mais baixo – seu *Die Ahnen (Os Ancestrais)* em 1872. O sucesso destes esforços titânicos variavam fora da Rússia, onde eram quase que uniformemente bem-sucedidos; portanto nenhuma era que possui os talentos de um Dickens maduro, Flaubert, George Eliot, Thackeray e Gottfríed Keller (1819-90) precisa temer qualquer competição. Mas o que era característico da novela e tornou-a a forma de arte típica de nosso período era que seus esforços mais ambiciosos foram obtidos não através do mito e da técnica (como o *Anel* de Wagner) mas através da descrição simples da vida cotidiana. Não atacava de assalto os paraísos da criação, mas caminhava inexoravelmente em direção a ela. Por esta razão permitia-se, quase sem nada a perder, ser traduzida. Pelo menos um grande novelista de nosso período tornou-se uma figura de projeção internacional: Charles Dickens.

Entretanto, seria injusto confinar a discussão das artes na era do triunfo burguês aos mestres e às obras-primas, especialmente aquelas confinadas a um público minoritário. Este era, como já vimos, um período da arte para as massas através da tecnologia da reprodução, que tornava a multiplicação ilimitada das imagens um fato possível, o casamento entre tecnologia e comunicações que produziu o jornal de massa e o periódico – especialmente a revista ilustrada – e a educação de massa que fez a todos capazes de se transformarem num público. As obras de arte da época que eram de fato bastantes conhecidas –quer dizer, conhecidas fora da minoria "culta" – eram, com raras exceções, aquelas das quais Charles Dickens é talvez a figura mais importante. (Mas Dickens escreveu como jornalista – suas novelas eram publicadas em capítulos – e portou-se como um ator, conhecido de muitos milhares graças a suas leituras de palco focalizando cenas dramáticas de seus livros.) A literatura que vendia mais amplamente era o jornal popular, que atingia circulações sem precedentes de 250 mil ou mesmo meio milhão de exemplares na Inglaterra e nos Estados Unidos. A pinturas que iriam-se encontrar nas paredes dos trens do Oeste americano ou nas casas de campo na Europa eram gravuras tais como o

Monarch of the Glen de Landseer (ou seu equivalente nacional), ou então retratos de Lincoln, Garibaldi ou Gladstone. As composições que entravam na consciência popular eram as árias de Verdi interpretadas pelos organistas populares italianos ou aqueles pequenos excertos de Wagner que podiam ser adaptados à música para casamentos: mas não as próprias óperas.

Mas isso em si mesmo implicava uma revolução cultural. Com o triunfo da cidade e da indústria, uma divisão cada vez maior se interpunha entre de um lado os setores "modernos" das massas, quer dizer, os urbanizados, os instruídos, aqueles que aceitavam o conteúdo da cultura hegemônica – a da sociedade burguesa – e de outro lado, os setores "tradicionais" cada vez mais minados. Divisão mais e mais aguda, porque a herança do passado rural se tornava de forma cada vez maior irrelevante para o tipo de vida da classe operária urbana: nas décadas de 1860 e 1870 os operários industriais da Bohemia pararam de se expressar através de canções folclóricas e passaram para a canção do *music-hall* e baladas que falavam de uma vida que tinha pouco ou nada em comum com a de seus pais. Este era o vazio que os ancestrais da música popular e do *show-business* começaram a preencher para aqueles que tinham ambições culturais modestas. Na Inglaterra, a era na qual os *music-halls* multiplicaram-se nas cidades também foi a era na qual sociedades corais e bandas de música operária, com um repertório de "clássicos" populares da alta cultura multiplicaram-se nas comunidades industriais. Mas é característico que nestas décadas o curso da cultura corresse em uma só direção – da classe média para baixo, pelo menos na Europa. Mesmo aquilo que iria se transformar na mais característica forma da cultura proletária, os esportes de massa, em nosso período era determinado – como por exemplo na Association Football – pelos jovens da classe média que fundaram os clubes e organizavam as competições. Só no final da década de 1870 e início da de 1880 iriam estes esportes ser capturados e seguros pela classe operária.

Mas mesmo as formas de cultura rural mais tradicionais estavam minadas, nem tanto pelas migrações mas sobretudo pela educação. A partir do momento em que a educação primária tornou-se accessível às massas, a cultura tradicional inevitavelmente cessou de ser basicamente oral e face a face e dividiu-se em uma cultura superior ou dominante para os instruídos e outra inferior ou dominada para os analfabetos. A educação e a burocracia nacional transformaram mesmo as vilas em uma assembléia esquizofrênica de indivíduos, divididos entre os apelidos através dos quais eles eram conhecidos de seus vizinhos ("Paquito") e os nomes oficiais da escola e do estado através dos quais eles eram conhecidos pela autoridade ("Francisco Gonzales Lopez"). As gerações tornaram-se de fato bilíngües. As numerosas tentativas de salvar a velha linguagem para a literatura sob a forma de uma "literatura de dialeto" diziam respeito mais a uma nostalgia romântica de classe média, populismo ou

"naturalismo". A maior exceção era o contra-ataque populista-democrático na alta cultura (nesta altura, "estrangeira") pelos escritores humoristas e jornalistas do sul e oeste dos Estados Unidos, que sistematicamente usavam a linguagem falada como base; dentre estes, o maior monumento é o *Huckleberry Finn* de Mark Twain (1884).

Pelos nossos padrões, este declínio ainda era modesto. Mas era significativo, pois durante estes anos ainda não era visivelmente compensado pelo desenvolvimento do que se poderia chamar de uma contracultura urbana ou proletária. (No campo nunca iria haver um tal fenômeno.) A hegemonia da cultura oficial, inevitavelmente identificada com a classe média triunfante, era dominante em relação às massas subalternas. E neste período pouco poderia mitigar tal sujeição.

16

CONCLUSÃO

Faça-se o que quiser, o destino tem sempre a última palavra nas questões humanas. Há uma tirania real para todos. Segundo os princípios do Progresso, o destino já devia ter sido abolido há muito tempo atrás.

—Johann Nestroy, autor teatral cômico vienense, 1850

A era do triunfo liberal começou com uma revolução derrotada e terminou numa depressão prolongada. A primeira é um sinal divisório mais conveniente para marcar o início ou o fim de um período histórico do que a segunda, mas a história não consulta a conveniência dos historiadores, embora alguns dentre eles não estejam prevenidos a respeito deste ponto. As exigências de construção dramáticas talvez sugiram a conclusão deste livro com um acontecimento adequadamente espetacular – a proclamação da Unidade Alemã e a Comuna de Paris em 1871, ou mesmo a grande queda da bolsa de 1873 – mas as necessidades da construção dramática e as da realidade freqüentemente não são as mesmas. O caminho termina não com a visão de um ponto culminante ou de uma catarata, mas sobre a paisagem menos facilmente identificável de um sistema fluvial: um tempo qualquer entre 1871 e 1879. Se precisamos definir uma data, escolhamos uma que simbolize "a metade da década de 1870" sem associá-la a nenhum evento formidável que a sobrecarregue desnecessariamente; digamos, 1875.

A nova era que iria se seguir à era do triunfo liberal seria bastante diferente. Economicamente, iria se desligar rapidamente da competição sem barreiras das empresas privadas, da abstenção governamental em relação a interferências, e daquilo que os alemães chamavam *Manchesterismus* (a ortodoxia do livre comércio da Inglaterra vitoriana), para passar às grandes corporações industriais (cartéis, trustes, monopólios), grande intervenção governamental, e às mais diferentes ortodoxias de política econômica, mas não necessariamente de teoria econômica. A era do individualismo encerra-se em 1870, lamentada pelo advogado inglês A. V. Dicey, e a idade do "coletivismo" começava; e embora a maior parte do que ele sombriamente apontava como os avanços do "coletivismo" nos pareça hoje insignificante, em certo sentido ele tinha razão.

A economia capitalista mudou de quatro formas significativas. Em primeiro lugar, entramos agora numa nova era tecnológica, não mais

determinada pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial: uma era de novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão), de nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não-ferrosos), de indústrias baseadas em novas ciências tais como a indústria em expansão da química orgânica. Em segundo lugar, entramos também agora cada vez mais na economia de mercado de consumo doméstico, iniciada nos Estados Unidos, desenvolvida (na Europa ainda modestamente) pela crescente renda das massas, mas sobretudo pelo substancial aumento demográfico dos países desenvolvidos. De 1870 a 1910, a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos Estados Unidos de 38,5 para 92 milhões. Em outras palavras, entramos no período da produção de massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis.

Em terceiro lugar – e de certa forma este foi o desenvolvimento mais decisivo – uma reviravolta paradoxal teve lugar. A era do triunfo liberal tinha sido aquela era *de facto* do monopólio industrial inglês, dentro do qual (com algumas notáveis exceções) os lucros eram assegurados sem muita dificuldade pela competição de pequenas e médias empresas. A era pós-liberal caracterizava-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais – a inglesa, a alemã, a norte-americana; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada uma destas economias enfrentavam (no período de depressões) para fazer lucros adequados. A competição levava portanto à concentração econômica, controle de mercado e manipulação. Para citar um excelente historiador:

> O crescimento econômico era agora também luta econômica – luta que servia para separar os fortes dos fracos, desencorajar uns e estimular outros, favorecer as novas nações famintas às expensas das velhas. O otimismo acerca de um futuro de progresso infinito dava lugar à incerteza e um sentimento de agonia, no sentido tradicional da palavra. Tudo isto fortalecia e por seu turno era fortalecido pelas crescentes rivalidades políticas, as duas formas de competição fundindo-se naquele surto final de fome por territórios e na caça por "esferas de influência" que tem sido chamada de Novo Imperialismo.

O mundo entrou no período do imperialismo, no sentido maior da palavra (que inclui as mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o "capitalismo monopolista") mas também em seu sentido menor: uma nova integração dos países "subdesenvolvidos" enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países "desenvolvidos". Além da

rivalidade (que levou as potências a dividir o globo entre reservas formais ou informais para seus próprios negócios) entre mercados e exportações de capital, tal processo também era devido à crescente não-disponibilidade de matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos, por razões geológicas ou climáticas. As novas indústrias tecnológicas demandavam tais matérias: petróleo, borracha, metais não-ferrosos. Pelo final do século a Malásia era conhecida como produtora de estanho, a Rússia, Índia e Chile por seu manganês, a Nova Caledônia pelo níquel. A nova economia de consumo demandava quantidades crescentes não apenas de matérias produzidas nos países desenvolvidos (por exemplo, cereais e carne) mas também daquelas que não podia produzir (por exemplo, bebidas e frutas tropicais e subtropicais, e óleo vegetal para sabão). A *banana republic* tornou-se parte da economia capitalista da mesma forma que a colônia produtora de estanho, borracha ou cacau.

Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma reconhecidamente moderna. O desenvolvimento da nova forma de desenvolvimento/dependência iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930, e forma a quarta grande mudança na economia mundial.

Politicamente, o final da era liberal significa literalmente o que as palavras querem dizer. Na Inglaterra os Liberais/Whig (no sentido amplo de que não era Conservadores/Tory) tinham permanecido com o poder (com duas breves exceções) através de todo o período entre 1848 e 1874. Nos últimos 25 anos do século, eles iriam ficar no poder por apenas 8 anos. Na Alemanha e na Áustria os liberais cessaram, na década de 1870, de ser a base parlamentar principal dos governos, até onde estes governos realmente precisavam de uma base parlamentar. Eles estavam minados não apenas pela derrota de sua ideologia de mercado livre e por governos relativamente inativos, mas também pela democratização da política eleitoral (ver capítulo 6) que destruiu a ilusão de que seu programa representava a vontade das massas. Por um lado, a depressão contava a favor da pressão protecionista de algumas indústrias e dos interesses nacionais agrários. A tendência em relação à liberdade de comércio foi revertida na Rússia e na Áustria em 1874-75, na Espanha em 1877, na Alemanha em 1879 e praticamente em todos os lugares exceto na Inglaterra – e mesmo ali o livre comércio estava sob pressão a partir da década de 1880. Por outro lado, as demandas vindas de baixo por proteção contra os "capitalistas", por segurança social, por medidas públicas contra o desemprego e um salário mínimo por parte dos trabalhadores tornaram-se audíveis e politicamente eficazes. As "classes melhores", fosse a antiga nobreza hierárquica ou a nova burguesia, não podiam mais falar pelas "ordens subalternas" ou, o que é mais importante, confiar no seu apoio não-compensado.

Um novo estado, cada vez mais forte e intervencionista e dentro dele um novo tipo de política desenvolveram-se a partir de então, recebidos com melancolia pelos pensadores antidemocráticos. "A versão moderna dos Direitos do Homem", pensava o historiador Jacob Burckhardt em 1870, "inclui o direito ao trabalho e à subsistência. Pois os homens não desejam mais deixar os assuntos mais vitais para a sociedade, porque eles querem o impossível e imaginam que tal só pode vir a ser obtido com garantia sob compulsão do estado." O que os perturbava não era a utópica demanda (como consideravam) por parte dos pobres para viver decentemente, mas a capacidade dos pobres de impor tais demandas. "As massas querem sua paz e sua paga. Se elas o conseguirem através de uma república ou de uma monarquia, apoiarão qualquer uma delas. Se não, sem muito barulho irão apoiar a primeira constituição que lhes prometer o que querem." E o estado, não mais controlado pela autonomia moral e pela legitimidade que a tradição lhe atribuía na crença de que as leis da economia não podiam ser quebradas, iria se tornar na prática um Leviathan cada vez mais poderoso, embora em teoria um instrumento para atingir os objetivos das massas.

Pelos padrões modernos, o crescimento do papel e das funções do Estado permaneceu bem modesto, embora seus gastos (isto é, suas atividades) tenham crescido per capita em praticamente todo o mundo durante nosso período, muito como resultado do violento aumento da dívida pública (exceto naqueles bastiões do liberalismo, da paz e da empresa privada não-subsidiada, Inglaterra, Holanda, Bélgica e Dinamarca). Este aumento nos gastos públicos era muito mais marcado nos países em desenvolvimento, que estavam no processo de construção da infra-estrutura de suas economias – os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Argentina – através da importação de capital. Mesmo assim, os gastos sociais, com a exceção talvez da educação, permaneceram bem negligenciáveis. Por outro lado, três novas tendências emergiam na política das tensões confusas da nova era de depressão econômica, que em quase todos os lugares tornou-se uma era de agitação social e descontentamento.

A primeira tendência, e quase que aparentemente nova, era a emergência de partidos e movimentos de classe operária, geralmente com uma orientação socialista (isto é, cada vez mais marxista), dos quais o Partido Social-Democrata Alemão era o pioneiro ê o exemplo mais expressivo. Embora os governos e as classes médias da época olhassem para eles como muito perigosos, na realidade eles partilhavam os valores e princípios do iluminismo racionalista sobre o qual o liberalismo se apoiava. A segunda tendência não partilhava desta herança, e aliás opunha-se decididamente a ela. Partidos demagógicos antiliberais e anti-socialistas surgiram nas décadas de 1880 e 1890, tanto da sombra de suas antigas raízes liberais – como os nacionalistas alemães pan-germânicos e anti-semitas que se tornaram os ancestrais do hitlerismo – como sob a proteção das igrejas até então politicamente inativas, como o movimento

"social-cristão" na Áustria. Por várias razões, entre as quais a posição ultra-reacionária do Vaticano sob Pio IX (1846-78) talvez seja a mais importante, a Igreja Católica perdeu a chance de utilizar seu enorme potencial em política de massa de forma efetiva, exceto em alguns poucos países ocidentais, nos quais era uma minoria obrigada a se organizar como um grupo de pressão – como o "Partido de Centro" na Alemanha da década de Í870. A terceira tendência era a emancipação dos partidos e movimentos nacionalistas de massa de sua antiga identificação ideológica com o radicalismo liberal. Alguns movimentos pela autonomia nacional ou independência tendiam a passar, pelo menos teoricamente, para o lado do socialismo, especialmente nos casos em que a classe operária tinha um papel importante em seus respectivos países; mas era um socialismo mais nacional do que internacional (como entre os chamados Socialistas do Povo Tcheco ou então o Partido Socialista Polonês) e o elemento nacional tendia a prevalecer sobre o socialista. Outros se dirigiam para uma ideologia baseada no sangue, solo, língua, o que pudesse enfim ser considerado uma tradição étnica e nada mais.

Tal processo não iria abalar o tipo básico de política dos estados desenvolvidos que haviam surgido na década de 1860: uma tendência mais ou menos gradual e relutante em direção a um constitucionalismo democrático. Mesmo assim, o surgimento da política de massa não-liberal, ainda que teoricamente aceitável, assustava governos. Antes de aprenderem a manejar o novo sistema, eles tendiam – sobretudo durante a "Grande Depressão" – algumas vezes a cair em pânico ou coerção. A Terceira República não iria readmitir os sobreviventes do massacre dos comunardos na política novamente antes do início da década de 1880. Bismarck, que sabia como manejar os liberais burgueses mas não sabia lidar nem com um partido socialista de massa nem com um partido católico de massa, pôs os social-democratas na ilegalidade em 1879. Gladstone escorregou para a coerção na Irlanda. Entretanto, isso iria se constituir mais em uma fase temporária do que em uma tendência permanente. A estrutura da política burguesa (onde existia) não seria encurralada no seu ponto-limite até bem para dentro do século XX.

Embora nosso período deságüe nos momentos perturbados da "Grande Depressão", seria errôneo pintar um quadro muito carregado nas cores. Diferente de 1930, as dificuldades econômicas eram tão complexas que os historiadores têm mesmo duvidado se o termo "depressão" é justificado como uma descrição dos 20 anos que se seguiram após o final deste volume. Eles estão errados, mas suas dúvidas são suficientes para nos alertar em relação a um tratamento excessivamente dramático. Nem do ponto de vista econômico nem do político a estrutura do mundo capitalista de meados do século entrou em colapso. Entrou numa nova fase mas, mesmo sob a forma de um liberalismo político e econômico vagarosamente modificado, tinha todavia um campo

bastante amplo para agir. Seria diferente nos países pobres, atrasados, subdesenvolvidos e dominados, ou então aqueles situados, como a Rússia, simultaneamente no mundo dos vitoriosos e das vítimas. Ali a "Grande Depressão" iria abrir uma era de revolução iminente. Mas para a primeira ou as duas primeiras gerações posteriores a 1875, o mundo da burguesia triunfante parecia permanecer bastante solido. Talvez tivesse um pouco menos de autoconfiança do que antes, e suas afirmações sobre esta confiança talvez um pouco menos seguras, talvez um pouco mais preocupada a respeito de seu próprio futuro. Talvez tenha ficado um pouco mais perturbada pela *débâcle* de suas antigas certezas intelectuais, que (especialmente depois da década de 1880) pensadores, artistas e cientistas sublinhavam com suas novas incursões dentro dos novos e perturbadores territórios da mente. Mas o "progresso" continuava indubitavelmente sob a forma de sociedades burgueses, capitalistas e num sentido geral liberais. A "Grande Depressão" era apenas um interlúdio. Não havia afinal crescimento econômico, avanço científico e técnico, melhorias e paz? Não iria o século XX ser uma versão mais gloriosa e bem-sucedida do século XIX?

Nós sabemos que não iria ser.

LEITURA COMPLEMENTAR

Com algumas poucas exceções, as notas abaixo referem-se apenas a livros, e livros em língua inglesa. Isto não quer dizer que sejam os melhores disponíveis, embora freqüentemente o sejam. Trata-se de uma concessão à ignorância de línguas estrangeiras da maioria dos leitores de língua inglesa através do mundo.

A bibliografia do período é tão vasta que não é possível uma tentativa de cobrir todos os aspectos relacionados, mesmo que seletivamente, e as escolhas sugeridas são de cunho pessoal, às vezes mesmo fortuitas. Guias para leitura da maioria dos tópicos estão contidos em *A Guide to Historical Literature* periodicamente revisto e editado pela American Historical Association. A bibliografia existente na *Cambridge Econamic History of Europe,* vol. VI é maior do que seu título sugere. *A Bibliography of Modern History* (1968) de J. Roach (ed.) também pode ser consultada, com alguma cautela. A maioria dos livros relacionados abaixo também contém referências bibliográficas, em notas de pé de página ou separadamente.

Entre as obras gerais de referência histórica, a *Encyclopedia of World History* de W. Langer fornece as principais datas, assim como *Chronology of the Modern World* (1966) de Neville Williams. *Annals of European Civilization 1500-1900(1949)* de Alfred Mayer trata das artes e das ciências. *A Dictionary of Statistics* de M. Mulhall (1892) ainda é o melhor compêndio para números. Para referência geral sobre o século XIX, a décima-primeira edição da *Encyclopaedia Britannica,* ainda disponível em boas bibliotecas de universidades, é incomparavelmente superior às suas sucessoras, assim como a *Encyclopaedia of lhe Social Sciences* (1931) é – para nossas finalidades – superior a edição posterior de 1968. Compêndios biográficos e obras de referência em assuntos especiais são demasiadamente numerosos para serem mencionados. Entre os atlas históricos, o *Grosser Historiseher Weltatlas* (1957) de J. Engel *et. al,* o *Atlas of World History* (1957) de Rand-McNally e o *Penguin Historical Atlas* (1974) são recomendados.

An Introduction to Contemporary History de G. Barraclough (1967) e *The Triumph ofthe Middle Classes* (1966) de C. Morazé – este último com mapas excepcionalmente bem feitos – podem servir como introdução à história global. O elegante e erudito *The Lords of the Human Kind* (1969,1972) de V. G. Kiernan analisa as atitudes européias em relação ao mundo exterior. Os dois livros, *New Cambridge Modern Historv,* vol. X (J. P. T. Bury ed., *The Zenith of European Power 1839-1870)* e as duas partes da *Cambridge Economic History* Vol. VI *(The Industrial Revolutions and After)* vão além da Europa. Ambos podem ser consultados constantemente com bom proveito. Para análises mais estritamente

sobre a Europa, *The Ascendancy of Europe 1815-1914* (1972) de M. S. Anderson e *The Age of Revolution, Europe 1789-1848* (1962) de E. J. Hobsbawm vão além do continente. *Liberal Europe 1848-1875* (1974) de W. E. Mosse cobre exatamente o mesmo período do presente livro. *Political and Social Upheaval 1832-1852* de William L. Langer (1969) – com a bibliografia – é de longe o melhor dos volumes cronologicamente relevantes da série *The Rise of Modern Europe* editada pelo mesmo autor.

De obras gerais em campos mais especializados, *The Fontana Economic History of Europe* de C. Cipolla (ed.) (1973, vols. 3, 4i, 4ii) são extremamente úteis, mas sem dúvida a melhor introdução à história econômica do período é o soberbo *The Unbound Prometheus* (1969) de D. S. Landes, um desenvolvimento da contribuição deste autor à *Cambridge Economic History*. Os importantes volumes de *A History of Technology* de C. Singer *et al.* são para referência. *The Culture of Western Europe: the nineteenth and twentieth centuries* (1963) de G. L. Mosse é uma adequada introdução a este assunto. *Science in History* (1965) de J. D. Bernal é brilhante, mas as seções sobre o nosso período não devem ser tomadas de forma acrítica. Nem deveriam ser as seções de *The Social History of Art* de A. Hauser (1952. Vários volumes da *Penguin History of Art* cobrem o século XIX. *European Society in Upheaval* (1975 ed.) de Peter Stearns é uma tentativa, talvez prematura, de cobrir a história social do continente. Duas obras de C. Cipolla, *The Economic History of World Population* (1962) e *Literacy and Development in the West* (1969), são breves e úteis introduções. *The Growth ofCities in the 19^{tn} Century* (1889 e reimpressões) de A. F. Weber tem sido um inestimável compêndio desde sua publicação original.

Nem todos os países possuem uma história nacional de tamanho adequado e de fácil acesso em língua inglesa para o nosso período. A Inglaterra, por exemplo, não tem, embora *The Origin of Modern En-glish Society 1780-1880* (1969) de H. Perkin e *Midvictorin Britain 1850-75* (1971) de Geoffrey Best são bons em história social, e *An Economic History of Modern Britain,* II *(1850-1880)* (1932) de J. H. Clapham ainda é excepcional. A melhor história da França, é ainda de longe a *Nouvelle Histoire de la France Contemporaine,* vols. 8 e 9 de M. Agulhon *(1848 ou 1'apprentissage de la Republique* de Alain Plessis *(De La fête imperiale au mur desFêdéres)* (ambos de 1973 e sem tradução inglesa). *A History of Modern Germany 1840-1945* de Hajo Holborn (1970) é bom, mas para o nosso período *Restoration, Revolution, Reaction, Economics and Politics in Germany 1815-1871* (1958) de T. S. Hamerow e *Social Foundations of German Unification* (1969) do mesmo autor são altamente relevantes. *The Habsburg Empire 1790-1918* (1969) de C. A. Macartney e o expressivo *Spain 1808-1939* (1966) de Raymond Carr contém ambos a maior parte do que precisamos saber sobre estes países e *The Scandinavian Countries 1720-1865, 2* vols. (1943) de B. J. Hovde mais do que isso. Histórias da Rússia refletem opiniões francamente discordantes.

Imperial Rússia 1801-1917 (1967) de Hugh Seton Watson está repleto de informações, assim como *A History of the Russian National Economy* (1949) de P. Lyashchenko. *History of the Italian People,* II(1973) de G. Procacci é uma boa introdução embora um tanto comprimida; *Italy, A Modern History* (1959) de D. Mack Smith é uma obra antiga feita pelo maior especialista deste período da história italiana. *The Balkans since 1453* (1958) de L. S. Stravianos é uma visão geral muito boa.

Para o mundo não-europeu.a maioria dos leitores talvez precise não de histórias do período, mas de introduções gerais a regiões às quais não são familiares. Para a China, isso pode ser encontrado em China Readings I de Franz Schurmann e O. Schell (eds.), o volume *Imperial China* (1967); para o Japão, no The Japan Reader I, o volume *Imperial Japan 1800-1945* (1973) de J. Livingston, J. Moore e F. Oldfhather (eds.); para o mundo islâmico *Unity and Variety in Muslim Civilization* (1955) de G. von Grunebaum (ed.); para a América Latina, alguma coisa de *Readings in Latin American History II: since 1810* (1966) de Lewis Hanke (ed.); para a Índia, *Agrarian Conditions in Northern Índia, I: The United Provinces under British Rule* (1972) de Elizabeth Whitcombe; para o Egito, *Cotton and The Egyptian Economy 1820-1914* (1969) de E. R. J. Owen. Para os principais eventos nos seus respectivos países, *The Taiping Rebellion* (19,66) de M. Franz e *The Meiji Restoration* 1972) de W. G. Beasley.

A bibliografia para a história americana é interminável. Qualquer história geral será adequada para aqueles totalmente estranhos em relação a este país, como por exemplo, *The Making of American Society I; to 1877* (1972) de E. C. Rozwenc, suplementada pela *Encyclopaedia of American History* (1965) de R. B. Morris. Todas estão atrasadas em relação aos progressos da pesquisa.

O tema principal do presente livro é a criação de um único mundo sob a hegemonia capitalista. Para este processo de exploração, ver *A History of Geographical Discovery and Exploration* (1931) de J. N. L. Baker; para pó mapas, ver *Memoirs of Hydrography II* (vai de 1830 a 80) de Cdr L. S. Dawnson RN (reimpresso em 1969); para o transporte, uma breve introdução por M. Robbins, *The Ralway Age* (1962), e uma exuberante e triunfante crônica por W. S. Lindsay, *History of Merchant Shipping,* 4 vols. (1876). A expansão da colonização e dos empreendimentos é inseparável da história das migrações (ver capítulo 11); ver *Migration and Economic Growth* (1954) de Brinley Thomas: para o lado humano, *The Immigrant in American History* (1940) de M. Hansen e *Invisible Immigrants: The Adaptatiori of English and Scottish immigrants in 19th century America* (1972) de C. Erickson, enquanto que *A New System of Slavery* (1974) de Hugh Tinker trata da exportação de trabalho endividado. Para as fronteiras em expansão, *Westward Expansion* de R. A. Billington (1949) e *Mining Froníiers of the Far West* (1963) de Rodman Wilson Paul. Para os empreendimentos capitalistas fora da Europa, o esplêndido *Bankers and Pashas: International*

Finance and Modern Imperialism in Egypt (1958) de D. S. Landes, *The Migration of British Capital to 1875* (J 927) de L. H. Jenks, *Europe, The World's Banker* (1930) de H. Feis, *The Life and Labours of Mr Brassey* (1872, reimpresso 1969), de A. T. Helps e *Henry Meiggs, A Yankee Pizarro* (1946) de W. Stewart. Os dois últimos volumes tratam dos titãs da construção ferroviária. Uma olhada interessante nas atitudes da época é *The Political and Social Ideas of Jules Verne* (1972) de Jean Chesneaux, sobre o autor de *A Volta ao Mundo em Oitenta Dias.* A história da burguesia, classe-chave de nosso período, ainda espera para ser bem escrita, pelo menos em inglês e em uma forma adequadamente accessível. *Victorian People* (1955) de Asa Briggs é uma útil introdução, mas o melhor guia ainda é a série de novelas dos *Rou-gon-Macquart* de Émile Zola que analisa a sociedade do Segundo Império Francês e cuja autenticidade documentária é bem alta. Ver também a introdução de Mario Praz para *The Nineteenth Cenlury World* (1968) de G. S. Métraux e F. Crouzet (eds.). Entre as monografias, deve-se mencionar *La Bourgeoisie Parisienne 1815-1848* (versão reduzida 1970) de Adeline Daumard, *Les Grands Nolables en France, 2* vols. (1964) de A. Tudesq, adequado para o estudo da formação da consciência política no período da revolução de 1848, assim como "Industriebürgertum in Westdeutschland" de F. Zunkel incluído em *Modern Deutsche Sozialgeschichte* (1966) de H. U. Wehler (ed.). Para as aspirações da baixa classe média e de certa forma adequado para as demais classes, *Self Help* (1859 e numerosas edições subseqüentes) de Samuel Smiles. *The Age of Equipoise* (1964) de W. L. Burn é um excelente corte transversal da sociedade burguesa (inglesa), e *France 1848-1945,* vol. I (1974) de T. Zeldin um guia bastante razoável para a sociedade burguesa francesa, incluindo família e sexo. *The Formation of the British Liberal Party 1857-68* (1972) é bem estimulante.

Embora haja excelentes livros sobre a cidade do século XIX além do volume de A. F. Weber (como por exemplo, *Victorian Cities* (1963) de Asa Briggs e o enciclopédico *The Victorian City,* vols. (1973) de H. J. Dyos e M. Wolff eds.), guias gerais para o mundo dos trabalhadores manuais – diferente das histórias de suas organizações – são bastante escassos. *Useful Toil* (1974) de John Burnett (ed.) edita autobiografias de trabalhadores ingleses com introduções adequadas, e *London Labour and the London Poor,* 4 vols. (originalmente 1861-62) de Henry Mayhew é uma reportagem de gênio sobre a maior das cidades ocidentais. *Labouring Men* (1964) de E. J. Hobsbawm, contém alguns estudos relevantes. Numerosos estudos valiosos para alguns países em particular, especialmente a França, permanecem infelizmente sem tradução (inglesa). Poder-se-ia escolher *Les Ouvriers en Greve, 1871-90* vol. 2 (1974) de Michelle Perrot, *Les Mineurs de Carmaux* (1971) de Rolande Trempé e *Sozialer und kultureller Wandel in einem ländlichen Industriegebiet* (1965) de Rudolf Braun, cuja importância é bem maior que a restrita base de pesquisa (Suíça) poderia sugerir. O maciço

Geschichte der lage der Arbeiter unter dem Kapitalismus, 40 vols. (1960-72) de J. Kuczynski deve ser mencionado – os vols. 2, 3 e 18, 19, 20 tratam sobre os trabalhadores alemães deste período.

Além das obras gerais já mencionadas, a terra, a agricultura e a sociedade agrária podem ser estudadas em *Peasants and Peasant So-cieties* (1971) de T. Shanin (ed.), *Lord and Peasant in Rússia* (1961) de Jerome Blum, *Rural Rússia under the Old Regime* (1932) de Geroid T. Robinson, *English Landed Society in the 19 th Century* (1963) de F. M. L Thompson e *The Farmers Last Frontier* (1945) de F. A Shannon. Para a questão muito debatida do último período da escravidão, ver *The World the Slaveholders made* (1969) de Eugene G. Genovese assim como *Roll, Jordan Roll: the World the Slaves Made* (1974) do mesmo autor, e também *Time on the Cross 2* vols. (1974) de R. W. Fogel e S. Engermann, uma obra controvertida. Para a menos conhecida economia do trabalho endividado, *Sugar without Slaves* (1972) de Alan Adamson. *La Terre* de Zola combina acuidade e preconceito urbano contra camponeses. Para os camponeses desen-raizados, *Immigralion as a Factor in American History* (1959) de O. Handlin (ed.).

The Strugglefor Mastery in Europe, 1848-1918 (1954) de A. J. P. Taylor *The European Powers and the German Question 1848-1871* de W. E. Mosse (1969) poderão servir para introduzir a história das relações internacionais; *A History of Milistarism* (1938) de A. Vagts, *The Rise of Rail Power in War and Conquest (1915)*de E. A Pratt, e "Nineteenth Century Military Techniques" de H. Nickerson editado no *Journal of World History,* IV (1957-5-8), para a história das guerras. *The Franco-Prussian War* (1962) de Michael Howard é uma monografia exemplar.

Para as atitudes da época em torno das duas grandes alternativas em disputa, os governos populares ou nacionais, ver *Physics and Politics* (1873) de Walter Bagehot e *The British Constitution* (1872, numerosas edições). A historiografia e discussão do nacionalismo não é satisfatória. "What is a Nation?" de Ernest Renan editado em *Modern Political Doctrines* de A. Zimmern (ed.) (1939) é um ponto de partida. O melhor livro é *Die Vorkämpfer der Nationalen Bewegung bei den Kleinen Völkern Europas* (Praga, 1968) de M. Hroch; ver também a "Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales" editado em *Mouvements Nationaux d'Indépendance et Classes Populaires aux 19th et 20th siécles,* vol. I (1971). Sobre a extensão do voto na Inglaterra em 1867, *Before the Socialists* (1965), capítulos III-IV de Royden Harrison; para a Alemanha, o artigo de G. Mayer "Die Trennung der proletarischen von der bürgelichen Demokratie in Deutschland 1863-70" editado no *Grünbergs Archiv,* II (1911), páginas 1-67. Ver também as obras de J. R. Vincent, T. S. Hamerow e T. Zeldin, *The Political System of Napoleon III* (1958). Para as revoluções do período, *The Revolution of 1854 in Spanish History* (1966)

de V. G. Kiernan, *The Federal Republic in Spain 1868-74 (*1962) de C. A. M. Hennessy e, entre à vasta literatura sobre a Comuna de Paris incluindo a famosa obra de Marx – *A Guerra Civil na França* – o livro de J. Rougerie, *Paris Libre 1871* (1971). *Political and Social Upheaval 1832-52* (1969) de W. L. Langer e *The 1848 Revolution* (1974) de Peter Stearns podem introduzir os leitores nas grandes revoluções de nosso período, sobre as quais Marx escreveu duas pequenas obras na época *(As Lutas de Classe na França* e *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte),* e Engels uma obra *(Revolução e Contra-Revolução na Alemanha),* e A. de Tocqueville algumas extraordinárias passagens em suas *Memórias.* O maior de todos os combatentes da liberdade do período é o assunto de *Garibaldi* (1974) de J. Ridley, e os revolucionários russos são revistos numa obra clássica de F. Venturi, *Roots of Revolution* (1960).

From Wealth to Welfare: The Evolution of Liberalism (1963) de H. K. Girvetz descreve os sentidos em constante mudança da ideologia burguesa dominante; *Virgin Land* (1957) de Henry Nash Smith é um excelente guia para a ideologia do radicalismo, que encontrou sua expressão mais pura nas fronteiras – para isso ver também *Free Soil, Free Labor, Free Men* (1970) de Eric Foner. *The Origens of Socialism*. (1969) de G. Lichtheim é a melhor introdução a este assunto. *A History of Socialist Thought, II: Marxism and Anarchism, 1850-1890* (1954) de G. D. H. Cole é ainda o mais accessível dos livros que tratam sobre esta questão de forma geral. Para uma crítica não-socialista do capitalismo, ver talvez a maior das obras contemporâneas *Reflexions on World History* (1945) de J. Bufckhärdt: *"A History of Economic Thought* de E. Roll é concisa e inteligente afastando-se de edição em edição das posições radicais que o autor defendia a princípio. *European Positivism in the 19th Century* (1963) trata de uma corrente ideológica mais ou menos central em nosso período. *Karl Marx, The Story ofHis Life*(1936) de Franz Mehring é preferível a outras introduções à vida e obra de Marx, pois Mehring procura refletir aquilo que Marx quis fazer entender para a sua geração imediata de discípulos e seguidores. *A History of the Warfare of Sciente and Theology* (1896) de A. D. White é valiosa para consulta pelas mesmas razões. Sobre o darwinismo, *Evolution and Society: A Study in Victorian Social Theory* (1966) de J. Burrow, e a introdução deste mesmo autor à edição da Penguin de *The Origin of Species* (1968), *Social Darwinism in American Thought* (1955) de R. Hofstadter e *Physics and Politics* (1873) de W. Bagehot.

A History of European Thought in the 19th Century (4 vols., 1896-1914) de J. T. Mertz permanece essencial para um estudo da ciência do século XIX. *The Life of William Thompson (2* vols. 1910) de S. P. Thompson trata de uma figura central. *Science and Industry in the 19th Century* (1953) de J. D. Bernal é uma brilhante monografia. *Science and History* do mesmo autor foi mencionada mais acima. *A Hundred Years of Chemistry* (1948) é um tratamento conveniente de uma ciência crucial. Para as artes, além das obras gerais mencionadas, *The*

Economics of Taste I e II (1961, 1963) de G. Reitlinger discute a natureza do mercado das artes. *The Absolute Bourgeois* e *Image of the People í* 1973) ambos de T. J. Clark discutem arte e revolução, *Realism* (1971) de Linda Nochlin explica-se pelo titulo (ver também a obra desta autora "The Invention of the Avant-Garde: France 1830-1880" editado em *Art News Annual* 34 assim como o livro de Gisèle Freund, *Photographie und bürgerliche Gesellschaft* (1968). O artigo de Walter Benjamin "Paris Capital of the 19th Century" publicado em *New Left Review* 48, 1968, é breve mas profundo. *Studies in European Realism* (1950) de George Lukács é a obra de um notável crítico da prosa, e *Main Currents in Nineteenth Century Literature* (6 vols. 1901-05) de Georg Brandes fornece uma visão quase que da época. *Aspects of Wagner* (1972) de Bryan Magee defende um grande mas desagradável compositor.

Sobre a crise que conclui nosso período, *Grosse Depression und Bismarckzeit* (1967) de Hans Rosenberg e *Recent Economic Changes* (1889) de David Wells.

Uma obra geral de interesse bastante considerável pode ser mencionada como conclusão: *Social Origins of Dictatorship and Democracy* (1967, Penguin 1973) de Barrington Moore.

FIM